

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Francisco Carlos Pereira

REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SUL FLUMINENSE

Taubaté – SP
2023

Francisco Carlos Pereira

**REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SUL FLUMINENSE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Marcela Barbosa de Moraes.

Coorientadora: Profa. Dra. Quesia Postigo Kamimura.

**Taubaté – SP
2023**

Sistema Integrado de Bibliotecas -SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU

P436r

Pereira, Francisco Carlos

Representatividade feminina no desenvolvimento sustentável do sul fluminense / Francisco Carlos Pereira -- Taubaté : 2023.
254 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Departamento de Gestão e Negócios, 2024.

Orientação: Profa. Dra. Marcela Barbosa de Moraes, Coorientação: Profa. Dra. Quesia Postigo Kamimura - Departamento de Comunicação e Negócios.

1. Planejamento regional. 2. Atividade feminina. 3. Desenvolvimento urbano. 4. Sustentabilidade. I. Título.

CDD – 338.9

Francisco Carlos Pereira

**REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO SUL FLUMINENSE**

Data _____

Resultado _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.Dra.Marcela Barbosa de Moraes

Universidade de Taubaté

Prof.Dra.Quesia Postigo Kamimura

Universidade de Taubaté

Prof.Dr.Edson Trajano Vieira

Universidade de Taubaté

Prof.Dr. Valter João de Sousa

FATEC – São José dos Campos

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me permitiu alcançar esta conquista, e a todos aqueles que, durante a jornada de elaboração desta pesquisa e dissertação, me incentivaram e me apoiaram nos momentos difíceis.

“Na política, se você quiser que alguma coisa seja dita, peça para um homem. Se você quiser que alguma coisa seja feita , peça para uma mulher.”

(Margareth Thatcher)

RESUMO

A garantia da participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão - na vida política, econômica e pública - são algumas das metas globais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). O ODS 5, Igualdade de Gênero, que busca alcançar a igualdade entre os gêneros e empoderar todas as mulheres e meninas, e o ODS 11, Municípios e Comunidades Sustentáveis, que visa tornar os municípios e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, embasaram a presente pesquisa, cujo objetivo foi analisar o papel da representatividade feminina na política pública e suas proposituras relacionadas com o desenvolvimento sustentável na região geográfica intermediária do Sul Fluminense, no período entre 2013 e 2022. Como metodologia, utilizou-se a abordagem qualitativa, por meio de pesquisa documental concentrada nas proposituras das vereadoras exercendo mandato no período de análise (2013 a 2024), além de entrevista semiestruturada com vereadoras e ex-vereadoras da região. Os resultados apontam uma representatividade feminina considerada baixa (9,8%) no Estado do Rio de Janeiro, no qual está inserida a região foco do estudo. Ressalta-se a desinformação do legislativo quanto ao conceito de desenvolvimento sustentável e certo distanciamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na condução dos trabalhos e no desenvolvimento de projetos sustentáveis. Conclui-se que a escassa representatividade feminina na política prejudica a democracia por não possibilitar a discussão de demandas voltadas a esse público, considerando-se que as mulheres são a maioria da população brasileira. Conclui-se ainda que não basta a ocupação de cargo público para cumprir o quantitativo exigido por lei; as representantes necessitam de preparo específico para o exercício do cargo, seja por meio de cursos ou por um maior contato com políticos.

Palavras-chave: Planejamento. Desenvolvimento Regional. Representatividade feminina. Desenvolvimento Urbano. Sustentabilidade.

ABSTRACT

Ensuring the full and effective participation of women and equal opportunities for leadership at all levels of decision-making - in political, economic and public life - are some of the global targets of the Sustainable Development Goals of the United Nations (UN) 2030 Agenda. SDG 5, Gender Equality, which seeks to achieve gender equality and empower all women and girls, and SDG 11, Sustainable Municipalities and Communities, which aims to make municipalities and human settlements inclusive, safe, resilient and sustainable, formed the basis for this research, the aim of which was to analyze the role of female representation in public policy and its proposals related to sustainable development in the intermediate geographical region of Sul Fluminense, between 2013 and 2022. A qualitative approach was used as the methodology, through documentary research focused on the propositions of the female councilors in office during the period of analysis (2013 to 2024), as well as semi-structured interviews with councilors and former councilors from the region. The results point to a low level of female representation (9.8%) in the state of Rio de Janeiro, in which the study's focus region is located. It is noteworthy that the legislature is uninformed about the concept of sustainable development and that there is a certain distance from the Sustainable Development Goals in the way it conducts its work and develops sustainable projects. The conclusion is that the scant representation of women in politics is detrimental to democracy because it does not make it possible to discuss demands aimed at this public, considering that women make up the majority of the Brazilian population. It is also concluded that it is not enough to hold public office in order to meet the number required by law; women representatives need specific preparation to hold office, either through courses or greater contact with politicians.

Keywords: Planning. Regional development. Female Representation. Urban Development. Sustainability.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação de mulheres nos cargos ministeriais do Governo – 2017 a 2020	39
Tabela 2 – Total e proporção de mulheres entre os parlamentares eleitos para as câmaras de vereadores, segundo cor ou raça, as Grandes Regiões e Unidades da Federação	39

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma das etapas de pesquisa.....	42
Figura 2 - Mapa da região geográfica intermediária do Sul Fluminense.....	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resultados esperados - cinco eixos estratégicos.....	28
Quadro 2 - Comparação entre as abordagens Mulher no Desenvolvimento e Gênero e Desenvolvimento	37
Quadro 3 - Potenciais participantes da pesquisa	45
Quadro 4 - Etapas da pesquisa	46
Quadro 5 - Dados populacionais da região geográfica intermediária do Sul Fluminense.....	52
Quadro 6 - Dados econômicos da região geográfica intermediária do Sul Fluminense.....	53
Quadro 7 - População residente por município e sexo	54
Quadro 8 - Projetos aprovados por município.....	55
Quadro 9 - Ações do Legislativo Municipal.....	56
Quadro 10 - Proposituras de Projetos do Legislativo.....	57
Quadro 11 - Perfil das entrevistadas.....	78
Quadro 12 - Conceito de desenvolvimento sustentável	80
Quadro 13 - Principal percepção de governança pública e sustentabilidade.....	85
Quadro 14 - Relação entre governança pública, ODS e ONU.....	90
Quadro 15 - Práticas do município em Desenvolvimento Municipal e metas ODS no Médio Paraíba.....	92
Quadro 16 - Relação meio ambiente e desigualdade econômica e social.....	100
Quadro 17 - Políticas Públicas e desenvolvimento sustentável.....	105
Quadro 18 - Representatividade feminina nos espaços públicos.....	110
Quadro 19 - Relação entre gênero e inserção das mulheres na esfera política.	113
Quadro 20 - Representatividade feminina quanto a gênero e governança pública.....	118
Quadro 21 - Representatividade feminina e desenvolvimento sustentável	125
Quadro 22 - Triangulação dos dados.....	131

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
1.2	OBJETIVOS.....	14
1.2.1	Objetivo Geral	14
1.2.2	Objetivos Específicos	14
1.3	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	14
1.4	RELEVÂNCIA DA PESQUISA.....	16
1.5	ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	17
2	REVISÃO DA LITERATURA	19
2.1	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	19
2.2	DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL.....	26
2.3	GÊNEROS E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL.....	31
2.3.1	Representatividade Feminina e Participação Legislativa	38
3	MÉTODO	42
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	42
3.2	ÁREA DE REALIZAÇÃO.....	43
3.3	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	45
3.4	INSTRUMENTOS.....	46
3.5	PLANO PARA COLETA DE DADOS.....	47
3.6	PLANO PARA ANÁLISE DE DADOS.....	49
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	52
4.1	DIAGNÓSTICO DAS PROPOSITURAS DE PROJETOS DO LEGISLATIVO.....	54
4.2	ANÁLISE E SÍNTESE DOCUMENTAL DAS PROPOSITURAS ...	60
4.3	RESULTADO DAS ENTREVISTAS - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> DE PESQUISA.....	78
4.3.1	Desenvolvimento Sustentável: um conceito a partir das entrevistadas	79
4.3.2	Governança Pública e Sustentabilidade	85
4.3.3	A Relação entre Governança Pública, ODS e ONU	89
4.3.4	Desenvolvimento Urbano Municipal e metas ODS no Médio Paraíba	92
4.3.5	Meio Ambiente e Desigualdade Social	100
4.3.6	Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável	105

4.3.7	A Representatividade Feminina nos Espaços Públicos.....	109
4.3.8	Mulheres na Política: Desafios e Perspectivas	113
4.3.9	Gênero e Governança Pública.....	118
4.3.10	Gênero e Desenvolvimento Sustentável Urbano.....	125
4.3.11	Triangulação dos Dados.....	130
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
	REFERÊNCIAS.....	142
	APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO	151
	APÊNDICE B - AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL	152
	APÊNDICE C – TERMO DE ANUÊNCIA DE INSTITUIÇÃO	154
	APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INDIVIDUAL	155
	APÊNDICE E – TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL	157
	APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	158
	APÊNDICE G – FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS.....	159
	APÊNDICE H – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	160
	APÊNDICE I– PROJETOS DA CIDADE DE ANGRA DOS REIS.....	163
	APÊNDICE J– PROJETOS DA CIDADE DE TRÊS RIOS.....	182
	APÊNDICE K – PROJETOS DA CIDADE DE RESENDE.....	197
	APÊNDICE L – PROJETOS DA CIDADE DE PINHEIRAL.....	208
	APÊNDICE M – PROJETOS DA CIDADE DE PARATY.....	210
	APÊNDICE N– PROJETOS DA CIDADE DE VALENÇA.....	214
	APÊNDICE O– PROJETOS DA CIDADE DE BARRA MANSA.....	215

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento urbano sustentável ocorre quando a ocupação urbana acontece de forma a privilegiar o bem comum, a reduzir as desigualdades e a preservar os recursos naturais. É necessário também equilibrar as necessidades sociais, dinamizar a cultura, valorizar e fortalecer identidades (ONU, 2021). Essa escolha envolve um ato político que precisa ser colocado em pauta. Quando se fala em redução da pobreza, é comum pensar-se em políticas de transferência de renda; porém, essas são apenas uma das diversas etapas para se combater eficientemente a pobreza e a desigualdade (UNESCO, 2012).

Além disso, a incapacidade de reconhecer as múltiplas responsabilidades das mulheres pode comprometer não apenas a implementação de uma determinada política, como também gerar programas frustrantes, em vez de satisfazer necessidades básicas da sociedade no que tange ao desenvolvimento local e regional. Perversamente, pode de fato até piorar a posição das mulheres (Moser, 1993).

A Rede Brasileira de Mulheres Líderes pela Sustentabilidade, lançada em 8 de novembro de 2012 pela Portaria nº 408 do Ministério do Meio Ambiente, prevê ações em parceria que possam contribuir para a elaboração de uma agenda pragmática que associe esforços tanto na efetivação de ações que promovam a equidade de gênero, quanto em relação à sustentabilidade. Essas ações devem causar impacto em diferentes agendas: empoderamento das mulheres; incentivo aos negócios sustentáveis; mudanças nos padrões de consumo e produção e ocupação do poder público (Brasil, 2012).

Portanto, de acordo com Organização das Nações Unidas (ONU 2020), é necessário garantir a inclusão e a representatividade feminina nos diversos espaços de poder e acompanhar o seu desempenho na ocupação destes. A não ocupação desses espaços deixa as mulheres à margem dos processos de elaboração das políticas públicas, além de enfraquecer a democracia devido à falta de contribuição para a diversidade na sociedade.

Nesse cenário, esta pesquisa pretende contribuir com informações reais sobre a representatividade feminina na política pública e sua influência no desenvolvimento urbano sustentável, subsidiando a criação de dados para futuras

implementações de estudos, projetos e políticas públicas nos municípios da região geográfica intermediária do Sul Fluminense.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A Agenda 2030, composta pelos 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é um esforço conjunto de países, empresas, instituições e da sociedade civil (ONU, 2021). Este trabalho aborda as ODS 5 e 11, que tratam de igualdade de gênero e municípios e comunidades sustentáveis, respectivamente. Além disso, indiretamente aborda-se a ODS 10, relativa à redução das desigualdades.

O conceito de desenvolvimento urbano ocorre de maneira sustentável quando a ocupação urbana acontece de forma a privilegiar o bem comum e a reduzir as desigualdades, provocando mudanças na relação do homem com seu ambiente (Camagni, 2001). Analisar o fenômeno urbano e o município é tarefa que demanda uma abordagem em diversas esferas, devido à multiplicidade de processos e formas encontrados no espaço urbano que revelam novas espacialidades, recriando as condições sociais de modo cada vez mais complexo e ampliado (IBGE, 2019).

Para Calió (1992), uma das consequências da invisibilidade da mulher nas pautas relativas aos espaços urbanos e ao desenvolvimento regional é a não contemplação, pelos municípios, de suas necessidades específicas, gerando uma falsa sensação de igualdade, de acessibilidade e de mobilidade urbana desse público. Nesse sentido, pode-se entender que uma representação política proporcional à população funcionaria como um mecanismo capaz de incluir as demandas, respeitar os diferentes modos de vida e garantir direitos fundamentais aos cidadãos em sua diversidade.

É importante ressaltar que a presença ou a representatividade feminina no poder público foi muitas vezes ignorada no decorrer do tempo, em várias sociedades do mundo. A ausência feminina nos diversos espaços de poder traz o agravante de não inserir este público nos debates, omitindo a sua contribuição.

Realizadas essas considerações, esta pesquisa questiona: Como os projetos elaborados pela representatividade feminina na política pública influenciam no desenvolvimento urbano sustentável na região geográfica intermediária do Sul Fluminense no período entre 2013 e 2024?

1.2 OBJETIVOS

Nessa subseção, expõem-se o objetivo geral e o objetivo específico da presente pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o papel da representatividade feminina na política pública a partir das proposituras relacionadas com o desenvolvimento sustentável na região geográfica intermediária do Sul Fluminense, no período compreendido entre 2013 e 2024.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar a relação entre governança pública, representatividade feminina e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Apurar o conhecimento da representatividade feminina atuante no Legislativo Municipal sobre desenvolvimento urbano sustentável;
- Discutir a relevância do desenvolvimento urbano sustentável pela ótica da representatividade feminina na política pública municipal.

1.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa está delimitada à região geográfica intermediária do Sul Fluminense, que tem a quinta maior população do Estado (1,2 milhão de habitantes) e cujo Produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 46 bilhões. O setor com maior participação é o de Serviços (R\$ 19 bilhões), seguido pela Indústria (R\$ 11 bilhões), que concentra na região o quarto maior polo industrial do Estado. O setor Agropecuário na economia regional possui participação de apenas 1%; entretanto, é o terceiro maior polo estadual nessa atividade, com 14% da produção fluminense. No que tange ao comércio exterior, a região é responsável por 34% do total importado e 35% das exportações no Estado (FIRJAN, 2018).

Como demonstrado acima, a região experimentou um desenvolvimento econômico na última década, com a instalação de inúmeras indústrias e empresas

prestadoras de serviços, promovendo a criação de empregos diretos e indiretos, aproveitando a mão de obra local e “importando” a especializada, aumentando a arrecadação municipal como consequência desse aumento demográfico (ABDI, 2022).

Devido ao progresso, foi necessário planejar os serviços municipais, a infraestrutura básica, os sistemas de saúde, a educação e os transportes da região, exigindo um maior empenho das instituições públicas na intensificação de ações visando o desenvolvimento dos municípios da região. Esse planejamento justifica e legitima a temática desta pesquisa, com vistas a estabelecer a legitimidade na representatividade feminina e sua proporcionalidade nos espaços políticos da região analisada (ABDI, 2022).

O estímulo à participação feminina por meio da chamada cota de gênero está previsto no Artigo 10, parágrafo 3º, da Lei das Eleições (Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997). Nesse dispositivo, cada partido ou coligação deve preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo nas eleições para Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, assembleias legislativas e câmaras municipais.

A publicação da Emenda Constitucional (EC) nº 97/2017 vetou, a partir de 2020, a celebração de coligações, ou seja, a união de dois ou mais partidos nas eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, assembleias legislativas e câmaras municipais.

O fim das coligações fez com que cada partido tenha que indicar, no mínimo, 30% de mulheres para concorrer no pleito. Essa emenda cria um marco temporal para a pesquisa em questão, dado o rigor sobre a proporcionalidade da representatividade feminina no ambiente legislativo. A violência contra os direitos políticos das mulheres é reconhecida como um dos principais obstáculos à plena participação feminina na política, pois, além da violação em si, representa um risco para suas vidas, sendo esse cenário agravado pela falta de recursos destinados pelos partidos.

Com o objetivo declarado de incentivar o ingresso das mulheres na política brasileira e de lhes assegurar um exercício de mandato livre de barreiras preconceituosas, a Lei 14.192/2021 define violência política contra a mulher como “toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher” (Instituto Marielle Franco, 2023).

A referida lei complementa em seu parágrafo único do artigo 3º que “constituem igualmente atos de violência política contra a mulher qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais, em virtude do sexo” (Brasil, 2021).

Essa lei alterou três outras leis (Código Eleitoral, Lei dos Partidos Políticos e Lei das Eleições), de forma que o Código Eleitoral atualmente estabelece que não será tolerada propaganda que deprecie a condição de mulher ou estimule a discriminação em razão do sexo feminino ou em relação à sua cor, raça ou etnia (Instituto Marielle Franco, 2023).

Nas Eleições de 2020, segundo o TCE Mulheres, em todo o Estado do Rio de Janeiro o número de candidatas foi de 33,5% enquanto a média dos municípios que compõem a região geográfica intermediária do Sul Fluminense foi de 34,25%. Vale ressaltar que apenas 05 municípios ficaram abaixo da média do Estado.

Portanto, faz-se necessário estudar o período antes da emenda constitucional, referente ao exercício de 2013 a 2016, o mandato imediatamente após a EC, que compreendeu o período de 2017 a 2020, e o atual mandato, iniciado em 2021 com vigência até 2024, para verificar a representatividade política feminina em uma região tão importante para o Estado do Rio de Janeiro.

1.4 RELEVÂNCIA DA PESQUISA

A luta pela igualdade de gênero na política não é recente. Os resultados são fruto do trabalho intenso de mulheres que se dedicaram e se dedicam com afinco à busca pelo direito à representatividade política. A sociedade necessita mudar a forma como explora os recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e realizar as mudanças institucionais necessárias (ONU, 2011).

De acordo com a ONU (2011), a desigualdade de gênero é persistente no Brasil e a representatividade feminina na política pública ainda é reduzida. Vale ressaltar que a redução da desigualdade de gênero é contemplada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sendo este essencial para o cumprimento de toda a Agenda 2030 da ONU.

O Brasil ocupa o 3º lugar na América Latina em representatividade feminina e, no *ranking* mundial, ocupa a 142ª posição de participação de mulheres na política,

com 15% na Câmara de Deputados, 11,54% no Senado Federal e 15, 56% de deputadas estaduais. As mulheres aptas ao exercício do voto somam um total de 77.649.569, representando 52,49% do eleitorado brasileiro, e ocupam 16% dos cargos nas câmaras de vereadores e 12,1% nas prefeituras, apesar de uma expressão massiva de candidaturas femininas: 182.182 totais, representando 33,17% nas eleições de 2020 (ONU Mulheres, 2020).

Nas últimas eleições municipais, segundo o TCE Mulheres, as regiões Norte, Sudeste e Sul tiveram 24,8% de candidatas mulheres, sendo que o número de municípios sem candidaturas femininas foi de 39%, 51% e 62%, respectivamente. As regiões Centro-Oeste e Nordeste tiveram 21,1% e 22,8% de candidatas.

Observa-se que o Sudeste se configura como um *outlier*, ao apresentar um alto percentual de candidaturas em comparação as demais regiões, porém com alto número de municípios sem candidatas mulheres. Entre os Estados do Sudeste, ainda de acordo com o TCE, o percentual de candidatas mulheres foi de 20,1%, 26,1%, 20,5% e 22,7% para o Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, respectivamente. Percebe-se que a maior representatividade se encontra no Rio de Janeiro.

Tendo conhecido a representatividade econômico-social do Sul Fluminense, apontada na seção anterior, a relevância da presente pesquisa se evidencia pela proposta de contribuir com informações reais sobre a representatividade feminina na política pública e sua influência no desenvolvimento urbano sustentável dos municípios da região geográfica intermediária do Sul Fluminense, subsidiando a criação de dados para futuras implementações de estudos, projetos e políticas públicas na região.

1.5 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A presente pesquisa encontra-se organizada em quatro seções. A primeira seção se perfaz pela dinâmica introdutória, trazendo a descrição do problema, objetivo geral e objetivos específicos, a delimitação do tema, a relevância da pesquisa e a forma organizacional da pesquisa.

A segunda seção aborda a revisão de literatura inerente à temática da pesquisa, considerando que os temas abordados requerem uma leitura ampla e a busca por conceitos que possam efetivamente permitir discussões e trazer

definições mais claras e objetivas. Entre os temas debatidos estão desenvolvimento sustentável, desenvolvimento urbano e sustentável, gênero e desenvolvimento urbano sustentável com abordagem dos conceitos de gênero e representatividade feminina e sua participação legislativa.

Em sua terceira seção, a pesquisa detalha os procedimentos metodológicos utilizados para atingir os objetivos propostos. Na quarta e última seção, são apresentados os resultados e a discussão e, por fim, as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A presente pesquisa está embasada em uma revisão da literatura sobre desenvolvimento urbano e sustentável, passando pela sua trajetória histórica e pelas contribuições teóricas a esse conceito. Ao longo desta seção são identificados conceitos como progresso, crescimento econômico, desenvolvimento e sustentabilidade. Em seguida, explora-se o papel atribuído a Gênero e Desenvolvimento Urbano Sustentável, de acordo com as abordagens teóricas e visões da Agenda 2030, também conhecida como Agenda do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi criado pela Resolução 2029 da XX Assembleia Geral de 22 de novembro de 1965, representando a fusão do Fundo Especial das Nações Unidas e do Programa Estendido de Cooperação Técnica, cujo objetivo era realizar estudos e análises de investimento para detectar oportunidades de grandes projetos de desenvolvimento com viabilidade econômica (Machado, 2008).

O desenvolvimento sustentável é um conceito central para a contemporaneidade, pois é um caminho para compreender o mundo, bem como um método para resolver problemas globais (Rogers; Jalal; Boyd, 2007).

Contudo, a ideia de desenvolvimento sustentável não é recente. A expressão “desenvolvimento sustentável” foi usada pela primeira vez em 1987. Nesse ano houve a divulgação do Relatório Brundtland, intitulado *Nosso Futuro Comum*, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (1988), segundo o qual o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades (CMMAD, 1988, p. 46).

No Brasil, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) mostrou para a humanidade a responsabilidade e a necessidade da conciliação entre desenvolvimento econômico, social e o uso dos recursos naturais. Os participantes do evento chegaram a um consenso de que os países desenvolvidos eram os maiores responsáveis pelos danos ao meio ambiente

e que os países em desenvolvimento necessitavam de apoio financeiro e tecnológico para caminhar rumo à sustentabilidade. Esse evento consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável (Carvalho *et al.*, 2015).

Observa-se ainda que o desenvolvimento sustentável é uma maneira de entender o mundo como uma interação complexa entre os sistemas econômicos, sociais, ambientais e políticos, sendo também uma visão normativa e ética do mundo, ou seja, é uma forma de definir os objetivos de uma sociedade para que funcione bem e proporcione bem-estar para seus cidadãos hoje e para gerações futuras. Nesse sentido, o fundamento do desenvolvimento sustentável é incitar uma visão holística do que uma boa sociedade deve ser (Rogers; Jalal; Boyd, 2007). Como busca intelectual, o desenvolvimento sustentável tenta dar sentido às interações de três sistemas, sendo eles: a economia mundial, a sociedade global e o ambiente físico da Terra (Sachs; Ban, 2015).

Percebe-se que há uma crítica ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados, ao se ressaltar que o progresso socioeconômico não pode ocorrer à custa da devastação da natureza. De acordo com o Relatório Brundtland, o desenvolvimento sustentável deve ser entendido como

[...] um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas (CMMAD, 1988, p. 49).

O termo sustentabilidade diz respeito aos recursos renováveis e foi adotado pelo movimento ecológico. O conceito refere-se à existência de condições ecológicas necessárias para dar suporte à vida humana em um nível específico de bem-estar por meio das futuras gerações. Trata-se, portanto, de sustentabilidade ecológica e não de desenvolvimento sustentável (Lélé, 1991).

Ayres (1996) defende que o conceito de desenvolvimento sustentável norteia como a humanidade deve agir em relação à natureza e sua responsabilidade a cada geração. Portanto, observa-se que a sustentabilidade é condizente com o crescimento econômico baseado na justiça social e na eficiência quanto ao uso de recursos naturais (Lozano, 2012).

Moraes (2022) ressalta que é importante que os gestores públicos, juntamente com a sociedade civil insatisfeita com o atual modelo de

desenvolvimento, comecem a se mobilizar, ao ressaltar o documento intitulado 'Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável'.

Para Feil e Schreiber (2017), a sustentação de uma atividade ou processo garante que o sistema funcione por longo prazo. Jabareen (2006) aponta que as relações paradoxais e dialéticas entre sustentabilidade e desenvolvimento encontram-se relacionadas a um espectro variado de ideologias.

A sustentabilidade, segundo Horbach (2005), é discutida como um estado em que três tipos de interesses (ou conflitos) sejam cumpridos (ou resolvidos), simultaneamente:

- (i) o interesse da geração atual em melhorar as suas reais condições de vida (sustentabilidade econômica),
- (ii) a busca de uma equalização das condições de vida entre ricos e pobres (sustentabilidade social) e
- (iii) os interesses das gerações futuras que não estão comprometidos pela satisfação das necessidades da geração atual (sustentabilidade ambiental).

Percebe-se, portanto, uma falta de consenso sobre os termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Isso se deve ao fato de que o termo sustentabilidade é utilizado para descrever processos e atividades, e o desenvolvimento sustentável está voltado principalmente para as pessoas e seu bem-estar (Moldan *et al.*, 2012).

Uma característica que marca o desenvolvimento sustentável é o comportamento ético (Bañon Gomis *et al.*, 2011). Feil e Schreiber (2017) afirmam que desenvolvimento sustentável não se refere a salvar a natureza, mas à internalização de estratégias, agregando, assim, novos recursos para permitir o crescimento econômico e a prosperidade compartilhados por todos.

Berchin e Carvalho (2016) afirmam que se pode conceituar desenvolvimento sustentável como a resposta às necessidades humanas existentes nos municípios, sem que haja uma transferência dos custos de produção para as gerações futuras.

Dvořáková e Zborková (*apud* Berchin; Carvalho, 2016) ressaltam que o desenvolvimento sustentável deve ser consequência de ações relacionadas e integradas com o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Assim, os problemas ambientais passam a ser de interesse global.

Stiglitz (*apud* Berchin; Carvalho, 2016) ressalta a necessidade da cooperação internacional e da coordenação de políticas para alcançar a preservação do meio ambiente e o combate aos problemas ambientais, em um regime internacional ambiental. Para as ecofeministas, “a exploração e a destruição da natureza são intrínsecas ao modelo de desenvolvimento econômico industrial dominante” (Garcia, 2009, p. 8).

O desenvolvimento baseado exclusivamente no crescimento tecnológico e econômico “mudou a relação do homem com a natureza, coloca-o acima dela, outorgou-lhe capacidade para controlá-la e dominá-la, pois a natureza passou a ser vista como algo inerte e passivo” (Garcia, 2009, p. 9).

Lozano (2012) destaca que o crescimento econômico deve basear-se na justiça social e na utilização eficiente dos recursos naturais. Em toda a história, nunca se presenciaram tantas mudanças em tão curto período. Inúmeros desafios são apresentados, mas por outro lado, há um campo repleto de oportunidades em que anteriormente não se havia pensado.

Lenoir, Ferreira e Reschke (2023), apontam estratégias de desenvolvimento pelas quais se busca o pleno exercício do pluralismo político e a efetivação da democracia, conciliados com mecanismos de ação deveras participativos e focalizados em respeitar os direitos fundamentais e sociais. Os autores adotam uma linha de pensamento decolonial. Afirmam que é necessária uma desconstrução dos ideários capitalistas de desenvolvimento, trazendo ao foco uma economia solidária, que se concentre em elementos de suficiência em sobreposição aos métodos de eficiência, competitividade, acumulação e consumo.

Segundo a FIRJAN (2016, p. 48) a partir de 2030 haverá três bilhões de pessoas a mais conectadas via Internet, 100 milhões de dispositivos conectados em rede e um trilhão de sensores, câmeras em telefones, drones, carros autônomos, satélites, tudo sendo gravado e interpretado em tempo real por inteligência artificial, favorecendo a conectividade e o desenvolvimento integrado.

Tendo como premissa que os municípios são parte importante da vida no planeta, prevê-se que até 2030 cerca de 60% da população mundial viverá em áreas urbanas. Atualmente, quase um bilhão vivem em habitações irregulares e, além disso, os municípios são responsáveis por 75% das emissões de carbono na atmosfera, um dos Gases de Efeito Estufa (GEE). Portanto, tornar os municípios mais sustentáveis e justos é essencial para a sobrevivência do planeta e da

humanidade. Por isso, a vida urbana figura entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030 (ONU, 2015).

O desenvolvimento sustentável é também uma visão normativa do mundo, posto que recomenda um conjunto de metas a serem alcançadas. Todas as nações adotarão os ODS a fim de ajudar a orientar o curso futuro da economia e o desenvolvimento social do planeta. Nesse sentido normativo (ou ético), quanto à sustentabilidade, o desenvolvimento exige um mundo em que o progresso econômico seja generalizado, a extrema pobreza seja eliminada, a confiança social seja incentivada por meio de políticas que fortalecem a comunidade e o meio ambiente seja protegido da degradação induzida pelo homem (Sachs; Ban, 2015).

Os ODS exigem uma política socialmente inclusiva e um crescimento econômico ambientalmente sustentável. Foram desenvolvidos por meio de um processo consultivo e de baixo para cima, e pretendem ser de natureza holística e universal, no sentido de que abranjam objetivos sociais, econômicos e ambientais. Os ODS foram formalmente discutidos na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em junho de 2012 (Rio+20). Durante a conferência, os Estados Membros da ONU concordaram em estabelecer um processo para desenvolver um conjunto de objetivos “orientados para a ação, concisos e fáceis de comunicar” e “metas para ajudar a impulsionar a implementação da agenda de desenvolvimento” (Walker; Pekmezovic; Wlaker, 2019). Os ODS, que fazem parte da chamada Agenda 2030, tratam de um pacto global assinado durante a Cúpula das Nações Unidas em 2015 pelos 193 países membros.

Ressalta-se ainda que a Agenda 2030 traz 17 ODS, sendo eles: erradicação da pobreza; agricultura sustentável e fome zero; igualdade de gênero; saneamento e água potável; energia acessível e limpa; crescimento econômico e trabalho decente; indústria; inovação e infraestrutura; ação contra mudanças climáticas; redução das desigualdades; municípios e comunidades sustentáveis; paz, justiça e instituições eficazes; consumo e produção responsáveis; vida terrestre; vida na água; parcerias e meios de implementação (Sachs, 2019).

Os 17 objetivos, ambiciosos e interconectados, foram desdobrados em 169 metas, com foco em superar os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo, promovendo o crescimento global sustentável até 2030 (ONU, 2015).

O ODS 1, intitulado Erradicação da Pobreza, pretende acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares. Já o ODS 2, Fome Zero e Agricultura Sustentável, pretende erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Por sua vez o ODS 3, Saúde e Bem-estar, almeja assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, enquanto o ODS 4, Educação de Qualidade, pretende assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Já o ODS 5, Igualdade de Gênero, visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Esse objetivo é um dos analisados nesta dissertação. O ODS 6, Água Potável e Saneamento, é assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável de água e saneamento para todos. O ODS 7, Energia Acessível e Limpa, pretende assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.

O ODS 8, Trabalho Decente e Crescimento Econômico, pretende promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos. Já o ODS 9, Indústria Inovação e Infraestrutura, tem por objetivo construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Por sua vez o ODS 10, Redução das Desigualdades, almeja reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles, enquanto o ODS 11, Municípios e Comunidades Sustentáveis, visa tornar os municípios e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Esse último também é objeto de análise desta pesquisa.

O ODS 12, Consumo e Produção Responsáveis, consiste em assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. Já o ODS 13, Ação Contra a Mudança Global do Clima, busca tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.

Por sua vez o ODS 14, Vida na Água, pretende conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, enquanto o ODS 15, Vida Terrestre, se propõe a proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter as perdas.

O ODS 16, Paz, Justiça e Instituições Eficazes, tem como proposta promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Por último, o ODS 17, Parcerias e Meios de Implementação, pretende fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Os ODS, associados às metas, são integrados e indivisíveis e tratam de diferentes temas, sejam ambientais ou sociais. Foram construídos de maneira a ser interdependentes e, para atingir um deles, um país provavelmente terá conseguido avançar em outros objetivos, gerando um ciclo de desenvolvimento contínuo. Cada país enfrenta desafios específicos em sua busca pelo desenvolvimento sustentável, para tanto necessitando de estratégias de desenvolvimento urbano específicas para implementar a Agenda em âmbito regional, considerando as diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento e respeitando as políticas e prioridades nacionais (ONU, 2015).

Além da dimensão ambiental, o desenvolvimento sustentável também prioriza a justiça social e a equidade. A desigualdade econômica e social é reconhecida como um obstáculo para um progresso humano genuíno. Ao promover oportunidades educacionais, acesso a serviços básicos de saúde e empregos dignos, o desenvolvimento sustentável visa garantir que os benefícios do progresso se estendam a todos os estratos da sociedade (UNDP, 2020).

A governança pública e os ODS compartilham uma série de interconexões que se fortalecem mutuamente. Primeiramente, a governança eficaz é essencial para traduzir os ODS em ações práticas. Isso envolve a criação de políticas coerentes, a alocação eficiente de recursos e a implementação eficaz de programas que busquem atingir as metas estabelecidas. A governança garante que os compromissos globais sejam internalizados nas agendas nacionais e locais (Bulkeley *et al.*, 2013).

Além disso, a governança pública tem o poder de catalisar a participação cidadã, engajando as pessoas na tomada de decisões relacionadas aos ODS. A inclusão de múltiplas perspectivas enriquece o processo, garantindo que as políticas sejam mais representativas e pertinentes para as comunidades que visam beneficiar.

A governança também fomenta a prestação de contas e a transparência, princípios essenciais para monitorar o progresso em direção aos ODS (Smith *et al.*, 2018).

2.2 DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Desde 2007, mais da metade da população mundial vive em municípios, enquanto em 1950 esse percentual era de apenas 30%. Atualmente, segundo a Organização das Nações Unidas, cerca de 54% da população mundial vive na zona urbana, e há projeções da organização de que essa porcentagem aumente, em 2050, para 68%, correspondendo a quase 2,2 milhões de pessoas deslocando-se para essas áreas (ONU-Habitat, 2022).

Portanto, vivencia-se várias décadas de progresso, embora relativamente lento, em Desenvolvimento Urbano Sustentável (SUD). Ressalta-se que esse progresso é gradual, principalmente porque é pequeno em algumas partes do mundo e se encontra em declínio em outras. Em muitos casos, as falhas na implementação de agendas de desenvolvimento têm levantado muitas questões associadas a padrões de desenvolvimento em voga ou a obstáculos para desacelerar o desenvolvimento sustentável (Cheshmehzangi; Dawodu, 2019).

O SUD real é bastante complexo, e alcançar um modelo abrangente é ainda mais complicado, pois a Terra está progressivamente se tornando um planeta urbano, e grande parte dessa mudança ocorreu nas últimas décadas. Essa transformação impulsiona a economia, mas sacrifica o meio ambiente e a dimensão social é muitas vezes esquecida ou não priorizada (Cheshmehzangi; Dawodu, 2019).

Yigitcanlar e Teriman (2015) destacam que a adoção do SUD é um processo holístico de planejamento e desenvolvimento que gera um potencial para apoiar o progresso, no sentido de alcançar as agendas de sustentabilidade dos municípios.

Os municípios abrigam mais da metade da população do mundo. Por esse motivo, a UNESCO (2012) pontua que é necessário repensar o urbano para um modelo sustentável. A promoção da cidade como um local habitável, seguro, produtivo e com melhor qualidade de vida ocorre quando a criatividade é colocada no centro da renovação e do planejamento urbano (Ferreira, 2017). Torna-se necessário debater sobre o futuro dos municípios, que irá desafiar muitas normas políticas e econômicas vigentes (Giddings *et al.*, 2005).

O desenvolvimento urbano consiste na apropriação de aspectos tangíveis e intangíveis e na interação de atores locais, que atuam de forma articulada com as políticas públicas implantadas pelo Estado, e sua relação com as organizações privadas em prol do desenvolvimento econômico e social (Veiga, 2003). Além de outros problemas, os espaços urbanos também apresentam questões relacionadas à má distribuição de renda, violência, segurança e mobilidade urbana (FGV, 2015).

O desenvolvimento dos municípios baseado no conhecimento ou o desenvolvimento urbano baseado no conhecimento (KBUD em inglês) tem sido cada vez mais aplicado como uma abordagem estratégica, como uma política predominante para municípios e regiões que procuram prosperar por meio dos caminhos da inovação e sustentabilidade (Michelangeli *et al.*, 2021)

Além disso, o KBUD pode operar como uma ferramenta poderosa, multidimensional e integrada que facilita a aplicação de soluções inteligentes na prática, sem perder a visão de todas as dimensões da sustentabilidade, na qual se considera o desenvolvimento urbano por meio de quatro elementos principais: econômicos, socioculturais, espaciais (ou ambientais) e institucionais (Michelangeli *et al.*, 2021).

O desenvolvimento urbano sustentável não se limita apenas às dimensões ambientais, mas também engloba a justiça social e a prosperidade econômica. A desigualdade de renda e o acesso a serviços básicos continua sendo um desafio crucial para os municípios (Marcuse, 2017). A equidade de gênero, raça e idade deve ser considerada para garantir que todos os escopos da sociedade se beneficiem do desenvolvimento urbano (Marcuse, 2017).

Os municípios têm grandes desafios a superar, pois, a partir de 2020 vão abrigar 70% da população mundial, sendo responsáveis pelo consumo de 75% dos recursos mundiais naturais, 75% do consumo de energia e 80% das emissões de gases relacionados ao efeito estufa. Ao mesmo tempo em que possuem riquezas, também consomem de forma desenfreada e não sustentável os recursos ambientais necessários à sobrevivência da humanidade (ONU, 2021).

De acordo com o Relatório Anual 2021 da ONU, o Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecido entre o Sistema ONU e o Brasil, tinha duração prevista de 2017 a 2021. Com a pandemia de COVID-19, o Sistema ONU e o governo brasileiro avaliaram que postergar a negociação de um novo marco de cooperação favoreceria a atuação da ONU no país. Assim, o

Marco de Parceria foi estendido e passou a cobrir o período de 2017 a 2022. Com essa extensão, além do apoio emergencial para a resposta à pandemia – organizado no Plano de Resposta e Recuperação Socioeconômica da COVID-19 (SERP, por sua sigla em inglês), as 25 agências especializadas, fundos e programas da ONU no Brasil seguiram implementando ações para cumprir os objetivos traçados nos cinco eixos do Marco de Parceria: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria. A partir desses cinco eixos estratégicos, foram estabelecidos sete resultados esperados, descritos no Quadro 1 a seguir (ONU, 2021).

Quadro 1 - Resultados esperados - cinco eixos estratégicos.

Item		Resultados Esperados
Pessoas	1	Desenvolvimento social fortalecido em todo o território, com a redução da pobreza, por meio do acesso a bens e serviços públicos de qualidade, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e trabalho decente, com equidade e ênfase na igualdade de gênero, raça, etnia e geracional.
Planeta	2	Modelos de governança participativa de gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos, efetivos e fortalecidos, buscando territórios integrados, resilientes e inclusivos.
	3	Capacidades institucionais fortalecidas para promover as políticas públicas, sua coerência e implementação, para a gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos e o combate às mudanças do clima e seus efeitos adversos.
Prosperidade	4	Crescimento econômico inclusivo e ambientalmente sustentável, com diversificação produtiva, fortalecimento industrial, infraestrutura resiliente, aumento da produtividade e inovação, transparência, participação social e valorização das micro e pequenas empresas.
	5	Redução das desigualdades socioeconômicas e territoriais, com promoção do pleno emprego e do trabalho decente, garantia dos direitos sociais e trabalhistas, qualificação profissional, com especial atenção às pessoas em situação de maior vulnerabilidade.
Paz	6	Promoção de uma sociedade pacífica, justa e inclusiva por meio de participação social, transparência e governança democrática, respeitando-se a laicidade do Estado e garantindo-se direitos humanos para todos e todas.
Parceria	7	Parcerias estratégicas estabelecidas para fortalecer e promover a cooperação internacional e contribuir para a redução das desigualdades dentro e entre os países.

Fonte: ONU (2021).

Para alcançar os resultados esperados de cada eixo estratégico, as agências especializadas, fundos e programas preparam um plano de trabalho conjunto. No início de 2021, foi elaborado o plano de trabalho conjunto para o biênio 2021/2022, com oito produtos e 251 iniciativas previstos para 2021. As iniciativas implementadas no referido ano pelo Sistema ONU no Brasil abordaram os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ainda em 2021, os ODS com mais iniciativas da ONU no Brasil foram o ODS 4 - Educação de Qualidade (63) e o ODS 10 - Redução das

Desigualdades (60). Os menos abordados foram o ODS 14 – Vida na Água (2) e o ODS 7 – Energia Acessível e Limpa (1) (ONU, 2021).

Dessas iniciativas, 65,7% (165) tiveram alcance nacional e 34,3% (86) tiveram alcance subnacional, ou seja, destinaram-se a estados e municípios específicos. O maior número de iniciativas esteve concentrado em São Paulo, com 20, e no Amazonas, com 19. Os Estados com menor número de iniciativas foram Mato Grosso do Sul, com somente uma e Amapá, Goiás, Mato Grosso e Tocantins, com três cada (ONU, 2021).

Em relação aos eixos estratégicos do Marco de Parceria, a maioria das iniciativas esteve concentrada no eixo Pessoas (110), enquanto o eixo Planeta foi o que concentrou o menor número (25). A implementação do eixo Parcerias foi realizada de modo transversal, e os dados são apresentados de forma agregada (ONU, 2021).

Williams (2010) destaca que os padrões culturais e especificidades geográficas fazem com que as vias para se alcançar a sustentabilidade urbana sejam distintas entre diferentes regiões do planeta. De acordo com a Organização das Nações Unidas (2021), não deixar ninguém para trás é um princípio básico da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Ancorado nesse princípio, o Sistema ONU se empenha em identificar e atender os grupos populacionais mais vulneráveis, de modo a possibilitar a inclusão e o acesso a serviços e bens públicos dos grupos que enfrentam maiores dificuldades para que tenham seus direitos humanos plenamente realizados. Essa ação se realiza em consonância com o arcabouço jurídico e normativo do país e com as prioridades nacionais.

Os municípios fazem parte de muitas iniciativas estruturais da ONU relacionadas à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável. A Agenda de Desenvolvimento Sustentável conduziu ao desenvolvimento da mais recente Nova Agenda Urbana (Cheshmehzangi; Dawodu, 2019). A Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (ONU 2015) foi inicialmente estabelecida para apoiar e transformar processos de desenvolvimento atualmente insustentáveis. Porém, apesar dos esforços envidados desde a década de 1980 para alcançar o desenvolvimento sustentável, o progresso na urbanização tem sido de fato insustentável, se não inesperado e inédito (Cheshmehzangi; Dawodu, 2019).

Bulkeley e Betsill (2005) afirmam que a prática da construção de municípios sustentáveis não é precisa, apesar de ser desejável. O desenvolvimento urbano

perfila as necessidades e o desenvolvimento dos municípios, pois as cidades atraem pessoas que produzem e compram e que estão dispostas a aprender, a se adaptar e a buscar novas percepções. Muitas vezes uma ação só dura pelo período em que o governante está no poder, sendo descontinuada após sua saída.

A relação entre governança pública e desenvolvimento urbano sustentável é intrincada. Uma governança eficaz pode criar um ambiente propício para a formulação e a implementação de políticas que promovam a sustentabilidade urbana. Por outro lado, o desenvolvimento urbano sustentável também pode influenciar a qualidade da governança pública, uma vez que municipalidades bem planejadas e sustentáveis geralmente são mais propensas a engajar os cidadãos e a promover a confiança nas instituições públicas (Bulkeley *et al.*, 2013).

No Brasil, há inúmeros problemas no que se refere à condução de projetos pelo governo, evidenciando a necessidade cada vez maior de uma sociedade equilibrada e igualitária, atendendo aos objetivos da Agenda 2030 da ONU, que constroem sobre esse legado a busca do Desenvolvimento do Milênio, visando a concretização dos direitos humanos de todos, o alcance da igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas. Esses objetivos encontram-se integrados, são indivisíveis e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (ONU, 2021).

Uma abordagem chave é o planejamento urbano sustentável, que busca orientar o crescimento dos municípios de forma a equilibrar o uso eficiente do solo, a conservação de recursos naturais e a qualidade de vida dos habitantes, o que envolve a criação de espaços públicos acessíveis, o estímulo ao transporte público e a promoção de áreas verdes que melhorem a qualidade do ar e a saúde dos cidadãos (Beatley, 2011).

Destaca-se que, para implementar e alcançar o Desenvolvimento Urbano Sustentável (SUD), é necessário lidar com as complexidades de disponibilidade e a coordenação de instituições, finanças, estruturas e constelações de partes interessadas. Contudo, é importante compreender que, na prática do planejamento urbano, a implementação do SUD muitas vezes difere da teoria ou do que está escrito nos quadros políticos (Cheshmehzangi; Dawodu, 2019).

Apesar dos avanços, enfrentam-se desafios complexos na jornada rumo ao desenvolvimento urbano sustentável. O crescimento desordenado, a degradação ambiental e a pressão sobre os recursos naturais exigem uma abordagem holística e

colaborativa (Angel *et al.*, 2011). A adoção de tecnologias inovadoras, políticas públicas eficazes e parcerias entre os setores público e privado são fundamentais para superar esses obstáculos.

A degradação ambiental é outro obstáculo importante. À medida que os municípios crescem, a demanda por recursos naturais, como água e energia, aumenta exponencialmente. A poluição do ar e da água, bem como a produção de resíduos sólidos, são consequências inevitáveis do crescimento urbano não controlado. Para alcançar a sustentabilidade, é necessário adotar medidas de conservação, eficiência energética e gestão de resíduos que minimizem o impacto ambiental (Angel *et al.*, 2011).

2.3 GÊNEROS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

De acordo com a *Organisation For Economic Co-Operation And Development* (OECD), o desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado por meio de investimentos de longo prazo em capital econômico, humano e ambiental. É importante ressaltar que as mulheres representam parte do capital humano mundial; contudo, são subvalorizadas e subutilizadas em todo o mundo, sendo tratadas como um grupo cujas contribuições potenciais para os avanços econômicos, o progresso social e a proteção ambiental são marginalizadas e subestimadas (OECD, 2008).

Observa-se que o desenvolvimento sustentável e a igualdade de gênero são imperativos atuais em pesquisa, política e debate público e, muitas vezes, esses fenômenos são abordados de maneira isolada, sem que haja diálogo entre gênero e desenvolvimento sustentável (Leach; Mehta; Prabhakaran, 2016).

A questão da igualdade de gênero é pautada pela ONU e suas agências e vêm sofrendo as transformações geradas pelas mudanças de perspectiva sobre a própria categoria “gênero”. A discussão sobre a igualdade entre homens e mulheres tomou corpo a partir da chamada Década da Mulher (1975-1985) e foi retomada pela Conferência Mundial da Mulher, realizada em Beijing em 1995 (ONU Mulheres, 2020).

Serageldin (2001) explica que, a fim de mensurar e comparar o desenvolvimento em diferentes regiões, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse índice foi amplamente utilizado para ranquear países e realizar análises territoriais.

Posteriormente, o próprio PNUD apresentou o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), a fim de captar as desvantagens das mulheres e as perdas de potencial de desenvolvimento, com base em três dimensões que espelham o IDH: saúde reprodutiva, empoderamento (autonomia) e atividade econômica.

Pode-se dizer que os papéis de gênero são aprendidos pela socialização e institucionalizados por meio de sistemas educacionais, políticos e econômicos, legislação, cultura e tradições. A igualdade de gênero implica que se deve considerar os comportamentos, aspirações e necessidades específicas de mulheres e homens, que devem ser valoradas e favorecidas da mesma maneira. Significa ainda que seus desejos, responsabilidades e oportunidades não serão determinados pelo seu sexo de nascimento (ONU, 2010).

Apesar das transformações na economia e de certa mobilidade urbana, ainda há uma segregação socioespacial e uma expansão urbana predatória em direção às periferias, bem como uma oferta insuficiente ou precária de oportunidades ocupacionais. Segundo a pesquisa de Itikawa (2015), as trabalhadoras informais entrevistadas confirmaram que questões como tempo livre, moradia, saúde, educação e lazer do trabalhador não estão incluídos com o mesmo peso nas agendas do Estado e da sociedade (Itikawa, 2015).

A Década da Mulher das Nações Unidas (1976-1985) foi crucial ao levantar a importância do papel da mulher no desenvolvimento social e econômico dos países e comunidades, particularmente das mulheres de baixa renda. Ao longo dessa década elas alcançaram maior visibilidade e houve um aprimoramento da percepção de sua participação no desenvolvimento, tanto por pesquisadores acadêmicos quanto por formuladores de políticas (Moser, 1993). Em 1985, na terceira Conferência Mundial da Mulher, em Nairóbi (Quênia), mulheres de países em desenvolvimento questionaram estratégias de desenvolvimento, evidenciando a necessidade de se promover um paradigma alternativo.

Embora a equidade de gênero seja um princípio de justiça relacionado com a ideia de igualdade substantiva e com o reconhecimento das diferenças sociais, ambas as dimensões – justiça e igualdade –comungam para dar origem às concepções de equidade, de tal ordem que a sociedade busque “igualdade nas diferenças”. Os aspectos éticos direcionam a sociedade a se preocupar com as situações e os contextos que provocam a desigualdade (ONU, 2015).

Em 2010, a Assembleia Geral da ONU aprovou, por unanimidade, a criação de uma nova entidade para atender as demandas de mulheres e meninas de todos os continentes, isto é, a organização do fomento à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres. Denominada ONU Mulheres, a entidade foi resultado de anos de negociações entre estados membros e movimentos de defesa dos direitos das mulheres no mundo (ONU Mulheres, 2020).

Oliveira *et al.* (2021) ressaltam a Estratégia de Montevideu, com o acordo regional entre os Estados membros da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para a Implementação da Agenda Regional de Gênero no Âmbito do Desenvolvimento Sustentável até 2030. Esta foi ratificada pelo Brasil em 2017 e visa superar problemas estruturais “constitutivos das atuais relações desiguais de poder na América Latina e no Caribe” (p. 32) pela incorporação de políticas específicas de promoção da igualdade entre homens e mulheres, dispendo, para isso, de recursos suficientes e sustentáveis.

O Brasil integra, desde 2012, o Grupo Interinstitucional de Peritos em Estatísticas de Gênero (*Inter-Agency and Expert Group on Gender Statistics - IAEG-GS*), coordenado pela Divisão de Estatística das Nações Unidas (*United Nations Statistical Division - UNSD*) e composto por representantes dos programas de estatísticas de gênero de instituições internacionais, regionais e nacionais (IBGE, 2020).

De acordo com Leach, Mehta e Prabhakaran (2016), o tema visa pensar a relação entre igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável. É, portanto, essencial por várias razões:

- Primeiramente, trata-se de um imperativo moral e ético, ou seja, construir relações de gênero mais equitativas que apoiem os direitos humanos, a dignidade e as capacidades de todas as mulheres e homens, interseccionados por diferenças de classe, raça, sexualidade, idade, habilidade e circunstâncias, como requisito central de uma ordem ética mundial.
- Em segundo lugar, uma abordagem integrada é vital para evitar que as mulheres se tornem vítimas de choques e estresses ambientais, climáticos e econômicos, minando seu papel vital no sustento de suas famílias e comunidades.

Como já mencionado, o desenvolvimento sustentável e a igualdade de gênero não podem ser tratados como conceitos desconectados, uma vez que é necessário o reconhecimento de que o corpo biológico e o social são necessários na definição de metas e indicadores para o alcance do desenvolvimento sustentável. Um caminho de desenvolvimento sustentável com igualdade de gênero pode permitir o acesso das mulheres e meninas a novas oportunidades e novas possibilidades, melhorando as capacidades das mulheres para que sejam mais capazes de realizar escolhas de vidas que tenham razões para valorizar (Ray, 2016).

De acordo com Goghait, Tripathy, Almeida (2014), as considerações de gênero são importantes para o desenvolvimento urbano e a sustentabilidade, pois os ambientes urbanos participativos e sensíveis ao gênero requerem políticas e programas regidos por princípios de inclusão. Isso significa garantir que tanto as mulheres quanto os homens tenham voz no desenvolvimento de sua comunidade e que todos os países tenham acesso aos recursos necessários para serem membros produtivos da sociedade.

Vale ressaltar que no Brasil, segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) 2022, o número de mulheres é superior ao de homens. A população brasileira é composta por 48,9% de homens e 51,1% de mulheres (IBGE, 2023).

As políticas inclusivas abrangem o desenvolvimento de informações desagregadas por gênero sobre gestão ambiental, equidade de gênero na tomada de decisões e formulação de estratégias sensíveis ao gênero. Uma abordagem holística e integrada ao desenvolvimento urbano, envolvendo parceria e participação dos setores públicos, privado e comunitário, deve envolver mulheres e homens em todas as etapas do desenvolvimento, desde a identificação, passando pela tomada de decisões até a implementação (Goghait; Tripathy; Almeida, 2014).

Para Ray (2016), o caminho do desenvolvimento sustentável pode ser avaliado pela medida em que as capacidades das mulheres, especialmente as de mulheres e meninas pobres, podem ser (ou foram) avançadas como resultado de investimentos sociais. O termo 'investimento' denota esforços financeiros, sociais e institucionais visando um fluxo futuro de benefícios – não exclusivamente monetários – para os humanos e seus ambientes.

Para Alperstedt, Ferreira e Serafim (2014), além da questão do gênero, ambos os sexos enfrentam a dificuldade de credibilidade devido à falta de

experiência anterior no negócio que se está empreendendo e à idade. Além disso, também existe um preconceito relacionado ao fato de algumas empreendedoras serem interioranas, com pouco conhecimento acadêmico e poucos recursos financeiros.

Fernandes e Kamimura (2020) ressaltam que as políticas públicas adotadas pelos Poderes Executivos partem do pressuposto de transferir à sociedade benefícios oriundos de seus próprios esforços, e que o mesmo Poder Executivo deverá ser responsável por proporcionar o desenvolvimento local e regional, fomentando o interesse pelo empreendedorismo.

Nenhum caminho de desenvolvimento pode ser considerado sustentável se diminuir as capacidades femininas. Assim, se um investimento em uma tecnologia energética eficiente e de baixo carbono destinada aos pobres inadvertidamente aumenta o trabalho de cuidado não remunerado para as mulheres ou prejudica sua capacidade de ganhar ou inovar, então não consiste em um caminho do desenvolvimento sustentável (Ray, 2016).

Goghait, Tripathy e Almeida (2014) observam que a análise de gênero deve levar em consideração e abordar as diferenças nos seguintes contextos: o controle e acesso à terra e a outros recursos, desigualdades na participação de gênero e papéis nos fóruns de tomada de decisão, bem como desigualdades na representação em relação ao planejamento e desenvolvimento urbano.

Decisões sobre desenho urbano, prioridades na prestação de serviços urbanos, policiamento e segurança pública precisam ser baseadas na compreensão das diferentes necessidades e vulnerabilidades de gênero (Goghait; Tripathy; Almeida, 2014), pois

[...] a cidade foi construída para sujeitos homens, profissionais, autônomos, livres de amarras. Para quem tem que se ocupar do cuidado, levando crianças à escola, pessoas doentes ao atendimento, acompanhando idosos, movendo-se de uma zona para outra da cidade por meio de um transporte público precário e caro, o planejamento modernista é um martírio que gera frustrações, perdas e dissintonia entre o corpo e a cidade (Silva; Faria; Pimenta, 2017, p.12).

O objetivo da integração de gênero no desenvolvimento urbano é chamar a atenção para as desigualdades sociais entre os diversos gêneros e buscar ativamente sua eliminação em todas as áreas e durante todas as etapas de

planejamento e decisão, pois cada empreendimento deve ser examinado em termos de seu potencial impacto específico de gênero e organizado de forma a contribuir para a promoção da igualdade de todos, o que inclui mulheres e homens (Droste, 2011).

Molyneux (1985) observa ainda que o desenvolvimento territorial, por exemplo, não pode ocorrer sem levar em consideração as questões de gênero, tendo como foco o interesse das mulheres, ou seja, priorizar as necessidades e demandas femininas.

No planejamento regional e urbano, a integração de gêneros significa que uma conscientização dos diversos tipos de situações de vida e interesses de futuros usuários de todas as idades e origens sejam despertados e suas consequências respeitadas em todo o planejamento (Goghait; Tripathy; Almeida, 2014).

De acordo com Stotsky (2006b), existem fortes evidências de uma associação entre a redução das desvantagens das mulheres nos vários aspectos da vida social e o campo econômico – crescimento e estabilidade econômica. Essa relação é gerada pelas externalidades positivas das políticas que promovem a equidade de gênero e aumentam a capacidade das mulheres de intervirem em todas as esferas, da social à econômica, de tal ordem que justifique que as políticas públicas e, conseqüentemente, os gastos públicos, não sejam indiferentes quanto ao gênero.

Itikawa (2015) identifica a discriminação por raça, casta, gênero e classe. Ressalta ainda que a relação entre acesso à educação e acesso à terra também está incluída no sistema de castas, na medida em que os integrantes das castas superiores ocupam as posições mais altas das classes rurais e essa situação se repete nas áreas urbanas. Além disso, as políticas de formalização e empreendedorismo não consideram o protagonismo coletivo dos trabalhadores e trabalhadoras.

Machado (2000) afirma que as dificuldades relacionadas às mulheres empreendedoras estão geralmente associadas aos pais, maridos e filhos, devido à preocupação da mulher vinculada à constituição de uma família. Ressalta-se que, para que haja igualdade de gênero, são necessários investimentos em nome do desenvolvimento sustentável e esses devem ser avaliados pelo aprimoramento da capacidade das mulheres como um componente necessário.

Esse fato fica claro ao se observar os dados do 3º trimestre de 2022 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE,

que revelam que o Brasil contava com 89,6 milhões de mulheres com 14 anos ou mais, das quais 47,9 milhões faziam parte da força de trabalho. O rendimento médio real mensal das mulheres ocupadas mostrou-se 21% menor que o dos homens (DIEESE, 2023).

Stotsky (2006a) afirma que as organizações internacionais vêm considerando o efeito diferenciado de políticas e programas governamentais sobre mulheres e homens. Segundo a autora, a perspectiva de gênero deve ser colocada em evidência nos orçamentos públicos (*gender budgeting*).

O Quadro 2 a seguir ilustra esse tema.

Quadro 2 - Comparação entre as abordagens Mulher no Desenvolvimento e Gênero e Desenvolvimento.

Mulher no Desenvolvimento	Gênero e Desenvolvimento
Mulheres	Relações entre homens e mulheres
O problema	O problema
A exclusão das mulheres no processo de desenvolvimento ou modernização.	As relações de poder desigual entre ricos e pobres, mulheres e homens, que impossibilitam o desenvolvimento equitativo e a plena participação das mulheres.
Meta	Meta
Desenvolvimento e políticas públicas mais eficientes e efetivas.	Políticas públicas equitativas, sustentáveis, eficientes, includentes e participativas.
Solução	Solução
Integrar as mulheres no processo de desenvolvimento ou nas políticas públicas.	Elevar a capacidade de ação das mulheres em desvantagem e modificar as relações desiguais entre mulheres e homens.
Estratégias	Estratégias
Desenhar políticas voltadas para as mulheres. Aumentar sua produtividade. Elevar sua capacidade para garantir o bem-estar das famílias.	Desenhar políticas sensíveis às diferenças entre mulheres e homens (focalizadas ou integradas). Identificar e atender as necessidades práticas e estratégicas determinadas pelas próprias mulheres.

Fonte: Zebadúa; Pérez (2002).

De acordo com Staduto (2017), apesar de a igualdade de gênero ser considerada muitas vezes legítima, ainda existem pessoas que acreditam que o custo dessa igualdade, no mercado de trabalho, deve ser arcado pelas empresas. A igualdade entre mulheres e homens contribui de diferentes maneiras para o

crescimento econômico, e a plena participação das mulheres no cenário econômico é fundamental para a construção de economias dinâmicas e sustentáveis (ONU, 2010).

Aceitar que existem muitos caminhos sustentáveis leva a uma maior transparência nas escolhas da sociedade entre um objetivo (por exemplo, menos emissões de carbono) e outro (por exemplo, redução da pobreza), ambos componentes desejáveis e defensáveis do desenvolvimento sustentável. Sendo assim, o desenvolvimento sustentável é um conceito negociado em implementação (Ray, 2016).

Medidas para garantir a equidade de gênero devem ser buscadas para abordar questões de sustentabilidade e desenvolvimento urbano, uma vez que a reversão das desvantagens sociais e econômicas que tornam as mulheres sem voz e impotentes é uma das melhores maneiras de salvar o meio ambiente (Goghait; Tripathy; Almeida, 2014).

A equidade tem, portanto, o objetivo de fornecer a todos um amplo leque de oportunidades e benefícios de acordo com suas necessidades, para que possam alcançar igualmente linha de chegada. Nesse contexto, a próxima seção discute a relação entre gênero e desenvolvimento urbano.

2.3.1 Representatividade Feminina e Participação Legislativa

O desdobramento de políticas de gênero ou que incorporem um olhar de gênero pelos governos municipais e estaduais encontra-se em construção constante. A inclusão da questão de gênero nas agendas governamentais ocorreu como parte do ordenamento da democratização, que significou a inclusão de novos atores no cenário político, ou seja, a necessidade da representatividade feminina nos movimentos políticos, contribuindo para a reconstrução da democracia.

Lobo (1991) afirma que, com frequência, as análises ignoraram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes. Segundo a autora, há um esquecimento por parte do movimento político dos representantes de fato do olhar popular sobre a questão. Essa busca pelo equilíbrio reafirma a necessidade de um avanço no desenvolvimento de políticas mais igualitárias.

Dados do 3º trimestre de 2022 da PNAD Contínua do IBGE revelam que na administração pública as mulheres eram 40% dos cargos ocupados e ganhavam 15% menos do que os homens (DIEESE, 2023).

A representação política das mulheres realmente percorreu um longo caminho desde o início do século XXI. Em janeiro de 2019, as mulheres detinham 24,3% dos assentos parlamentares em todo o mundo, em comparação a 13,4% em 2000 (Hessami; Fonseca, 2020). Na representação da participação de mulheres nos cargos ministeriais houve um avanço entre os governos de 2017 e de 2020, com uma variação de 1,6% para mais (Tabela 1).

Tabela 1 - Participação de mulheres nos cargos ministeriais do governo – 2017 a 2020.

Cargo	Total de vagas	Total de mulheres	Proporção de mulheres (%)
Total 2017	28	2	7,1
Ministério	22	1	4,5
Status ministerial	6	1	16,7
Total 2020	23	2	8,7
Ministério	17	2	11,8
Status ministerial	6	-	-

Fonte: TSE. Repositório de dados eleitorais. Elaborado pelo autor (2022).

De acordo com o TSE (2022), a representação nas Câmaras de Vereadores no Brasil teve a proporção de mulheres entre os parlamentares eleitos para as câmaras de vereadores, segundo cor ou raça, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2020, em cerca de 16%, como demonstrado na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 - Total e proporção de mulheres entre os parlamentares eleitos para as câmaras de vereadores, segundo cor ou raça, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2020.

Cor ou raça, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Vereadores eleitos		
	Total de cadeiras	Total de mulheres	Proporção de

			mulheres (%)
Brasil	56 896	9 106	16,0
Amarela	226	47	20,8
Branca	30 593	5 388	17,6
Indígena	172	28	16,3
Parda	21 822	3 074	14,1
Preta	3 514	483	13,7
Norte	4 667	760	16,3
Rondônia	520	60	11,5
Acre	231	48	20,8
Amazonas	679	123	18,1
Roraima	157	23	14,6
Pará	1 608	244	15,2
Amapá	174	33	19,0
Tocantins	1 298	229	17,6
Nordeste	18 873	3 157	16,7
Maranhão	2 412	467	19,4
Piauí	2 072	417	20,1
Ceará	2 120	392	18,5

Continua

Tabela 2 - Total e proporção de mulheres entre os parlamentares eleitos para as câmaras de vereadores, segundo cor ou raça, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2020.

Continuação

Cor ou raça, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Vereadores eleitos		
	Total de cadeiras	Total de mulheres	Proporção de mulheres (%)
Rio Grande do Norte	1 607	350	21,8
Paraíba	2 198	349	15,9
Pernambuco	2 116	291	13,8
Alagoas	1 066	165	15,5
Sergipe	805	134	16,6
Bahia	4 477	592	13,2
Sudeste	17 280	2 444	14,1
Minas Gerais	8 471	1 179	13,9
Espírito Santo	785	78	9,9
Rio de Janeiro	1 184	116	9,8
São Paulo	6 840	1 071	15,7
Sul	11 536	2 025	17,6
Paraná	3 822	572	15,0
Santa Catarina	2 881	522	18,1
Rio Grande do Sul	4 833	931	19,3
Centro-Oeste	4 540	720	15,9
Mato Grosso do Sul	847	163	19,2

Mato Grosso	1 355	218	16,1
Goiás	2 338	339	14,5
Distrito Federal	-	-	-

Fonte: TSE. Repositório de dados eleitorais (2020).

Notas: Os resultados apresentados se referem apenas aos candidatos em eleições ordinárias. Não estão incluídos na tabulação candidatos cujas informações constam como "Não divulgável" no *site* do TSE. Não são apresentados candidatos sem informação de cor ou raça.

Segundo o The World Bank (2020), entende-se, de forma quase universal, que mulheres, pessoas com deficiência e minorias sexuais e de gênero enfrentam desvantagens sociais e econômicas significativas quando comparadas a homens saudáveis, cisgêneros e heterossexuais. O que ainda não é totalmente compreendido e aceito entre muitos praticantes de planejamento urbano é exatamente como as condições existentes no ambiente construído – e a falta de diversidade nas vozes que o moldam – facilita, alimenta e perpetua essas desigualdades.

Para Butzke *et al.* (2020, p.44), a associação dos estudos de gênero com a reflexão do regional ocorre liberando uma velha cadeia de significados e associando-se com significados mais políticos. Assim, no Marco da Cooperação para o Desenvolvimento das Nações Unidas surge o enfoque denominado Gênero e Desenvolvimento (GED). De acordo com Pereira (2015), o paradigma GED requer que sejam introduzidos elementos analíticos específicos de gênero na fase de diagnóstico, do planejamento e do desenvolvimento, de forma a detectar e identificar claramente todos os elementos que constituem o sistema de gênero (papéis, interesses, necessidade, entre outros).

Observa-se que um ambiente político sem representatividade feminina fere diversas diretrizes democráticas, uma vez que as mulheres representam a maior parte da população brasileira; contudo, não têm seus interesses defendidos de forma contundente, eficaz e satisfatória (Santos; Alves; Rigatto, 2021).

É preciso considerar que a transversalidade ou a disseminação da perspectiva de gênero em todas as áreas de políticas públicas passa pelo diagnóstico e o monitoramento do acesso das mulheres às posições de poder e decisão em cada um dos órgãos que compõem o Estado brasileiro (Rezende, 2016, p.62).

Além disso, deve-se estar ciente de que, à medida que o número de mulheres na política aumenta e que as mulheres têm mais oportunidades de avançar em suas

prioridades, os efeitos da representatividade feminina e a opinião sobre os resultados das políticas pode tornar-se mais visível, alcançando a “massa crítica” para influenciar as decisões políticas (Hessami; Fonseca, 2020).

Mediante o exposto neste capítulo, percebe-se que o desenvolvimento sustentável urbano está intimamente relacionado às questões de gênero e para que essa associação ocorra de modo mais eficaz é essencial uma alta representatividade feminina na política, considerando que muitas questões do desenvolvimento urbano e sustentável são atravessadas pelas necessidades das mulheres.

3 MÉTODO

Para esta pesquisa foram adotadas as seguintes etapas metodológicas: Identificação do problema; Revisão bibliográfica; Definição do Problema; Elaboração do método de trabalho; Coleta de dados; Análise e interpretação dos dados; e Conclusões, como pode ser observado no fluxograma da Figura 1.

Figura 1 - Fluxograma das etapas de pesquisa.



Fonte: elaborado pelo autor.

Ressalta-se, conforme observado na Figura 1, que a etapa da definição do problema ocorre paralelamente à revisão bibliográfica, posto que são impactadas mutuamente, em caso de alterações.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Quanto ao objetivo, trata-se de pesquisa exploratória, que busca um aprofundamento no tema, dado que a área da pesquisa e a amostra selecionada não são suficientes para caracterizar uma pesquisa descritiva.

A pesquisa é orientada pela abordagem qualitativa. A escolha dessa abordagem se deve ao fato de que "a pesquisa qualitativa é de particular relevância

no estudo das relações sociais, devido à pluralização das esferas sociais” (Flick, 2009, p. 20).

Observa-se ainda que a pesquisa qualitativa apresenta pressupostos diferentes de pesquisas quantitativas. De acordo com Flick (2009, p.25), de modo diferente da pesquisa quantitativa, a subjetividade do pesquisador, bem como daqueles que estão sendo estudados, tornam-se parte do processo de pesquisa.

Segundo Creswell (2010), a pesquisa qualitativa é um conjunto de práticas que transformam o mundo visível em dados representativos, incluindo notas, entrevistas, fotografias, registros e lembretes. Os pesquisadores qualitativos buscam entender um fenômeno em seu contexto natural. As reflexões dos pesquisadores sobre suas próprias atitudes e observações em campo, suas impressões e sentimentos tornam-se dados em si mesmos, construindo parte da interpretação e são, portanto, documentados em diários de pesquisa ou em protocolos de contexto.

Denzin e Lincoln (2006, p. 3) definem a pesquisa qualitativa como uma atividade situada que posiciona o observador, um conjunto de práticas interpretativas e materiais que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam a realidade por meio de uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações pessoais. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma postura interpretativa e naturalística. Os pesquisadores desse campo estudam os objetos em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhes atribuem.

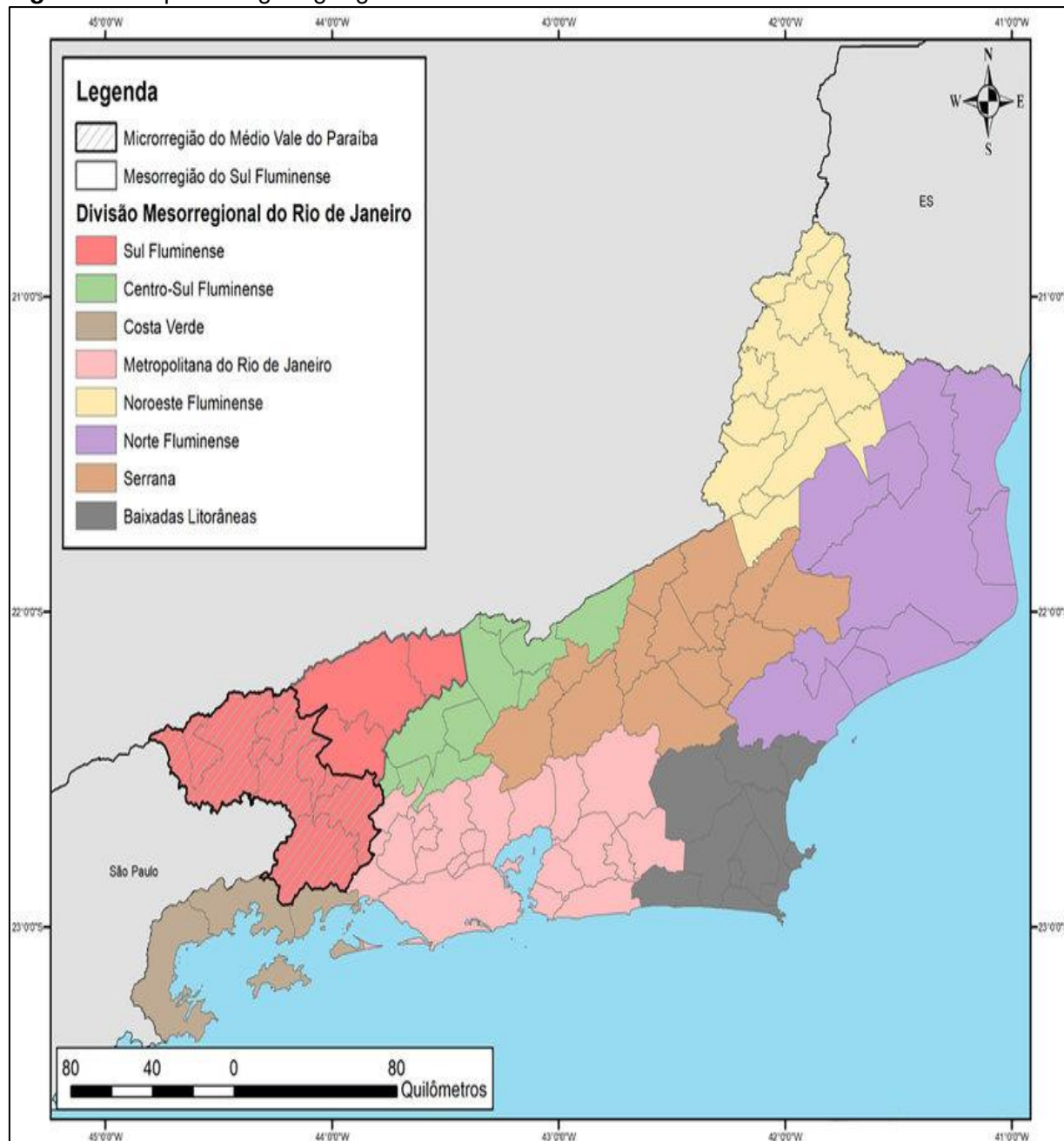
Foi adotada também a pesquisa documental que, segundo Oliveira (2007, p. 69), “[...] se caracteriza pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”, ou seja, utiliza fontes primárias, que são dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente.

3.2 ÁREA DE REALIZAÇÃO

Em termos geográficos, esta pesquisa se delimitou pela observação do fenômeno na região geográfica intermediária do Sul Fluminense, nos municípios

com representatividade feminina na política pública no Legislativo Municipal, de acordo com a Figura 2.

Figura 2 - Mapa da região geográfica intermediária do Sul Fluminense.



Fonte: IBGE, 2010.

São componentes dessa região os seguintes municípios: Angra dos Reis, Barra do Piraí, Barra Mansa, Itaiaia, Paraty, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença, Três Rios e Volta Redonda.

A próxima seção será dedicada à população e à amostra alvo desta investigação.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Para a presente pesquisa, os sujeitos que participaram atenderam os seguintes critérios:

- Ser do gênero feminino (mulheres e mulher transgênero);
- Residir na região Sul Fluminense;
- Ter ocupado ou estar ocupando cargo no Legislativo como vereadora, entre 2013 e 2022.

Para apontar o público a ser pesquisado, foram tomados como base os dados do Tribunal Superior Eleitoral, totalizando no máximo 32 potenciais participantes, conforme o Quadro 3. Vale ressaltar que 9 vereadoras foram reeleitas nos mandatos pesquisados ou exerceram mandatos anteriores.

Quadro 3 - Potenciais participantes da pesquisa.

MUNICÍPIOS	MANDATO LEGISLATIVO		
	2021/2024	2017/2020	2013/2016
Total	21	9	11
Angra Dos Reis	4	3	2
Barra Mansa	4	1	0
Três Rios	4	0	1
Resende	2	1	1
Barra Do Piraí	2	0	0
Pinheiral	1	0	0
Porto Real	1	2	3
Quatis	1	1	0
Paraty	1	0	1
Valença	1	0	0
Volta Redonda	0	0	1
Piraí	0	0	0
Rio Claro	0	0	0
Rio Das Flores	0	0	0
Itatiaia	0	1	2

Fonte: elaborado pelo autor.

Também foram contatadas cerca de 60% das vereadoras dos mandatos anteriores a 2021/2024, mas estas não se dispuseram a participar da pesquisa. Portanto, optou-se pela amostragem por acessibilidade, composta pelas vereadoras com mandato no momento.

Vale ressaltar que a amostra aceitável foi composta por representantes femininas (vereadoras) com mandato no período 2021/2024; portanto, trata-se de amostra não probabilística, com um total de 07 entrevistadas.

3.4 INSTRUMENTOS

Para a obtenção dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com a utilização de um roteiro, de acordo com o Apêndice F – Roteiro de Entrevista, elaborado e alinhado com os objetivos da pesquisa, sendo incentivada a comunicação bidirecional, facilitando ao entrevistador e ao entrevistado realizar perguntas a fim de gerar uma discussão mais abrangente entre os participantes. Cabe destacar que, em determinadas circunstâncias, as perguntas foram complementadas por outros questionamentos, o que possibilitou o surgimento de novas informações (obtidas de forma mais livre e com respostas não condicionadas).

A entrevista semiestruturada requer que o pesquisador organize, previamente, um conjunto de questões sobre o fenômeno que está abordando. Porém, esse roteiro não é rígido, pois possibilita que o pesquisador incentive o entrevistado a falar livremente sobre assuntos que vão emergindo a partir das perguntas principais (Manzini, 2003).

A fim de que os objetivos elencados fossem atingidos, o presente trabalho foi organizado em três etapas distintas, sintetizadas no Quadro 4, abaixo.

Quadro 4 - Etapas da Pesquisa

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Etapas
O objetivo geral desta pesquisa é analisar o papel da representatividade feminina na política pública e suas proposituras relacionadas com o desenvolvimento urbano sustentável	OE 1: Analisar a relação entre governança pública representatividade feminina e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS);	Etapa 1: Identificação da proposição dos projetos elaborados pela representatividade feminina existentes nos municípios da Região geográfica intermediária do Sul Fluminense.
	OE 2: Levantar o conhecimento da representatividade feminina no legislativo municipal sobre desenvolvimento urbano sustentável.	Etapa 2: Verificação do nível de conhecimento da Representatividade Feminina sobre o tema Desenvolvimento urbano sustentável e a Agenda 2030 da ONU.

da Região geográfica intermediária do Sul Fluminense no período entre 2013 e 2022.	OE 3: Discutir a relevância do desenvolvimento urbano sustentável pela ótica da representatividade feminina na política pública municipal.	Etapa 3: Análise do discurso da Representatividade Feminina no Legislativo e suas proposições de ações para a melhoria das políticas públicas.
--	--	--

Fonte: elaborado pelo autor.

As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, que permitem ao informante discorrer sobre o tema proposto em uma conversa formal ou informal. Esse instrumento tem a finalidade de obter informações dos entrevistados sobre um determinado tema ou assunto por meio de uma conversa planejada por meio de um roteiro e seguida por indagações (Boni; Quaresma, 2005).

A organização da entrevista baseou-se no conceito de mulher no desenvolvimento segundo Zebadúa e Pérez (2002), na inclusão da questão de gênero nas agendas governamentais de acordo com Lobo (1991), no conceito de desenvolvimento urbano segundo Veiga (2003) e na igualdade de gênero segundo a ONU – Organização das Nações Unidas (2010).

3.5 PLANO PARA COLETA DE DADOS

Para a realização desta pesquisa foram utilizados procedimentos que viabilizaram a caminhada metodológica. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e constituída por informações obtidas por meio de análise documental, além de pesquisa bibliográfica e entrevista. Foi solicitada a autorização institucional (Apêndice G - Folha de Rosto para Pesquisa Envolvendo Seres Humanos) para o desenvolvimento da pesquisa, e após submissão ao Comitê de Ética da Universidade de Taubaté-UNITAU, foi aprovada sob o nº 5.761.210 em 17/11/2023, sendo aplicada em grupo, de acordo com o Apêndice H – Parecer Consubstanciado do CEP.

A pesquisa documental é necessária para subsidiar as informações utilizadas na elaboração do roteiro da entrevista aplicada com a população da amostra. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades e práticas, entre outros (Cellard, 2008).

Para a coleta de dados optou-se pelo método de entrevistas, realizadas de forma virtual ou presencial, aplicadas individualmente de acordo com o público-alvo, sendo transcritas para análise posterior. Antes da entrevista, foi assinado pelas participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento – TCLE (Apêndice C), sendo informadas de que não eram obrigadas a responder a totalidade das perguntas, bem como poderiam desistir da participação a qualquer momento. O roteiro para a orientação das discussões foi dividido em quatro etapas, sendo:

- a) Primeira etapa: aquecimento, com apresentação do moderador e explicação do funcionamento da entrevista. O moderador prepara a entrevistada para uma conversa dirigida com a elaboração de um relatório, informando que não haverá opinião certa ou errada, sendo todas igualmente valiosas. Pede à participante que se apresente, informando nome, cidade, tempo de atuação na política, número de mandatos que exerceu no Legislativo, períodos, se exerce alguma atividade profissional além do mandato no Legislativo Municipal e formação educacional.
- b) Segunda etapa: aborda as percepções gerais sobre a política pública e a trajetória política da entrevistada, discorrendo sobre o seu conhecimento dos temas governança e desenvolvimento urbano sustentável.
- c) Terceira etapa: aborda a percepção sobre governança pública, desenvolvimento sustentável e sua importância no contexto político do município, o conhecimento sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a vivência prática em projetos visando o atingimento de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- d) Quarta etapa: aborda a percepção da entrevistada sobre a representatividade no contexto político público, a percepção do que deve ser feito para fomentar essa representatividade e para aumentar a representatividade feminina no desenvolvimento sustentável dos municípios.

As entrevistas foram realizadas no período de setembro de 2022 a janeiro de 2023 com: a) Daiana, de forma remota, com tempo de duração de 1h e 30 min; b) Otaviana, de forma presencial, com tempo de duração de 1h e 40 min; c) Naiara, de forma remota, com tempo de duração de 1h e 20min; d) Paola, de forma remota, com tempo de duração de 1h e 30 min; e) Queila, de forma remota, com tempo de duração de 1h e 40 min; f) Estefany, de forma remota, com tempo de duração de 0h e 40 min; e g) Silvana, de forma remota, com tempo de duração de 1h e 10min.

Foram atribuídos nomes atribuídos às entrevistadas, a fim de preservar suas identidades. Optou-se por nomeá-las com o intuito de humanizar as entrevistadas. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas e analisadas, como será observado nas seções a seguir.

Ao conduzir as entrevistas e proceder a transcrição do conteúdo, seguiu-se rigorosamente os preceitos éticos recomendados. Cada etapa foi cuidadosamente planejada para garantir integridade, privacidade e respeito aos participantes. Antes de iniciar as entrevistas, foi obtido o consentimento informado de cada um deles. Explicou-se claramente o propósito da entrevista, como as informações seriam utilizadas e se obteve o consentimento voluntário para a gravação das entrevistas.

Foi assegurado que as gravações e transcrições fossem tratadas com o mais alto nível de privacidade e confidencialidade, com a implementação de medidas de segurança robustas para proteger o material de acessos não autorizados, preservando a confidencialidade das informações.

Para preservar a identidade das participantes, procedeu-se à anonimização das informações durante a transcrição. Detalhes pessoais que pudessem levar à identificação direta foram removidos, contribuindo para a proteção da privacidade. Manteve-se transparência total sobre o propósito das entrevistas e transcrições. As participantes foram informadas sobre como suas contribuições seriam utilizadas, garantindo uma compreensão clara do trabalho e construindo confiança em relação ao tratamento ético de suas declarações.

O pesquisador comprometeu-se a utilizar as informações de maneira responsável, respeitando os limites estabelecidos no consentimento das participantes e evitando qualquer uso que pudesse causar danos aos envolvidos. Garantiu-se que todo o processo, desde a gravação até a transcrição, estivesse em conformidade com as leis e regulamentações pertinentes à privacidade e proteção de dados.

Por fim, limitou-se o acesso às gravações e transcrições apenas ao autor da pesquisa e a sua orientadora, garantindo legitimidade no acesso às informações. Ao seguir esses preceitos, as entrevistas e transcrições foram realizadas de maneira ética, respeitando plenamente os direitos e a privacidade dos participantes envolvidos.

3.6 PLANO PARA ANÁLISE DE DADOS

Para analisar os dados coletados, optou-se por utilizar a análise de conteúdo. Para Richardson (1999), a análise de conteúdo é uma técnica utilizada para estudar materiais qualitativos. Para tanto, primeiramente, é realizada uma leitura com o intuito de organizar as ideias coletadas e, posteriormente, analisar a presença dos elementos e das regras determinados para a pesquisa.

Para Bardin (2009), a análise de conteúdo deve ter como ponto de partida uma organização. Suas diferentes fases organizam-se em torno de três polos, sendo eles: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados (realização de interpretações e inferências). No que tange à primeira etapa, Bardin (2009) observa que consiste em estabelecer uma organização do material a partir da escolha de documentos/informações relevantes, permitindo uma “leitura flutuante” do material até a decisão sobre quais informações devem ser consideradas para a análise.

Na segunda etapa, exploração, Bardin (2009) relata que a análise do material exige sua codificação, ou seja, a transformação de dados brutos dos textos por meio de recortes até que sua codificação atinja a representação do conteúdo ou sua expressão. Para realizar a codificação, podem ser utilizados palavras, temas, contextos, relações e outros meio, até se chegar à categorização dos dados coletados.

Por fim, na terceira etapa ocorre o tratamento dos resultados, ou seja, o pesquisador realiza a interpretação dos dados a partir da teoria escolhida. Essa interpretação pode fazer uso de quantificações ou se restringir a análises qualitativas (Bardin, 2009).

As três fases devem ser realizadas, porém há muitas variações na maneira de conduzi-las. As comunicações, objeto de análise, podem ser abordadas de diferentes formas. As unidades de análise também podem variar: alguns pesquisadores escolherão a palavra, outros optarão pelas sentenças, parágrafos e, até mesmo, pelo texto. A forma de tratar tais unidades também se diferencia. Enquanto alguns contam palavras ou expressões, outros procuram desenvolver a análise da estrutura lógica do texto ou de suas partes, e outros, ainda, centram sua atenção em temáticas específicas (Godoy, 1995).

Os temas de análise desta pesquisa, com base na literatura utilizada para compor o referencial teórico, foram:

1. Desenvolvimento sustentável: um conceito a partir das entrevistadas;
2. Governança pública e sustentabilidade;

3. Relação entre governança pública, ODS e ONU;
4. Importância do desenvolvimento urbano sustentável;
5. Meio ambiente e desigualdade social;
6. Políticas públicas e desenvolvimento sustentável;
7. Importância da representatividade feminina nos espaços públicos;
8. Mulheres na política: desafios e perspectivas;
9. Gênero e governança pública;
10. Gênero e desenvolvimento sustentável urbano;
11. Relação entre governança pública, ODS e ONU.

Para se definir os temas acima utilizou-se principalmente a literatura produzida por Rogers, Jalal e Boyd (2007), Angel *et al.* (2011), Feil e Schreiber (2017), Horbach (2005), Bulkeley *et al.* (2013), ONU (2021), Sachs e Ban (2015), ONU (2015), Cheshmehzangi e Dawodu (2019), Calió (1992), Santos, Alves e Rigatto (2021), Each, Mehta e Prabhakaran (2016) e Goghait, Tripathy e Almeida (2014).

Mediante o exposto, entende-se que a análise de conteúdo foi a mais viável possível, devido à fragilidade do *corpus* de pesquisa, e será apresentada na seção seguinte, assim como os resultados e sua discussão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em função dos instrumentos utilizados durante a coleta de dados - roteiro de entrevista semiestruturada e pesquisa documental -, os resultados obtidos serão apresentados conforme descrito nos procedimentos metodológicos.

Esta pesquisa contribui com informações sobre a representatividade feminina na política pública no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável da região geográfica intermediária do Sul Fluminense e sobre a efetivação de iniciativas públicas e privadas relativas à implantação e aplicação das metas de desenvolvimento de um segmento de gênero em uma sociedade, com ênfase em seu desenvolvimento urbano sustentável.

Vale ressaltar que os municípios acima representam 7,2% da população do Estado, segundo o Censo de 2022 do IBGE. O IBGE define população ocupada como as pessoas que, na semana de referência, trabalham pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado com dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.)

O Quadro 5 apresenta a população ocupada por município.

Quadro 5 - Dados populacionais da região geográfica intermediária do Sul Fluminense.

MUNICÍPIOS	População no último censo [2022]	Pessoal ocupado [2021]
Angra Dos Reis	167.418	38.974
Barra Mansa	169.899	36.593
Três Rios	78.346	24.884
Resende	129.612	43.551
Barra Do Pirai	92.883	17.826
Pinheiral	24.298	4.235
Porto Real	20.373	7.968
Quatis	13.682	2.400
Paraty	44.872	10.582

Valença	67.753	12.815
Volta Redonda	261.584	85.284
Piraí	27.474	8.882
Rio Claro	17.401	2.546
Rio Das Flores	8.954	3.039
Itatiaia	30.908	12.056
Total	1.155.457	311.635

Fonte: IBGE (2023).

O município mais populoso da mesorregião é Volta Redonda que, conseqüentemente, tem o maior volume de pessoal ocupado. A população média da mesorregião é de 77.030 habitantes e a média de pessoal ocupado é de 20.776.

O Quadro 6 a seguir traz informações econômicas por município da mesorregião e o atual Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de cada um deles.

Os municípios de Porto Real e de Itatiaia destoam dos demais da mesorregião em termos de PIB *per capita*, pois têm uma população pequena e fazem parte do polo metal mecânico. Isso posto, não há grandes distorções em termos de IDH entre os municípios da mesorregião.

Quadro 6 - Dados econômicos da região geográfica intermediária do Sul Fluminense

MUNICÍPIOS	PIB per capita [2020]	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]
Angra Dos Reis	R\$ 51.816,01	0,724
Barra Mansa	R\$ 31.943,28	0,729
Três Rios	R\$ 65.103,57	0,725
Resende	R\$ 61.373,00	0,768
Barra Do Piraí	R\$ 24.500,58	0,733
Pinheiral	R\$ 30.642,95	0,715
Porto Real	R\$ 121.817,60	0,713
Quatis	R\$ 21.400,10	0,690
Paraty	R\$ 39.657,61	0,693
Valença	R\$ 29.267,52	0,738
Volta Redonda	R\$ 42.448,64	0,771
Piraí	R\$ 88.440,87	0,708
Rio Claro	R\$ 25.249,78	0,683
Rio Das Flores	R\$ 29.516,65	0,680
Itatiaia	R\$ 143.113,69	0,737

Média	R\$ 53.752,79	0,720
--------------	----------------------	--------------

Fonte: IBGE (2023)

Vale ressaltar que o IDH varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor. O Quadro 7 apresenta a população residente por município e sexo.

Quadro 7- População residente por município e sexo

MUNICÍPIOS	Masculino	Feminino	Total	%Masculino	%Feminino
Angra Dos Reis	105.178	104.993	210.171	50%	50%
Barra Mansa	89.304	95.933	185.237	48%	52%
Três Rios	39.330	43.138	82.468	48%	52%
Resende	65.067	68.177	133.244	49%	51%
Barra Do Piraí	48.332	52.807	101.139	48%	52%
Pinheiral	12.349	13.214	25.563	48%	52%
Porto Real	10.031	10.223	20.254	50%	50%
Quatis	6.985	7.577	14.562	48%	52%
Paraty	22.349	21.826	44.175	51%	49%
Valença	37.125	40.077	77.202	48%	52%
Volta Redonda	130.858	144.067	274.925	48%	52%
Piraí	14.562	15.240	29.802	49%	51%
Rio Claro	9.418	9.259	18.677	50%	50%
Rio Das Flores	4.671	4.730	9.401	50%	50%
Itatiaia	16.060	16.252	32.312	50%	50%

Fonte: DATASUS (2023).

Conforme observado no Quadro 7, à exceção de Paraty, todos os municípios têm 50% ou mais de população feminina.

4.1 DIAGNÓSTICO DAS PROPOSITURAS DE PROJETOS DO LEGISLATIVO

A pesquisa documental foi realizada durante setembro e outubro de 2022. Foi realizado o levantamento documental dos projetos de lei aprovados pelas 36 (trinta e seis) vereadoras no período de análise, em cada um dos 15 (quinze) municípios. Vale ressaltar que foram selecionados apenas os projetos que tinham como foco os

tópicos desenvolvimento, desenvolvimento urbano e desenvolvimento urbano sustentável.

O Quadro 8, disponível a seguir, aponta o número de leis e proposições realizadas pelas vereadoras e ex-vereadoras. Percebe-se que as vereadoras de 05 (cinco) municípios entre os 15 (quinze) selecionados para a análise não realizaram proposições e leis em seus mandatos, sendo estes Barra Mansa, Barra do Piraí, Porto Real, Quatis e Volta Redonda.

Quadro 8 - Projetos aprovados por município.

IDADE	TOTAL DE VEREADORES	TOTAL DE VEREADORAS (GÊNERO FEMININO)	ANO	PROPOSIÇÕES POR VEREADORA (GÊNERO FEMININO)
Angra dos Reis	14	2	2013 A 2016	25
	14	3	2017 A 2020	41
	14	4	2021 A 2024	45
			TOTAL	111
Barra Mansa	19	0	2013 A 2016	N/A
	19	1	2017 A 2020	N/A
	19	4	2021 A 2024	675
			TOTAL	675
Três Rios	15	1	2013 A 2016	0
	15	0	2017 A 2020	N/A
	15	4	2021 A 2024	335
			TOTAL	335
Resende	17	1	2013 A 2016	3
	17	1	2017 A 2020	4
	17	2	2021 A 2024	31
			TOTAL	38
Barra do Piraí	11	0	2013 A 2016	N/A
	11	0	2017 A 2020	N/A
	11	2	2021 A 2024	N/A
			TOTAL	N/A
Pinheiral	9	0	2013 A 2016	N/A
	9	0	2017 A 2020	N/A
	9	1	2021 A 2024	07
			TOTAL	07
Porto Real	11	3	2013 A 2016	0
	11	2	2017 A 2020	0
	11	1	2021 A 2024	0
			TOTAL	0
Quatis	9	0	2013 A 2016	N/A
	9	1	2017 A 2020	0
	9	1	2021 A 2024	0
			TOTAL	0
Paraty	9	1	2013 A 2016	0
	9	0	2017 A 2020	N/A
	9	1	2021 A 2024	30
			TOTAL	30

Valença	12	0	2013 A 2016	N/A
	12	0	2017 A 2020	N/A
	12	1	2021 A 2024	1
			TOTAL	1
Volta Redonda	22	1	2013 A 2016	0
	22	0	2017 A 2020	N/A
	22	0	2021 A 2024	N/A
			TOTAL	N/A
			TOTAL	N/A

Continua

Quadro 8 – Projetos aprovados por municípios

Continuação

IDADE	TOTAL DE VEREADORES	TOTAL DE VEREADORAS (GÊNERO FEMININO)	ANO	PROPOSITURAS POR VEREADORA (GÊNERO FEMININO)
Pirai	13	0	2013 A 2016	N/A
	11	0	2017 A 2020	N/A
	13	0	2021 A 2024	N/A
			TOTAL	N/A
Rio Claro	11	0	2013 A 2016	N/A
	11	0	2017 A 2020	N/A
	11	0	2021 A 2024	N/A
			TOTAL	N/A
Rio das Flores	9	0	2013 A 2016	N/A
	9	0	2017 A 2020	N/A
	9	0	2021 A 2024	N/A
			TOTAL	N/A
Itatiaia	11	2	2013 A 2016	0
	11	1	2017 A 2020	0
	11	0	2021 A 2024	N/A
			TOTAL	N/A

Fonte: Câmara dos Vereadores dos municípios da região geográfica intermediária do Sul Fluminense (2022).

Entende-se por propositura tudo o que o vereador propõe por meio de indicações, requerimentos, moções, emendas, projetos de lei, decreto legislativo, resolução e emenda à lei orgânica, de acordo com o Quadro 9.

Quadro 9 - Ações do Legislativo Municipal.

PROPOSITURA	SIGNIFICADO
Proposição de Lei	Toda matéria sujeita à deliberação da Câmara.
Indicação	Recurso muito utilizado pelos vereadores para demandas de execução mais simples, que dispensam a elaboração de uma lei específica/licitação.
Requerimento	Espécie de proposição por meio da qual o parlamentar formaliza, por escrito ou verbalmente, pedido a ser decidido pelo Presidente da Casa ou de comissão, pelo plenário ou pelas comissões.
Moção	instrumento pelo qual o vereador pode se manifestar, oferecendo-o

	aos cidadãos, autoridades ou entidades públicas ou privadas. podem ser de aplauso, louvor, congratulações, pesar, repúdio e desagravo.
Emenda	São acessórias às proposições principais. Há prazo para sua apresentação e sua adoção ou rejeição deverá constar do parecer da Comissão. Dependendo da Casa Legislativa, as emendas poderão ser apresentadas em plenário.
Projeto de Decreto	Projeto de Decreto Legislativo – PDL – proposta elaborada por um vereador que se refere exclusivamente ao Poder Legislativo. Diferentemente dos Projetos de Lei, que passam por duas discussões e duas votações em plenário, os PDLs enfrentam discussão e votação únicas.

Continua

Quadro 9 - Ações do Legislativo Municipal.

Continuação

PROPOSITURA	SIGNIFICADO
Projeto de Lei	São propostas para a criação de leis. Para tornar-se lei municipal, o texto do projeto deve ser debatido e aprovado pelo Poder Legislativo e submetido à apreciação do chefe do Poder Executivo.
Projeto de Resolução	Os projetos de resolução são destinados a regular as matérias da competência privativa da Câmara e as de caráter político, processual, legislativo ou administrativo. A resolução aprovada e promulgada tem eficácia de lei ordinária.
Emenda à Lei Orgânica	As emendas à lei orgânica possibilitam a inserção de acréscimos, supressões ou modificações do texto constitucional municipal. Não se sujeitam à sanção do executivo e têm a mesma natureza e eficácia das normas constitucionais de âmbito municipal.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Portanto, realizou-se nesta seção uma análise prévia de 07 (sete) municípios: Angra dos Reis, Barra Mansa, Três Rios, Resende, Pinheiral, Paraty e Valença. O Quadro 10, a seguir, apresenta um breve resumo de proposições apresentadas pelas vereadoras.

Quadro 10 - Proposições de projetos do Legislativo por vereadoras

Município	Proposições Aprovadas	Proposições por Vereadoras/ Autoria
Angra dos Reis Apêndice I	113 (cento e treze)	<ul style="list-style-type: none"> • 32 (trinta e duas) apresentados pela vereadora D. • 30 (trinta) pela vereadora A, • 23 (vinte e três) pela vereadora B. • 06 pela vereadora C e • 22 (vinte e dois) pela vereadora E.
Barra Mansa Apêndice O	678 (seiscentos e setenta e oito)	<ul style="list-style-type: none"> • 387 (trezentos e oitenta e sete) da Vereadora F, • 36 (trinta e seis) da Vereadora G, • 138 (cento e trinta e oito) da Vereadora H e • 117 (cento e dezessete) da Vereadora I.

Três Rios Apêndice J	332 (trezentos e trinta e dois)	<ul style="list-style-type: none"> • 91 vereadora J, • 38 (trinta e oito) da vereadora K. • 76 (setenta e seis) da vereadora L. • 127 (cento e vinte e sete) da vereadora M.
Resende Apêndice L	40 (quarenta)	<ul style="list-style-type: none"> • 27 (vinte e sete) de autoria da vereadora N. • 13 (treze) da vereadora O.
Pinheiral Apêndice M	17 (dezesete)	<ul style="list-style-type: none"> • Todos apresentados pela vereadora R.
Paraty Apêndice M	30 (trinta)	<ul style="list-style-type: none"> • Todos apresentados pela da vereadora U.
Valença Apêndice O	1 (um)	<ul style="list-style-type: none"> • Todos apresentados pela da vereadora V.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

No município de Angra dos Reis, durante o período de análise, foram realizadas 113 (cento e treze) proposições, sendo 32 (trinta e duas) apresentadas pela vereadora D, 30 (trinta) pela vereadora A, 23 (vinte e três) pela vereadora B, 06 pela vereadora C e 22 (vinte e dois) pela vereadora E. As ementas, suas respectivas datas e demais dados constam no Apêndice I.

Destas 111 (cento e onze) proposições, 02 (duas) foram arquivadas, 03 (três) foram aprovadas, 02 (duas) foram rejeitadas, 04 (quatro) foram vetadas, 05 (cinco) promulgadas e 15 (quinze) sancionadas. Para as demais proposições não constam as situações expressas no site da Câmara Municipal. A diferença entre sanção e promulgação está na razão direta do fato de que a sanção incide sobre o projeto de lei, enquanto a promulgação incide sobre a lei. É pelo ato de sanção que o projeto de lei se transforma em lei, conjugando a vontade política do Poder Legislativo com o Poder Executivo.

Das 111 (cento e onze) proposições, 37 (trinta e sete) contemplam o ODS 5 - Igualdade de gênero e o ODS 11 - Municípios e comunidades sustentáveis. Destas, 03 (três) foram vetadas, 01 (uma) rejeitada e 02 (duas) arquivadas. Portanto, 31 (trinta e uma) foram objeto de análise desta pesquisa.

Duas proposições chamaram a atenção para ser objeto de análise da próxima seção. São elas:

- A ementa “Dispõe sobre a criação do IPTU SUSTENTÁVEL e autoriza a concessão de desconto no imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) como incentivo ao uso de tecnologias ambientais sustentáveis”, datada de 28/10/2015, da proposição da vereadora E,

a qual pode ser identificada como desenvolvimento urbano sustentável.

- A ementa “Institui a campanha A Mulher na Política, dispondo sobre medidas de incentivo à participação da mulher na atividade política no município de Angra dos Reis” da propositura da vereadora D, datada de 17/05/2021, que instituiu a Lei nº 4.005, de 25/10/2021.
- A ementa “Determina a instalação de detectores de metais nas entradas dos mercados, supermercados, *shopping centers*, escolas com número superior a 200 alunos, estádio municipal, ginásios poliesportivos, hospitais, unidades de pronto atendimento e similares no município”, da propositura datada de 15/06/2021, Processo nº 2023/2016, cuja vai contra a ODS 11 e, por esse motivo, foi excluída da análise.

O Projeto de Lei Nº 00063/2017, datado de 31/07/2017, Processo nº 5356/2017, referente à construção de bicicletários nas escolas públicas do município foi arquivado a pedido da própria vereadora, após análise da Comissão de Justiça.

Já o Projeto de Lei Nº 00220/2021, datado de 04/11/2021, Processo nº 9217/2021, cuja ementa “Dispõe sobre a implantação de dispositivo chamado “bueiro inteligente” nos logradouros do município e dá outras providências” foi arquivado a pedido da autora pelo Memorando Nº 139/2021, constante no processo administrativo nº 1612/2021.

A seguir apresenta-se a análise das 29 proposições do município de Angra dos Reis durante o período de estudo. Os municípios com indisponibilidade de dados não terão a análise aprofundada, somente totalizando as ementas por ODS.

Em Barra Mansa foram encontrados 678 (seiscentos e setenta e oito) projetos aprovados, sendo 395 (trezentos e noventa e cinco) projetos, 05 (cinco) relacionados ao ODS 5 e os demais relacionados ao ODS 11. Quanto à autoria, 387 (trezentos e oitenta e sete) são da Vereadora F, 36 (trinta e seis) da Vereadora G, 138 (cento e trinta e oito) da Vereadora H e 117 (cento e dezessete) da Vereadora I, que constam no Apêndice O.

Em Três Rios foram encontrados 332 (trezentos e trinta e dois) projetos aprovados, 1 (um) relativos ao ODS 5 e 308 (trezentos e oito) ao ODS 11, sendo 91

de autoria da vereadora J, 38 (trinta e oito) da vereadora K, 76 (setenta e seis) da vereadora L e 127 (cento e vinte e sete) da vereadora M. As ementas, suas respectivas datas e demais dados constam no Apêndice J.

No caso desse município, o único projeto relativo ao ODS 5 trata de uma audiência pública sobre rede de proteção e defesa às mulheres que sofrem violência, de 4 de agosto de 2021. As proposições relativas ao ODS 11 referem-se a operações “tapa buracos”, asfaltamento, capina, colocação de quebra-molas e reparos em gerais. Não foram identificados projetos que justificassem sua análise.

Já em Resende foram encontrados 38 (trinta e oito) projetos aprovados, 7 (sete) relativos ao ODS 5 e 7 (sete) ao ODS 11, sendo 27 (vinte e sete) de autoria da vereadora N e 13 (treze) da vereadora O. As ementas, suas respectivas datas e demais dados constam no Apêndice L.

Esse município conta com muitos projetos que são apresentados como requerimento à mesa. Não se verificou nenhum projeto relativo a desenvolvimento urbano sustentável para ser analisado.

No município de Pinheiral, no período de análise, foram aprovados 17 (dezessete) projetos, sendo 1 (um) relativo aos ODS 5, 6 e 11, sendo todos apresentados pela vereadora R. As ementas, suas respectivas datas e demais dados constam no Apêndice M. Vale ressaltar um projeto, datado de 07 de junho de 2021, com ementa “solicitando a construção de uma ciclovia ao lado do muro da linha férrea, na saída do bairro Bela Vista-Varjão até o início do bairro Parque Maíra, neste Município.” Esse projeto será objeto de análise na seção seguinte.

Em Paraty, foram encontrados 30 (trinta) projetos aprovados, sendo 1 (um) relativo ao ODS 5 e 15 (quinze) ao ODS 11, todos de autoria da vereadora U. As ementas, suas respectivas datas e demais dados constam no Apêndice M.

Em Valença, encontrou-se apenas 1 (um) projeto aprovado, relativo ao ODS 5, de autoria da vereadora V. A ementa, sua respectiva data e demais dados constam no Apêndice O. O projeto refere-se à violência obstétrica e, por isso, não será analisado na próxima seção.

4.2 ANÁLISE SÍNTESE DOCUMENTAL DAS PROPOSIÇÕES

As propositoras, em sua maioria, são extremamente curtas, contendo no máximo uma lauda, o que dificultou uma análise mais aprofundada. A seguir apresenta-se a análise crítica possível, dividida por municípios.

A primeira cidade analisada foi Angra dos Reis, com 30 (trinta) propositoras, das quais 07 (sete) se referem ao ODS 5, e 23 (vinte e três) ao ODS 11. Ressalta-se que a análise se deu em ordem temporal decrescente, de 2022 a 2017, sendo considerado primeiro o ODS 5 e depois o ODS 11.

Em 2022, a primeira propositora foi o Projeto de Lei Nº 00105/2022, datado de 08/06/2022, nº do Processo 3079/2022, o qual “Dispõe sobre a inclusão da Lei Maria da Penha como disciplina obrigatória na grade curricular nos estabelecimentos da rede pública de ensino do Município de Angra dos Reis, e dá outras providências.”. Essa propositora não apresenta mais informações, portanto, não se sabe se foi levada a plenário e submetida a discussão e votação.

O mesmo acontece com a segunda propositora, referente ao ODS 5, que é Projeto de Lei Nº 00103/2022, de 08/06/2022, nº do Processo 3077/2022, o qual “Dispõe sobre o Programa Municipal de Enfrentamento ao Assédio e à Violência Política Contra a Mulher no Município de Angra dos Reis e dá outras providências.”

A terceira, datada de 15/08/2022, referente ao ODS 5, que “Institui a campanha Agosto Lilás, dedicado à prevenção e conscientização pelo fim da violência contra a mulher no município de Angra dos Reis e dá outras providências”. Foi aprovada e tornou-se a Lei Ordinária nº 3.849, de 25 de março de 2019. Nessa lei, o Abril Lilás foi incluído no Calendário Oficial do Município, com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher e divulgar a Lei Maria da Penha.

Em 18/08/2022, a Vereadora D requereu que em regime de urgência especial fossem discutidos os Pareceres N.º 300/2022 da Comissão de Justiça e N.º 301/2022 da Comissão de Assistência Social, que opinam pela aprovação da matéria, por meio do Projeto de Lei nº 117/2022. Tal requerimento foi aprovado por unanimidade de votos. A Lei inclui o Parágrafo único, com as condutas abarcadas:

- I - Violência Física: qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da mulher;
- II - Violência Psicológica: qualquer conduta que cause à mulher dano emocional e diminuição da autoestima, ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento, ou que vise desagradar ou controlar suas ações,

comportamentos, crenças e decisões mediante ameaça, constrangimento, humilhação, insultos, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - Violência Sexual: qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - Violência Patrimonial: qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - Violência Moral: qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

O ODS 5 pretende, na meta 5.2, “Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e a exploração sexual e de outros tipos”. Portanto, a inclusão do Parágrafo único especificando os tipos de violência foi fundamental para o conhecimento da população.

Outro aspecto importante foi a inclusão do Art. 3º, o qual, “para a Campanha Agosto Lilás, prevê a realização de ações de mobilização, palestras, debates, encontros, eventos e seminários e a utilização de redes sociais durante todo o mês de agosto para o público em geral”. Dessa forma, informou-se como é realizada a campanha, explicando que “As atividades previstas no *caput* poderão ser realizadas pelo órgão competente do Poder Executivo de forma articulada com suas secretarias, tendo como opção firmar parcerias e convênios com instituições governamentais e não-governamentais, empresas públicas e privadas, movimentos sociais, conselhos de direitos e conselhos de classe”. Portanto, esclarece o que pode ser realizado e por quem deve ser conduzido.

No dia 23/08/2022 o Projeto de Lei foi aprovado novamente por unanimidade de votos e encaminhado ao gabinete do Prefeito em 09/09/2022, sendo sancionado sob a Lei Ordinária nº 04138/2022.

A quarta propositura, também referente ao ODS 5, é o Projeto de Lei nº 035/2022, o qual institui a campanha permanente de educação e combate à violência contra a mulher no município de Angra dos Reis.

Esse projeto baseia sua justificativa nos dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMEFDH) que, em 2020, informaram que mais de 105 mil denúncias de violência contra a mulher foram registradas nas plataformas Ligue 180 e Disque 100. Do total de registros, 72% (75,7 mil denúncias) são referentes a violência doméstica e familiar contra a mulher. De acordo com a Lei Maria da Penha, esse tipo de violência “é caracterizado pela ação ou omissão que causem morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico da mulher”. Ainda estão na lista “danos morais ou patrimoniais a mulheres”.

O projeto foi encaminhado para o parecer da Comissão Permanente de Educação e da Comissão de Assistência Social. Percebe-se que segue a mesma meta 5.2 da Campanha Agosto Lilás; porém, até a conclusão deste estudo, não havia sido sancionado.

Em 2021, a primeira propositura, datada de 17/05/2021, é o Projeto de Lei Nº 00086/2021, Processo nº 2544/2021, o qual “Institui a campanha A Mulher na Política, dispondo sobre medidas de incentivo à participação da mulher na atividade política no município de Angra dos Reis.”

Esse projeto foi encaminhado para a Secretaria de Legislação e para Secretaria de Comissões. Ambas apresentaram relatórios e pareceres que foram apreciados e em seguida, após a juntada do Parecer de nº142/2021 da Comissão de Justiça e do Parecer de nº206 da Comissão de Assistência Social, seguiram para a inclusão em pauta.

No dia 05/10/2021 o projeto foi aprovado por unanimidade, já com as alterações sugeridas pela comissão em primeira discussão e em, 07/20/2021 foi aprovado em segunda e última discussão por unanimidade. Em 15/10/2021 foi encaminhado ao Gabinete do Prefeito e em 25/10/2021 foi sancionado como Lei Ordinária Nº 04005/2021.

Em seu Artigo 2º a lei especifica que a Campanha “A Mulher na Política” tem os seguintes objetivos:

- I - Conscientizar a sociedade sobre a importância da presença da mulher na política;
- II - Incentivar as mulheres filiadas a partidos políticos a concorrerem a cargos eletivos e as demais a se filiarem a partido político com o qual tenham afinidade ideológica;
- III - Incentivar as jovens entre dezesseis e dezoito anos para o alistamento eleitoral.

Registra-se também que a referida lei não é vinculada ou direcionada a um partido político específico e que apenas promoverá e incentivará a participação da mulher na política. No Artigo 3º, ressalta que o Poder Executivo Municipal poderá celebrar parcerias com órgãos públicos e entidades privadas, objetivando:

- I - A realização de reuniões, palestras, seminários e cursos sobre capacitação atinentes à participação da mulher na política.
- II - A elaboração e a distribuição de material informativo sobre os meios de participação na atividade política, os procedimentos para a filiação em partido político e demais informações essenciais a respeito do tema;
- III - A divulgação de estatísticas, projetos e planos de políticas públicas relacionados à atuação da mulher na política.

Essa Lei, apesar de não apresentar um conteúdo extenso, atende às seguintes metas:

- 5.1 - Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.
- 5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.
- 5.c - Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.

Na justificativa do Projeto de Lei, declara-se que “Esta proposição é reflexo da preocupação de toda a sociedade com a baixa participação das mulheres na política, resultante de todo um histórico de segregação das mulheres dentro dos mais variados setores da sociedade”. Essa informação vai ao encontro do proposto

nas metas 5.1, 5.5 e 5.c. Ainda na justificativa, identifica-se a preocupação com a garantia da participação plena e efetiva das mulheres, uma vez que sua

[...] intenção é colocar o tema “A Mulher na Política” em pauta durante todo o ano, com maior intensidade no mês de março, a fim de mobilizar toda a sociedade, envolvendo também os mais diversos segmentos: órgãos de governo, empresas, entidades de classe, associações, sindicatos, organizações não governamentais, federações e sociedade civil organizada, para efetivamente discutir o tema e promover ações para aumentar a participação da mulher na vida política de nosso Município.

A segunda propositura, datada de 03/05/2021, é o Projeto de Lei Nº 00062/202, Processo nº 2181/2021, o qual “Dispõe sobre o fornecimento de absorventes higiênicos nas escolas públicas do Município de Angra dos Reis.”

Em 04/05/2021 foram aprovados por unanimidade de votos os Pareceres 051/2021 (Comissão de Justiça), 052/2021 (Comissão de Educação) e 053/2021 (Comissão de Assistência Social), em primeira instância. A aprovação em segunda instância se deu em 11/05/2021 e no dia 21/05/2021 foram encaminhados para o Gabinete do Prefeito. Em 10/06/2021 foi recebido o Ofício nº 319/2021/GP, do Prefeito Municipal, propondo o veto total ao presente Projeto de Lei.

Em 29/06/2021 houve a rejeição do veto total e em 01/07/2021 encaminhou-se o OFº/CM/Nº/2280/2021, comunicando a rejeição ao veto total ao Projeto de Lei.

Em 05/07/2021 houve a promulgação do Projeto de Lei, tendo em vista não constar a promulgação pelo Prefeito Municipal e ter expirado o prazo, conforme Art. 67, §6º da Lei Orgânica do Município pela Presidência da Câmara. A Lei nº 3.971 foi oficialmente promulgada em 16/07/2021.

Essa lei tem como objetivo de fornecer absorventes higiênicos para estudantes do sexo feminino, visando a prevenção de riscos de doenças, bem como a evasão escolar. Esse objetivo encontra-se de acordo com a meta 5.6, a qual busca assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos. Além disso, contribui para o empoderamento feminino.

A última propositura de 2021 é datada de 24/03, Processo nº 1498/2021, que “Institui o Programa de Incentivo à Contratação de Mulheres em situação de violência doméstica no Município de Angra dos Reis e dá outras providências.”

Em 06/04/2021, após a aprovação por unanimidade, o projeto foi enviado às Comissões competentes para avaliação. Ao longo dos meses foram realizados e enviados pareceres. Por último, em 23/09/2021, foram aprovados por unanimidade

de votos, em primeira instância, os Pareceres N.º 061/2021 da Comissão de Justiça e 086/2021 da Comissão de Assistência Social, que opinaram favoravelmente pela aprovação da matéria.

No dia 05/10/2021 foi realizada a aprovação em segunda instância e, em seguida, no dia 08/10/2021 foi encaminhado o OFº/CM/Nº/3719/2021 comunicando a aprovação do Projeto de Lei nº 021/2021 para o Gabinete do Prefeito.

Em 03/11/2021, o Gabinete retornou com o Ofício nº 823/2021/GP, datado de 03/11/2021, propondo o veto total ao Projeto de Lei. Desde então foram realizados diversos envios às secretarias de comissões, legislação etc. O último relato refere-se ao encaminhamento do relatório nº 217 para providências, em 14/03/2022.

Esse projeto encontra-se alinhado à meta 5.6, que se propõe a “Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.”

Duas outras proposições se alinham tanto ao ODS 5 quanto ao ODS 11. A primeira proposição de 2022 foi o Projeto de Lei Nº 00070/2022, datado de 03/03/2022, Processo nº 2092/2022, cuja ementa "Dispõe sobre a reserva de vagas para as mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar nos editais de licitação que visem contratação de empresas para a prestação de serviços continuados e terceirizados no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica no município de Angra dos Reis e dá outras providências". Esse projeto ainda não foi apreciado em plenária, porém seu conteúdo demonstra que está associado à meta 5.6 supracitada.

A segunda proposição de 2022 foi o Projeto de Lei Nº 00101/2022, datado de 08/06/2022, Processo nº 3074/2022, o qual tem como ementa "Dispõe sobre prioridade de vaga na educação infantil para dependentes de mulher vítima de violência doméstica, de natureza física, sexual, moral, psicológica e patrimonial, no município Angra dos Reis". Esse projeto ainda não foi apreciado em plenária, porém seu conteúdo demonstra que também está associado à meta 5.6 supracitada.

Em relação às proposições relativas ao ODS 11, também foram analisadas em ordem crescente de data.

A primeira proposição, datada de 29/07/2014, Processo nº 5679/2014, é o Projeto de Lei Nº 00091/2014, cuja ementa “Dispõe sobre a criação de ruas de lazer,

autorizando-se o fechamento de vias públicas para sua utilização pela população, e dá outras providências”. Este foi lido em plenária em 05/08/2014 e em 06/08/2014 foi encaminhado para a Secretaria de Legislação e à Assessoria Jurídica das Comissões Permanentes para emissão de parecer.

Em 03/09/2014 a Secretaria das Comissões o encaminhou ao Chapinha do Sindicato para elaboração de relatório, sendo devolvido no dia 29/10/2014. Já em 30/03/2015, a Secretaria das Comissões solicitou ao vereador Jean, presidente da comissão de justiça, análise do relatório da propositura, uma vez que fora expedido pela comissão de justiça do último período legislativo.

Após o retorno solicitou-se à Procuradoria, em 18/05/2015, a elaboração do Parecer Técnico Jurídico e em 02/07/2014 solicitou-se o relatório ao vereador Claudinho, que foi elaborado e enviado por e-mail no dia 06/07/2015.

O Projeto de Lei em si não está disponível para análise, porém, de acordo com sua ementa, percebe-se que contempla a meta 11.7, que afirma até 2030 proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes particularmente para mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

A segunda propositura, realizada em 28/10/2015, Processo nº 3648/2015, é o Projeto de Lei nº 106/2015, em cuja ementa “Dispõe sobre a criação do “IPTU Sustentável” e autoriza a concessão de desconto no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) como incentivo ao uso de tecnologias ambientais sustentáveis.”

O projeto apresenta a seguinte justificativa: “O presente Projeto de Lei tem como objetivo a redução de impactos do meio urbano ao ambiente, promovendo assim o desenvolvimento sustentável. O projeto adota critérios e medidas a serem praticadas e em contrapartida autoriza, como incentivo, o desconto no IPTU.” Esse projeto contempla diversas metas do ODS 11 e, infelizmente, em 25/11/2015 foi arquivado mediante o MNº 110/2015/GVCPCC - Processo 3436/2015.

A terceira propositura refere-se ao Projeto de Lei Nº 00109/2015, datado de 11/11/2015, Processo nº 3857/2015, cuja ementa “Estabelece critérios e obriga o Executivo a proceder à pintura dos próprios municipais, especialmente prédios escolares, com fotos de pontos turísticos do Município de Angra dos Reis.”

Essa propositura tramitou, passou pelas comissões e foi proposto um veto total pela Prefeita em 10/06/2015, sob alegação de que houve invasão de

competência privativa do Poder Executivo para legislar sobre a organização administrativa.

A quarta propositura foi o Projeto de Lei Nº 00118/2015, datado de 19/11/2015, Processo nº 4091/2015, cujas ementa "Determina que sejam disponibilizados 5% das moradias populares construídas pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar."

Esse projeto foi lido em plenária em 27/11/2015 e no mesmo dia encaminhado para análise das comissões competentes. Até o dia 03/11/2016 houve tramitação entre as comissões e o projeto havia sido vetado pelo Executivo. Nesse mesmo dia o Parecer número 315/2016, o qual rejeita o veto proposto pelo Executivo, foi aprovado por unanimidade de votos. Em 11/11/2016 foi enviado o OFº/CM/Nº/2712/2016 referente ao veto rejeitado.

O OFº/CM/Nº/2805/2016, comunicando que a Câmara Municipal de Angra dos Reis promulgou o referido Projeto com o número de Lei 3.601 em 29 de novembro de 2016, foi enviado em 01/12/2016. O Projeto de Lei tornou-se a Lei Ordinária nº 3.601, de 29 de novembro de 2016.

Percebe-se que esse projeto está associado às seguintes metas do ODS 11:

- 11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, aos serviços básicos e urbanizar as favelas
- 11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países
- 11.b Até 2030, aumentar substancialmente o número de municípios e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.

A próxima propositura é o Projeto de Lei Nº 00028/2017, datado de 28/04/2017, Processo nº 2053/2017, cuja ementa "Determina a reserva de vagas em apartamentos térreos nos conjuntos habitacionais populares para idosos e deficientes físicos beneficiados nos programas habitacionais e dá outras providências."

Em 09/05/2017 foi lido e encaminhado a diversas comissões competentes que emitiram pareceres favoráveis. Em 10/04/2018 foi incluído na pauta para ser debatido e foi aprovado por unanimidade de votos em primeira instância, sob os Pareceres nº/s 47/2018 da Comissão de Justiça, e 48/2018 da Comissão de Finanças e 49/2018 da Comissão de Assistência Social. Tais pareceres foram aprovados em segunda instância em 12/04/2018.

Foi enviado o Ofício/CM/Nº/1003/2018 com o Projeto de Lei nº 028/2017 em 27/04/2018. A Lei Ordinária Nº 03747/2018 foi promulgada em 21/05/2018 e tem como Artigo 1º:

Fica garantida a reserva de apartamentos térreos dos conjuntos habitacionais populares para os idosos e portadores de deficiência, contemplados como beneficiários nos programas habitacionais implantados pelo Poder Público Municipal.

Percebe-se que essa lei contempla as metas 11.1, 11.3, 11.a e 11.b. Como as metas 11.1, 11.3 e 11.b já foram supracitadas, citamos aqui apenas a meta 11.a, que afirma: “Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento”.

Pensar em moradias inclusivas é necessário e, por projetos como esse e o anterior, percebe-se a preocupação das vereadoras com o assunto.

A única propositura referente a 2018 foi o Projeto de Lei Nº 00061/2018, datado de 28/09/2018, Processo nº 4227/2018, cuja ementa “Institui o programa merenda nas férias e fixa outras providências”. Como justificativa do projeto a vereadora afirma que

A realidade de nossas escolas é exatamente um exemplo disto, onde a rede pública municipal, via de regra, é frequentada por crianças humildes e carentes, pais que trabalham durante o dia e durante as férias não têm condições de proporcionar uma alimentação adequada para os filhos e sabemos que nas regiões mais periféricas da cidade não raras vezes falta na mesa o alimento básico.

A merenda escolar passa então a ser parte integrante da dieta regular de milhões de crianças e adolescentes, sendo por sua vez, na maioria dos casos dos 365 dias do ano, ofertada em apenas dos 200 dias letivos.

É notória a preocupação da vereadora com a segurança alimentar das crianças, o que se encontra em consonância com a meta 11.5, que afirma:

- Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto

global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.

A propositura não está diretamente ligada à meta, mas perpassa por ela.

Em 25/09/2018, sob o Processo nº 4061/2018, foi apresentada a propositura a qual “Dispõe sobre a concessão de Título de Utilidade Pública Municipal para a Liga Independente dos Blocos Carnavalescos de Angra dos Reis- LIBCAR”. Percebe-se que tal lei está diretamente relacionada à meta 11.4, a qual trata sobre “Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo”.

A primeira propositura relativa a 2019, também relacionada à meta 11.4, foi a Lei Ordinária Nº 03857/2019, referente ao Projeto de Lei Nº 00081/2018 cuja ementa “Dispõe sobre a inclusão no calendário oficial de eventos do município de Angra dos Reis o Dia municipal do capoeirista”.

Na mesma linha está a propositura datada de 27/08/2019, Processo nº 3303/2019, cuja ementa “Dispõe sobre a criação do ‘reduto cultural do choro’ na praça Zumbi dos Palmares (Mercado do Peixe) e dá providências”.

O Processo nº 3501/2018 deu origem à Lei Ordinária nº 03826/2018, sancionada, a qual “Dispõe sobre a inclusão da ‘festa da quermesse da paróquia de Nossa Senhora Aparecida – Balneário’ no calendário oficial do município de Angra dos Reis”.

A primeira propositura relativa a 2020 foi o Projeto de Lei Nº 00016/2020, datado de 03/08/2020, Processo nº 1575, cuja ementa “Institui o Programa Municipal de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial ou Intangível do município de Angra dos Reis”.

Em 03/08/2020 foi lido e encaminhado a diversas comissões competentes que emitiram pareceres. Em 03/11/2020 foi incluído na pauta para ser debatido e foi aprovado por unanimidade de votos o Parecer nº 64/2020 da Comissão de Justiça. Tal parecer foi aprovado em segunda instância em 05/11/2020.

Foi recebido o Ofício nº 552/2020/GP comunicando a sanção da Lei nº 3.938, de 19/11/2020, que perpassa pela meta 11.4 supracitada. Pensar em uma urbanização inclusiva e sustentável inclui pensar no patrimônio imaterial também.

A segunda propositura relativa a 2020 foi o Projeto de Lei Nº 00026/2020, datado de 18/09/2020, Processo nº 2092, cuja ementa “Dispõe sobre o alinhamento e a retirada de fios desordenados em desuso existentes em postes de energia elétrica e dá outras providências”. Em 22/09/2020 foi lido e aprovado por

unanimidade de votos o Parecer Nº 49/2020 da Comissão de Justiça. Tal parecer foi aprovado em segunda instância em 24/09/2020.

Foi recebido, em 15/10/2020, o Ofício nº 499/2020/GP comunicando a sanção da Lei nº 3.936, de 14/10/2020. Tal lei perpassa pela meta 11.6, que pretende “Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo *per capita* dos municípios, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros”. Os fios desordenados, além da poluição visual, são um perigo para os transeuntes, fato ressaltado na justificativa do projeto de lei.

A primeira propositura relativa a 2021 foi o Projeto de Lei Nº 00029/2021, datado de 13/04/2021, Processo nº 1785, cuja ementa “Dispõe no âmbito do município de Angra dos Reis a semana de conscientização sobre o lixo eletrônico e dá outras providências”.

Em 20/04/2021 foi lido e encaminhado a diversas comissões competentes que emitiram pareceres. Em 25/05/2021 foi incluído na pauta para ser debatido e foi aprovado por unanimidade de votos o Parecer nº 059/2021 da Comissão de Justiça que opina pela aprovação da matéria. Tal parecer foi aprovado em segunda instância em 27/05/2021.

Foi recebido o Ofício nº 310/2021/GP comunicando a sanção da Lei nº 3.967 de 07 de junho de 2021. Tal lei perpassa pela meta 11.6: “Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo *per capita* dos municípios, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros”. O descarte equivocado de lixo eletrônico além de ser um problema ambiental é um problema de saúde.

A primeira propositura relativa a 2022 foi o Projeto de Lei Nº 00102/2022, datado de 08/06/2022, Processo nº 3076, cuja ementa “Dispõe sobre prioridade nos programas de habitação de interesse social promovidos pelo Município de Angra dos Reis para mulheres responsáveis pela unidade familiar, vítimas de violência doméstica e de baixa renda, na forma que especifica, e dá outras providências”.

Esse projeto ainda não foi apreciado em plenária, porém seu conteúdo indica que está associado à meta 11.1, que propõe “Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, aos serviços básicos e urbanizar as favelas”. O projeto ainda contempla o ODS 5, ao priorizar mulheres vítimas de violência e com baixa renda.

A segunda propositura relativa a 2022 foi o Projeto de Lei Nº 00106/2022, datado de 08/06/2022, Processo nº 3081, cuja ementa “Dispõe sobre a criação do Programa Desperdício Zero e o Selo Estabelecimento contra o desperdício e dá outras providências no Município de Angra dos Reis e dá outras providências”.

Esse projeto ainda não foi apreciado em plenária, porém seu conteúdo indica que está associado à meta 11.6: “Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo *per capita* dos municípios, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros”. Ao se evitar o desperdício reduz-se drasticamente o impacto ambiental.

A terceira propositura é datada de 13/06/2022, Processo nº 2552/2022, cuja ementa “Dispõe sobre a concessão de título de Utilidade Pública para a Associação Grêmio Universitário do Parque Mambucaba de Angra dos Reis”, diretamente relacionada à meta 11.4. Também relacionada a essa meta tem-se a Lei Ordinária nº 04116/2022, cuja ementa “Declara patrimônio cultural imaterial do povo angrense as quadrilhas juninas e dá outras providências”.

A segunda cidade analisada foi Paraty, na qual foram levantadas 16 (dezesesseis) proposituras, sendo que 01 (uma) se refere ao ODS 5 e 15 (quinze) se referem ao ODS 11. Ressalta-se que todas as proposituras são requerimentos solicitando algum tipo de informação. Não foram encontrados projetos de lei no período de análise e, apesar de os requerimentos apresentarem justificativas, a documentação referente a eles não aponta a utilização da informação pelas vereadoras, o que impossibilitou a análise.

A terceira cidade analisada foi Valença, com apenas 01 (uma) propositura que remete ao ODS 5. Trata-se do Projeto de Lei nº 8 de 2022, datado de 22/03/2022, cuja ementa “Dispõe sobre a implantação de medidas de informação a gestante e parturiente sobre a política municipal de atenção obstétrica e neonatal, visando, principalmente, a proteção destas contra a violência obstétrica no município de Valença e dá outras providencias”. O projeto consta em tramitação, porém não está disponível para leitura, o que impediu a realização da análise.

A quarta cidade estudada foi Pinheiral, a qual também apresentou apenas 01 (uma) propositura relativa ao ODS 5, cuja ementa solicita “Concessão do Plenário para realização de um Ato Solene em homenagem ao Dia internacional da Mulher, a ser realizado no dia 08 de março de 2021, às 15h”. Percebe-se que essa propositura trata apenas de uma concessão para a realização de uma homenagem.

Em relação ao ODS 11, todas as proposições são de 2021. A primeira apresenta como ementa “Que sejam viabilizadas medidas de manutenção na Rodovia RJ 141”, que perpassa a meta 11.2: “Até 2030, proporcionar acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.”

Ainda relativa à mesma meta tem-se as proposições cuja ementas são: “Que sejam instaladas as chamadas ‘cancelas automáticas’ que são acionadas por sensores de aproximação das composições de trens e vagões sobre as passagens de nível que cortam o Município de Pinheiral” e “Que seja realizada com urgência a construção de uma guarita na passagem de nível do bairro Parque Maíra”.

Com foco na meta 11.6, a qual pretende “Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo *per capita* dos municípios, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros”, tem-se a proposição com ementa “Solicitando a construção de uma Ciclovía ao lado do muro da linha férrea, na saída do bairro Bela Vista-Varjão até o início do bairro Parque Maíra, neste Município”; como justificativa, “A presente proposição tem por objetivo aumentar a segurança pública, haja vista o risco de acidentes com atropelamento de pedestres e ciclistas que utilizam essa via de acesso para os bairros Parque Maíra e Varjão, muitos sendo vitimados fatalmente nesse referido trecho”. Percebe-se que a motivação não foi o que está preconizado na meta 11.6, porém esta foi contemplada.

Há ainda uma requisição de informações sobre os novos loteamentos do município de Pinheiral como proposição e, por último, uma proposição solicita que “Sejam doados o material resíduo asfáltico denominado fresa asfáltica na quantidade equivalente à 300 metros cúbicos (60 caminhões) desse material para aplicação nas estradas vicinais de nosso Município” pela empresa CCR Nova Dutra, a qual se encontra de acordo com a meta 11.6 supracitada.

A quinta cidade analisada foi Resende, na qual foram encontradas 07 (sete) proposições que se referem ao ODS 5, sendo 02 (dois) requerimentos à mesa, dos quais só se conhece a ementa, não sendo possível realizar a análise.

A primeira proposição, datada de 01/04/2014, deu origem à Lei Ordinária Nº 3770, cuja ementa “Dispõe sobre a reserva de unidades dos programas

habitacionais para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e dá outras providências”. Essa lei vai ao encontro da meta 5.a: “Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais”.

A segunda propositura, datada de 22/10/2014, deu origem à Lei Ordinária Nº 3142, cuja ementa “Cria no Município de Resende o Programa Pró-Meninas e dá outras providências”. Essa Lei destina-se a acolher adolescentes do sexo feminino que viveram ou vivem nos logradouros públicos do Município de Resende.

Mesmo sendo destinada à população feminina de rua, o Artigo 4º afirma que “Deverão ser oferecidos, prioritariamente, cursos de formação profissional nas áreas de informática, artesanato, idiomas, moda e decoração, sempre respeitando a Câmara Municipal de Resende a realidade das jovens e seus conhecimentos, com o objetivo de recuperar a autoestima, senso de responsabilidade e cidadania”. Tal artigo também vai ao encontro da meta 5.a.

Em 21/12/2021, foi promulgada a Lei Ordinária Nº 3719, cuja ementa “Dispõe sobre a criação da semana escolar de combate à violência contra a mulher e dá outras providências”. Tal lei vai ao encontro da meta 5.2, “Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos”, uma vez que seu Artigo 2º afirma: “A presente Lei tem como objetivo conscientizar estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a importância do enfrentamento à violência contra a mulher”.

Em 06/07/2022 houve a promulgação da Lei Ordinária Nº 3825, cuja ementa “Dispõe sobre o estímulo ao Empreendedorismo Feminino e dá outras providências”. Essa lei vai ao encontro da meta 5.c, que é “Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis”. Evidencia-se essa relação no Artigo 3º da referida lei, que afirma:

Os objetivos da presente Lei para gerar estímulo ao empreendedorismo feminino são:

- I – Promover e fortalecer o empreendedorismo feminino;
- II – Estimular a criação de trabalho e produção de renda através do desenvolvimento de projetos criados por mulheres;

III – Incentivar o desenvolvimento de competências relacionadas às atividades empreendedoras da Câmara Municipal de Resende, ampliando a compreensão sobre empreendedorismo;

IV – Apoiar as práticas que promovam o empreendedorismo, a gestão empresarial eficiente e o planejamento, fomentando a transformação das mulheres em líderes empreendedoras.

A propositura seguinte, datada de 02/09/2022, cuja ementa “Dispõe sobre a criação do “Disque Maria da Penha” e dá outras providências” tornou-se a Lei Ordinária nº 3853 na mesma data. Tal Lei também vai ao encontro da meta 5.2.

Em relação ao ODS 11, das 07 proposições realizadas pelas vereadoras houve 04 requerimentos à mesa. Portanto, a análise se restringe a 03 proposições.

A primeira proposição se refere à Lei Ordinária Nº 3665, datada de 13/07/2021, a qual altera a Lei Municipal Nº 3437/2018, cuja ementa “Dispõe sobre a aplicação de multa a pessoa natural ou jurídica flagrada jogando lixo e entulho nos terrenos públicos e dá outras providências”. Essa Lei vai ao encontro da meta 11.6 que prevê “Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita dos municípios, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros”.

A proposição subsequente, datada de 25/02/2022, originou a Lei Ordinária Nº 3751, cuja ementa “Dispõe sobre a Semana de Valorização da Cultura Cigana e dá outras providências”, que em seu Artigo 2º define o objetivo da referida Semana:

Art. 2º. A Semana Municipal de Valorização da Cultura Cigana terá como objetivos:

I – Realização de palestras e eventos sobre o tema;

II – Incentivar e preservar os costumes ciganos;

III – Conscientização da sociedade sobre a importância da cultura cigana.

Essa Lei vai ao encontro da meta 11.4, a qual afirma a necessidade de “Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo”.

A última proposição, datada de 10/05/2022, originou a Lei Ordinária Nº 3788, que concede “Isenção de IPTU aos imóveis onde estejam instalados cultos religiosos e dá outras providências”. Tal proposição perpassa pela meta 11.4 supracitada.

A penúltima cidade analisada foi Barra Mansa. Apesar de um volumoso número de proposições, apenas 05 (cinco) estão relacionadas ao ODS 5 e uma delas é requerimento.

A primeira proposição, datada de 24/08/2021, é a Indicação Nº 3699 /2021, que indica ao Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, tome as providencias necessárias para a criação do “Projeto Barramansenses Empoderadas”. A vereadora apresenta como justificativa:

Este projeto visa ser um importante aliado para enfrentar a violência, inclusive a doméstica. O projeto ensinará à mulher quais são as principais situações de risco e de que forma prevenir e sair delas com técnicas esportivas de defesa, além de contar com apoio de orientação legal. O projeto Barramansenses Empoderadas contaria com um profissional de defesa pessoal e orientação jurídica, trazendo mais segurança e tranquilidade para que a mulher possa se livrar de situações de risco.

Tal Indicação vai ao encontro da meta 5.2, que pretende “Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos”.

A segunda proposição é o Projeto de Lei Ordinária Nº 5, datada de 12 de janeiro de 2021, a qual “Institui a Semana Municipal de Prevenção e Combate ao Femicídio no Município de Barra Mansa e dá outras providências”. Essa matéria foi transformada na Lei Ordinária nº 4.877 de 08 de março de 2021, na qual os Artigos 2º e 3º vão ao encontro da meta 5.2 supracitada, conforme discriminados a seguir:

Art. 2º. Fica instituída a "Semana Municipal de Prevenção e Combate ao Femicídio", iniciando-se no dia 18 de novembro e se encerrando no dia 25 do novembro, Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher, instituído pela ONU – Organização das Nações Unidas.

Art. 3º. No período de que trata o Art. 2º desta Lei, os entes municipais deverão, em consonância com a Política Nacional de Combate à Violência Contra a Mulher, intensificar as ações de:

- I – Difusão de informações sobre o combate ao feminicídio;
- II – Difusão de boas práticas de conscientização, prevenção e combate ao feminicídio;
- III – Mobilizar a comunidade para a participação nas ações de prevenção e enfrentamento ao feminicídio, como passeatas, caminhadas, atos públicos, entre outros;

IV – Divulgar iniciativas, ações e campanhas de combate ao feminicídio e violência contra a mulher.

A terceira proposição é o Projeto de Lei Ordinária Nº 27, datado de 25 de março de 2021, que “Institui o observatório do feminicídio no âmbito do município de Barra Mansa/RJ e dá outras providências”. Essa matéria foi transformada na Lei Ordinária nº 4.987, de 27 de abril de 2022 e também vai ao encontro da meta 5.2 supracitada.

Ainda na linha da meta 5.2, tem-se a quarta proposição, datada de 03/05/2022, que é o Projeto de Lei Ordinária Nº 38, o qual “Dispõe sobre a reserva de vagas em creches para crianças em idade compatível, filhas (os) de mulheres vítimas de violência doméstica, de natureza física e/ou sexual e dá outras providências”. Essa matéria foi encaminhada oficialmente ao Poder Executivo e não foi transformada em Lei.

Em relação ao ODS 11, das 390 (trezentos e noventa) proposituras tem-se 06 (seis) projetos de Lei e os demais são indicações para manutenção, capina e poda. Portanto, foram avaliados aqui somente os projetos de Lei.

A primeira propositura é o Projeto de Lei Ordinária nº 140, datado de 11/11/2021, cuja ementa “Institui, no âmbito do Município de Barra Mansa, o Programa “IPTU VERDE”, com o objetivo de fomentar medidas que preservem, protejam e recuperem o meio ambiente e da outras providencias”. A matéria foi aprovada em primeiro turno por maioria simples. Em seu Artigo 3º afirma que:

Art. 3º - O benefício tributário, concebido na forma de desconto sobre o valor do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, será concedido ao proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de bem imóvel que neste mantiver ao menos uma das seguintes tecnologias:

- I - Sistema de captação e de reuso de águas pluviais;
- II - Sistema de aquecimento solar;
- III - Material sustentável de construção;
- IV - Área permeável não degradável com cultivo de espécies arbóreas nativas;
- V - Participar da coleta seletiva de materiais recicláveis em prédios residenciais, comerciais, prestadores de serviço, industriais ou de uso misto do Município;

VI - Manter uma horta de no mínimo 60% (sessenta por cento) da área total de terreno onde não haja nenhuma edificação.

Esse projeto vai ao encontro da meta 11.6, que pretende “Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita dos municípios, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros”.

O projeto de Lei Ordinária nº 79/2022, datado de 23/11/2022, cuja ementa “Dispõe sobre a realização de sessão de cinema adaptada a crianças e adolescentes com transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias no Município de Barra Mansa”, é matéria que aguarda ser pautada; porém, percebe-se que contempla a meta 11.7, qual seja: “Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência”.

Na mesma linha, também não pautado ainda, encontra-se o Projeto de Lei Ordinária Nº 57, datado de 19/07/2022, cuja ementa “Dispõe sobre a obrigatoriedade de haver mecanismo sonoro de orientação para deficientes visuais nos semáforos para pedestres” e é contemplado na meta 11.7.

A Emenda Nº 8 de 08/07/2022 dá nova redação ao Artigo 16 *caput* e Parágrafo único, e aos Artigos 20 e 25 *caput* do Projeto de Lei Ordinária nº 132/2021, que “Institui no Município de Barra Mansa a Política Municipal de Instalação de Placas Fotovoltaicas para captação e geração de energia elétrica solar e sistemas térmicos nas edificações do Município e dá outras providências”. A matéria está sendo analisada pelas comissões responsáveis e vai ao encontro da meta 11.6 na essência do Projeto de Lei, datado de 08/10/2021.

O Projeto de Lei Ordinária Nº 44, datado de 21/04/2021 tem como ementa “Dispõe sobre a criação do Programa de Assistência aos Artistas Populares no âmbito do Município de Barra Mansa” e é contemplado na meta 11.a, que afirma “Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento”.

Percebe-se um número muito grande de projetos de lei que contemplam os ODS 5 e 11. Porém, apesar de terem sido apresentados por vereadoras, faz-se necessário compreender a representatividade feminina no desenvolvimento dos projetos.

4.3 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO CORPUS DE PESQUISA

Nesta seção é apresentado o *corpus* da pesquisa e sua análise. Contudo, antes de se realizar tais procedimentos, faz-se necessário expor o perfil das entrevistadas, que pode ser conferido no Quadro 11.

Quadro 11 - Perfil das entrevistadas.

Entrevistada	Tempo de atuação na política	Quantos mandatos no legislativo	Períodos de atuação na política	Exerce alguma atividade profissional além do mandato no Legislativo Municipal? Se sim, qual?	Formação
Daiana	10 anos	2	2017 a 2020 e 2021 até o momento	Não	Administração de Empresas
Otaviana	15 anos	1	2021 até o momento	Radialista, Presidente do Conselho da Pessoa com Deficiência.	Direito, Pós em Trissomia 21
Naiara	23 anos	4	2004/2007; 2013/2016; 2017/2020; e 2021/2024	Não	Pedagogia

Continua
Continuação

Quadro 11 - Perfil das entrevistadas.

Entrevistada	Tempo de atuação na política	Quantos mandatos no legislativo	Períodos de atuação na política	Exerce alguma atividade profissional além do mandato no Legislativo Municipal? Se sim, qual?	Formação
Paola	2 anos	1	2021 até o momento	Advogada	Direito
Queila	2 anos	1	2021 até o momento	Enfermeira na Secretaria Municipal de Saúde	Enfermeira com pós-graduação (especialização)
Estefany	8 anos	1	2021 até o momento	Sim	Jornalista, cursando Mestrado

Silvana	10 anos	2	2017 a 2020 2021 até o momento	Não	Ensino Médio
---------	---------	---	--------------------------------------	-----	--------------

Fonte: elaborado pelo autor.

Os nomes dados às entrevistadas são fictícios, para preservar sua identidade. Optou-se por nomeá-las com o intuito de humanizar as entrevistadas.

No Quadro 11 nota-se que a maioria das entrevistadas atuam há mais de quatro anos na esfera política, assim como que não atuam exclusivamente nessa área, exercendo outras profissões. Outro fato interessante é que apenas uma entrevistada não tem formação superior e a área de formação das demais é variada, possibilitando diferentes formas de atuação bem como diferentes interesses políticos.

A seguir apresenta-se a análise referente a cada tema proposto nesta dissertação.

4.3.1 Desenvolvimento Sustentável: um conceito a partir das entrevistadas

Nesta seção, buscou-se entender como as entrevistadas conceituam desenvolvimento sustentável. As respostas estão sintetizadas no Quadro 12.

Quadro 12 - Conceito de desenvolvimento sustentável.

Entrevistada	Conceito de desenvolvimento sustentável
Daiana	O desenvolvimento sustentável é “o desenvolvimento econômico de mãos dadas com o meio ambiente”.
Naiara	Enfatiza que o objetivo do desenvolvimento sustentável é buscar meios e promover ações para conscientização sobre o uso equilibrado dos recursos, visando uma cidade cada vez mais sustentável, que atenda às necessidades da geração atual e das futuras gerações.
Paola	Define o desenvolvimento sustentável como aquele que tem bases fundadas no respeito ao meio ambiente, à história e memória e no compromisso em combater de forma forte a desigualdade social.
Queila	Define o desenvolvimento sustentável como aquele que busca desenvolver a economia de maneira a proteger o meio ambiente.
Estefany	Demonstra um entendimento aprofundado e crítico do conceito de desenvolvimento sustentável. Enfatiza a complexidade desse conceito,

	refletindo sobre a base teórica do termo "desenvolvimento", que geralmente está associado ao crescimento econômico exponencial.
Silvana	É não comprometer as necessidades das futuras gerações. Não degradar o meio ambiente, suprimindo as necessidades do momento com zelo, promover a reciclagem.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

A seguir, apresenta-se a análise das respostas sintetizadas no Quadro 12.

Segundo Daiana, o desenvolvimento sustentável é *“o desenvolvimento econômico de mãos dadas com o meio ambiente. Uma cidade, Estado ou país que consiga crescer economicamente sem prejudicar e sem esgotar as fontes de energia para as futuras gerações”*. Para Silvana, *“É não comprometer as necessidades das futuras gerações. Não degradar o meio ambiente, suprimindo as necessidades do momento com zelo, promover a reciclagem. Nessa linha de raciocínio.”*

As entrevistadas Daiana e Silvana mostram uma compreensão clara e alinhada sobre o conceito de desenvolvimento sustentável. Ambas destacam a importância de equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente e demonstram preocupação com as gerações futuras.

Essa abordagem do Desenvolvimento Sustentável encontra-se de acordo com o pensamento de Rogers, Jalal e Boyd (2007), que consideram o desenvolvimento sustentável como uma interconexão complexa entre os sistemas econômicos, sociais, ambientais e políticos do mundo. Além disso, trata-se de uma perspectiva normativa e ética, estabelecendo metas para uma sociedade com bom funcionamento, promovendo o bem-estar dos cidadãos atuais e das futuras gerações. Essencialmente, o desenvolvimento sustentável incentiva uma visão abrangente do que constitui uma sociedade ideal.

Ambas as entrevistadas apresentam uma visão consciente sobre o desenvolvimento sustentável, enfatizando a importância de se equilibrar o crescimento econômico com a proteção do meio ambiente e a preocupação com o legado para as futuras gerações. Contudo, segundo Lélé (1991), a presença das condições ecológicas essenciais para sustentar a qualidade de vida humana em um nível determinado, garantindo a continuidade desse bem-estar ao longo das gerações futuras, não pode ser entendida como desenvolvimento sustentável, mas como sustentabilidade ecológica, diferenciando-se do conceito de desenvolvimento sustentável.

Ambas as compreensões são fundamentais para orientar políticas públicas e ações que promovam um futuro mais sustentável e próspero para todos. Essa ênfase nas questões ambientais exemplifica o conceito trazido pelo CMMAD (1988) de que desenvolvimento sustentável é aquele que supre as demandas atuais, sem prejudicar a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades.

Naiara traz uma conceituação abrangente e clara do conceito de desenvolvimento sustentável. Ela destaca que o desenvolvimento sustentável envolve diversos fatores que influenciam no bem-estar da população. Segundo Naiara,

É amplo o conceito, são vários fatores que influenciam no bem-estar da população. Desenvolvimento sustentável é buscar meios, promover ações para conscientização sobre o uso equilibrado dos recursos, buscando uma cidade cada vez mais sustentável, pensando nas necessidades da geração atual e das futuras (Naiara).

Além disso, a entrevistada enfatiza que o objetivo do desenvolvimento sustentável é buscar meios e promover ações para a conscientização sobre o uso equilibrado dos recursos, visando uma cidade cada vez mais sustentável, que atenda às necessidades da geração atual e das futuras gerações.

Percebe-se que a entrevistada entende a complexidade do desenvolvimento sustentável, reconhecendo que envolve uma abordagem holística e multidimensional. Sua fala corrobora o pensamento de Angel *et al.* (2011), para quem, apesar dos progressos realizados, nos deparamos com obstáculos complexos na trajetória em direção ao desenvolvimento urbano sustentável. A expansão caótica, a deterioração ambiental e a sobrecarga dos recursos naturais demandam uma abordagem abrangente e colaborativa.

A entrevistada destaca a importância da conscientização da população sobre a utilização responsável dos recursos naturais e como isso é crucial para garantir um futuro sustentável. Ao mencionar a preocupação com as necessidades das gerações futuras, Naiara enfatiza a ideia de que o desenvolvimento sustentável não deve se limitar a uma busca por benefícios de curto prazo, mas ser uma abordagem que considera os impactos de longo prazo e busca soluções viáveis e benéficas para as gerações futuras.

De modo geral, Naiara ressalta a importância de uma abordagem equilibrada e consciente para o desenvolvimento sustentável, enfatizando a necessidade de

ações e políticas que busquem a sustentabilidade ambiental, social e econômica, visando o bem-estar das pessoas e o cuidado com o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. Nesse contexto, Angel *et al.* (2011) afirmam que o crescimento desordenado, a degradação ambiental e a pressão sobre os recursos naturais demandam uma abordagem holística e colaborativa.

Já Paola e Queila associam o desenvolvimento sustentável às questões econômicas. A primeira entende que o desenvolvimento sustentável “*É o desenvolvimento que tenha bases fundadas no respeito ao meio ambiente, a história e memória e no compromisso em combater de forma forte a desigualdade social*” (Paola). Já Queila entende que desenvolvimento sustentável é o

Desenvolvimento da economia de maneira a proteger o meio-ambiente, ou seja, um tipo de planejamento econômico que consiga congrega a ideia de um convívio adequado com a natureza ao mesmo tempo em que se buscam melhores condições de vida para a população através do crescimento econômico (Queila).

Paola e Queila mostram uma compreensão sólida do conceito de desenvolvimento sustentável, enfatizando a importância do respeito ao meio ambiente e do combate à desigualdade social. Ambas as entrevistadas destacam a necessidade de um desenvolvimento econômico que proteja o meio ambiente e promova melhores condições de vida para a população. Essa perspectiva dialoga com o pensamento de Rogers, Jalal e Boyd (2007), que afirmam que o desenvolvimento sustentável representa uma perspectiva que concebe o mundo como uma interação intrincada entre os sistemas econômicos, sociais, ambientais e políticos.

Paola define o desenvolvimento sustentável como aquele que tem bases fundadas no respeito ao meio ambiente, à história e memória e no compromisso em combater fortemente a desigualdade social. Essa definição ressalta a importância de um desenvolvimento que não negligencie a proteção do meio ambiente e que leve em consideração a preservação do patrimônio histórico e cultural. Além disso, a entrevistada enfatiza a necessidade de combater a desigualdade social, buscando um desenvolvimento que beneficie toda a população e garantindo uma sociedade mais justa e igualitária.

Queila define o desenvolvimento sustentável como aquele que busca desenvolver a economia de maneira a proteger o meio ambiente. Destaca a ideia de um planejamento econômico que promova um convívio adequado com a natureza,

ao mesmo tempo em que busca melhores condições de vida para a população por meio do crescimento econômico. Essa definição mostra a compreensão da importância de integrar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente, buscando uma abordagem que seja ambientalmente responsável e socialmente benéfica.

A visão de Queila aproxima-se ao proposto pelo ODS 8, que tem como objetivo fomentar o crescimento econômico sustentável, inclusivo e duradouro, promovendo o pleno emprego produtivo e o acesso a condições de trabalho dignas para todos (ONU, 2015)

Ambas as entrevistadas demonstram preocupação com a sustentabilidade ambiental e social no contexto do desenvolvimento. Enfatizam a necessidade de buscar um equilíbrio entre o crescimento econômico e a proteção ao meio ambiente, além de combater as desigualdades sociais, promovendo um desenvolvimento mais justo e consciente dos recursos naturais. Essa compreensão é fundamental para orientar políticas públicas e ações que promovam um desenvolvimento sustentável e equitativo.

Como já apontado por Feil e Schreiber (2017) o desenvolvimento sustentável, além de resgatar a natureza, trata de internalizar estratégias, resultando na incorporação de novos recursos e viabilizando, dessa forma, o crescimento econômico e a prosperidade partilhada por todos.

Segundo a entrevistada Estefany,

[...] a definição de desenvolvimento sustentável é uma coisa muito complexa Já analisei isso em várias disciplinas que fiz, tanto da graduação quanto do mestrado e hoje eu entendo que desenvolvimento sustentável por primeiro que para não ficar repetitivo volta à base do tripe da sustentabilidade. E existe uma questão a ser analisada, importante, que é a questão que o desenvolvimento sustentável é um conceito pra algumas pessoas falido, porque desenvolvimento, a base teórica da palavra parte do princípio de crescimento econômico exponencial e ai entende-se que para ter sustentabilidade ambiental, por exemplo por vezes o crescimento econômico exige na verdade constância e não crescimento, então é uma questão que a reflexão teórica e um pouco chatinha, mas eu acho que a gente não pode perder o nosso lado sonhador de acreditar que há, sim, possibilidade de construir um desenvolvimento sustentável, só que isso parte de debates complexos e soluções complexas mas que têm como solução pensar de forma integrada o ambiental com o econômico (Estefany).

Estefany demonstra um entendimento aprofundado e crítico do conceito de desenvolvimento sustentável. Enfatiza a complexidade do conceito, refletindo sobre a base teórica do termo "desenvolvimento", que geralmente está associado ao

crescimento econômico exponencial. Aponta que esse paradigma pode entrar em conflito com a busca pela sustentabilidade ambiental, uma vez que o crescimento econômico constante pode não ser compatível com a preservação dos recursos naturais e a mitigação dos impactos ambientais.

Ao mencionar o "tripé da sustentabilidade", Estefany destaca a importância de equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, o que envolve considerar as interações complexas entre essas dimensões e encontrar soluções integradas que promovam o bem-estar da sociedade sem comprometer o meio ambiente. Sua reflexão dialoga com Sachs e Ban (2015), que esclarecem que o desenvolvimento sustentável busca compreender as interações entre três sistemas fundamentais: a economia global, a sociedade global e o ambiente físico da Terra.

Ao retomar o conceito do tripé da sustentabilidade, a entrevistada estabelece um diálogo com a teoria, pois, de acordo com Horbach (2005), a sustentabilidade é um estado em que três tipos de interesses se encontram satisfeitos simultaneamente: o desejo da geração atual de melhorar suas condições de vida (sustentabilidade econômica), a busca por igualdade nas condições de vida entre diferentes grupos sociais (sustentabilidade social) e a preservação dos interesses das gerações futuras, que não devem ser comprometidos pelas necessidades da geração atual (sustentabilidade ambiental).

A entrevistada também aborda o desafio de lidar com visões pessimistas de que o desenvolvimento sustentável é um conceito falido, mas incentiva conservar o "lado sonhador" e acreditar nas possibilidades de construir um futuro sustentável. Essa atitude requer debates complexos e soluções inovadoras, mas, para Estefany, é viável encontrar um caminho que integre as preocupações ambientais com as aspirações econômicas.

A fala de Estefany encontra-se em consonância com o pensamento de Rogers, Jalal e Boyd (2007), para quem o desenvolvimento sustentável é uma perspectiva que considera o mundo como uma intrincada interação entre sistemas econômicos, sociais, ambientais e políticos, representando também uma visão normativa e ética. Isso significa definir objetivos para uma sociedade funcional, proporcionando bem-estar aos cidadãos atuais e às gerações futuras. Um aspecto essencial é a abordagem holística, buscando uma visão global do que constitui uma sociedade ideal.

4.3.2 Governança Pública e Sustentabilidade

As entrevistadas foram indagadas sobre suas percepções acerca da relação entre governança pública e sustentabilidade. O Quadro 13 a seguir apresenta um breve resumo das principais percepções de governança pública e sustentabilidade.

Quadro 13 - Principais percepções de governança pública e sustentabilidade.

Entrevistada	Principais percepções
Daiana	Precisa existir um equilíbrio. O governo precisa aprender a trabalhar com desenvolvimento sem prejudicar o meio ambiente.
Naiara	O desenvolvimento sustentável busca soluções para problemas locais e globais. Sendo assim, práticas sustentáveis realizadas pelo Município é fundamental para atingir os ODS, visando a redução da desigualdade. Portanto, é primordial que o Executivo promova políticas públicas que viabilizem ações com ênfase no desenvolvimento sustentável.
Paola	“Toda governança pública deveria estar pautada em sustentabilidade. Infelizmente não é isso que acontece na prática, pois as políticas públicas geralmente são efetivadas com improvido e autocrismo”.
Queila	Acredito que é uma questão que varia de governante para governante, isso é, oscila de acordo com a forma com que o político exercendo o mandato encara o problema, o que pra mim é errado porque acredito que o certo seria haver um sistema autônomo como por exemplo as agências reguladoras ou o Ministério Público que funcionam independentemente do governo e podem atuar permanentemente sem oscilações.
Estefany	Governança e sustentabilidade estão intrinsicamente ligadas. Primeiro que para que haja sustentabilidade é preciso haver o lado coercitivo mais de colocar desde lei, colocar parâmetros para que a sociedade haja dentro dos critérios das regras quanto sociedade para que a gente possa ter aí sim um desenvolvimento sustentável então a administração pública tem uma função essencial mesmo
Silvana	Sinceramente, não vejo o município promovendo ações para erradicar a pobreza. Não vejo o gestor promovendo políticas públicas adequadas como a geração de emprego, busca por novas indústrias, uma educação de qualidade e principalmente proteção ao meio ambiente. O atual poder público mantém a população distante de uma discussão tão importante como é o objetivo de desenvolvimento sustentável.

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Para Paola, *“Toda governança pública deveria estar pautada em sustentabilidade. Infelizmente não é isso que acontece na prática, pois as políticas públicas geralmente são efetivadas com improviso”*.

Nesse sentido, Estefany afirma que:

Governança e sustentabilidade estão intrinsicamente ligadas. Primeiro, para que haja sustentabilidade, é preciso haver o lado coercitivo mais de colocar desde lei, colocar parâmetros para que a sociedade aja dentro dos critérios

das regras enquanto sociedade para que a gente possa ter, aí sim, um desenvolvimento sustentável. Então a administração pública tem uma função essencial mesmo (Estefany).

Paola e Estefany destacam a importância da governança pública pautada em sustentabilidade e sua relação intrínseca com o desenvolvimento sustentável. Paola enfatiza que toda governança pública deveria estar fundamentada em sustentabilidade. Ela critica a prática atual, na qual os políticos frequentemente agem com improviso, ou seja, tomando decisões sem planejamento adequado e sem considerar a opinião e necessidades da população. Segundo Bulkeley *et al.* (2013), a governança desempenha um papel crucial ao assegurar que os compromissos globais sejam incorporados efetivamente nas agendas nacionais e locais.

Essa crítica sugere que a falta de uma governança sustentável pode levar a decisões ineficientes e que não promovem o desenvolvimento sustentável. Paola destaca a importância de uma abordagem sustentável na tomada de decisões governamentais e na formulação de políticas públicas.

Embora a entrevistada exponha que nem toda governança se preocupa com as questões sustentáveis, suas ideias estão de acordo com um dos pilares do desenvolvimento urbano sustentável proposto pela ONU (2021), denominado “Planeta”. Nesse eixo, segundo a ONU (2021), espera-se como resultado o aprimoramento e fortalecimento de modelos de governança participativa para a administração sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos, com o objetivo de criar regiões integradas, resistentes e que promovam a inclusão.

Já Estefany ressalta a conexão intrínseca entre governança e sustentabilidade. Enfatiza que, para alcançar a sustentabilidade, é necessário ter um lado coercitivo, ou seja, estabelecer leis e parâmetros que regulem o comportamento da sociedade de acordo com regras que promovam a sustentabilidade.

Essa abordagem sugere que a governança pública deve ter um papel essencial na promoção do desenvolvimento sustentável, garantindo que as ações e decisões tomadas estejam alinhadas com critérios de sustentabilidade. Estefany destaca o papel crucial que a administração pública desempenha nesse processo.

Em geral, as entrevistas refletem uma preocupação com a falta de governança pública pautada em sustentabilidade e enfatizam a importância de se

tomar decisões e formular políticas públicas com base em critérios sustentáveis para promover o desenvolvimento sustentável.

Conforme observado por Bulkeley *et al.* (2013), uma governança eficaz desempenha um papel essencial na criação de um ambiente propício para a formulação e a implementação de políticas que buscam promover a sustentabilidade urbana. Paralelamente, o desenvolvimento urbano sustentável também exerce impacto na qualidade da governança pública, visto que municípios bem planejados e sustentáveis costumam estar mais propensos a envolver os cidadãos e a fortalecer a confiança nas instituições públicas.

As entrevistadas ressaltam que a governança pública deve ser guiada por princípios de sustentabilidade e considerar as necessidades presentes e futuras da sociedade, garantindo que ações e políticas implementadas estejam alinhadas com a busca por um futuro mais sustentável.

Daiana chama a atenção para a necessidade de um equilíbrio entre governança pública e sustentabilidade: *“Precisa existir um equilíbrio. O governo precisa aprender a trabalhar com desenvolvimento sem prejudicar o meio ambiente. Precisa gastar as energias que se renovam. Assim, nunca ficaremos sem o básico para nosso sustento”* (Daiana).

Daiana destaca a importância de o governo trabalhar com desenvolvimento sustentável, garantindo que as ações e projetos não prejudiquem o meio ambiente. Ela enfatiza que é necessário utilizar fontes de energia renováveis, para que as necessidades básicas da população possam ser atendidas de forma contínua e sustentável.

A afirmação de Daiana demonstra uma consciência sobre os desafios enfrentados pelo desenvolvimento socioeconômico e a necessidade de considerar a sustentabilidade ambiental como fundamental. Ao ressaltar que o governo deve "gastar" energias que se renovam, destaca a importância de se adotar práticas e políticas que permitam o uso consciente e responsável dos recursos naturais, garantindo sua disponibilidade para as gerações futuras.

Essas questões já foram evidenciadas por Bulkeley *et al.* (2013), pois os autores afirmam que a relação entre a governança pública e o desenvolvimento urbano sustentável é complexa e intrincada. Uma governança efetiva tem o poder de estabelecer um ambiente propício para a elaboração e a implementação de políticas que fomentem a sustentabilidade nas áreas urbanas.

Além disso, o progresso em direção ao desenvolvimento urbano sustentável também pode impactar a qualidade da governança pública, uma vez que municípios bem planejados e ambientalmente responsáveis tendem a incentivar maior engajamento do cidadão e a fortalecer a confiança nas instituições governamentais (Bulkeley *et al.*, 2013).

Essa perspectiva alinha-se com os princípios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (2021), que visam garantir um desenvolvimento econômico, social e ambiental equilibrado e sustentável. Ao enfatizar a necessidade de conciliar desenvolvimento e preservação ambiental, Daiana demonstra uma preocupação com a sustentabilidade das ações governamentais e o bem-estar da população em longo prazo.

Em suma, Daiana mostra uma visão consciente sobre a importância do desenvolvimento sustentável e a necessidade de garantir a harmonia entre as necessidades da sociedade e a proteção do meio ambiente. É um chamado para que o governo adote políticas e ações que promovam um futuro mais sustentável para todos.

Sobre esse tema, Naiara e Queila afirmaram que

O desenvolvimento sustentável busca soluções para problemas locais e globais. Sendo assim, práticas sustentáveis realizadas pelo Município são fundamentais para atingir os ODS, visando a redução da desigualdade. Portanto, é primordial que o Executivo promova políticas públicas que viabilizem ações com ênfase no desenvolvimento sustentável (Naiara).

Acredito que é uma questão que varia de governante para governante, isto é, oscila de acordo com a forma com que o político exercendo o mandato encara o problema, o que pra mim é errado, porque acredito que o certo seria haver um sistema autônomo como por exemplo as agências reguladoras ou o Ministério Público, que funcionam independentemente do governo e podem atuar permanentemente sem oscilações (Queila).

Naiara e Queila abordam o desenvolvimento sustentável e a importância das práticas sustentáveis realizadas pelo Município para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reduzir a desigualdade.

Naiara destaca que o desenvolvimento sustentável é uma busca por soluções para problemas locais e globais. Enfatiza a importância das práticas sustentáveis realizadas pelo Município para atingir os ODS e reduzir a desigualdade. Ressalta também que o Executivo deve promover políticas públicas que viabilizem ações com ênfase no desenvolvimento sustentável. Essa abordagem sugere que a governança

pública tem um papel central na promoção do desenvolvimento sustentável e na busca por um futuro mais equitativo e ambientalmente responsável.

Queila aborda a questão da oscilação das práticas sustentáveis no governo, destacando que a abordagem varia de governante para governante. Em sua opinião seria mais adequado ter um sistema autônomo, como as agências reguladoras ou o Ministério Público, que funcionassem independentemente do governo e atuassem de maneira permanente, sem oscilações. Mediante o exposto, retoma-se o pensamento de Fernandes e Kamimura (2020), que destacam que as políticas públicas implementadas pelos Poderes Executivos são fundamentadas na ideia de transferir à sociedade os benefícios derivados de seus próprios esforços. Nesse contexto, é o próprio Poder Executivo que pode assumir a responsabilidade de impulsionar o desenvolvimento local e regional. Essa perspectiva sugere que a sustentabilidade não deve depender da vontade ou preferência de um governo específico, mas sim ser tratada de forma sistemática e consistente, com ações contínuas e independentes do ciclo político.

Em um contexto geral, as entrevistadas destacam a relevância do desenvolvimento sustentável e da implementação de práticas sustentáveis pelo governo municipal para alcançar os ODS e reduzir as desigualdades.

Enquanto Naiara enfoca a importância de políticas públicas que incentivem a sustentabilidade, Queila destaca a importância de uma abordagem sistemática e contínua, independentemente das mudanças de governo. Ambas as perspectivas reforçam a necessidade de ações e políticas consistentes para promover um futuro mais sustentável e igualitário.

4.3.3 A Relação entre Governança Pública, ODS e ONU

Buscou-se, por meio das entrevistas, o entendimento das vereadoras sobre relação entre governança pública, ODS e ONU, cujas respostas estão sintetizadas no Quadro 14.

,Quadro 14 - Relação entre governança pública, ODS e ONU.

Entrevistada	Relação entre Governança pública, ODS e ONU
Daiana	Ainda estamos caminhando para alcançar os objetivos dos ODS, embora a ONU tenha estipulado o ano de 2030 como o limite para que esses objetivos sejam alcançados. Em minha opinião, o mais latente é a erradicação da pobreza. Embora todos eles estejam interligados, visando a qualidade de vida da nossa população

Naiara	Uma vez que a governança pública se refere a um conjunto de boas práticas, objetivando ao final um serviço de qualidade para a sociedade, os objetivos dos ODS desenvolvidos pela ONU, contribuem para o desenvolvimento de projetos, visando trabalhar de maneira sustentável, fortalecendo políticas públicas para a população, principalmente a mais pobre
Paola	Todos os políticos públicos, a meu ver, deveriam estar com foco nos resultados, sobretudo, no atingimento das metas traçadas nos objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU.
Queila	Os 17 pontos da ONU para o Brasil são exatamente relacionados com as plataformas que defendo, ou seja, saúde de qualidade e com a maior cobertura possível, educação para todos com qualidade para formar nossas crianças, jovens e adultos, defesa das mulheres, trabalho para todos, proteção dos nossos meios naturais, ou seja, de certa forma, todos os pontos que defendemos como fundamentais pro Brasil de hoje e do futuro

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

As entrevistadas foram questionadas sobre a relação entre governança pública, ODS e os objetivos da ONU. Apenas uma não soube discorrer sobre tal relação.

Ainda estamos caminhando para alcançar os ODS, embora a ONU tenha estipulado o ano de 2030 como o limite para que esses objetivos sejam alcançados. Em minha opinião, o mais latente é a erradicação da pobreza, embora todos eles estejam interligados, visando a qualidade de vida da nossa população (Daiana)

Daiana reconhece que ainda há um caminho a percorrer para alcançar plenamente os ODS, especialmente considerando o prazo estipulado pela ONU (2030). Ela destaca a erradicação da pobreza como um dos objetivos mais importantes, porém ressalta que todos os ODS estão interligados e visam melhorar a qualidade de vida da população.

Essa visão demonstra um compromisso com o desenvolvimento sustentável e a compreensão de que o trabalho em conjunto em todas as áreas é fundamental para alcançar os objetivos estabelecidos. Nesse sentido, Sachs e Ban (2015) observam que os objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) demandam uma política que promova tanto a inclusão social quanto o crescimento econômico sustentável do ponto de vista ambiental.

Uma vez que a governança pública se refere a um conjunto de boas práticas, objetivando ao final um serviço de qualidade para a sociedade, os ODS, desenvolvidos pela ONU, contribuem para o desenvolvimento de projetos visando trabalhar de maneira sustentável, fortalecendo políticas públicas para a população, principalmente a mais pobre (Naiara).

Naiara enfatiza a importância dos ODS para orientar o desenvolvimento de projetos de maneira sustentável e fortalecer políticas públicas para a população, especialmente para os mais pobres. Ela reconhece a relevância da governança pública e das boas práticas para a implementação efetiva dos ODS.

Essa abordagem indica uma compreensão da interconexão entre a governança, as políticas públicas e os ODS e destaca a importância de trabalhar de maneira sustentável para alcançar os objetivos globais de desenvolvimento. Nesse contexto, Bulkeley *et al.* (2013) relatam que a governança pública e os ODS estão intrinsecamente relacionados por uma série de interligações que se reforçam mutuamente.

Inicialmente, a governança efetiva desempenha um papel fundamental na transformação dos ODS em ações concretas, que englobam a formulação de políticas coesas, a alocação eficaz de recursos e a implementação bem-sucedida de programas voltados para o alcance das metas estabelecidas. A governança assegura que os compromissos de alcance global sejam assimilados e integrados nas agendas tanto nacionais quanto locais (Bulkeley *et al.*, 2013).

Os 17 pontos da ONU para o Brasil são exatamente relacionados com as plataformas que defendo, ou seja, saúde de qualidade e com a maior cobertura possível, educação para todos com qualidade para formar nossas crianças, jovens e adultos, defesa das mulheres, trabalho para todos, proteção dos nossos meios naturais ou seja, de certa forma, todos os pontos que defendemos como fundamentais pro Brasil de hoje e do futuro (Queila).

Queila reconhece uma conexão direta entre os ODS e as plataformas políticas que defende. Destaca os pontos relacionados à saúde de qualidade, educação, defesa das mulheres, emprego e proteção dos recursos naturais como fundamentais para o Brasil atual e futuro. Essa abordagem demonstra um alinhamento claro entre suas prioridades políticas e os objetivos da ONU, indicando uma compreensão dos principais desafios do país e a importância dos ODS para enfrentá-los. Sua fala dialoga com o pensamento de Bulkeley *et al.* (2013), para quem a governança assegura que os compromissos globais sejam incorporados nas agendas nacionais e locais. Ainda segundo os autores, a governança pública e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) compartilham uma série de interconexões que se reforçam reciprocamente. Inicialmente, a governança eficaz desempenha um papel crucial na tradução dos ODS em ações concretas, o que implica o desenvolvimento de políticas coerentes, a alocação eficiente de recursos e

a implementação efetiva de programas voltados para o alcance das metas estabelecidas.

Paola enfatiza que todos os envolvidos na política pública deveriam estar focados nos resultados, especialmente no atingimento das metas traçadas pelos ODS. Essa perspectiva ressalta a importância de ter os ODS como diretrizes orientadoras para a atuação dos políticos e para a tomada de decisões no governo. Ao colocar a ênfase nos resultados e no cumprimento das metas dos ODS, Paola demonstra um compromisso com o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade em buscar resultados positivos para a sociedade.

Nota-se que as entrevistadas apresentam visões positivas em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e à sua importância para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população. Sua fala se encontra em consonância com o pensamento de Smith *et al.* (2018), já que os autores observam que a governança também promove a responsabilidade e a transparência, valores fundamentais para monitorar o avanço em direção aos ODS.

4.3.4 Desenvolvimento Municipal e metas dos ODS no Médio Paraíba

Por meio das entrevistas, buscou-se entender o conhecimento das legisladoras sobre as práticas do município em Desenvolvimento Municipal e Metas dos ODS no Médio Paraíba, de acordo com o Quadro 15.

Quadro 15 - Práticas do Município em Desenvolvimento Municipal e Metas dos ODS no Médio Paraíba.

Entrevistada	Conhecimento sobre as práticas do município
Daiana	São realizadas por meio de Secretarias específicas para tratar de assuntos voltados ao meio ambiente. Quanto às demais, realizamos parcerias com os governos federal e estadual para envio de verbas para programas sociais, e estamos avançando bastante na Educação, com crescimento dos índices que medem a evolução do ensino.
Otaviana	Existem ações, mas sem eficácia operacional, podendo ser por falta de Planejamento ou conhecimento.
Naiara	Muito do que se refere a política de desenvolvimento urbano sustentável vem de ações de outros organismos. Como parlamentar, tenho buscado incluir na pauta das discussões propostas que vão de encontro a este pensamento, como a criação de grupo de trabalho para preparação do Município para eventos climáticos extremos, tendo em vista que com o aquecimento global períodos de grandes secas e de fortes chuvas poderão acarretar tragédias que podem ser evitadas ou amenizadas.

Continua

Quadro 15 - Práticas do Município em Desenvolvimento Municipal e Metas dos ODS no Médio Paraíba. Continuação

Entrevistada	Conhecimento sobre as práticas do município
Paola	O município não pauta as suas ações com base nos objetivos dos ODS. Essa observação sugere uma falta de alinhamento entre as políticas e projetos do município com os objetivos globais de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela ONU.
Queila	Apesar de não ter utilizado explicitamente o termo nem ter falado abertamente que os projetos de lei estivessem relacionados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU para o Brasil, apresentei projetos de lei que buscassem diminuir as desigualdades de gênero e aumentar a cidadania das mulheres.
Silvana	Sinceramente, não vejo o município promovendo ações para erradicar a pobreza. Não vejo o gestor promovendo políticas públicas adequadas como a geração de emprego, busca por novas indústrias, uma educação de qualidade e principalmente proteção ao meio ambiente.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Em relação ao conhecimento sobre as práticas do município referentes às metas dos ODS, Daiana respondeu que são realizadas por meio de *“Secretarias específicas para tratar de assuntos voltados ao meio ambiente. Quanto às demais, realizamos parcerias com os governos federal e estadual para envio de verbas para programas sociais e estamos avançando bastante na Educação, com crescimento dos índices que medem a evolução do ensino”*.

Daiana aborda algumas ações e práticas relacionadas ao meio ambiente, programas sociais e educação em seu município. A entrevistada menciona que existem secretarias específicas para tratar de assuntos voltados ao meio ambiente. Essa abordagem pode indicar uma preocupação e uma estrutura governamental dedicada à preservação e à conservação do meio ambiente no município. Ter Secretarias especializadas pode facilitar a implementação de políticas e ações relacionadas à proteção ambiental, como a criação de áreas verdes, gestão de resíduos, conservação de recursos naturais e enfrentamento de problemas ambientais locais.

Daiana destaca a realização de parcerias com os governos federal e estadual para obter verbas destinadas a programas sociais. Essas parcerias podem ser essenciais para o financiamento de iniciativas voltadas para a população, como projetos de inclusão social, assistência a grupos vulneráveis, programas de combate à pobreza, entre outros. As parcerias também podem permitir a realização de projetos de maior escala, que exigem recursos adicionais.

Segundo o exposto por Daiana, pode-se concluir que o município em que ela atua atende a algumas demandas do Relatório Anual de 2021 da ONU, dividido em cinco eixos estratégicos. Nesse caso, considera-se o eixo “Pessoas”, visto que a ONU (2021) estabelece que os resultados esperados nesse eixo gerem a promoção de progresso social abrangente em todo o território, visando a diminuição da carência pelo acesso a serviços públicos de excelência especialmente nas esferas da educação, saúde, amparo social, segurança alimentar, nutrição e emprego digno, com justiça e foco na equidade entre gêneros, raças, etnias e gerações.

Em sua fala também é possível verificar a presença do eixo “Planeta”. Nesse eixo a ONU (2021) entende que os esforços do desenvolvimento urbano sustentável culminem na melhoria das habilidades organizacionais para impulsionar a eficácia das estratégias governamentais, garantindo sua integração e aplicação coerente, visando a administração sustentável dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos, além do enfrentamento das alterações climáticas e de suas consequências negativas.

A entrevistada menciona que houve avanços significativos na área de Educação, com crescimento dos índices que medem a evolução do ensino. Esse ponto sugere que a administração está priorizando a melhoria da qualidade da educação no município, o que pode ser um fator chave para o desenvolvimento sustentável em longo prazo.

Investir na educação é fundamental para a formação de uma sociedade mais consciente, crítica e capacitada para enfrentar os desafios do desenvolvimento urbano. Itikawa (2015) destaca que existe discriminação baseada em raça, casta, gênero e classe. Além disso, ressalta que a relação entre o acesso à educação e o acesso à terra é intrínseca ao sistema de castas, visto que os membros das castas superiores ocupam posições hierárquicas mais altas nas classes rurais, e essas hierarquias são reproduzidas também nas áreas urbanas.

Em geral, Daiana apresenta uma visão geral das práticas realizadas em seu município em relação ao meio ambiente, programas sociais e educação. A menção de Secretarias específicas para questões ambientais e parcerias com governos federal e estadual para programas sociais indica uma abordagem de gestão colaborativa e estruturada. Além disso, o destaque dado aos avanços na Educação demonstra o compromisso com o aprimoramento da qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável.

Já Otaviana e Paola relataram, respectivamente que “*Existem ações, mas sem eficácia operacional, podendo ser por falta de planejamento ou de conhecimento*” (Otaviana). “*Nenhuma. O município não pauta as suas ações com base nos objetivos dos ODS*” (Paola).

Silvana acrescenta:

Sinceramente, não vejo o município promovendo ações para erradicar a pobreza. Não vejo o gestor promovendo políticas públicas adequadas como a geração de emprego, busca por novas indústrias, uma educação de qualidade e principalmente proteção ao meio ambiente. O atual poder público mantém a população distante de uma discussão tão importante como é o objetivo de desenvolvimento sustentável (Silvana).

Otaviana, Paola e Silvana apontam perspectivas diferentes em relação às ações do município quanto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Otaviana reconhece a existência de ações relacionadas aos ODS no município, mas destaca que muitas delas não apresentam eficácia operacional. Ela levanta duas possíveis razões para isso: falta de planejamento ou falta de conhecimento.

A crítica central é que, embora existam iniciativas voltadas para os ODS, elas podem estar enfrentando problemas de implementação ou de execução. É essencial que as ações sejam bem planejadas e acompanhadas para garantir que alcancem os resultados desejados.

Paola é mais enfática em sua resposta e afirma que o município não pauta suas ações com base nos ODS. Essa observação sugere uma falta de alinhamento entre as políticas e os projetos do município com os ODS estabelecidos pela ONU. Essa falta de alinhamento pode ser um obstáculo para que o município contribua efetivamente para a agenda dos ODS e para que alcance resultados positivos em áreas como erradicação da pobreza, educação de qualidade e proteção ao meio ambiente.

Silvana expressa sua insatisfação com as ações do município em relação à erradicação da pobreza e à promoção de políticas públicas adequadas. Menciona a falta de iniciativas que abordem questões fundamentais, como geração de emprego, busca por novas indústrias, educação de qualidade e proteção ao meio ambiente.

A entrevistada também ressalta que o atual poder público não envolve adequadamente a população em discussões importantes sobre desenvolvimento sustentável, o que pode resultar em uma falta de engajamento e de participação da

comunidade nas questões relevantes para o município. Goghait, Tripathy e Almeida (2014) salientam que as políticas inclusivas compreendem a elaboração de informações desagregadas por gênero sobre gestão ambiental, a equidade de gênero na tomada de decisões e a formulação de estratégias sensíveis ao gênero. Enfatizam ainda que uma abordagem holística e integrada ao desenvolvimento urbano, que inclua parcerias e participação dos setores público, privado e comunitário, deve incorporar mulheres e homens em todas as fases do processo de desenvolvimento, desde a identificação até a implementação.

Em geral, as entrevistas mostram diferentes perspectivas sobre as ações do município em relação aos ODS. Enquanto Otaviana identifica a realização de ações com falhas na eficácia operacional, Paola critica a falta de alinhamento das políticas com os ODS. Silvana, por sua vez, expressa sua insatisfação com a falta de iniciativas importantes para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.

Essas visões parecem refletir a complexidade da implementação dos ODS em âmbito local e ressaltam a importância de planejamento adequado, conhecimento e engajamento da comunidade para alcançar resultados efetivos em direção ao desenvolvimento sustentável.

Embora cada fala evidencie um ponto, percebe-se, em geral, que o debate sobre o futuro sustentável dos municípios não é central, o que é de extrema importância, pois para Giddings *et al.* (2005) é essencial iniciar uma discussão acerca do porvir das áreas urbanas, o qual provavelmente confrontará diversas das convenções políticas e econômicas atuais.

As entrevistadas foram questionadas se, em sua trajetória na vida política, haviam proposto algum projeto de lei relacionado aos ODS ou ao desenvolvimento urbano sustentável. Duas entrevistadas responderam:

Sim, principalmente na área de Educação e Igualdade Social. Um exemplo disso é de 2022, com a aquisição de uniformes escolares, *tablets* para os alunos, melhoria em escolas públicas e implantação de uma escola cívico-militar, estimulando o ensino em horário integral. Projetos voltados a qualidade de vida da mulher também, como o retorno daquela que é vítima de violência doméstica ao mercado de trabalho e aos cursos profissionalizantes (Daiana).

Muito do que se refere à política de desenvolvimento urbano sustentável vem de ações de outros organismos. Como parlamentar, tenho buscado incluir na pauta das discussões propostas que vão ao encontro a este pensamento, como a criação de grupo de trabalho para preparação do Município para eventos climáticos extremos, tendo em vista que com o

aquecimento global períodos de grandes secas e de fortes chuvas poderão acarretar tragédias que podem ser evitadas ou amenizadas. Também lei que garante a proteção de nascentes, com apoio de entidades. O fomento de parceria com a Sociedade Vegetariana Brasileira para implantação de campanha e projeto educacional de alimentação sustentável nas Rede Municipal de Ensino, um conceito bem complexo que envolve muitos aspectos além da comida que está no prato, mas pode ser definido basicamente como uma alimentação que tem baixo impacto no meio ambiente e que tem uma relação positiva com a saúde. Solicitação da implantação, no projeto 'Câmara Sem Papel', do sistema de assinatura digital nos processos legislativos. Com essa ferramenta, é possível diminuir drasticamente o consumo de papel na Câmara de Resende, até o ponto de se dispensar completamente o seu uso nos processos legislativos. E ainda, solicitando uma parceria com a ENEL Rio de Janeiro para instalação de Ecoponto no Município, bem como a execução do Projeto ECO ENEL – que converte o reciclável entregue pelo cliente em crédito na conta de energia elétrica (Naiara).

Percebe-se que Daiana e Naiara abordam diferentes áreas e iniciativas relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à igualdade social. Nesse contexto, Lozano (2012) ressalta a importância de fundamentar o progresso econômico na equidade social e na gestão eficaz dos recursos naturais.

Daiana destaca a importância de projetos relacionados à qualidade de vida das mulheres, como o retorno ao mercado de trabalho e cursos profissionalizantes para vítimas de violência doméstica. Além disso, menciona a aquisição de uniformes escolares, *tablets* para os alunos e melhoria em escolas públicas como exemplos de iniciativas que buscam promover a igualdade social por meio da educação.

Na entrevistas de Daiana e Naiara é possível identificar alguns dos ODS propostos pela ONU (2015), tais como: educação de qualidade, saúde e bem-estar e igualdade de gênero.

Já Naiara aborda diversas ações que busca incluir nas discussões parlamentares, visando o desenvolvimento urbano sustentável. Ela destaca a criação de um grupo de trabalho visando preparar o município para enfrentar eventos climáticos extremos, a lei que garante a proteção de nascentes, a parceria com a Sociedade Vegetariana Brasileira para uma alimentação sustentável nas escolas, a implantação do sistema de assinatura digital para reduzir o uso de papel na câmara legislativa e a parceria com a ENEL para instalação de um Ecoponto e o Projeto ECO ENEL.

Já na fala de Naiara percebe-se a presença de outro ODS, que consiste na ação contra mudanças climáticas e fome zero. Para a ONU (2015), esses ODS consistem, respectivamente em implementar ações imediatas para enfrentar tanto as mudanças climáticas quanto suas repercussões e erradicar a fome, atingir a

segurança alimentar e aprimorar a nutrição, ao mesmo tempo em que impulsiona práticas agrícolas sustentáveis.

Naiara demonstra um forte compromisso com questões ambientais, buscando ações e parcerias que promovam a proteção do meio ambiente e a sustentabilidade. Ela aborda a preocupação com aquecimento global, eventos climáticos extremos, proteção de nascentes, alimentação sustentável e redução do consumo de papel como formas de contribuir para um desenvolvimento urbano mais responsável e ambientalmente consciente.

Além dos ODS já citados pelas entrevistadas anteriores e que também se encontram nas falas de Naiara, nota-se a presença de outros ODS, como o consumo e a produção responsáveis e parcerias e meios de implementação. Para a ONU (2015), esses ODS consistem em garantir a adoção de modelos de produção e consumo que sejam ambientalmente sustentáveis, bem como reforçar os mecanismos de execução e revitalizar a colaboração global para promover o desenvolvimento sustentável.

Ambas as entrevistadas destacam a importância de ações que visem o desenvolvimento sustentável e a igualdade social. Daiana destaca ações voltadas para a educação e o bem-estar das mulheres, enquanto Naiara aborda diversas iniciativas relacionadas ao meio ambiente, desenvolvimento urbano sustentável e uso consciente dos recursos naturais. Elas demonstram comprometimento com pautas relevantes para a promoção de uma sociedade mais justa, igualitária e ambientalmente responsável. Suas perspectivas e iniciativas denotam um esforço para abordar questões abrangentes e complexas, contribuindo para um futuro mais sustentável e equitativo.

Outra pauta abordada pelas entrevistadas refere-se às questões de gênero, como pode ser observado na fala de Paola: *“Fiz para a criação da política pública para combater pobreza e distribuição de absorventes a meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade”*, e de Queila:

Apesar de não ter utilizado explicitamente o termo nem ter falado abertamente que os projetos de lei estivessem relacionados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU para o Brasil, apresentei projetos de lei que buscassem diminuir as desigualdades de gênero e aumentar a cidadania das mulheres (projeto para distribuição de absorventes às mulheres carentes), propus campanhas de conscientização sobre doenças (anemia falciforme, diabetes) para que passassem a constar da rotina da SMS, propus a criação de um centro cultural no bairro Boa Sorte com intuito de levar atividades profissionalizantes e recreativas para a

população local que é em maioria carente, enfim, de certa forma os ODS, como expliquei, casam perfeitamente com a nossa plataforma (Queila).

Paola e Queila abordam questões de gênero em relação ao desenvolvimento urbano, com foco em projetos de lei que buscam promover a igualdade de gênero e a cidadania das mulheres.

Paola propõe a criação de uma política pública para combater a pobreza e a distribuição de absorventes para meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade. Essa iniciativa visa garantir o acesso a produtos de higiene para mulheres que enfrentam dificuldades econômicas, contribuindo para a igualdade de gênero e a dignidade na vida diária. Queila também apresenta um projeto de lei para a distribuição de absorventes a mulheres em situação de vulnerabilidade. Essa proposta busca atender a uma necessidade básica das mulheres carentes, garantindo o acesso a produtos de higiene, o que é essencial para sua saúde e bem-estar. Nesse contexto, Itikawa (2015) observa, por meio das trabalhadoras informais entrevistadas, que questões como o tempo livre, moradia, saúde, educação e lazer dos trabalhadores não recebem a mesma ênfase nas agendas do Estado e da sociedade.

As propostas apresentadas por Paola e Queila mostram comprometimento em promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres por meio de políticas públicas que visam sua inclusão e bem-estar em comunidades vulneráveis. Essas iniciativas demonstram um esforço significativo para abordar questões de gênero no contexto do desenvolvimento urbano, contribuindo para uma cidade mais justa e igualitária para todas.

De acordo com a OECD (2008), é fundamental destacar que as mulheres constituem uma parcela significativa do capital humano global. No entanto, são frequentemente subvalorizadas e subutilizadas em escala mundial. São tratadas como um grupo cujas contribuições potenciais para avanços econômicos, progresso social e proteção ambiental foram marginalizadas e subestimadas.

O projeto de lei das vereadoras exemplifica o pensamento de Ray (2016), que avalia o progresso do desenvolvimento sustentável considerando a melhoria das capacidades mulheres, em particular as de mulheres e meninas pobres, como resultado de investimentos sociais, em que o termo 'investimento' abrange esforços financeiros, sociais e institucionais voltados para benefícios futuros, não apenas monetários, para seres humanos e seus ambientes.

4.3.5 Meio Ambiente e Desigualdade Social

Nesta subseção buscou-se compreender a relação entre meio ambiente, desigualdade econômica e social, conforme a percepção das entrevistadas, sintetizada no Quadro 16.

Quadro 16 - Relação meio ambiente e desigualdade econômica e social.

Entrevistada	Meio ambiente e desigualdade econômica e social
Naiara	São interligados e que necessitam de projetos e ações para desenvolvimento em conjunto. Eu entendo que tudo está interligado. Um meio ambiente seguro, cuidado com responsabilidade, contribui para uma economia forte, o que reduz a desigualdade.
Queila	É histórico, e nesse processo existe a predominância da exploração desenfreada do meio ambiente brasileiro para produzir riquezas para o sistema internacional desde a época da colônia. Então, de certa forma, acredito que esses temas estão relacionados no momento em que as pessoas acham que para desenvolver a economia precisam destruir o meio ambiente, e na minha visão esse processo no Brasil sempre foi tocado por poucas pessoas, com enorme concentração de terras e renda
Estefany	O desenvolvimento sustentável não pode se limitar apenas ao aspecto ambiental, mas sim considerar os três pilares interconectados da sustentabilidade: social, ambiental e econômico. Somente quando esses três pilares são considerados e trabalham juntos é que um verdadeiro desenvolvimento sustentável pode ser alcançado.
Silvana	Mostram um engajamento significativo com o desenvolvimento urbano sustentável, principalmente em relação ao gerenciamento de resíduos e à conscientização ambiental.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

A análise do Quadro 15 revela que, para Daiana, meio ambiente e desigualdade econômica e social *“São temas perfeitamente interligados. A desigualdade econômica e social também passa pela preservação do meio ambiente. Em uma cidade onde não existe nem saneamento básico, é notória a desigualdade social”*.

Naiara considera que esses aspectos estão interligados e que necessitam de projetos e ações para um desenvolvimento em conjunto:

Eu entendo que tudo está interligado, um meio ambiente seguro, cuidado com responsabilidade, contribui para uma economia forte, o que reduz a desigualdade. Sou da área rural e sei o quanto a preservação ambiental, apoio ao produtor rural, contribui para uma sociedade mais justa. Eu

acredito que o fortalecimento de políticas públicas sustentáveis serão o grande foco do desenvolvimento social e econômico do futuro (Naiara).

Daiana e Naiara destacam a interligação entre meio ambiente e a desigualdade econômica e social, assim como a importância de políticas públicas sustentáveis para o desenvolvimento social e econômico. Ambas enfatizam que o meio ambiente e a desigualdade econômica e social estão intrinsecamente interligados.

A falta de preservação ambiental, assim como a ausência de saneamento básico, pode contribuir para acentuar as desigualdades sociais em um município, pois as populações mais vulneráveis são afetadas de maneira desproporcional. A fala das entrevistadas dialoga com a proposição da UNDP (2020), pois a disparidade econômica e social é identificada como uma barreira ao autêntico avanço humano.

Ao fomentar o acesso à educação, aos serviços essenciais de saúde e a ocupações dignas, o desenvolvimento sustentável busca assegurar que os frutos do progresso alcancem todas as camadas da sociedade (UNDP, 2020).

Naiara destaca que um meio ambiente seguro, com cuidado responsável, pode contribuir para uma economia forte, reduzindo a desigualdade social. A preservação ambiental, quando bem gerenciada, pode impulsionar o desenvolvimento econômico sustentável e criar oportunidades para comunidades em situação de vulnerabilidade.

Naiara enfatiza que o fortalecimento de políticas públicas sustentáveis será o foco do desenvolvimento social e econômico no futuro. Essa abordagem destaca a necessidade de implementar medidas governamentais efetivas que promovam a sustentabilidade ambiental e reduzam as disparidades socioeconômicas.

As falas das entrevistadas evidenciam o entendimento compartilhado por ambas sobre a interdependência entre meio ambiente, desigualdade econômica e social e o papel fundamental das políticas públicas sustentáveis para abordar essas questões.

Ao reconhecer a importância de um meio ambiente preservado e políticas públicas alinhadas à sustentabilidade, elas demonstram uma visão abrangente e consciente sobre o desenvolvimento socioeconômico. Essas perspectivas são cruciais para a promoção de um futuro mais justo e equitativo, em que a preservação do meio ambiente e o bem-estar social caminham de mãos dadas.

O ponto de vista da entrevistada Queila também é voltado para as questões ambientais, como é possível verificar na fala a seguir:

A desigualdade social no Brasil de hoje é resultado, na minha opinião, do processo histórico, em que existe a predominância da exploração desenfreada do meio ambiente brasileiro para produzir riquezas para o sistema internacional desde a época da colônia. Então, de certa forma, acredito que esses temas estão relacionados no momento em que as pessoas acham que para desenvolver a economia precisam destruir o meio ambiente, e na minha visão esse desenvolvimento no Brasil sempre foi tocado por muito poucas pessoas, com enorme concentração de terras e renda (Queila).

Já a entrevistada Estefany expande o conceito de sustentabilidade e afirma:

Essa resposta pra mim tem como base alguns dos conceitos mais básicos do entendimento mesmo de desenvolvimento sustentável, o primeiro dele e o do tripé da sustentabilidade. Ou seja, para falar em sustentabilidade a gente não pode pensar só em meio ambiente, a gente tem que pensar no social, no ambiental, no econômico. Quando os três andam juntos aí sim há o desenvolvimento sustentável. Então eu entendo que essa relação é intrínseca, não dá para ser separada porque se a gente não planejar ele juntos a coisa não flui. Então quando se fala de desenvolvimento sustentável a gente tem que pensar em um equilíbrio fiscal, que dê um cenário possível para que tenha igualdade social e ambiental. Eu uso como exemplo aqui em Três Rios essa questão das enchentes. É uma questão social muita clara porque são pessoas que moram as margens dos rios que sofrem, ficam com as casas debaixo d'água. É uma questão ambiental muito evidente porque a administração pública permitiu que fosse construídas casas em áreas de risco e hoje a gente tem esses problemas, que têm uma origem ambiental mas que causam uma questão social e, óbvio, um gasto a mais porque se tivesse feito um investimento prévio o gasto não seria tão alto como o que tem que gastar hoje para poder dar conta das consequências catastróficas das enchentes. Não só em Três Rios, isso é um problema clássico do Brasil. Então acho que esses são só um exemplo que mostra como esse tripé tem que andar junto, tanto na hora do problema quanto na hora da solução (Estefany).

Estefany demonstra um entendimento claro e abrangente de desenvolvimento sustentável. Enfatiza que o desenvolvimento sustentável não pode se limitar apenas ao aspecto ambiental, mas deve considerar os três pilares interconectados da sustentabilidade: social, ambiental e econômico. Somente quando esses três pilares são considerados e trabalham juntos é que um verdadeiro desenvolvimento sustentável pode ser alcançado. A entrevistada destaca que a relação entre os três pilares é intrínseca e não pode ser separada. Enfatiza que planejar e abordar esses aspectos de forma integrada é essencial para garantir que o desenvolvimento sustentável seja alcançado.

Estefany utiliza o exemplo das enchentes em Três Rios para ilustrar como a falta de equilíbrio entre os aspectos social, ambiental e econômico pode gerar problemas. Aponta que a construção de casas em áreas de risco, resultado de

decisões mal planejadas, causou problemas sociais (pessoas afetadas pelas enchentes) e ambientais (inundações), o que resultou em gastos significativos para a administração pública para lidar com as consequências. A entrevistada enfatiza a importância de planejar e abordar esses problemas de forma integrada, tanto na identificação das causas quanto na busca de soluções. Investimentos prévios em prevenção e planejamento adequado poderiam ter evitado ou minimizado os problemas enfrentados atualmente.

Essa análise ressalta o conhecimento e a compreensão de Estefany sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e a importância de considerar os aspectos sociais, ambientais e econômicos de forma interconectada. Ao utilizar o exemplo das enchentes, ela ilustra como as decisões mal planejadas podem ter impactos negativos na sociedade e no meio ambiente, enfatizando a necessidade de um planejamento integrado para evitar problemas futuros. Angel *et al.* (2011) apontam que o crescimento desordenado, a degradação ambiental e a pressão sobre os recursos naturais demandam uma abordagem holística e colaborativa. Ressaltam que a adoção de tecnologias inovadoras, políticas públicas eficazes e parcerias entre os setores público e privado é essencial para superar esses obstáculos.

Essa perspectiva é fundamental para direcionar esforços em direção a um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável, visando garantir a prosperidade de longo prazo para as comunidades e o meio ambiente.

Silvana também demonstrou preocupação com as questões urbanas e sustentáveis., alegando ter apresentado os seguintes projetos:

- Implantar a criação da Campanha “Lixo tem lugar certo”, Indicação nº373/2021;
- Realizar o levantamento dos locais utilizados pela população para descarte de lixo;
- Instalar lixeiras públicas coletivas permanentes nesses locais e promover campanhas de conscientização sobre o lixo. Indicação nº68/2022;
- Instituir no município a Semana Municipal do Meio Ambiente. Projeto de Lei nº732/2021;
- Viabilizar estudos para cadastrar e recuperar as nascentes e que o executivo encaminhe um projeto de lei sobre

conscientização e preservação dessas minas. Indicação nº 71/2022.

Os projetos de lei apresentados por Silvana demonstram um engajamento significativo com o desenvolvimento urbano sustentável, principalmente em relação ao gerenciamento de resíduos e à conscientização ambiental.

De modo geral, os projetos de lei apresentados por Silvana demonstram uma abordagem abrangente e proativa em relação ao desenvolvimento urbano sustentável, pois buscam abordar questões relacionadas à gestão de resíduos, conscientização ambiental e preservação de recursos hídricos, com foco em melhorar a qualidade de vida da população e contribuir para a sustentabilidade ambiental do município.

Essas iniciativas revelam um compromisso com a promoção de uma cidade mais sustentável e ecologicamente consciente e as ações de Silvana atendem alguns pressupostos do desenvolvimento urbano sustentável. Beatley (2011) relata que uma estratégia fundamental compreende o planejamento urbano sustentável, direcionado a orientar o desenvolvimento das áreas urbanas, assegurando um equilíbrio entre a utilização eficiente do solo, a preservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida dos moradores. Para o autor, isso implica a criação de espaços públicos acessíveis, o incentivo ao transporte coletivo e a promoção de áreas verdes que aprimoram tanto a qualidade do ar quanto a saúde dos cidadãos (Beatley, 2011).

A atuação de Silvana exemplifica também o pensamento de Angel *et al.* (2011), uma vez que para o autor a poluição atmosférica e hídrica, bem como a geração de resíduos sólidos, emergem como inevitáveis consequências do crescimento urbano descontrolado. Para atingir níveis sustentáveis, é imperativo adotar medidas de preservação, eficiência energética e administração de resíduos que reduzam ao mínimo o impacto ambiental (Angel *et al.*, 2011).

Silvana relata ainda que atualmente as desigualdades sociais foram agudizadas e que há “*muitos ganhando pouco e poucos ganhando muito. O Governo não se preocupa com o meio ambiente, nem com a erradicação da pobreza*”. Nesse contexto, a fala de Silvana dialoga com o pensamento de Lozano (2012), pois o autor chama a atenção para a necessidade de fundamentar o crescimento econômico na equidade social e na gestão eficaz dos recursos naturais.

A trabalho da vereadora vai ao encontro do pensamento de Horbach (2005), para quem a sustentabilidade é concebida como um estado em que três categorias de interesses (ou conflitos) sejam simultaneamente atendidas (ou resolvidas): o interesse da geração atual em aprimorar suas condições de vida reais (sustentabilidade econômica); a aspiração por equilibrar as disparidades nas condições de vida entre grupos ricos e desfavorecidos (sustentabilidade social) e os interesses das gerações vindouras, que não são prejudicados pela satisfação das necessidades da geração presente (sustentabilidade ambiental).

Nota-se na fala de Silvana uma preocupação quanto ao desenvolvimento urbano sustentável. Segundo a FGV (2015), diversas regiões urbanas enfrentam problemáticas ligadas à desigualdade de renda, incidência de violência, garantia de segurança e questões ligadas ao deslocamento na cidade (FGV, 2015).

4.3.6 Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável

O tema analisado a seguir é oriundo da seguinte pergunta às entrevistadas: Qual é a importância do desenvolvimento sustentável na política pública do seu município? As respostas são apresentadas no Quadro 17.

Quadro 17 - Políticas públicas e desenvolvimento sustentável

Entrevistada	Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável
Daiana	Em Angra dos Reis nós temos uma autarquia para tratar a água e o esgoto, além de uma fundação que cuida especificamente do Meio Ambiente, visto sermos uma região que contempla área de preservação municipal, estadual e federal. Dessa forma, cada área é pensada de uma forma específica, seja pelo Plano Diretor, seja por regras das APAs.
Queila	Atualmente, está-se buscando efetuar investimentos em bem-estar animal e políticas públicas de saúde e infraestrutura que estão de acordo com os pontos que penso serem importantes, mas acredito que é possível aprofundar o trabalho e que existem muitos pontos a serem trabalhados, como a proteção dos mananciais, do lençol freático, recuperação de locais degradados, melhor aproveitamento de terras improdutivas, enfim, faz-se, mas há ainda muito a fazer.
Estefany	O desenvolvimento sustentável é importante para o município, que tem problemas como enchentes e desmatamento. Existe uma relação intrínseca entre desenvolvimento sustentável, saúde pública e qualidade de vida das pessoas. As enchentes são um dos principais problemas em seu município.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

A seguir apresenta-se a análise das respostas do Quadro 17.

Sobre a relação políticas públicas e desenvolvimento sustentável, Daiana respondeu que

Em Angra dos Reis nós temos uma autarquia para tratar a água e o esgoto, além de uma fundação que cuida especificamente do Meio Ambiente, visto sermos uma região que contempla área de preservação municipal, estadual e federal. Dessa forma, cada área é pensada de uma forma específica, seja pelo Plano Diretor, seja por regras das APAs (Daiana).

Daiana destaca a estrutura de gestão ambiental em Angra dos Reis e a importância de tratar diferentes áreas de forma específica, levando em consideração os planos diretores e as regras das Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

A entrevistada menciona que Angra dos Reis possui uma autarquia para tratar a água e o esgoto, bem como uma fundação que cuida especificamente do meio ambiente. Essa estrutura indica a preocupação do município com questões relacionadas ao saneamento básico e à conservação do meio ambiente. Daiana destaca que Angra dos Reis é uma região que contempla áreas de preservação municipal, estadual e federal. Isso significa que o município possui importantes áreas naturais que requerem atenção especial para a preservação e a promoção da sustentabilidade.

Nesse contexto, retoma-se o pensamento de Veiga (2003), pois, segundo o autor, a evolução das áreas urbanas envolve a incorporação de elementos concretos e abstratos, bem como a colaboração entre agentes locais que operam em consonância com as estratégias governamentais delineadas pelo Estado, o que também abrange a interação com entidades privadas em busca do crescimento tanto econômico quanto social (Veiga, 2003).

A entrevistada ressalta que cada área é pensada de forma específica, levando em conta o Plano Diretor e as regras das APAs. Essa abordagem indica uma consideração cuidadosa das características únicas de cada região e a importância de adotar medidas adequadas para sua conservação e desenvolvimento sustentável e destaca a preocupação do município em relação ao meio ambiente, com uma estrutura de gestão ambiental para tratar questões relacionadas a água, esgoto e áreas de preservação. Além disso, a abordagem específica para cada área, considerando as particularidades de cada local, demonstra o compromisso do município em promover a sustentabilidade e a conservação dos recursos naturais. Angel *et al.* (2011) destacam que, para alcançar a sustentabilidade, é essencial implementar práticas de conservação, eficiência energética e gestão de resíduos, visando a minimização do impacto ambiental.

Essas práticas são essenciais para garantir uma gestão adequada do meio ambiente, a proteção das áreas de preservação e a promoção do desenvolvimento sustentável na região.

Já Queila relata que acreditar que

[...] atualmente, está-se buscando efetuar investimentos em bem-estar animal e políticas públicas de saúde e infraestrutura que estão de acordo com os pontos que penso serem importantes, mas acredito que é possível aprofundar o trabalho e que existem muitos pontos a serem trabalhados, como a proteção dos mananciais, do lençol freático, recuperação de locais degradados, melhor aproveitamento de terras improdutivas, enfim, faz-se, mas há ainda muito a fazer (Queila).

Queila aborda questões relacionadas ao bem-estar animal, políticas públicas de saúde e infraestrutura, bem como a necessidade de aprofundar o trabalho em outras áreas importantes para a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente. A entrevistada menciona que atualmente há esforços para realizar investimentos em bem-estar animal e políticas públicas de saúde e infraestrutura. Essas iniciativas são cruciais para promover o cuidado com os animais e melhorar as condições de vida da população.

Queila chama a atenção para a importância de aprofundar o trabalho em diversas áreas, indicando que ainda há muito a ser feito para garantir a sustentabilidade ambiental. Essa perspectiva ressalta que as ações atuais podem ser consideradas um passo importante, mas é necessário continuar avançando e abordar outras questões relevantes para a preservação do meio ambiente.

Na fala de Queila é notória a presença do ODS 15, vida Terrestre, que segundo a ONU (2015) consiste em salvaguardar, reabilitar e fomentar a utilização sustentável dos sistemas ecossistêmicos em terra firme, adotar práticas sustentáveis de gestão florestal, combater o avanço da desertificação, deter e reverter a deterioração do solo e conter a diminuição da diversidade biológica.

A entrevistada enfatiza ainda a importância de proteger os mananciais e o lençol freático, que são recursos naturais fundamentais para o abastecimento de água e a conservação dos ecossistemas, assim como a necessidade de trabalhar na recuperação de locais degradados e no melhor aproveitamento de terras improdutivas. Essas ações são essenciais para promover a restauração ambiental e o uso sustentável do solo.

Essas considerações chamam a atenção para a visão de Queila sobre a importância de se investir em bem-estar animal, saúde e infraestrutura, mas a entrevistada enfatiza que há outras áreas relevantes que precisam ser abordadas para garantir a proteção e a sustentabilidade do meio ambiente.

Ao apontar a necessidade de se aprofundar o trabalho em relação à proteção de mananciais, lençol freático, recuperação de áreas degradadas e melhor aproveitamento de terras, a entrevistada demonstra uma preocupação abrangente com a preservação ambiental e a promoção de uma política pública mais sustentável. Essa perspectiva é fundamental para direcionar esforços para uma gestão ambiental mais abrangente e efetiva, visando a proteção dos recursos naturais e o bem-estar da sociedade.

Mediante o exposto nota-se, também, a presença do ODS 14 – Vida na água. Segundo a ONU (2015), esse ODS consiste em preservar e adotar um uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos em prol do desenvolvimento sustentável.

Também merece atenção a declaração de Estefany, pois a entrevistada relatou que

A importância do desenvolvimento sustentável é enorme no meu município. Então como eu disse, tem a questão das enchentes que hoje é um dos principais problemas da cidade para isso a gente passa por aquelas soluções já citadas e tem outros diversos problemas. Três Rios é hoje um dos municípios mais desmatados do estado, infelizmente. A gente tá caminhando para tirar Três Rios desse status então agora a gente vai fazer por exemplo plano municipal da mata atlântica para mapear as áreas que têm que ser reflorestadas, quais são áreas de preservação ambiental que tem que fazer plano de manejo. Então assim a importância do desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionada à Mata Atlântica, à saúde pública do município e à saúde das pessoas, como a qualidade do ar, da água, dos alimentos. Então desenvolvimento sustentável é a base pra que haja sociedade para que haja vida no meu município e no mundo (Estefany).

Estefany destaca a importância do desenvolvimento sustentável em seu município, que tem problemas como enchentes e desmatamento, enfatizando a relação intrínseca entre desenvolvimento sustentável, saúde pública e qualidade de vida das pessoas. Menciona que as enchentes são um dos principais problemas em seu município. Além disso, destaca que Três Rios é um dos municípios com maior índice de desmatamento no Estado, apontando para a urgência de se abordar questões relacionadas à gestão dos recursos naturais e à preservação ambiental. Nesse contexto, Stiglitz, citado por Berchin e Carvalho (2016), destaca a importância

da cooperação internacional e da coordenação de políticas para preservar o meio ambiente e abordar questões ambientais dentro de um regime internacional.

A entrevistada menciona a implementação de um plano municipal da Mata Atlântica para mapear áreas que precisam ser reflorestadas e definir áreas de preservação ambiental que necessitam de plano de manejo. Essa ação demonstra um esforço para promover a restauração e a conservação de ecossistemas importantes para a sustentabilidade e a qualidade de vida.

O posicionamento da entrevistada encontra-se de acordo com o ODS 15 (ONU, 2015), Vida Terrestre, que visa proteger, recuperar e fomentar o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Além disso, busca uma gestão sustentável das florestas, a reversão da degradação do solo e a cessação da perda desses ecossistemas, além da luta contra a desertificação.

Estefany ressalta que o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionado à saúde pública e à qualidade de vida das pessoas. A saúde das pessoas e a qualidade do ar, da água e dos alimentos estão intimamente ligadas ao desenvolvimento sustentável do município e do mundo. Para a entrevistada, o desenvolvimento sustentável é fundamental para o município e para todo o planeta. Isso reflete a compreensão de que a sustentabilidade é uma questão global e de que as ações locais têm impactos locais e em escala global.

A partir do exposto, percebe-se que Estefany está ciente dos desafios ambientais enfrentados em seu município e que reconhece a importância do desenvolvimento sustentável como uma base fundamental para promover a qualidade de vida, a saúde pública e a preservação do meio ambiente. Sua visão de que o desenvolvimento sustentável é uma questão global também indica uma preocupação abrangente e um senso de responsabilidade pelo bem-estar das gerações atuais e futuras. Essa perspectiva é fundamental para direcionar esforços em direção a uma gestão ambiental mais consciente e efetiva, com o objetivo de garantir um futuro mais sustentável e equitativo para todos.

Ao mencionar ações concretas, como o plano municipal da Mata Atlântica, a entrevistada demonstra um compromisso prático com a promoção da sustentabilidade e a busca por soluções para problemas ambientais específicos. De acordo com Cheshmehzangi e Dawodu (2019), o Desenvolvimento Urbano Sustentável (SUD) é extremamente complexo e a criação de um modelo abrangente é ainda mais desafiadora, especialmente à medida que o planeta se transforma

progressivamente em um ambiente urbano, fenômeno que tem se intensificado nas últimas décadas. Essa transformação substancial impulsiona a economia, mas muitas vezes ocorre à custa do meio ambiente, e a dimensão social frequentemente é negligenciada ou não recebe a devida prioridade, como apontado pelos autores.

4.3.7 A Representatividade Feminina nos Espaços Públicos

Nesta categoria buscou-se entender os aspectos relacionados à representatividade feminina na esfera política. As respostas das entrevistadas estão sintetizadas no Quadro 18.

Quadro 18 - Representatividade feminina nos espaços públicos

Entrevistada	Representatividade feminina nos espaços públicos
Daiana	Falta de incentivo. Mesmo com cotas em partidos políticos, e a necessidade de se preencher um percentual de candidatura, ainda é pouco! Por isso, nós mulheres, precisamos sempre incentivar a candidatura de mulheres.
Naiara	Acredito que nas últimas décadas tivemos um avanço considerável de mulheres na vida política, ocupando cada vez mais espaços, não apenas ocupando postos em setores assistenciais e educação, passando a ocupar cargos cada vez mais fortes e de influência. Somos a maioria do eleitorado, e ainda temos pouca representatividade nos principais cargos de comando, seja no âmbito municipal, estadual e federal
Paola	Dois aspectos-chave afetam a representatividade feminina na política: o machismo estrutural e a divisão sexual. Esses dois aspectos estão interligados, uma vez que o machismo estrutural contribui para a perpetuação da divisão sexual na política.
Silvana	Acho que nós mulheres temos uma participação tímida na vida política. Somos a maioria do eleitorado e, portanto, deveríamos estar com pelo menos 50% de participação no legislativo.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Silvana relatou que *“nós mulheres temos uma participação tímida na vida política. Somos a maioria do eleitorado e, portanto, deveríamos estar com pelo menos 50% de participação no legislativo”* (Silvana).

Já Naiara fez as seguintes considerações:

Acredito que nas últimas décadas tivemos um avanço considerável de mulheres na vida política, ocupando cada vez mais espaços, não apenas ocupando postos em setores assistenciais e educação, passando a ocupar cargos cada vez mais fortes e de influência. Somos a maioria do eleitorado, e ainda temos pouca representatividade nos principais cargos de comando, seja no âmbito municipal, estadual e federal (Naiara).

Silvana e Naiara destacam a questão da participação das mulheres na vida política e a busca por maior representatividade nos espaços de poder. Silvana aponta que as mulheres têm uma participação tímida na política, mesmo sendo a maioria do eleitorado. Ressalta a importância de haver maior proporção de mulheres no legislativo, em linha com o princípio de igualdade de gênero.

Essa preocupação reflete a busca por uma sociedade mais igualitária e representativa, em que as mulheres tenham voz e participação efetiva nas decisões políticas. De acordo com Calió (1992), a invisibilidade das mulheres nas discussões sobre espaços urbanos e desenvolvimento regional resulta no não atendimento de suas necessidades específicas pelos municípios, criando uma falsa impressão de igualdade em termos de acessibilidade e de mobilidade urbana para esse público.

Por sua vez, Naiara destaca que houve avanços nas últimas décadas, com mais mulheres ocupando espaços na política, inclusive em cargos de influência. No entanto, ela ressalta que, apesar de serem a maioria do eleitorado, as mulheres ainda têm pouca representatividade nos principais cargos de comando em todos os níveis de governo. Essa falta de representatividade é uma questão relevante, pois a diversidade de perspectivas e experiências é fundamental para uma governança mais inclusiva e sensível às necessidades de toda a população.

Ambas as entrevistadas convergem na importância de promover a igualdade de gênero na política e na busca por uma maior representatividade feminina em posições de liderança. Conseqüentemente, conforme apontado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2020), é imperativo assegurar a inclusão efetiva da representatividade feminina em diversos espaços de poder e monitorar seu desempenho ao ocupá-los. Na esfera da política pública, a ausência de ocupação desses espaços deixa as mulheres à margem dos processos de formulação das políticas públicas.

Daiana mencionou a *“Falta de incentivo. Mesmo com cotas em partidos políticos e a necessidade de se preencher um percentual de candidatura, ainda é pouco! Por isso, nós mulheres precisamos sempre incentivar a candidatura de mulheres”* (Daiana).

Nessa mesma linha de pensamento, Silvana afirmou *“Incentivo. Tudo para as mulheres é mais difícil. Acredito que falta incentivo aliado a conquistas que não saem do papel”* (Silvana).

Naiara acrescentou:

A grande dificuldade de aumentar a participação na política é a falta de interesse na política partidária. Basta ver que os principais partidos políticos, em todos os níveis, são liderados em sua grande maioria por homens, sendo que grande parte das mulheres ocupantes de funções e também se candidatando a vagas são de esposas e parentes de políticos (Naiara).

Daiana, Silvana e Naiara abordam a falta de incentivo e o desinteresse das mulheres pela participação na política. Daiana ressalta a falta de incentivo como um dos principais obstáculos para aumentar essa participação. Mesmo havendo cotas nos partidos, ainda é necessário incentivar e apoiar a candidatura de mulheres para que haja uma maior representatividade feminina nos cargos políticos.

A Rede Brasileira de Mulheres Líderes pela Sustentabilidade, inaugurada em 8 de novembro de 2011, visa promover a colaboração em ações que contribuam para a formulação de uma agenda pragmática (Brasil, 2012). Essa agenda busca unir esforços tanto na implementação de iniciativas que fomentem a equidade de gênero quanto na promoção da sustentabilidade. Essas ações têm o propósito de impactar três diferentes áreas: o empoderamento das mulheres, o estímulo aos negócios sustentáveis e a alteração nos padrões de consumo e produção, além do aumento da participação feminina no poder público (Brasil, 2012).

Silvana enfatiza a importância do incentivo, destacando que as mulheres enfrentam mais dificuldades na vida política e que muitas conquistas para as mulheres não saem do papel. Aponta que é necessário um esforço para promover um ambiente mais acolhedor e igualitário na política, incentivando e apoiando as mulheres em sua participação.

Naiara traz à tona a falta de interesse na política partidária como uma das principais dificuldades para aumentar a participação feminina. Destaca que os principais partidos políticos são liderados em sua maioria por homens, o que pode desencorajar as mulheres a se envolverem ativamente na política. Além disso, menciona que muitas vezes as mulheres que se candidatam a cargos políticos têm conexão familiar com outros políticos, o que pode limitar a diversidade e a representatividade na política.

As entrevistas apontam para a necessidade de incentivar e criar um ambiente mais inclusivo e acolhedor para as mulheres na política. É essencial que haja apoio, suporte e oportunidades para que as mulheres possam participar ativamente da vida

política e contribuir com suas perspectivas e experiências para o desenvolvimento do país.

A promoção de políticas de igualdade de gênero e a desconstrução de estereótipos de gênero na política são fundamentais para avançar em direção a uma sociedade mais justa e representativa. Esse posicionamento está alinhado ao ODS 5, Igualdade de gênero. Para a ONU, (2015) esse ODS tem como objetivo promover a equidade entre os gêneros e capacitar todas as mulheres e meninas.

Paola destaca dois aspectos chave que afetam a representatividade feminina na política: o machismo estrutural e a divisão sexual. Esses dois aspectos estão interligados, uma vez que o machismo estrutural contribui para a perpetuação da divisão sexual na política.

Para aumentar a representatividade feminina na política, é fundamental enfrentar e superar esses desafios, por meio de políticas de igualdade de gênero, ações afirmativas que incentivem a participação das mulheres na política, educação e conscientização sobre o machismo e seus impactos e promoção da valorização do papel das mulheres na tomada de decisões políticas.

Ao tratarem da importância da equidade de gênero, as entrevistadas também abordam o desenvolvimento urbano sustentável, pois Marcuse (2017) relata que, para assegurar que todos os segmentos da sociedade obtenham vantagens do desenvolvimento urbano, é crucial contemplar a igualdade entre gêneros, raças e faixas etárias.

4.3.8 Mulheres na Política: Desafios e Perspectivas

Nesse tópico busca-se discutir a relação entre gênero e a inserção das mulheres na esfera política. Para tanto, entrevistadas foram questionadas sobre como percebiam a participação das mulheres na política. As respostas estão apresentadas no Quadro 19.

Quadro 19 - Relação entre gênero e inserção das mulheres na esfera política

Entrevistada	Relação entre gênero e inserção das mulheres na esfera política
Naiara	O fortalecimento da participação das mulheres na política por meio do entendimento do funcionamento da política partidária, dos direitos legais das mulheres na disputa eleitoral e da conquista de espaço e voz dentro dos partidos.
Paola	Município ainda bastante aquém do ideal. Somente duas vereadoras. Ficamos 12 anos sem ter um representante no legislativo. Em 132 anos fomos apenas 10 vereadoras. A representatividade feminina na política ainda está bastante aquém

	do ideal.
Queila	Menciona que a situação é ainda mais preocupante nos municípios do interior, com pressão e intimidação nas redes sociais contra as mulheres que ingressam na política, o que sugere que nas áreas menos urbanizadas as barreiras à participação política das mulheres podem ser ainda mais pronunciadas
Estefany	A maior dificuldade de aumentar a representatividade feminina se deve à cultura machista, que considera que as mulheres têm que exercer funções como cuidar da casa e da família. A questão cultural influencia negativamente no aumento da representatividade.
Silvana	As mulheres têm uma participação tímida na vida política. Somos a maioria do eleitorado e, portanto, deveríamos estar com pelo menos 50% de participação no legislativo.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Daiana relata que, *“Não desmerecendo os homens, as mulheres são mais aguerridas, trabalham com mais afinco e amor no coração. Conseguem equilibrar o carinho e o poder com qualidade de uma líder nata”*.

Nessa mesma linha de pensamento, Estefany observou que:

A maior dificuldade de aumentar a representatividade feminina vem da cultura. A gente tem uma cultura machista que considera que as mulheres têm que exercer funções de casa, como cuidar da família, cuidar da casa, enquanto os homens basicamente foram nascidos para trabalhar, entre várias outras questões da cultura machista. Quebrando esta cultura, que vem sendo quebrada há décadas, já. Então acho que a grande responsável mesmo por isso é a questão cultural que a gente é criada para achar que o homem deve exercer cargo e isso atrapalha muito para gerar mais representatividade (Estefany).

As duas entrevistadas abordam o tema da representatividade feminina na sociedade e na política sob diferentes perspectivas. Daiana enfatiza a importância e as qualidades positivas das mulheres, afirmando que são mais aguerridas, trabalham com mais afinco e mais amor. Além disso, ressalta a capacidade das mulheres de equilibrar o carinho e o poder, atribuindo-lhes a qualidade de líderes natas. A entrevistada reconhece e valoriza as habilidades e as características das mulheres, ressaltando como elas podem ser importantes em posições de liderança.

Já a segunda entrevistada destaca que a maior dificuldade em aumentar a representatividade feminina está enraizada na cultura machista. Observa que há uma cultura que atribui papéis tradicionais às mulheres, como cuidar da família e da casa, enquanto espera-se que os homens exerçam funções de trabalho fora do lar e liderança.

Essa mentalidade limitante dificulta a promoção da igualdade de gênero e a participação das mulheres em posições de poder. Estefany destaca que a cultura

machista vem sendo gradualmente quebrada ao longo de décadas. Essa observação indica que existe um esforço contínuo para superar as barreiras culturais que impedem a plena participação e a representatividade feminina na política. Conforme a ONU (2011), a persistência da desigualdade de gênero no Brasil é evidente, e a representatividade feminina na esfera da política pública ainda é limitada, apesar da relevância do tema.

Ambas as entrevistadas apontam para a importância de superar desafios culturais a fim de alcançar uma maior representatividade feminina na sociedade e na política. A primeira valoriza as habilidades das mulheres e destaca suas qualidades positivas como líderes. Já a segunda destaca a influência da cultura machista na sub-representatividade feminina e reconhece o trabalho contínuo para quebrar esses padrões culturais prejudiciais.

Conclui-se que a busca pela igualdade de gênero e a promoção da representatividade feminina requerem um esforço conjunto para desafiar estereótipos de gênero, enfrentar preconceitos culturais e criar um ambiente mais inclusivo e equitativo para que as mulheres possam participar ativamente da vida política e da sociedade.

As falas de Daiana e Estefany exemplificam o pensamento de Butzke *et al.* (2020), que argumentam que a conexão entre estudos de gênero e a análise regional acontece ao libertar o conceito de espaço de suas conotações tradicionais e vinculá-lo a significados mais politicamente carregados.

Outras duas falas que merecem atenção são as de Paola e Silvana. Paola relatou que: *“No meu município ainda [está] bastante aquém do ideal. Somente duas vereadoras. Ficamos 12 anos sem ter um representante no legislativo. Em 132 anos fomos apenas 10 vereadoras no Município”* e Silvana complementou que *“nós, mulheres, temos uma participação tímida na vida política. Somos a maioria do eleitorado e, portanto, deveríamos estar com pelo menos 50% de participação no legislativo”*.

As duas entrevistadas abordam a questão da representatividade feminina na política, trazendo informações sobre o cenário político em seus respectivos municípios: Paola destaca que em seu município a representatividade feminina na política está "bastante aquém do ideal". Menciona que existem apenas duas vereadoras, informando também que houve um período de 12 anos sem uma representante feminina no legislativo. Destaca que, ao longo de 132 anos de história

do município, apenas 10 vereadoras foram eleitas. Esses dados revelam uma realidade de desigualdade de gênero na política local, com uma presença limitada de mulheres em cargos legislativos. Tal fato já foi apontado por Moraes (2016), que mostra que a participação das mulheres nos espaços políticos é mínima.

A fala de Silvana expressa uma visão de que as mulheres têm uma "participação tímida" na vida política. Ela argumenta que, considerando que as mulheres são a maioria do eleitorado, deveriam ocupar pelo menos 50% das posições no legislativo. Hessami e Fonseca (2020) observam que a representação política das mulheres avançou consideravelmente desde o início do século. Em janeiro de 2019, as mulheres ocupavam 24,3% dos assentos parlamentares em nível global, em comparação com 13,4% em 2000.

Essa perspectiva ressalta a importância da representatividade igualitária das mulheres no âmbito político. As duas falas mostram a preocupação com a baixa representatividade feminina na política, destacando a necessidade de se aumentar a participação das mulheres nos espaços de poder.

Ambas as falas apontam para a discrepância entre o número de mulheres na população em geral e o número de mulheres ocupando cargos legislativos, o que indica uma desigualdade de gênero nesse contexto. A partir da análise das falas nota-se a importância de se promover uma maior igualdade de gênero na política, com ações que incentivem e apoiem a participação das mulheres na vida política e eleitoral.

Medidas como a implementação de políticas de cotas para candidaturas femininas, programas de capacitação política para mulheres e campanhas de conscientização podem contribuir para mudar esse cenário e garantir uma representação mais justa e equitativa na política. Por meio da discussão, percebe-se que é fundamental combater estereótipos de gênero e preconceitos culturais que limitam a participação das mulheres na esfera pública.

Vale destacar que uma das entrevistadas relaciona a inserção da mulher na política com a violência de gênero. Queila relata que *“no interior ainda sofremos pressões de todos os tipos, além de sermos ofendidas gratuitamente nas redes sociais com termos machistas, além de tentarem expor nossas vidas pessoais de maneira a nos constranger e intimidar”*, revelando que a situação é ainda mais preocupante nos municípios do interior, o que sugere que nas áreas menos urbanizadas as barreiras à participação política das mulheres podem ser ainda mais

pronunciadas. A entrevistada aponta que as mulheres na política enfrentam pressões de diversos tipos, incluindo ofensas nas redes sociais, muitas vezes de cunho machista, revelando que as mulheres são alvos de discriminação e de preconceito na esfera política.

Essa fala dialoga com o exposto pela OECD (2008), organização que afirma que as mulheres constituem uma parcela significativa do capital humano global, um grupo com potencial para impulsionar avanços econômicos, progresso social e preservação ambiental; porém, muitas vezes são minimizadas, desvalorizadas e não aproveitadas adequadamente em âmbito global (OECD, 2008).

Queila menciona que há tentativas de expor a vida pessoal das mulheres que ocupam cargos políticos, de forma a constrangê-las e intimidá-las. Essas práticas buscam deslegitimar o papel das mulheres na política e podem ser uma estratégia para minar sua atuação e credibilidade.

Para promover uma maior igualdade de gênero na política, é fundamental combater essas questões pela implementação de políticas de igualdade, conscientização e educação para combater o machismo e outras formas de discriminação, bem como medidas para garantir um ambiente político mais inclusivo e seguro para as mulheres.

Penso que o fortalecimento da participação da mulher na política é ajudá-las a entender melhor como funciona a política partidária, quais são os seus direitos legais na disputa – principalmente no que se refere ao percentual mínimo e recursos disponíveis para sua candidatura. Quando as mulheres passarem a ter voz dentro dos partidos, passarão a disputar de igual para igual com os homens, coisa que não acontece hoje em dia. O fato de ter presidido um partido político, me ajudou muito a entender como funciona a política, o que me fez ter quatro mandatos legislativos (Naiara).

Naiara aborda o fortalecimento da participação das mulheres na política por meio do entendimento do funcionamento da política partidária, dos direitos legais das mulheres na disputa eleitoral e da conquista de espaço e voz dentro dos partidos. A entrevistada destaca a importância de fortalecer a participação das mulheres na política, sugerindo que atualmente elas podem enfrentar barreiras e desigualdades que dificultam sua presença ativa nesse campo. Santos, Alves e Rigatto (2021) apontam que a ausência de representatividade feminina em um ambiente político prejudica várias diretrizes democráticas, especialmente considerando que as mulheres constituem a maioria da população brasileira. No

entanto, seus interesses muitas vezes não são defendidos de maneira contundente, eficaz e satisfatória.

Naiara enfatiza que é essencial apoiar as mulheres no melhor entendimento do funcionamento da política partidária. Esse conhecimento pode capacitá-las a participar de forma mais efetiva nos processos políticos, compreendendo os mecanismos de tomada de decisão e atuando de maneira mais estratégica. Menciona a importância de as mulheres conhecerem seus direitos legais em relação à disputa eleitoral, especialmente em relação ao percentual mínimo de candidaturas femininas e aos recursos disponíveis para suas campanhas. Essa informação pode permitir a superação de obstáculos e o acesso a oportunidades que garantam uma maior representatividade feminina nos cargos políticos.

A entrevistada ressalta a importância de as mulheres terem voz e representatividade dentro dos partidos políticos. Ao conquistar espaço e influência dentro das agremiações, as mulheres podem concorrer de igual para igual com os homens, garantindo maior equidade na política.

Naiara destaca que sua experiência como presidente de um partido político contribuiu para seu entendimento sobre como funciona a política e que isso a ajudou a conquistar quatro mandatos legislativos. Essa vivência demonstra como o conhecimento e o envolvimento ativo na política podem ser fatores determinantes para o sucesso das mulheres na busca por cargos eletivos.

A análise dessas entrevistas ressalta a importância de proporcionar às mulheres informações, capacitação e acesso a recursos para fortalecer sua participação na política. Ao capacitá-las para compreender o sistema político, seus direitos legais e a importância de ter voz e representatividade dentro dos partidos, é possível promover maior igualdade de gênero na política e garantir que as mulheres possam disputar e ocupar cargos públicos em igualdade de condições com os homens. Logo, conforme assinalado por Rezende (2016), é essencial ponderar que a abordagem transversal ou a incorporação da perspectiva de gênero em todas as áreas de políticas públicas requer a análise e o acompanhamento do acesso das mulheres às posições de poder e decisão em cada um dos órgãos que integram o Estado brasileiro.

A experiência de Naiara demonstra como a participação ativa e o conhecimento podem ser fatores chave para o sucesso das mulheres na política,

incentivando a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e representativa.

4.3.9 Gênero e Governança Pública

Nesta seção, buscou-se verificar a relação entre gênero e questões de governança. As respostas das entrevistadas estão sintetizadas no Quadro 20.

Quadro 20 - Representatividade feminina quanto a gênero e governança pública.

Entrevistada	Representatividade feminina, gênero e governança pública
Daiana	Apresenta-se como parlamentar. Destaca a elaboração de um Projeto de Lei com o objetivo de estimular as mulheres a se candidatarem e ocuparem posições de destaque na política. Essa iniciativa demonstra o reconhecimento da importância da representatividade feminina na esfera política e a busca por promover a equidade de gênero nesse contexto.
Naiara	No município de Resende, em mais de 200 anos de história a administração municipal jamais teve uma prefeita ou vice-prefeita; só tivemos 17 vereadoras em todo este período – a maioria assumindo por serem suplentes; e ainda no Legislativo, só tivemos duas vezes mulheres presidentes. Esses dados demonstram o abismo entre homens e mulheres na ocupação de cargos importantes no município, mas também um retrato da grande maioria dos municípios do nosso país. Além da velha máxima “mulher não vota em mulher”, revela todo pensamento patriarcal embutido em nossa sociedade há séculos.

Continua

Quadro 20 - Representatividade feminina quanto a gênero e governança pública.

Continuação

Entrevistada	Representatividade feminina, gênero e governança pública
Paola	O Brasil é um dos países com maiores desigualdades entre os homens e mulheres e na política não é diferente. A sub-representatividade feminina ainda é enorme, tanto no Executivo quanto no Legislativo. Salvo algumas exceções, não há vontade dos partidos políticos para mudar essa realidade.
Queila	Em Barra do Piraí, depois de vários mandatos sem uma única representante feminina, agora há duas vereadoras. Sinal de que o povo, principalmente as mulheres, estão começando a enxergar que é importante ter representatividade feminina. Na gestão do município jamais tivemos uma prefeita, e mesmo com as mudanças eleitorais, ainda é difícil conseguir preencher as vagas dos 30% das cotas. No interior, boa parte das mulheres acham que a política é suja, que pra vencer são necessários acordos e que nunca vão ter oportunidade em uma disputa com igualdade de condições.
Estefany	Sobre a relação da desigualdade entre homens e mulheres na governança pública, há ambientes profissionais com maior ou menor desigualdade e na política há muita desigualdade ainda. Em Três Rios o marco histórico foi a eleição de 2020, depois de 74 anos sem vereadora no município fui eleita junto com mais três. Foi uma eleição muito simbólica pois nunca houve uma prefeita em mais de 80 anos na cidade. É muito evidente a desigualdade.
Silvana	Hoje há poucas mulheres interessadas na política. Se houver mais

	participação feminina, mais candidatas, creio que podemos mudar a governança públicas. As mulheres veem mais além.
--	--

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Pedi-se às entrevistadas que discorressem sobre a desigualdade entre homens e mulheres e a governança pública.

Daiana relatou que

Como parlamentar, elaborei um Projeto de Lei que estimula as mulheres a serem candidatas e que se posicionem à frente da política. É notório o crescimento de mulheres em importantes cargos políticos, como vereadora, secretária municipal, estadual, ministra, embora o quadro masculino ainda seja maior. Esse crescimento mostra o amadurecimento da nossa população, entendendo a importância da mulher no mercado de trabalho e em cargos de ponta (Daiana).

A entrevistada, que se apresenta como parlamentar, destaca a elaboração de um Projeto de Lei com o objetivo de estimular as mulheres a se candidatarem e ocuparem posições de destaque na política. Essa iniciativa demonstra o reconhecimento da importância da representatividade feminina na esfera política e a busca por promover a equidade de gênero nesse contexto.

Pode-se observar, segundo a entrevistada, que há um crescimento notório da participação das mulheres em cargos políticos importantes, como exemplos o aumento do número de vereadoras, secretárias municipais, estaduais e ministras.

Essa constatação é positiva, pois indica avanços na superação de barreiras de gênero que historicamente limitaram a participação das mulheres na política. Apesar do crescimento apontado, a entrevistada reconhece que o quadro masculino ainda é maior em termos de representatividade política.

Essa observação lembra que a desigualdade de gênero é uma realidade no contexto político e que ainda existem desafios a serem enfrentados para se alcançar uma paridade de gênero efetiva. Sendo assim, conforme abordado por Pereira (2015), o paradigma de Gênero e Desenvolvimento (GED) demanda a incorporação de componentes analíticos na etapa de diagnóstico do planejamento do desenvolvimento, visando a identificação precisa e aprofundada de todos os aspectos que compõem o sistema de gênero, englobando papéis, interesses, necessidades e demais elementos envolvidos.

É importante observar que, para a entrevistada, o aumento da representatividade feminina na política demonstra um amadurecimento da

sociedade, indicando que a conscientização sobre a importância da participação feminina no mercado de trabalho e em posições de liderança está crescendo. Essa percepção é relevante, pois destaca a mudança de mentalidade e a evolução da percepção sobre a igualdade de gênero.

Em resumo, a entrevistada revela uma iniciativa parlamentar louvável para incentivar a participação feminina na política e observa avanços nesse sentido. No entanto, aponta a necessidade contínua de combater desigualdades de gênero e de enfrentar desafios para alcançar uma representação política equitativa. Para uma análise mais completa, seria importante explorar detalhes sobre o Projeto de Lei proposto pela parlamentar e compreender o contexto político e social em que a entrevista ocorre.

Em contrapartida, Paola e Estefany relataram que

O Brasil é um dos países com maiores desigualdades entre os homens e mulheres e na política não é diferente. A sub-representação feminina ainda é enorme, tanto no Executivo quanto no Legislativo. Fora algumas exceções, não vejo vontade dos partidos políticos em mudar esta realidade (Paola).

Sobre a relação da desigualdade os homens e mulheres na governança pública, acredito que há ambientes profissionais que têm mais ou menos desigualdade e na política há muita desigualdade ainda. Então a gente vê isso em Três Rios pelo marco histórico que foi a eleição de 2020. Eu fui a primeira mulher eleita depois de 74 anos sem mulher vereadora no município, acho isso um absurdo e aí fui eleita junto com mais três, fui a mais votada na verdade entre as quatro eleitas e foi uma eleição muito simbólica, por exemplo, a gente nunca teve uma prefeita mulher em mais de 80 anos na cidade. É muito evidente a desigualdade, eu acho que se reflete no dia a dia, na forma que os homens estão, enfim o machismo do dia a dia que a gente já sabe e entende como evidente, assim, o fortalecimento entre os homens. Então a mulher tem que se colocar de uma maneira por vezes mais firme e buscar seu espaço, uma coisa que um homem já tem naturalmente, pois o espaço já nasce pra eles (Estefany).

As duas entrevistadas abordam o tema da desigualdade de gênero na política brasileira, especialmente no que diz respeito à sub-representatividade feminina. Ambas destacam a existência de uma grande disparidade entre homens e mulheres na governança pública e na política e discutem como essa desigualdade afeta a representatividade das mulheres nesses espaços.

A esse respeito, Mantovani e Areosa (2022) afirmam que o uso da categoria de gênero na análise do desenvolvimento regional requer considerar as particularidades de cada local, pois influenciam aspectos como trabalho, equidade, acesso a bens e serviços, bem como todos os elementos sociais, econômicos e culturais que moldam a sociedade.

Paola destaca que o Brasil é um país com grandes desigualdades entre homens e mulheres e que essa disparidade também se reflete na política. Ela menciona que a sub-representatividade das mulheres na política é significativa, tanto no Executivo quanto no Legislativo, e aponta para a falta de vontade dos partidos políticos em mudar essa realidade. Para a entrevistada é preciso promover mudanças para aumentar a representatividade feminina na política e combater a desigualdade de gênero.

Já Estefany compartilha sua experiência pessoal como mulher eleita vereadora em uma cidade onde não havia representatividade feminina na Câmara Municipal por setenta e quatro anos. Ela ressalta que há muita desigualdade na política e aponta para o machismo presente no dia a dia, o que muitas vezes exige que as mulheres sejam mais firmes e determinadas para buscar seu espaço. Estefany menciona que a cidade nunca teve uma prefeita em mais de oitenta anos, o que evidencia a falta de representatividade feminina em cargos executivos.

Os depoimentos das entrevistadas coadunam o pensamento de Santos, Alves e Rigatto (2021), uma vez que para os autores é evidente que a ausência de representatividade feminina em contextos políticos compromete vários princípios democráticos, sobretudo considerando-se que as mulheres constituem a maioria da população no Brasil. No entanto, suas preocupações e demandas não são defendidas de maneira abrangente, eficaz e satisfatória (Santos; Alves; Rigatto, 2021).

Ambas as entrevistadas convergem ao abordar a existência de desigualdades de gênero na política brasileira. Elas destacam a sub-representatividade feminina, sugerindo que é necessário um esforço conjunto para mudar essa realidade. Essas falas corroboram um reconhecimento da necessidade de promover a igualdade de gênero nos espaços de poder político, a fim de garantir uma representação mais justa e equitativa de homens e mulheres.

A experiência compartilhada por Estefany ilustra a realidade desafiadora enfrentada por muitas mulheres que buscam ingressar na política e destaca a importância de superar barreiras culturais e estruturais para avançar rumo à maior inclusão feminina nos cargos políticos.

Outra questão que deve ser observada refere-se à cultura do Vale do Paraíba quanto à relação entre gênero e política, como apontam outras entrevistadas, referindo-se a seus municípios.

Sobre este tópico, vou falar sobre o nosso município, Resende. Em mais de 200 anos de história, a administração municipal jamais teve uma prefeita ou vice-prefeita, bem como só tivemos 17 vereadoras em todo este período – a maioria assumindo por serem suplentes; e ainda no Legislativo, só tivemos duas vezes mulheres presidentes, Araci Rego Jardim (1955/1956) e eu (2016). Apenas por estes dados, podemos ver o abismo entre homens e mulheres em cargos importantes em nosso município; mas este também é um retrato da grande maioria dos municípios do nosso país. Penso que isso vai além da velha máxima “mulher não vota em mulher”, vai ao encontro de todo pensamento patriarcal embutido em nossa sociedade em séculos (Naiara).

A diferença é tão grande que aqui em Barra do Piraí, depois de vários mandatos sem uma única mulher, agora temos finalmente duas, eu e a minha companheira vereadora, o que inclusive me deixa muito orgulhosa porque é um sinal que o povo de Barra, principalmente as mulheres, estão começando a enxergar que é importante ter representatividade feminina. Na gestão do município jamais tivemos uma prefeita, e mesmo com as mudanças eleitorais ainda é difícil conseguir preencher as vagas dos 30% porque, acho eu que aqui no interior é pior, as mulheres em boa parte acham que a política é uma coisa suja, que pra ganhar vão ter que fazer acordos com todo mundo, que nunca vão ter chance numa disputa com igualdade de condições, e vários outros motivos (Queila).

As duas entrevistadas abordam a questão da representatividade feminina na política, mas sob perspectivas diferentes e relacionadas a realidades locais distintas. Naiara destaca que em mais de 200 anos de história do município de Resende nunca houve prefeita ou vice-prefeita. Além disso, apenas dezessete vereadoras assumiram seus cargos, a maioria delas como suplentes. Esses dados revelam uma grande desigualdade de gênero na política local, com uma clara predominância masculina em cargos importantes.

A entrevistada aponta que essa situação não é exclusiva de Resende, mas que se trata de uma realidade comum na grande maioria dos municípios brasileiros, o que indica que a sub-representatividade feminina é uma questão sistêmica e generalizada em todo o país. Ela sugere que o problema não se limita apenas ao fato de “mulher não votar em mulher”, mas encontra-se enraizado em pensamentos patriarcais arraigados na sociedade ao longo de séculos. Essa mentalidade pode ser um dos principais obstáculos para a maior participação feminina na política.

Hessami e Fonseca (2020) destacam que, à medida que o número de mulheres na política cresce e aumentam as oportunidades de promover suas prioridades, os efeitos da representatividade feminina nos resultados das políticas podem se tornar mais evidentes. As mulheres podem ainda não ter alcançado a

"massa crítica" necessária ou talvez não tiveram tempo suficiente para influenciar as decisões políticas.

A entrevistada Queila destaca que em sua cidade, Barra do Piraí, houve um avanço significativo na representatividade feminina na política, com duas vereadoras, incluindo ela mesma. Esse fato a deixa orgulhosa e sugere que a população do município está começando a valorizar a importância da representatividade feminina.

Queila menciona que, mesmo com as mudanças eleitorais que exigem uma cota mínima de 30% de candidatas mulheres, ainda é difícil preencher essas vagas. Identifica que, especialmente no interior, algumas mulheres consideram a política associada a aspectos de corrupção, sendo difícil competir em igualdade de condições e alcançar vitórias sem fazer acordos pouco éticos. Essa mentalidade negativa em relação à política pode representar um fator limitante para a participação feminina nessa área. Esse fato exemplifica o pensamento de Zebadúa e Pérez (2002), que ressaltam a exclusão das mulheres no contexto do processo de desenvolvimento ou modernização.

Em ambas as entrevistas, há uma consciência clara da desigualdade de gênero na política, com uma sub-representação das mulheres em posições de poder. Ambas destacam a importância da representatividade feminina e a necessidade de enfrentar os desafios culturais e sociais para promover uma maior inclusão das mulheres na esfera política. Enquanto a primeira entrevistada aborda o cenário histórico e nacional de desigualdade de gênero, a segunda aponta para avanços locais recentes e para a necessidade de superar percepções negativas sobre a política a fim de aumentar a participação feminina.

Ambas as perspectivas ressaltam a importância de se buscar formas de promover a igualdade de gênero na política e de garantir uma representação mais justa e equitativa. Partindo do exposto, Rezende (2016) afirma que é crucial reconhecer que a integração ou a incorporação da abordagem de gênero em todas as esferas das políticas públicas requer uma avaliação cuidadosa e uma supervisão constante do acesso das mulheres às posições de influência e de tomada de decisão em todas as entidades que constituem o aparato estatal no Brasil.

Silvana relata que *“Hoje há poucas mulheres interessadas na política. Se houver mais participação feminina, mais candidatas, creio que podemos mudar a governança públicas. As mulheres veem mais além”*. A fala da entrevistada aponta

que atualmente há uma baixa participação de mulheres na política, sugerindo que muitas não têm interesse ou envolvimento nessa área. Esse fato pode ser considerado uma questão importante, pois a representatividade feminina é fundamental para alcançar uma governança mais diversificada e inclusiva. Silvana destaca que, se houver mais candidatas e maior participação feminina na política, poderá haver mudanças positivas na governança pública.

Essa perspectiva está alinhada com a ideia de que a diversidade de gênero e a representatividade feminina podem trazer diferentes perspectivas e abordagens para a formulação de políticas públicas. Calió (1992) aponta que a invisibilidade das mulheres nas discussões sobre espaços urbanos e desenvolvimento regional resulta em municípios que não atendem às suas necessidades específicas, gerando uma falsa impressão de igualdade em termos de acessibilidade e mobilidade urbana para esse público.

A entrevistada menciona que as mulheres "veem mais além", o que pode ser interpretado como uma característica positiva de visão de longo prazo ou de uma compreensão mais abrangente das questões sociais e políticas. Essa percepção destaca a importância de incluir mais mulheres na tomada de decisões políticas para promover uma governança mais aberta e progressiva.

Embora a entrevistada traga pontos relevantes, é importante observar que as baixas taxas de participação feminina na política podem estar relacionadas a diversos fatores, como desigualdades estruturais, estereótipos de gênero, barreiras culturais e falta de incentivo. Nesse sentido, Lobo (1991) observa uma negligência por parte do movimento político em relação aos verdadeiros representantes da perspectiva popular sobre o assunto. Essa busca por equilíbrio ressalta a crescente necessidade de avançar no desenvolvimento de políticas mais igualitárias.

Portanto, para promover uma mudança significativa na governança pública por meio do aumento da participação feminina, é necessário abordar esses obstáculos e criar um ambiente mais inclusivo e igualitário para as mulheres na política, com a implementação de políticas de cotas, incentivos para candidaturas femininas, sensibilização sobre a importância da representatividade e medidas para combater a discriminação e o preconceito de gênero.

4.3.10 Gênero e Desenvolvimento Sustentável

Nesta subseção buscou-se entender a visão das entrevistadas sobre a relação entre representatividade feminina e desenvolvimento sustentável. Os resultados estão sintetizados no Quadro 21.

Quadro 21- Representatividade feminina e desenvolvimento sustentável

Entrevistada	Representatividade feminina e desenvolvimento sustentável
Naiara	[É necessário] o fortalecimento de ações que formem e informem as mulheres sobre o seu papel dentro da sociedade, fortalecendo conselhos municipais – onde a sociedade civil tem voz e voto em discussões. Além disso, fazer uma busca ativa em bairros e comunidades, destacando a importância da participação social em todos os processos, incluindo o desenvolvimento sustentável do Município.
Queila	A educação é essencial para combater o machismo e a violência contra as mulheres, especialmente em regiões do interior onde esses problemas são mais acentuados. A educação pode ser uma ferramenta poderosa para desconstruir preconceitos e promover a igualdade de gênero.
Estefany	Para aumentar a representatividade feminina no desenvolvimento sustentável, é crucial que as mulheres estejam presentes em todas as etapas e processos dos projetos. Isso inclui desde a concepção até a execução e implementação das políticas públicas.
Silvana	Importante fornecer suporte financeiro e divulgação do trabalho para mulheres que desejam exercer cargos públicos, bem como facilitar o acesso delas a essas posições.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Sobre o fortalecimento da representatividade feminina no que se refere ao desenvolvimento sustentável dos municípios, a entrevistada Naiara acredita no

[...] fortalecimento de ações que formem e informem as mulheres sobre o seu papel dentro da sociedade, fortalecendo conselhos municipais – onde a sociedade civil tem voz e voto em discussões. Além disso, fazer uma busca ativa em bairros e comunidades, destacando a importância da participação social em todos os âmbitos, incluindo o desenvolvimento sustentável do Município (Naiara).

Naiara destaca propostas e estratégias para fortalecer a participação das mulheres na sociedade e na política, bem como a importância da participação social no desenvolvimento sustentável do município.

A entrevistada recomenda o fortalecimento de ações que formem e informem as mulheres sobre seu papel na sociedade. Essa abordagem visa empoderar as mulheres, oferecendo-lhes conhecimento e informações para que possam participar ativamente na tomada de decisões em diversas esferas.

Ressalta a importância de fortalecer os conselhos municipais, nos quais a sociedade civil tem voz e voto em discussões. Esses espaços são relevantes para promover a participação cidadã e possibilitar que a população, incluindo as

mulheres, contribuam para a formulação de políticas públicas e a tomada de decisões locais. Propõe também a realização de buscas ativas em bairros e comunidades para incentivar e envolver a população, especialmente as mulheres, na participação social.

Essa ação está de acordo com a Lei 14.192/2021, que, segundo o Instituto Marielle Franco (2023), tem como propósito estimular a participação das mulheres na política brasileira e assegurar que possam exercer seus mandatos sem enfrentar barreiras de preconceito. Essa legislação define violência política contra a mulher como "toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher".

Uma abordagem proativa é uma forma efetiva de levar informações e oportunidades de participação para grupos que podem estar mais distantes dos processos políticos e destacar a importância da participação social, inclusive no desenvolvimento sustentável do município. Conforme Marcuse (2017), é necessário levar em conta a equidade de gênero, raça e idade para assegurar que todos os segmentos da sociedade se beneficiem do desenvolvimento urbano. Essa visão enfatiza que a participação das mulheres é crucial não apenas para questões específicas de gênero, mas também para alcançar objetivos de sustentabilidade e equidade no âmbito mais amplo do desenvolvimento local.

A partir do exposto, entende-se a importância de empoderar as mulheres, envolvê-las em espaços de participação e proporcionar oportunidades para que contribuam com o desenvolvimento sustentável do município. Essas estratégias podem ajudar a superar as barreiras que muitas delas enfrentam para participar ativamente da vida política e social, criando um ambiente mais inclusivo e igualitário.

Nesse contexto Each, Mehta e Prabhakaran (2016) destacam que, frequentemente, o desenvolvimento sustentável e a igualdade de gênero são tratados de forma isolada, sem diálogo entre ambos. Além disso, ao fortalecer a participação das mulheres, é possível promover uma governança mais representativa e democrática, com políticas públicas mais sensíveis às necessidades e aspirações de toda a população.

Já Silvana afirmou:

Acredito que poderia ser dado algum suporte financeiro, ou até mesmo na divulgação do trabalho. O poder público deveria facilitar, abrir portas para as mulheres, convidá-las para exercer cargos públicos. Penso que de fato as oportunidades deveriam ser dadas as mulheres (Silvana).

Silvana aborda a importância de fornecer suporte financeiro e divulgação do trabalho para mulheres que desejam exercer cargos públicos, bem como a necessidade de facilitar seu acesso a essas posições, além do incentivo àquelas que desejam ingressar na política.

Essas medidas podem ser cruciais para ajudar as mulheres a superar obstáculos financeiros e aumentar a visibilidade de suas candidaturas e propostas. Fernandes e Kamimura (2020) destacam que as políticas públicas implementadas pelos Poderes Executivos partem do princípio de redistribuir para a sociedade os benefícios resultantes de seus próprios esforços. Nesse contexto, é também atribuição do Poder Executivo promover o desenvolvimento local e regional, estimulando o interesse pelo empreendedorismo.

A entrevistada ressalta as mulheres precisam de oportunidades para participar da vida política, o que enfatiza a importância do combate à desigualdade de gênero que pode limitar a participação das mulheres na política, e sugere que atualmente existem barreiras ou dificuldades que precisam ser superadas para promover a igualdade de oportunidades.

Silvana enfatiza a necessidade de se criar um ambiente mais favorável para a participação política das mulheres. Medidas como suporte financeiro, divulgação do trabalho e facilitação do acesso aos cargos públicos podem ser fundamentais para promover uma maior representatividade feminina na política. Além disso, o convite ativo para que as mulheres participem pode ajudar a romper barreiras culturais e estruturais que limitam a participação feminina na política.

As falas anteriores coadunam com o pensamento da ONU (2010) de que a igualdade de gênero envolve o reconhecimento igualitário e o apoio a comportamentos, aspirações e necessidades individuais de mulheres e homens, sem serem limitados pelo sexo de nascimento.

Ao garantir igualdade de oportunidades e incentivar a presença das mulheres em cargos de poder, é possível criar uma sociedade mais inclusiva e democrática, com políticas públicas mais sensíveis às diversas necessidades da população.

Segundo Queila,

Não querendo ser repetitiva, mas acredito que só a educação, principalmente no interior, em que o machismo e a violência contra as mulheres é muito forte (sic), onde chamam de palavras horríveis e não acham que as mulheres tenham direito de ter opinião própria, seja na

oposição aos governos municipais ou na situação. E, pelo que sei, a atuação feminina costuma ser muito mais consciente que a masculina, buscando projetos muitas vezes muito mais voltados para o bem-estar da população, a diminuição das desigualdades sociais e de gênero, a distribuição de renda, além de outros problemas históricos do Brasil como a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma tributária verdadeira em que se pare de tirar dinheiro dos pobres e mandar para os ricos como um Robin Hood ao contrário ou seja, ajudar a atingir os ODS da ONU que de certa forma são o grande objetivo de desenvolvimento do país (Queila).

Queila destaca vários pontos relevantes relacionados à participação das mulheres na política e ao desenvolvimento do país. A entrevistada enfatiza que a educação é essencial para combater o machismo e a violência contra as mulheres, especialmente em regiões do interior onde esses problemas são mais acentuados. A educação pode ser uma ferramenta poderosa para desconstruir preconceitos e promover a igualdade de gênero.

A entrevistada destaca que a atuação feminina costuma ser mais consciente, com projetos voltados para o bem-estar da população e a busca da diminuição das desigualdades sociais e de gênero. Essa perspectiva reforça a importância da representatividade feminina na política para trazer diferentes abordagens e prioridades para a formulação de políticas públicas.

Queila menciona que as propostas das mulheres na política podem estar alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que buscam promover igualdade, justiça social e sustentabilidade. A respeito desse fato, Goghait, Tripathy e Almeida (2014) enfatizam que a análise de gênero precisa considerar as disparidades no controle de recursos, na participação em decisões e na representação para o planejamento urbano, o que ressalta o potencial das mulheres como agentes de mudança para alcançar metas importantes de desenvolvimento nacional.

Mediante o exposto, torna-se possível inferir a importância de promover a educação, valorizar a participação feminina na política e reconhecer o potencial das mulheres como agentes de mudança para promover o desenvolvimento social e a igualdade de gênero.

Ao empoderar as mulheres e garantir sua participação ativa na vida política e pública, é possível alcançar uma governança mais inclusiva e sensível às necessidades da população, contribuindo para um país mais justo e sustentável.

Nesse sentido, Stotsky (2006a) aponta que há uma conexão entre a redução das desigualdades de gênero e o crescimento econômico, evidenciando a

importância de políticas de equidade de gênero para permitir a participação das mulheres em todos os aspectos sociais e econômicos, justificando a não neutralidade de gênero nas políticas públicas e nos gastos.

Estefany acredita que

[...] para aumentar a representatividade feminina no desenvolvimento sustentável eu acho que tem que ter representatividade em tudo que é feito. Então, assim como todos os outros projetos de um governo de uma gestão pública municipal de um mandato legislativo, tem que ter representatividade. Por exemplo, a minha equipe tem no mínimo 50 por cento de representatividade feminina, representatividade jovem, entre outras. Acho que passa por isso, por entender que toda e qualquer equipe em construção de política pública tem que ter representatividade feminina, pois assim ela está representando 50 por cento da sociedade (Estefany).

Estefany aborda a importância da representatividade feminina no desenvolvimento sustentável e destaca a necessidade de haver mulheres representadas em todas as etapas e setores das políticas públicas. Enfatiza que para aumentar a representatividade feminina no desenvolvimento sustentável é crucial que as mulheres estejam presentes em todas as etapas dos projetos, desde a concepção até a implementação e a execução das políticas públicas.

A entrevistada menciona que em sua equipe a representatividade feminina é garantida, com pelo menos 50% de participação de mulheres, a fim de assegurar que a diversidade de gênero esteja presente nas tomadas de decisão e na formulação de políticas. Além da representatividade feminina, Estefany também destaca a importância da representação de outros grupos, como jovens, garantindo que diferentes perspectivas e experiências estejam presentes na elaboração das políticas públicas.

Leach, Mehta e Prabhakaran (2016) argumentam que a relação entre igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável é essencial por razões éticas, garantindo direitos e dignidade, além de evitar que as mulheres sejam afetadas negativamente por choques ambientais e econômicos. Ressalta-se a importância de promover a inclusão e a igualdade de gênero no desenvolvimento sustentável, garantindo a representatividade feminina em todas as etapas das políticas públicas.

Ao reconhecer a diversidade e promover a inclusão de mulheres em cargos de decisão, é possível criar políticas mais abrangentes, sensíveis às necessidades da população e mais efetivas na promoção de um desenvolvimento sustentável e equitativo. Nesse aspecto Santos, Alves e Rigatto (2021) afirmaram que a falta de

representatividade feminina na política prejudica a democracia, considerando que as mulheres são a maioria da população brasileira, mas seus interesses não são adequadamente defendidos

Estefany destaca como a representatividade feminina é fundamental para alcançar uma governança mais justa e inclusiva, em que as mulheres tenham participação ativa na construção do país. A fala da entrevistada exemplifica o pensamento de Mantovani e Areosa (2022), pois para os autores a análise de gênero no desenvolvimento regional considera os aspectos sociais, econômicos e culturais associados a trabalho, equidade, acesso a bens e serviços, bem como às relações de gênero específicas de cada localidade.

4.3.11 Triangulação dos Dados

O Quadro 22 apresenta a síntese da triangulação dos dados obtidos nas entrevistas, com a visão das entrevistadas sobre as ações em nível municipal no que se refere à representatividade feminina na política.

Quadro 22 - Triangulação dos dados

Entrevistada	Ações em nível municipal
Daiana	Observa um crescimento notório da participação feminina em cargos políticos, mas reconhece que os homens ainda são maioria. Considera esse crescimento como um sinal de amadurecimento da sociedade em relação à presença das mulheres na política.
Naiara	Revela dados históricos de seu município demonstrando a falta de representatividade feminina em cargos importantes na política local e reconhece que essa situação é comum em muitos municípios brasileiros.
Paola	Aponta as desigualdade de gênero persistente na política brasileira e a falta de vontade dos partidos políticos em promover mudanças nesse cenário.
Queila	Discute os avanços recentes na representatividade feminina em seu município e a dificuldade em preencher as vagas exigidas pelas cotas para mulheres candidatas.
Estefany	Compartilha sua experiência pessoal como a primeira mulher eleita vereadora em sua cidade após 74 anos. Destaca a evidente desigualdade de gênero na política local e como as mulheres muitas vezes precisam ter firmeza para buscar seu espaço na vida pública.
Silvana	Acredita que maior participação feminina na política pode levar a mudanças positivas na governança pública, destacando a visão de longo prazo e a compreensão abrangente das questões sociais e políticas que as mulheres podem trazer.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Os documentos e as entrevistas abordam temas relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, governança pública, desenvolvimento urbano e ações em nível municipal. Logo, por meio das proposituras e das entrevistas foi possível traçar as seguintes relações:

1. ODS como Diretrizes Globais: várias entrevistadas e proposituras mencionam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU como uma referência importante. Os ODS representam um conjunto de metas globais destinadas a abordar desafios socioeconômicos e ambientais em todo o mundo. Eles fornecem uma estrutura para orientar as políticas e práticas em direção ao desenvolvimento sustentável. Essa constatação dialoga com Sachs e Ban (2015), pois, para os autores, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável demandam a implementação de uma política que promova um crescimento econômico sustentável, aliado à inclusão social e a considerações ambientais.

2. Governança Pública e Implementação dos ODS: entrevistadas e proposituras destacam a importância da governança pública na implementação efetiva dos ODS. Uma boa governança envolve a formulação de políticas coesas, alocando recursos eficazmente e implementando programas para atingir as metas dos ODS, o que envolve a necessidade de planejamento, conhecimento e eficácia operacional, como mencionado por alguns entrevistados. A relação entre a governança pública e os ODS é caracterizada por diversas interconexões que se reforçam reciprocamente, como apontam Bulkeley *et al.* (2013). Para os autores, a governança eficaz desempenha um papel crucial na transformação dos ODS em ações concretas. De acordo com Bulkeley *et al.* (2013), a governança assegura que os compromissos globais sejam internalizados nas agendas nacionais e locais.

3. Desenvolvimento Urbano Sustentável: surge como tema subjacente em muitas proposituras e entrevistas. As ações relacionadas aos ODS frequentemente se concentram em áreas urbanas, onde reside a maioria da população global. O desenvolvimento urbano sustentável visa criar municípios que sejam socialmente inclusivos, economicamente viáveis e ambientalmente conscientes. Isso envolve a promoção de qualidade de vida, educação, emprego e proteção do meio ambiente, conforme mencionado em entrevistas e proposituras. Essa constatação dialoga com o pensamento de Veiga (2003), pois segundo o autor, o progresso urbano compreende a incorporação de elementos tangíveis e intangíveis, bem como a colaboração entre agentes locais que operam de maneira coordenada com as

políticas públicas implementadas pelo Estado. Essa colaboração inclui a interação com organizações privadas visando o avanço econômico e social, como exposto por Veiga (2003).

4. Desafios e Oportunidades Locais: as entrevistadas destacam que a implementação dos ODS em nível municipal pode ser complexa e variada. Alguns municípios estão avançando em direção aos ODS, enquanto outros enfrentam desafios, como falta de alinhamento de políticas ou eficácia operacional limitada, o que ressalta a importância de abordagens adaptadas às realidades locais e da participação da comunidade na definição de prioridades e na implementação de ações relacionadas aos ODS. Segundo a ONU (2015), a consecução do desenvolvimento sustentável demanda estratégias específicas de desenvolvimento urbano adaptadas a cada país, levando em consideração as distintas realidades nacionais, capacidades e estágios de desenvolvimento. É essencial implementar a Agenda 2030 em nível regional, respeitando as políticas e prioridades nacionais de forma a enfrentar os desafios únicos enfrentados por cada nação.

5. Compromisso com a Sustentabilidade: em várias proposituras e falas das entrevistadas há o reconhecimento de que o compromisso com a sustentabilidade é fundamental, o que inclui a busca pela erradicação da pobreza, a promoção da qualidade de vida, a proteção do meio ambiente e a criação de políticas públicas que visem ao desenvolvimento sustentável. Os ODS servem como um guia para direcionar esses esforços e criar um mundo mais justo, equitativo e sustentável. Conforme apontado por Ray (2016), reconhecer a diversidade de abordagens sustentáveis promove maior transparência nas negociações que as sociedades podem enfrentar ao equilibrar objetivos como a redução das emissões de carbono e a diminuição da pobreza. São elementos desejáveis e justificáveis no contexto do desenvolvimento sustentável, evidenciando que este é um conceito em negociação durante sua implementação, como pontua Ray (2016).

A triangulação permite evidenciar a importância dos ODS como uma estrutura global para o desenvolvimento sustentável e reconhecer a complexidade da implementação de suas metas em nível municipal. As proposituras e as entrevistas também enfatizam a necessidade de uma governança pública eficaz, o envolvimento da comunidade e o compromisso com a sustentabilidade para alcançar o progresso em direção a um futuro mais sustentável para municípios e sociedades em todo o mundo. De acordo com a ONU (2015), a Agenda 2030 é constituída por 17 objetivos

ambiciosos e interligados, desdobrados em 169 metas, que visa abordar os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo, com o propósito de promover o crescimento sustentável em escala global até 2030.

Tanto os documentos quanto as entrevistas apresentadas tratam de temas relacionados à igualdade de gênero, representatividade feminina na política e relação entre gênero e governança pública. A conexão entre esses temas pode ser assim sintetizada:

1. Igualdade de Gênero como Meta Global (ODS 5): as proposituras e as entrevistas mencionam a importância da igualdade de gênero, que vai ao encontro do ODS 5 da ONU, que busca promover a igualdade de gênero e capacitar todas as mulheres e meninas. Essa é uma preocupação global que requer esforços em diferentes esferas, incluindo a política.

2. Representatividade Feminina na Política e ODS 5: as entrevistadas destacam a desigualdade de gênero na política brasileira, com uma sub-representação significativa das mulheres. Esse ponto se encontra diretamente relacionado ao ODS 5, que busca assegurar a participação plena e efetiva das mulheres na tomada de decisões políticas. De acordo com Leach, Mehta e Prabhakaran (2016), é evidente que tanto o desenvolvimento sustentável quanto a igualdade de gênero são considerados imperativos nas esferas de pesquisa, política e debate público atualmente. Com frequência, observa-se que esses fenômenos são tratados de maneira independente, sem a criação de diálogos significativos entre as questões de gênero e o desenvolvimento sustentável.

3. Desafios e Barreiras Culturais: as entrevistas apontam para as barreiras culturais e sociais que desencorajam a participação feminina na política, incluindo estereótipos de gênero e a visão negativa sobre a política. Esses desafios precisam ser superados para se avançar em direção à igualdade de gênero, pois, conforme destacado por Staduto (2017), embora a igualdade de gênero seja frequentemente reconhecida como legítima, ainda persistem opiniões de que sua implementação acarreta ônus financeiros para as empresas.

4. Importância da Representatividade: as entrevistadas enfatizam a importância da representatividade feminina na política como um meio de promover uma governança mais inclusiva e diversa, alinhando-se com o objetivo de alcançar governança justa e igualitária em nível global. Segundo a Organização das Nações

Unidas (ONU, 2020), é essencial assegurar a efetiva inclusão da representatividade feminina em diferentes esferas de poder, acompanhando de perto seu desempenho nessas posições. Na ausência de participação feminina, especialmente na esfera pública, as mulheres ficam à margem dos processos de formulação de políticas públicas.

5. Necessidade de Incentivos e Sensibilização: para superar as barreiras e aumentar a participação feminina na política, são necessários incentivos, como políticas de cotas, bem como campanhas de conscientização sobre a importância da representatividade de gênero. Essas ações estão em linha com a busca pela igualdade de gênero. De acordo com Goghait, Tripathy e Almeida (2014), na área de planejamento regional e urbano, a integração de gêneros implica a necessidade de conscientização em relação às diversas situações de vida e aos interesses dos futuros usuários, abrangendo todas as idades e origens. Essa abordagem requer a consideração e o respeito pelas consequências ao longo de todo o processo de planejamento.

6. Desafios Locais e Nacionais: as proposituras também destacam como a situação da representatividade de gênero na política pode variar de acordo com o local, indicando que esses desafios são relevantes tanto em contextos locais quanto nacionais. Segundo Molyneux (1985), ao se analisar o desenvolvimento territorial, evidencia-se a impossibilidade de abordá-lo de maneira completa sem considerar as questões de gênero, o que implica direcionar a atenção para os interesses específicos das mulheres, ou seja, dar prioridade às necessidades e demandas femininas.

Em suma, os documentos e as entrevistas fornecem uma visão abrangente das questões de igualdade de gênero na política brasileira, relacionando-as aos objetivos globais de igualdade de gênero e representatividade feminina. Eles sublinham a necessidade de superar desafios culturais e estruturais para promover uma governança mais justa e inclusiva, em que homens e mulheres tenham igualdade de oportunidades e participação efetiva na tomada de decisões políticas.

Nas proposituras e nas entrevistas há uma exploração profunda da relação entre gênero e governança pública, com base em análises de diferentes perspectivas e contextos locais no Brasil. Conforme destacado por Goghait, Tripathy e Almeida (2014), as considerações de gênero desempenham um papel crucial no desenvolvimento urbano e na sustentabilidade. Ambientes urbanos

participativos e sensíveis ao gênero demandam políticas e programas guiados por princípios de inclusão. Isso implica assegurar que tanto mulheres quanto homens tenham participação ativa no desenvolvimento de suas comunidades, garantindo que todos tenham acesso aos recursos necessários para contribuir como membros produtivos da sociedade.

A Lei "A Mulher na Política", que visa promover a participação das mulheres no âmbito político, estabelece objetivos como conscientizar a sociedade sobre a importância da presença feminina na política, incentivar as mulheres a se filiarem a partidos políticos e a concorrerem a cargos eletivos e promover o alistamento eleitoral de mulheres jovens. Essa lei se alinha com as metas de desenvolvimento que pretendem acabar com a discriminação de gênero e garantir a igualdade de oportunidades para as mulheres na liderança política. Essa questão dialoga com o proposto pela ONU (2011), pois, segundo o órgão, a desigualdade de gênero persiste no Brasil e a representatividade feminina na esfera da política pública ainda é limitada, apesar da relevância do tema. É importante destacar que a redução da desigualdade de gênero está incluída nos ODS, desempenhando um papel crucial no alcance da totalidade da Agenda 2030 da ONU.

Sobre as experiências e percepções das entrevistadas quanto à desigualdade de gênero na política e na governança pública, observou-se que:

- A entrevistada Daiana destaca a importância de seu projeto de lei para incentivar as mulheres a se envolverem politicamente. Ela observa um crescimento notório da participação feminina em cargos políticos, mas reconhece que os homens ainda são maioria. Considera esse crescimento como um sinal de amadurecimento da sociedade em relação à presença das mulheres na política.

- A entrevistada Paola aponta as desigualdades de gênero persistentes na política brasileira e a falta de vontade dos partidos políticos em promover mudanças nesse cenário.

- A entrevistada Estefany compartilha sua experiência pessoal como a primeira mulher eleita vereadora em sua cidade após setenta e quatro anos do mandato da candidata anterior. Ela destaca a evidente desigualdade de gênero na política local e como as mulheres muitas vezes precisam demonstrar firmeza para buscar seu espaço.

- A entrevistada Naiara revela dados históricos de seu município, demonstrando a falta de representatividade feminina em cargos importantes na política local e como essa situação é comum em muitos municípios brasileiros.

- A entrevistada Queila discute os avanços recentes na representatividade feminina em sua cidade e a dificuldade para preencher as vagas exigidas pelas cotas para mulheres candidatas.

- A entrevistada Silvana acredita que maior participação feminina na política pode levar a mudanças positivas na governança pública, destacando a visão de longo prazo e a compreensão abrangente das mulheres quanto às questões sociais e políticas.

Em resumo, as entrevistas e as proposituras refletem uma variedade de desafios e perspectivas relacionados à igualdade de gênero na política e na governança pública no Brasil. Destaca-se a importância da representatividade feminina, a necessidade de superar barreiras culturais e sociais e a busca por medidas que promovam uma maior inclusão das mulheres na esfera política.

A diversidade de experiências e de pontos de vista apresentados aponta a complexidade desse tema, crucial para a sociedade brasileira. Segundo Smith *et al.* (2018), a incorporação de diversas perspectivas enriquece o processo, assegurando que as políticas se tornem mais representativas e relevantes para as comunidades que buscam beneficiar. Além disso, a governança promove a prestação de contas e a transparência, princípios fundamentais para se monitorar o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar o papel da representatividade feminina na política pública e suas proposituras relacionadas com o desenvolvimento urbano sustentável da região geográfica intermediária do Sul Fluminense, no período entre 2013 e 2022. Visando a consecução desse objetivo geral, foram elencados os objetivos específicos.

Como principais resultados encontrados, foi constatada pela pesquisa documental uma significativa atuação da representatividade feminina no legislativo municipal. Embora sem conhecimento amplo do tema Desenvolvimento Urbano Sustentável, as legisladoras conseguem alavancar projetos cujo escopo alcançam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, foco do estudo desta pesquisa, sendo o ODS 5 - Igualdade de gênero e o ODS 11 - Municípios e comunidades sustentáveis, com valor agregado para a comunidade extremamente importante no contexto social e econômico.

A pesquisa documental efetuada no *site* e nos Portais da Transparência das Câmaras Municipais mostra que o ODS 11 é o mais evidenciado, embora sem relação com o desenvolvimento urbano sustentável do Município em que está sendo aplicado, existindo um desequilíbrio de informações entre os projetos e as necessidades dos municípios e não se evidenciando projetos e ações conjuntas entre os interlocutores, fato constatado pela entrevista semiestruturada aplicada com as representantes dos municípios em estudo.

Na entrevista semiestruturada, dividida em 4 etapas, foram abordadas as percepções gerais sobre a política pública e a trajetória política das entrevistadas, que discorreram sobre os temas governança e desenvolvimento urbano sustentável. Nesse item, observa-se um conhecimento importante e uma convergência nos discursos, apontando a necessidade urgente de se estabelecer de fato o espaço político e as competências necessárias para sua ocupação, além da preocupação com a falta de políticas e de formação técnica no que se refere à governança para todos os membros do Legislativo Municipal, gênero feminino e masculino, não havendo a percepção de um ambiente harmônico.

A representatividade feminina está inserida no contexto mais amplo das ações afirmativas. Por exemplo, a política de cotas é uma medida que visa alterar variados quadros de desigualdades racial, étnica, sexual e social. Trata-se de ações

afirmativas que reconhecem as discriminações existentes e agem no sentido de impedir que se perpetuem. No caso das cotas eleitorais por sexo, busca criar condições para um maior equilíbrio entre homens e mulheres no plano da representação política.

A Lei de Cotas pretende influir na quantidade e na qualidade da participação das mulheres na disputa e na prática política. Esses esforços contribuem para a construção de novas posturas nos partidos políticos e no eleitorado, conforme constatado na fala e na análise de perfil das representantes com mandato nos municípios em estudo. Nos últimos anos, crescem as reflexões, articulações e manifestações do movimento feminino em torno da questão do acesso ao poder e do chamado empoderamento das mulheres.

Na terceira etapa da entrevista foi abordada a percepção sobre governança pública, desenvolvimento sustentável e sua importância no contexto político do município, conhecimento sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e sua vivência prática em projetos visando atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Foi relatado pelas entrevistadas que, apesar de a maioria ter conhecimento básico sobre o tema, necessitam de formação e desenvolvimento de suas competências para que de fato possam apresentar e direcionar ações concretas junto ao Poder Público Municipal, posto que essas ações atualmente se encontram aquém do ideal para o devido impacto social em suas comunidades e no município em que cada uma atua. No tocante a desenvolvimento sustentável e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), foi relatado maior conhecimento teórico do que ações concretas pautadas em um rito legal.

A quarta etapa aborda a percepção da representatividade no contexto político público e a percepção do que deve ser realizado para fomentar e aumentar a representatividade feminina no desenvolvimento sustentável dos municípios. Foi observada a necessidade de desenvolvimento de competências e a criação de mecanismos de empoderamento político para esse público, permitindo o acesso e a transparência nos processos eleitorais e acesso ao ambiente político partidário.

Face ao exposto, considera-se que a problemática deste trabalho foi respondida, pois a representatividade feminina na política pública dos municípios da mesorregião sul fluminense exerce influência relativa no desenvolvimento urbano sustentável, havendo por meio deste público uma busca e uma representatividade importante para maior interface com a população local.

Nesse contexto, destacam-se os projetos voltados para o ODS 11, embora não apresentem uma conotação e uma ordenação consoantes às diretrizes da Agenda 2030 da ONU devido a vários fatores e particularidades, entre elas, a falta de articulação política e de interação entre as Câmaras Municipais. Foi constatado o baixo número de projetos com foco no ODS 5, Igualdade de gênero, demonstrando pouco interesse no tema por parte dos governantes ou mesmo desinformação.

Por consenso, as participantes da pesquisa entendem a necessidade de um aprofundamento e de um intercâmbio entre as vereadoras da região, com o intuito de fortalecer os movimentos dessa representatividade. Ressalta-se que a participação da mulher na política brasileira perpassa invariavelmente pela forma como o machismo se manifesta nos vários níveis da sociedade pública e privada. É inegável que, em todas as partes do mundo, as mulheres continuam sendo marginalizadas na esfera política, uma vez que os cargos de poder foram historicamente ocupados por homens, realidade também comprovada na região foco da pesquisa. É importante ressaltar que o desenvolvimento de uma cultura envolve vários fatores, entre os quais a difusão de informações para o público alvo. Essa realidade só poderá ser melhorada com a formação e o desenvolvimento de representantes do gênero feminino e a educação dos gêneros (masculino e feminino).

Observa-se o interesse e a importância da participação das mulheres vereadoras na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e destacam-se os desafios que ainda persistem em relação à representatividade feminina no legislativo brasileiro.

É notável que as mulheres vereadoras entrevistadas demonstram entendimento dos ODS e estão engajadas na proposição de projetos de lei que se alinhem com esses objetivos. Essa postura é de fundamental importância, pois os ODS abordam questões críticas, como a igualdade de gênero, a redução da desigualdade social e a proteção ao meio ambiente, e a ação no nível municipal desempenha um papel fundamental na implementação dessas metas.

No entanto, é inegável que a representatividade feminina no legislativo brasileiro ainda é insuficiente. A falta de mulheres nas instâncias de tomada de decisão política é um obstáculo significativo para a promoção da igualdade de gênero e da abordagem adequada das questões relacionadas à desigualdade social e ao meio ambiente.

A relação entre gênero e governança, também abordada, indica que a falta de representatividade feminina pode afetar a tomada de decisões de maneira prejudicial, pois as perspectivas e necessidades das mulheres são sub-representadas.

Para promover uma mudança significativa na governança pública e garantir uma representatividade mais equitativa, é necessário abordar esses desafios e criar um ambiente político mais inclusivo e igualitário para as mulheres. Isso envolve a promoção de medidas como cotas de gênero, campanhas de conscientização e o incentivo à participação ativa das mulheres na política. Somente quando houver uma participação mais igualitária e diversificada nas esferas de poder, poderemos esperar avanços substanciais na busca por um desenvolvimento sustentável e igualitário, em que as questões sociais, ambientais e de gênero sejam abordadas de maneira eficaz.

Esta pesquisa teve como limitação a opção de amostragem por acessibilidade, composta pelas vereadoras exercendo mandato atualmente, significando uma limitação tanto temporal quanto técnica. Tampouco pretende-se aqui esgotar o assunto, em face da importância do tema do aumento da participação de representantes femininas na tomada de decisão e no desenvolvimento da administração pública. Faz-se necessário expandir o âmbito da pesquisa e, como sugestão de trabalhos futuros, poderá ampliar-se a amostra estudada para todo o Estado do Rio de Janeiro, como também investigar-se a representatividade feminina no Executivo.

Espera-se que esta pesquisa sirva como subsídio para outras voltadas ao aprimoramento de mecanismos de participação, possibilitando o aprofundamento dos estudos relacionados ao tema “Representatividade feminina na política pública e desenvolvimento” de novas formas, para o fortalecimento de uma sociedade justa para todos.

REFERÊNCIAS

ALPERSTEDT, G. D.; FERREIRA, J. B.; SERAFIM, M. C. Empreendedorismo feminino: dificuldades vivenciadas em histórias de vida. 2014. ENCONTRO DE ESTUDOS EM EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 8. **Anais** [...] Goiânia: EGEPE, 2014.

ANGEL, S.; PARENT, J.; CIVCO, D. L.; BLEI, A. M. **Making room for a planet of cities**. Lincoln Institute of Land Policy, 2011.

AYRES, R. U. **Statistical measures of unsustainability**. *Ecological Economics*, v. 16, n. 3, p. 239-55, 1996.

BAÑON GOMIS, A. J.; GUILLÉN PARRA, M.; HOFFMAN, W. M.; MCNULTY, R. E. **Rethinking the Concept of Sustainability**, v. 116, n.2, p.171–191. *Business and Society Review*. 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 5. ed. São Paulo: Edições 70, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2013.

BRASIL. **Política Nacional De Desenvolvimento Urbano**. L10257. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm#:~:text=L10257&text=LEI%20No%2010.257%2C%20DE%2010%20DE%20JULHO%20DE%202001.&text=Regulamenta%20os%20arts.,urbana%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1ncias. Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL. Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano. **Carta Brasileira para Municípios Inteligentes**. (2021a). Disponível em:
<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/projeto-andus/carta-brasileira-para-municípios-inteligentes>. Acesso em: 13 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021**. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria 408**, de 13 de novembro de 2012. Disponível em:
<http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/PT0408-131112.PDF>. Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Estatísticas**. Disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/ministros>. Acesso em: 25/09/2020.

BULKELEY, H.; BETSILL, M. Rethinking sustainable cities: multi-level governance and the urban politics of climate change. **Environmental Politics**, v.14, n.1, p. 42–63, 2005.

BULKELEY, H.; EDWARDS, G. A. S.; FULLER, S. Contesting climate justice in the city: Examining politics and practice in urban climate change experiments. **Global Environmental Change**, v. 23, n.1, p. 326-336, 2013.

BEATLEY, T. **Biophilic cities: Integrating nature into urban design and planning**. Island Press, 2011.

BERCHIN, I. I.; CARVALHO, A. S. C. O papel das conferências internacionais sobre o meio ambiente para o desenvolvimento dos regimes internacionais ambientais: de Estocolmo a Rio +20. *In*: COSTA, R.S. da; GUERRA, J. B. S. O. de A.; DIAS, T. (Org.). **Debates Interdisciplinares VII**. Palhoça: Unisul, 2016.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.

BUTZKE, L.; THEIS, I.M.; NEGHERBON, C. L.; BRITO, V. Desenvolvimento Regional e Gênero: mapeamento da formação docente e da produção intelectual nos PPG em Planejamento Urbano e Regional da Região Sul do Brasil. **Desenvolvimento em Questão**, v.18, n.50, p.41–54, 2020.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.

CALIÓ, S. A. Incorporando a questão de gênero nos estudos e no planejamento urbano. *In*: CALIÓ, S. A.; LOPES, M. M. **Mulher e espaço urbano**. [s.l.:s.n.]. 1992a.

CAMAGNI, R. **Le développement urbain soutenable: une definition et une approche viable**. Paris: Ministère de l'Équipement, des Transports et du Logement; Direction de la Recherche et des Affaires Scientifiques et Techniques, 2001.

CARVALHO, N. L.; KERSTING, C., ROSA, G., FRUET, L.; BARCELLOS, A. L. Desenvolvimento sustentável X desenvolvimento econômico. **Revista Monografias Ambientais**, v. 14, n.3, 1p. 09–117, 2015.

CELLARD, A. A Análise Documental. *In*: POUPART, J. *et al.* (org.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295 - 316.

CHESHMEHZANGI, A.; DAWODU, A. Sustainable Urban Development in the Age of Climate Change. **People: The Cure or Curse**. China: Palgrave Macmillan, 2019.

CMMAD. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1988.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Trad. de Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DATASUS. **População Residente – Estudo de Estimativas Populacionais por Município, Idade e Sexo 2000-2021 – BRASIL**. 2023. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popsvsbr.def>. Acesso em: 08 set. 2023.

DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. 7.ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIEESE. **Mulheres: Inserção no mercado de trabalho**. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/infograficosMulheres2023.html>. Acesso em: 05 ago. 2023.

DROSTE, C. **Gender in Mainstreaming Urban Development**. Berlin on the path towards becoming a metropolis worth living in for women and men. Berlin, 2011.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: Desvendando as Sobreposições e Alcances de Seus Significados. **Cadernos EBAPE**, v. 15, n. 3, p. 667-681, 2017.

FERNANDES, D. B. ; KAMIMURA, Q. P. Análise Dos Recursos Públicos Aplicados em Educação no Circuito Religioso do Vale do Paraíba/SP. **Humanidades & Inovação**, v. 7, p. 520-533, 2020.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Relatório sobre os Impactos Econômicos da Covid-19 na Economia Criativa**. 2020. Disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br/artigos/impactos-economicos-da-covid-19-economia-criativa-julho-2020> Acesso em: 05 set. 2020.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Retratos Regionais Anuário Econômico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, FIRJAN. 2018.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Mapa do desenvolvimento**. 2016-2025. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2015. <https://www.firjan.com.br/o-sistema-firjan/mapa-do-desenvolvimento/mapa-2016-2025/default.htm>. Acesso em: 20 abr. 2022.

Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil. 2016. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/economiacriativa> Acesso em: 11 abr. 2020.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Trad. Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GARCIA, Loreley Gomes. Ecofeminismo: múltiplas versões. **Ártemis**, v. 10, 2009.

GIDDINGS, B.; HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Back to the city: a route to urban sustainability. *In*: JENKS, M; DEMPSEY, N. **Future forms and design for sustainable cities.** Amsterdam: Architectural, 2005.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 4, p. 65-71, 1995.

GOGHHAIT, S.; TRIPATHY P.C; ALMEIDA, F. M. Sustainable Urban Development and Differential Gender in Rondônia (Brazil). **European Academic Research** v.1, n.12, p. 5321-5340, 2014.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social.** 23.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

HESSAMI, Z.; FONSECA, M. L. Female Political Representation and Substantive Effects on Policies: A Literature Review. **Encostor**, n.1, v.2, p.1-26, 2020.

HORBACH, J. **Indicator systems for sustainable innovation.** Physica-Verlag, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CEMPRE - Cadastro Central de Empresas (2019).** Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/cl-cadastro-central-de-empresas>. Acesso em: 20 mai. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Trabalho IBGE.** 2022. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/trabalho.html> . Acesso em 20 mar. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conheça o Brasil - População.** 2023. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em 05 ago. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CENSO 2010-2021.** Disponível em: <https://municipios.ibge.gov.br/brasil/rj>. Acesso em: 10 ago. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil:** 2018. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica n.38. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: 20 abr. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Consolidado de primeiras entrevistas. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de informações e indicadores culturais: 2007-2018**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://municipios.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 set. 2023.

IPEA. **Sociedade e economia** : estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2009. 252 p.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Violência Política de Gênero e Raça no Brasil: dois anos da Lei 14.192/2021**. 2023.

ITIKAWA, L. **Mulheres na periferia do urbanismo**: informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015.

JABAREEN, Y. A. New Conceptual Framework for Sustainable Development. **Environment, Development and Sustainability**, v.10, n. 2, p.179–192, 2006.

LEACH, M.; MEHTA, L.; PRABHAKARAN, P. Sustainable development: A gendered pathways approach. *In*: LEACH, Melissa (org.). **Gender equality and sustainable development**. New York: Routledge, 2016. p. 1-33.

LÉLÉ, S.M. Sustainable development: A critical review. **World Development**, v.19, n.6, p.607-621, 1991.

LENOIR, L. S.; FERREIRA, M. L. A.; RESCHKE, M. J. D. Desconstrução dos ideários capitalistas de desenvolvimento e modernização na América Latina: a perspectiva crítica decolonial. **TOMO**, v. 42, 2023.

LOBO, E. S. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOZANO, R. Towards better embedding sustainability into companies' systems: an analysis of voluntary corporate initiatives. **Journal of Cleaner Production**, v. 25, p. 14-26, 2012.

MACHADO, J. G. R. Notas sobre a forma de atuação do PNUD no Brasil. **Carta Internacional**, USP, v. 3, p. 40-52, 2008.

MACHADO, H. P. V. Empreendedoras e o preço do sucesso. **Revista de Estudos Organizacionais - REO**, Maringá, v.1, n.2, p.75-88, jul./dez.2000.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. *In*: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (org.). **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, 2003. p.11-25.

MARCUSE, P. Inclusive urbanization and the challenging paradigm of the just city. *In* **The Routledge Handbook on Spaces of Urban Politics**. Routledge, 2017.

MICHELAM, L.D.; CORTESE, T.T.P.; YIGITCANLAR, T.; FACHINELLI, A.C.; VILS, L.; LEVY, W. Leveraging Smart and Sustainable Development via International Events: Insights from Bento Gonçalves Knowledge Cities World Summit. **Sustainability**, v. 13, n. 17, p. 9937, 2021.

MOLDAN, B.; JANOUAKOVÁ, S.; HÁK, T. How to understand and measure environmental sustainability: Indicators and targets. **Ecological Indicators**, v.17, p. 4-13, 2012.

MORAES, M. B. Eficiência econômica na prestação de serviço da coleta seletiva municipal na região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. **Tecnologia e Sociedade**, v. 18, p. 223-236, 2022.

MORAIS, S. **Mulheres empreendedoras no Brasil**: fatores que as levam a empreender. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/mobile/artigos/empreendedorismo/mulheresempreendedoras-no-brasil-fatores-que-as-levam-a-empreender/85498/> Acesso em: 07 mar. 2022.

MOSER, C. O. N. **Gender planning and development**: theory, practices and training. London: Routledge, 1993.

OECD. Organisation or of the governments of its member countries. **Gender and Sustainable Development**: maximising the economic, social and environmental role of women. United States: OECD, 2008.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVERA, M.; PODCAMENI, M. G.; LUSTOSA, M. C.; GRAÇA, L. **A dimensão de gênero no Big Push para a Sustentabilidade no Brasil**: As mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira. 2021.

Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Research. New York: 2015.

ONU. Organização das Nações Unidas. **6 Urban GovernanceHabitat III Issue Papers**. 2015.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Pacto Global das Nações Unidas**. Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/no-brasil> . Acesso em: 01 set. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas **Relatório Anual 2021 das Nações Unidas no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/177803-relatorio-anual-das-nacoes-unidas-no-brasil-2021>. Acesso em: 07 set. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Smart Cities. Habitat III Issue Papers**, v. 2015, n. May, p. 0–10, 2015c.

ONU-DESA. **World Urbanization Prospects 2014 Demographic**. Research. New York: 2015.

ONU-HABITAT. **Optimizing infrastructure - Urban Patterns for a Green Economy**. [s.l.; s.n.]. New York. 2011. Disponível em: <http://unhabitat.org/books/optimizing-infrastructure-urbanpatterns-for-a-green-economy/>>. Acesso em 20 set. 2022.

ONU-HABITAT. **State of the World's Cities 2010/2011: Bridging the Urban Divide**. New York: 2011.

ONU MULHERES. **Progresso das Mulheres no Mundo 2019-2020**. Brasília, DF: ONU Mulheres Brasil, 2020.

PEREIRA, S. R. Abordagem teórica sobre a questão de gênero e desenvolvimento rural: dos projetos insistências ao planejamento de gênero. *In*: STADUTO, J.A.R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A. (org.) **Desenvolvimento rural e gênero: algumas abordagens analíticas, estratégias e políticas**. (séries rurais). Porto Alegre: UFRGS, 2015.

PRÊMIO WEPS. **Equidade de Gênero**. 2016. Disponível em: <https://premiowepsbrasil.com.br/wp-content/uploads/2019/10/CARTILHA-EQ-WEPS-2016-Portugues-1.pdf> Acesso em 25/08/2022.

RAY, I. Transformative investments for gender-equal sustainable development. *In*: LEACH, Melissa (org). **Gender equality and sustainable development**. New York: Routledge, 2016. p. 133- 155.

REZENDE, D. L. **Mulher no poder e na tomada de decisões**. Brasília: IPEA, 2016.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas 1999.

ROGERS, P. P.; JALAL, Kazi F.; BOYD, John A. **An Introduction to sustainable development**. United States: Earthscan Publications, 2007.

SACHS, J. D., SCHMIDT-TRAUB, G., MAZZUCATO, M., MESSNER, D., NAKICENOVIC, N., & ROCKSTRÖM, J. Six Transformations to achieve the Sustainable Development Goals. **Nature Sustainability**, v. 2, n. 9, p. 805–814, 2019.

SACHS, J. D.; BAN, K. **The Age of Sustainable Development**. United State: Columbia University Press, 2015.

SANTOS, A. G. C.; ALVES, I. D. C; RIGATTO, S. H. A representatividade feminina na política do Brasil e os fatores que dificultam sua consolidação: um impasse para a democracia. **Brazilian Journal of Development**, v.7, n.7, p. 68640-68653, 2021.

SERAGELDIN, I. **Sustainability and the Wealth of Nations: Prioritizing Economic Growth, Poverty, and Inequality Reduction**. Knowledge for Sustainable Development Series. World Bank, 2001.

SILVA, N. A.; FARIA, D.; PIMENTA, M. Feminismo e o espaço urbano: apontamentos para o debate. In: ENANPUR, 17. **Anais** [...] São Paulo, 2017.

SMITH, A.; RAVENSCROFT, N.; PAIN, R. **Power, Politics: Critical Sociology of Sport and Leisure**. Taylor & Francis, 2018.

STADUTO, J. A. R. *et al.* **Gênero e território: um documento balizador para o oeste do Paraná**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2017.

STOTSKY, J.G. **Gender and its relevance to macroeconomic policy: a survey**. New York: IMF paperwork, 2006a.

STOTSKY, J.G. **Gender budgeting**. New York: IMF paper work, 232, 2006b.

THE WORLD BANK. **Handbook for Gender-Inclusive Urban planning design**. USA: World Bank Group, 2020.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Repositório de dados eleitorais**. Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: 06 set. 2022.

YIGITCANLAR, T.; TERIMAN, S. Rethinking sustainable urban development: towards an integrated planning and development process. **International Journal of Environmental Science and Technology**, v. 12, p. 341-352, 2015.

UNESCO. De economias verdes a sociedades verdes: compromisso da Unesco com o desenvolvimento sustentável. **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)**. Rio de Janeiro: Unesco no Brasil, 2012.

UNDP. **Human Development Report 2020: The Next Frontier - Human Development and the Anthropocene**. United Nations Development Programme. United States: New York, 2020.

VEIGA, J.E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2003.

WALKER, J. I.; PEKMEZOVIC, A. WLAKER, G. **Sustainable Development Goals: Harnessing Business to Achieve the Sustainable Development Goals Through Technology, Innovation and Financing**. United State: Wiley, 2019.

WILLIAMS, K. Sustainable cities: research and practice challenges.

International Journal of Urban Sustainable Development, v. 1, n. 1-2, pp. 128-132. 2010.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Competitiveness Report** 2014-2015. [s./; s.n.]. Disponível em: <http://reports.weforum.org/global-competitiveness-report-2014-2015/> Acesso em: 30 nov. 2021.

ZEBADÚA, V.; PÉREZ, M. **Género, pobreza y presupuestos: conceptos iniciales y experiencias internacionales**. Fundar/Indesol, México, 2002.

APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA, CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO – ECA
Taubaté, _____ de _____ de _____.

De: Prof. Dr. Edson Aparecida de Araújo Querido de Oliveira
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Administração – UNITAU

Ao: Sr. XXXX
Responsável XXXX

Prezado Senhor Responsável:

O Sr. Francisco Carlos Pereira, regularmente matriculada no Programa de Pós-graduação em Administração desta Universidade, desenvolve sua dissertação de Mestrado na área de Gestão e Desenvolvimento Regional. Sua proposta de trabalho intitula-se: “Representatividade feminina no desenvolvimento urbano sustentável do Sul Fluminense”.

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa por meio de pesquisa documental e de análise bibliográfica, além da pesquisa exploratória e entrevista semiestruturada, gostaria de solicitar a colaboração de V.S. no sentido de conceder a Sr. Francisco Carlos Pereira, autorização para realizar busca de dados nos projetos e iniciativas relacionadas a fomentação da representatividade feminina no desenvolvimento urbano sustentável dos municípios da região geográfica intermediária do Sul Fluminense no período entre 2013 e 2022, e realizar também entrevista com as Vereadoras deste órgão público e observação com registro fotográfico dos projetos relacionados. Tais informações serão utilizadas tão-somente para fins acadêmicos.

Se considerar necessário ou conveniente, o nome e qualquer outra forma de identificação dessa instituição poderão ser omitidos do manuscrito final da dissertação.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Edson Aparecida de Araújo Querido de Oliveira
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Administração – UNITAU

APÊNDICE B - AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Esta pesquisa está sendo realizada pelo Sr. Francisco Carlos Pereira aluno do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade de Taubaté (PPGA), como dissertação de mestrado, sendo orientado e supervisionada pela Professora Dra. Marcela Barbosa de Moraes

Seguindo preceitos éticos, informamos que pela natureza da pesquisa, a participação desta organização não acarretará quaisquer danos à mesma. A seguir, damos as informações gerais sobre esta pesquisa, reafirmando que qualquer outra informação poderá ser fornecida a qualquer momento, pelo aluno pesquisador ou pelo professor responsável.

TEMA DA PESQUISA: Representatividade feminina no desenvolvimento urbano sustentável do Sul Fluminense.

OBJETIVO: O objetivo geral desta pesquisa é analisar o papel da representatividade feminina na política pública e suas proposituras relacionadas com o desenvolvimento urbano sustentável da região geográfica intermediária do Sul Fluminense no período entre 2013 e 2022.

PROCEDIMENTO: Após a aprovação do projeto pelo comitê de ética em pesquisa, o pesquisador se encaminhará até as devidas instituições de referência e câmaras municipais, nos quais as Vereadoras com os devidos mandatos no legislativo (de cada município) assinarão o Termo de consentimento Livre e Esclarecido Institucional (apêndice B).

Antes da realização da pesquisa os entrevistados receberão e assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Individual (Apêndice C) com a devida explicação da mensagem.

Nas instituições Públicas e Prefeituras dos municípios que compõe o Sul Fluminense, serão analisados documentos tais como: relatórios, atas de reunião ou projetos de implementação das políticas, matéria publicada sobre a implementação de projetos de sustentabilidade ou qualquer outro documento legal que comprove a implementação das políticas públicas de fomentação da representatividade feminina no desenvolvimento urbano da cidade. Para tanto iremos verificar as iniciativas públicas e privadas relativas à implantação e aplicação das metas de desenvolvimento sustentável, acerca da participação do gênero feminino nas metas de desenvolvimento urbano sustentável.

SUA PARTICIPAÇÃO: Permite que faça a pesquisa documental, a observação direta e as entrevistas com os Responsáveis de setor.

Agradecemos sua autorização, enfatizando que a mesma em muito contribuirá para a construção de um conhecimento atual nesta área.

Local, _____ de _____ de 20____.

Profa. Dra. Marcela Barbosa de Moraes

RG *****

e-mail: marcelabmoraes@gmail.com

Tel:(11)968416402

Francisco Carlos Pereira

RG0 8590247-6 IFP

e-mail: Francisco.cp2013@gmail.com

Tel:(24)999861774

Tendo ciência das informações contidas neste Termo de Consentimento, eu _____ portador do RG nº _____, responsável pela organização _____ autorizo a aplicação desta pesquisa na mesma.

Local e data

Assinatura

APÊNDICE C - TERMO DE ANUÊNCIA DE INSTITUIÇÃO



Universidade de Taubaté
 Faculdade Municipal de Engenharia Especial
 Reconhecida pelo Crea, Fed. nº 78.824/76
 Reconhecida pelo CEEESP
 CNPJ 08.176.102/0001-22

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação - PRPPG
 Rua Visconde do Rio Branco, 210 | Centro | Taubaté-SP
 (12) 3035-2117 | prppg@unitau.br

TERMO DE ANUÊNCIA DE INSTITUIÇÃO

Eu “Edson Aparecida de Araújo Querido de Oliveira”, na qualidade de responsável pela “Universidade de Taubaté”, autorizo a realização da pesquisa intitulada “Representatividade feminina no desenvolvimento urbano sustentável do Sul Fluminense” a ser conduzida sob a responsabilidade do pesquisador “Francisco Carlos Pereira”; com o objetivo de analisar a relação entre a representatividade feminina e desenvolvimento urbano sustentável da Mesorregião do Sul Fluminense no período entre 2013 e 2022. DECLARO ciência de que esta instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e que apresenta infraestrutura necessária para a realização do referido estudo.

Assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição, no período de 16/11/2022 a 30/11/2022.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do pesquisador aos requisitos da Resolução CNS nº 510/16 e suas complementares, comprometendo-se o/a mesmo/a a utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Esta declaração é válida apenas no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética da Universidade de Taubaté - CEP/UNITAU para a referida pesquisa.

Taubaté, 08 de novembro de 2022.

Prof. Dr. Edson Aparecida de Araújo Querido de Oliveira
 Coordenador do Programa de Pós-graduação em Administração – UNITAU

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INDIVIDUAL

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa **“Representatividade feminina no desenvolvimento urbano sustentável do Sul Fluminense”**, sob a responsabilidade do pesquisador **“Francisco Carlos Pereira”**. Nesta pesquisa pretendemos **“analisar a relação entre a representatividade feminina e desenvolvimento urbano sustentável da região geográfica intermediária do Sul Fluminense no período entre 2013 e 2022”** por meio de uma **“abordagem qualitativa por meio de pesquisa documental e de análise bibliográfica, além da pesquisa exploratória e entrevista semiestruturada com análise dos dados por meio do método de análise de conteúdo, sendo utilizada com as vereadoras e ex-vereadoras da Região geográfica intermediária do Sul Fluminense”**.

Há benefícios e riscos decorrentes de sua participação na pesquisa. Os benefícios consistem com essa pesquisa pretende-se contribuir com informações reais sobre qual é a representatividade feminina no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável e saber qual a real efetivação iniciativas públicas e privadas relativas à implantação e aplicação das metas de desenvolvimento de um seguimento de gênero em uma sociedade, com ênfase em seu desenvolvimento. Não havendo um benefício individual aos respondentes e os riscos “são possível cansaço e desconforto ao responder a pesquisa”. Entretanto para evitar que ocorram danos ao responder a pesquisa irá ser feito um agendamento prévio em local e horário de preferência do entrevistado. Caso haja algum dano ao participante será garantido ao mesmo procedimento que visem à reparação e o direito a buscar indenização.

Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. O Sr.(a) receberá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O Sr. não será identificado em nenhuma fase da pesquisa e nem em publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a). Para qualquer outra informação o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com o pesquisador por telefone **(24) 999861774** **“inclusive** ligações a cobrar”, e-mail francisco.cp2013@gmail.com. Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, o(a) Sr.(a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3622-4005, e-mail: cep.unitau@unitau.br.

O pesquisador responsável declara que a pesquisa segue a Resolução CNS 510/16

Francisco Carlos Pereira

Consentimento pós-informação

Eu, _____, portador do documento de identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “Roteiro de entrevista da Vereadora”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações sobre a pesquisa e me retirar da mesma sem prejuízo ou penalidade.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do(a) participante

Rubrica do pesquisador: _____

APÊNDICE E – TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Eu Francisco Carlos Pereira, pesquisador responsável pelo projeto de pesquisa intitulado **“Representatividade feminina no desenvolvimento urbano sustentável do Sul Fluminense”**, comprometo-me dar início a este projeto somente após a aprovação do Sistema CEP/CONEP (em atendimento ao Artigo 28 parágrafo I da Resolução 510/16).

Em relação à coleta de dados, eu pesquisador responsável, asseguro que o caráter de anonimato dos participantes desta pesquisa será mantido e que as suas identidades serão protegidas.

As fichas clínicas e/ou outros documentos não serão identificados pelo nome.

Manterei um registro de inclusão dos participantes de maneira sigilosa, contendo códigos, nomes e endereços para uso próprio.

Os Termos assinados pelos participantes serão mantidos em confiabilidade estrita, juntos em um único arquivo, físico ou digital, sob minha guarda e responsabilidade por um período mínimo de 05 anos.

Asseguro que os participantes desta pesquisa receberão uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; Termo de Assentimento (TA, quando couber), Termo de Uso de Imagem (TUI, quando couber) e TI (Termo Institucional, quando couber).

Comprometo-me apresentar o relatório final da pesquisa, e os resultados obtidos, quando do seu término ao Comitê de Ética - CEP/UNITAU, via Plataforma Brasil como notificação.

O sistema CEP-CONEP poderá solicitar documentos adicionais referentes ao desenvolvimento do projeto a qualquer momento.

Estou ciente que de acordo com a Norma Operacional 001/2013 MS/CNS 2.2 item E, se o Parecer for de pendência, terei o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão na Plataforma Brasil, para atendê-la. Decorrido este prazo, o CEP terá 30 (trinta) dias para emitir o parecer final, aprovando ou reprovando o protocolo.

Taubaté, 01 de novembro de 2022

Francisco Carlos Pereira

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Município:

Tempo de atuação na política:

Quantos mandatos no legislativo:

Períodos:

Formação:

Exerce alguma atividade profissional além do mandato no legislativo municipal? Se sim. Qual?

1. Poderia me falar um pouco da sua trajetória profissional, incluindo as atividades no legislativo.
2. Por que você escolheu entrar para a política?
3. Como você compreende a relação entre meio ambiente, desigualdade e economia?
4. Discorra sobre a desigualdade entre homens e mulheres na governança pública?
5. Na sua percepção, o que é desenvolvimento sustentável?
6. Qual é a sua percepção sobre a relação entre governança pública e sustentabilidade?
7. Discorra sobre a relação entre governança pública e os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) desenvolvido pela ONU.
8. Qual é a importância do desenvolvimento sustentável na política pública do seu município? Discorra sobre o assunto.
9. Quais foram as ações realizadas pelo município para atingir as ODS? Por favor, discorra sobre o assunto.
10. Na sua trajetória na vida política, você propôs algum projeto de lei relacionada as ODS ou pensando no desenvolvimento urbano sustentável? Caso a resposta seja sim, poderia me contar um pouco mais? Caso a resposta seja não, por que não relacionou seus projetos com as ODS?
11. Como você vê a participação das mulheres na vida política (governança pública)?
12. Na sua percepção, o qual é a grande dificuldade de aumentar a representatividade feminina na vida política?
13. Na sua percepção, o que pode ser feito para aumentar a representatividade feminina na vida política?
14. Na sua percepção, o que pode ser feito para aumentar a representatividade feminina no processo de desenvolvimento sustentável dos municípios?

APÊNDICE G - FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: Representatividade feminina no desenvolvimento urbano sustentável do Sul Fluminense.			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 41			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7, Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Francisco Carlos Pereira			
6. CPF: 004.198.497-85		7. Endereço (Rua, n.º): EVARISTO DA VEIGA JARDIM AMALIA VOLTA REDONDA RIO DE JANEIRO 27250680	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 24998861774	10. Outro Telefone:	11. E-mail: francisco.cp2013@gmail.com
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que esta folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: <u>07</u> / <u>11</u> / <u>20</u>		 Assinatura	
CONSENTIMENTO DO PARTICIPANTE			

APÊNDICE H – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



UNITAU - UNIVERSIDADE DE
TAUBATÉ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Representatividade feminina no desenvolvimento urbano sustentável do Sul Fluminense.

Pesquisador: Francisco Carlos Pereira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 64944922.0.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.761.210

Apresentação do Projeto:

As informações enumeradas nos seguintes campos: apresentação do projeto, objetivo de pesquisa, avaliação dos riscos e benefícios foram extraídas do arquivo PB_ INFORMACOES BASICAS do projeto Representatividade feminina no desenvolvimento urbano sustentável do Sul Fluminense.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a relação entre a representatividade feminina e desenvolvimento urbano sustentável da Mesorregião do Sul Fluminense no período entre 2013 e 2022.

Objetivo Secundário:

- + Analisar a relação entre representatividade feminina no legislativo e desenvolvimento urbano sustentável;
- + Investigar o conhecimento das vereadoras e ex-vereadoras sobre desenvolvimento sustentável, desenvolvimento urbano e desenvolvimento urbano sustentável e sua ligação com as questões de gênero;
- + Discutir a relevância do desenvolvimento urbano sustentável pela ótica da representatividade feminina.

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210

Bairro: Centro

CEP: 12.020-040

UF: SP

Município: TAUBATÉ

Telefone: (12)3822-4005

Fax: (12)3825-1235

E-mail: cep.unitau@unitau.br



Continuação do Parecer: 2.761.216

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios foram descritos em consonância com a resolução 510/16 e demais normas do CONEP na PB INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO, entretanto falta informações no TCLE.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um estudo qualitativo com 41 vereadoras do gênero feminino (mulheres cis e trans) da região Sul Fluminense, e que ocuparam o cargo no legislativo entre 2013 e 2022. Serão realizadas entrevistas, de forma virtual, sendo estas gravadas e transcritas para realização da análise posterior. Para analisar os dados coletados será utilizado a análise de conteúdo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos apresentados de acordo com as normas da CONEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião realizada no dia 11/11/2022, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa: **APROVADO**.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2046964.pdf	08/11/2022 10:53:31		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_FRANCISCO_C_PEREIRA.pdf	08/11/2022 10:53:21	Francisco Carlos Pereira	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	TCP_FRANCISCO_CARLOS_PEREIRA.pdf	08/11/2022 10:31:42	Francisco Carlos Pereira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_FRANCISCO_C_PEREIRA.pdf	08/11/2022 10:31:17	Francisco Carlos Pereira	Aceito
Outros	termo_de_ausencia_Francisco.pdf	08/11/2022 09:38:05	Francisco Carlos Pereira	Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto_Francisco_1.pdf	08/11/2022 09:38:30	Francisco Carlos Pereira	Aceito

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
 Bairro: Centro CEP: 12.020-040
 UF: SP Município: TAUBATÉ
 Telefone: (12)3022-4005 Fax: (12)3022-1230 E-mail: cep.unitau@unitau.br



Continuação do Parecer 6.761.210

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	UNITAU DISSERTACAO FRANCISCO pdf	07/11/2022 17:42:18	Francisco Carlos Peres	Aceito
---	-------------------------------------	------------------------	---------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TAUBATÉ, 17 de Novembro de 2022

Assinado por:
Wendry Maria Paesão Pereira
(Coordenador(a))

APÊNDICE I – PROJETOS DA CIDADE DE ANGRA DOS REIS

CAMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS

FONTE DA PESQUISA: Câmara Municipal de Angra dos Reis, Sistema online de consulta de Leis e Proposituras. Disponível em <http://consulta-camaraangra.siscam.com.br/Default.aspx?Exibir=Proposituras> . Acesso em 12/10/2022

ITEM	ANO	PROPOSITURAS	ODS
1	2016	<p>Data do Documento: 15/06/2016 Processo: 2023/2016</p> <p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03602/2016</u></p> <p>Ementa: DETERMINA A INSTALAÇÃO DE DETECTORES DE METAIS NAS ENTRADAS DOS MERCADOS, SUPERMERCADOS, SHOPPING CENTER, ESCOLAS COM NÚMERO SUPERIOR A 200 ALUNOS, ESTÁDIO MUNICIPAL, GINÁSIOS POLIESPORTIVOS, HOSPITAIS, UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO E SIMILARES NO MUNICÍPIO.</p>	11
2	2016	<p>Data do Documento: 10/06/2016 Processo: 2008/2016</p> <p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03553/2016</u></p> <p>Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de serviço de desinfecção permanente de ambulâncias na rede hospitalar municipal, antes e após o transporte de cada paciente, e dá outras providências</p>	3
3	2016	<p>Data do Documento: 09/06/2016 Processo: 2007/2016</p> <p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03551/2016</u></p> <p>Ementa: “Dispõe a Aplicação de Multas para os praticantes de Trotes Contra o SAMU – Serviço de Assistência Médica de Urgência e dá outras providências.”</p>	3
4	2015	<p>Data do Documento: 19/11/2015 Processo: 4091/2015</p> <p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03601/2016</u></p> <p>Ementa: "Determina que seja disponibilizado 5% das moradias populares, construídas pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar."</p>	11
5	2015	<p>Data do Documento: 18/11/2015 Processo: 4090/2015</p>	4

		<p>Ementa: “Dispõe sobre a Instituição da Semana de Orientação e Prevenção à Gravidez Precoce no calendário de eventos do município de Angra dos Reis e dá outras providências.”</p> <p>Observação: Sala das Sessões, 18 de novembro de 2015.</p>	
6	2015	<p>Data do Documento: 11/11/2015 Processo: 3857/2015</p> <p>Ementa: “Estabelece critérios e obriga o Executivo a proceder à pintura dos próprios municipais, especialmente prédios escolares, com fotos de pontos turísticos do Município de Angra dos Reis.”</p>	11
7	2015	<p>Data do Documento: 28/10/2015 Processo: 3697/2015</p> <p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03510/2016</u></p> <p>Ementa: “Dispõe sobre a Criação do “Dia Municipal de Enfrentamento à Violência contra Mulher”, o “Dia Laranja” e a criação do “Novembro Laranja” no Calendário de Eventos do município de Angra dos Reis e dá outras providências.”</p>	16
8	2015	<p>Data do Documento: 28/10/2015 Processo: 3648/2015</p> <p>Ementa: Dispõe sobre a criação do “IPTU SUSTENTÁVEL” e autoriza a concessão de desconto no imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) como incentivo ao uso de tecnologias ambientais sustentáveis.</p>	11
9	2015	<p>Data do Documento: 22/10/2015 Processo: 3603/2015</p> <p>Ementa: Dispõe sobre a regulamentação da profissão de motorista de ambulância em conformidade com o que estabelece a Lei nº 12.998/2014”.</p>	8
10	2015	<p>Data do Documento: 14/10/2015 Processo: 3424/2015</p> <p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03603/2016</u></p> <p>Ementa: Dispõe sobre a inclusão de conteúdo programático nas aulas de Ciências Biológicas, ou outra afim, sobre Prevenção e Vacinação contra o HPV nos Colégios e escolas do município de Angra dos Reis.</p>	4
11	2014	<p>Data do Documento: 14/05/2014 Processo: 2364/2014</p> <p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03382/2015</u></p> <p>Ementa: A Câmara Municipal, Resolve: Art. 1º - Fica autorizado o Programa Municipal “Teste Vocacional para o Aluno das Escolas Públicas Municipais”. Art. 2º - Ficam autorizadas as Escolas Públicas Municipais a aplicar testes vocacionais</p>	4

		<p>aos alunos matriculados na última série do ensino fundamental(9ºano). § 1º - Os testes a que se refere o “caput” deste artigo são gratuitos para todos os alunos do Ensino Fundamental da rede Pública Municipal. § 2º - Os testes serão programados e aplicados por equipes técnicas especializadas na área da psicologia. Art. 3º - As condições Técnico-Operacionais e os objetivos específicos dos testes vocacionais, aplicados nos termos desta Lei, são de responsabilidade da Secretaria da Educação. Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementada se necessária. Art. 5º - Dentro de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei, o chefe do Executivo fará a sua regulamentação por Decreto.</p>	
12	2014	<p>Data do Documento: 04/04/2014 Processo: 1725/2014</p> <p>Ementa: “DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO (S.V.O) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS”.</p>	3
13	2013	<p>Data do Documento: 19/11/2013 Processo: 8172/2013</p> <p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03267/2014</u></p> <p>Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de a Prefeitura Municipal conceder um dia de licença, por ano, para realização de exame preventivo de câncer ginecológico, de mamas e de próstata para os funcionários públicos e dá outras providências.</p>	3
14	2013	<p>Data do Documento: 19/11/2013 Processo: 8113/2013</p> <p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03301/2014</u></p> <p>Ementa: Dispõe sobre a divulgação da relação dos medicamentos colocados à disposição da população pela Rede Municipal da Saúde.</p>	3
15	2013	<p>Data do Documento: 18/11/2013 Processo: 8086/2013</p> <p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03257/2014</u></p> <p>Ementa: Institui o atendimento integral ao portador de pé diabético no município de Angra dos Reis e dá outras providências.</p>	3
16	2013	<p>Data do Documento: 18/11/2013 Processo: 8084/2013</p> <p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03474/2016</u></p> <p>Ementa: Instituinto o programa “viver melhor” - para o controle da obesidade dos servidores públicos do Município de</p>	3

		Angra dos Reis e dá outras providências.	
17	2013	<p>Data do Documento: 18/11/2013 Processo: 8081/2013</p> <p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03370/2015</u></p> <p>Ementa: Institui a Campanha de Prevenção à Gravidez Precoce nos estabelecimentos da rede municipal de ensino no município de Angra dos Reis.</p>	3
18	2013	<p>Data do Documento: 18/11/2013 Processo: 8066/2013</p> <p>Ementa: Determinando a obrigatoriedade da realização anual de avaliação e controle da obesidade infantil, nos alunos da rede municipal de ensino e dá outras providências.</p>	3
19	2013	<p>Data do Documento: 24/10/2013 Processo: 7601/2013</p> <p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03259/2014</u></p> <p>Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização anual de avaliação oftalmológica e auditiva nos alunos da rede municipal de ensino, e dá outras providências.</p> <p>Observação: JUSTIFICATIVA Há necessidade de que os alunos de rede municipal de ensino passem por avaliação oftalmológica e auditiva antes de iniciarem as aulas do ano letivo. O baixo aproveitamento de determinados alunos é motivado, muitas vezes, em função de deficiência auditivas e/ou auditivas não detectadas e subsequentemente não tratadas clinicamente, o que com a frequência às aulas pode ser agravado. Considerando o interesse público e humano de que se reveste a medida, esperamos o beneplácito dos Nobres Vereadores.</p>	3
20	2013	<p>Data do Documento: 23/10/2013 Processo: 7573/2013</p> <p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03507/2016</u></p> <p>Ementa: “Institui no Município de Angra dos Reis o programa de apoio ao Esporte Amador e dá outras providências”.</p> <p>Observação: Procurando incentivar a prática de esporte amador em nosso Município, estamos apresentando Projeto de Lei no sentido de que o Município conceda benefícios fiscais às pessoas físicas ou jurídicas que pretendam participar de projetos esportivos existentes na Secretaria Municipal de Esporte. O benefício de que trata o presente projeto de lei, trata-se do Município conceder desconto sobre determinados tributos municipais com o repasse desses valores a atletas ou equipes que venham a ser enquadradas. A regulamentação dos critérios de enquadramento será definida pela Secretaria Municipal de Esporte que determinará também o acompanhamento do projeto juntamente com uma comissão formada por entidades. Nesse sentido, Senhor Presidente e Senhores vereadores, estamos propondo a implantação de uma legislação em nível de nosso município, que permita a Secretaria Municipal de Esporte, regulamentar e fomentar o</p>	3

		crescimento das práticas esportivas na categoria amadora.	
21	2013	<p>ata do Documento: 23/10/2013 Processo: 7571/2013</p> <p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária N° 03248/2014</u></p> <p>Ementa: "Institui o prazo máximo de 15(quinze) dias corridos ou prioriza a marcação de consultas, exames ou qualquer procedimentos médicos as pessoas com doenças Raras, Incuráveis e Incapacitantes."</p> <p>Observação: O projeto de lei tem por objetivo atender a uma parcela da sociedade que necessita realmente de atendimento específico. São pacientes de Doenças Raras, Incuráveis e Incapacitantes que geralmente apresentam uma evolução muito rápida no quadro clínico apresentado. Muitos apresentam dificuldade de locomoção como é o caso das pessoas com doenças neuromusculares e neurodegenerativas, como Alzheimer, Parkinson, distrofia muscular, entre outras doenças. Outro fato que faz menção a este projeto é que o benefício oferecido a esta parcela de pacientes atingirá cerca de 7% da população, segundo dados da OMS. Por este motivo, solicito aos meus pares a aprovação deste projeto que irá aliviar a dor de pessoas que são surpreendidas por doenças inesperadas e necessitam de atenção especial.</p>	3
22	2013	<p>Data do Documento: 12/06/2013 Processo: 5068/2013</p> <p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária N° 03506/2016</u></p> <p>Ementa: ""Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento de Shoppings Centers, Centros Comerciais e Supermercados para gestantes e pessoas com crianças de colo, no âmbito do Município de Angra dos Reis, e dá outras providências." Art. 1º Fica assegurada a reserva para gestantes durante todo o período gestacional e pessoas acompanhadas por crianças de colo com até 2 anos, de vagas preferenciais nos estacionamentos mantidos por Shoppings Centers, Centros Comerciais e Supermercados no âmbito do Município de Angra dos Reis. §1º As vagas que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a três por cento do total, no mínimo, duas vagas, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes. §2º A utilização das vagas será feita mediante adesivo de identificação, afixado no veículo, fornecido pela autoridade de trânsito local. Art. 2º A infração ao disposto nesta Lei acarretará aos est</p> <p>Observação: O presente projeto de lei, tem por objetivo facilitar o acesso de gestantes e de pessoas acompanhadas por crianças de colo à diversos locais através da destinação de vagas especiais nos estacionamentos. Toda gestante é uma pessoa com mobilidade reduzida. E não apenas nos meses finais da gravidez, mas também nos primeiros meses. Segundo os médicos, o primeiro trimestre é o mais crítico, pois nesta fase, acontece a maioria dos abortos espontâneos e ameaças de aborto. Nos meses seguintes, o ganho de peso e o crescimento da barriga, geram grande sobrecarga na coluna vertebral e o sistema cardiorrespiratório, gerando desconforto e cansaço. Destacamos que, tal propositura vai ao encontro dos textos legais já existentes a respeito da acessibilidade prioritária às gestantes como: nos transportes coletivos, caixa de bancos, caixa de supermercados, mas quando o assunto é estacionamento, as grávidas apesar de estarem em uma situação de desigualdade, com a mobilidade circunstancialmente reduzida, não tem preferência</p>	3

23	2022	Data do Documento: 10/10/2022 Processo: 4384/2022 Ementa: INSTITUI O PROGRAMA DE APOIO À SAÚDE DA MULHER COM CÂNCER DE MAMA.	3
24	2022	Data do Documento: 19/05/2022 Processo: 3068/2022 Ementa: DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO A RUA DO BIRIBA.	11
25	2021	Data do Documento: 11/02/2021 Processo: 749/2021 Ementa: DISPÕE SOBRE O TEMPO MÁXIMO DE ESPERA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS MÉDICOS E AMBULATORIAIS NAS UNIDADES DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	3
26	2021	Data do Documento: 29/01/2021 Situação: Rejeitado Processo: 748/2021 Ementa: INSTITUI A LEI DA ESCALA TRANSPARENTE, QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS A FIXAREM, EM LOCAL VISÍVEL, A ESCALA MENSAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA UNIDADE.	3
27	2021	Data do Documento: 11/02/2021 Processo: 747/2021 Ementa: INSTITUI A LEI DA 'FILA TRANSPARENTE', QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO, NA INTERNET, DA LISTA DE ESPERA DOS PACIENTES QUE AGUARDAM POR CONSULTAS, EXAMES E INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS E OUTROS PROCEDIMENTOS NOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	3
28	2021	Data do Documento: 11/02/2021 Processo: 747/2021 Ementa: INSTITUI A LEI DA 'FILA TRANSPARENTE', QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO, NA INTERNET, DA LISTA DE ESPERA DOS PACIENTES QUE AGUARDAM POR CONSULTAS, EXAMES E INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS E OUTROS PROCEDIMENTOS NOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	3
29	2022	Data do Documento: 08/06/2022 Processo: 3081/2022 Ementa: Dispõe sobre a criação do Programa Desperdício Zero e o Selo Estabelecimento contra o desperdício e dá outras providências no Município de Angra dos Reis e dá outras providências.	11
30	2022	Data do Documento: 08/06/2022 Processo: 3079/2022	5

		Ementa: Dispõe sobre a inclusão da Lei Maria da Penha como disciplina obrigatória na grade curricular nos estabelecimentos da rede pública de ensino do Município de Angra dos Reis, e dá outras providências.	
31	2022	Data do Documento: 08/06/2022 Processo: 3078/2022 Ementa: Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo instituir a Renda Emergencial para Situações de Emergência Decorrentes de Eventos Hidrológicos Extremos no Município de Angra dos Reis e dá outras providências.	13
32	2022	Data do Documento: 08/06/2022 Processo: 3077/2022 Ementa: Dispõe sobre o Programa Municipal de Enfrentamento ao Assédio e à Violência Política Contra a Mulher no Município de Angra dos Reis e dá outras providências.	5
33	2022	Data do Documento: 08/06/2022 Processo: 3076/2022 Ementa: Dispõe sobre prioridade nos programas de habitação de interesse social promovidos pelo Município de Angra dos Reis para mulheres responsáveis pela unidade familiar, vítimas de violência doméstica e de baixa renda, na forma que especifica, e dá outras providências.	11
34	2022	Data do Documento: 08/06/2022 Processo: 3075/2022 Ementa: Dispõe sobre prioridade de vaga na educação infantil para dependentes de mulher vítima de violência doméstica, de natureza física, sexual, moral, psicológica e patrimonial, no município Angra dos Reis.	11
35	2022	Data do Documento: 21/03/2022 Processo: 2995/2022 Ementa: DISPÕE QUE MATERNIDADES E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES, DA REDE PÚBLICA PERMITAM APRESENÇA DE DOULAS DURANTE TODO PERÍODO PRÉ-NATAL, TRABALHO DE PARTO, PARTO, PÓS-PARTO IMEDIATO SEMPRE QUE SOLICITADOPELAPARTURIENTE NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS.	3
36	2022	Data do Documento: 13/06/2022 Situação: Aprovado Processo: 2552/2022 Ementa: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA A ASSOCIAÇÃO GRÊMIO UNIVERSITÁRIO DO PARQUE MAMBUCABA DE ANGRA DOS REIS.	11
37	2022	Data do Documento: 03/03/2022 Processo: 2092/2022 Ementa: DISPÕES SOBRE A RESERVA DE VAGAS PARA AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA DECORRENTE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NOS EDITAIS DE LICITAÇÃO QUE VISEM CONTRATAÇÃO DE EMPREAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS E TERCEIRIZADOS NO	11

		Ementa: Dispõe sobre o projeto de arborização + segura no município de Angra dos Reis e dá outras providências.	
44	2019	Data do Documento: 16/01/2019 Situação: Vetado Processo: 545/2019 Ementa: Dispõe sobre a confecção e instalação de comedouros e bebedouros para animais de rua no município de Angra dos Reis.	11
45	2018	Data do Documento: 01/10/2018 Processo: 4228/2018 Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03899/2019</u> Ementa: DISPÕE SOBRE ADOTAÇÃO DE MEDIDAS IMPEDITIVAS DO ACESSO DE MAMÍFEROS SILVESTRES AOS FIOS DE ALTA TENSÃO DOS POSTES DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA POR PARTE DAS CONCESSIONÁRIAS.	15
46	2018	Data do Documento: 02/10/2018 Situação: Arquivado Processo: 4214/2018 Ementa: DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE ACESSO ADAPTADO PARA PERMITIR A ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA ÀS PRAIAS URBANAS NO ÂMBITO MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS.	11
47	2018	Data do Documento: 01/10/2018 Processo: 4208/2018 Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03832/2018</u> Ementa: INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS "O DIA DOS PROTETORES DE ANIMAIS".	15
48	2018	Data do Documento: 20/03/2018 Processo: 1332/2018 Ementa: DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO DE ANIMAIS PARA TRAÇÃO DE CHARRETES OU CARROÇAS NO ÂMBITO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	15
49	2017	Data do Documento: 06/09/2017 Processo: 6188/2017 Ementa: INSTITUI O PROGRAMA "SORRIR É SAÚDE" COMO SERVIÇO ODONTOLÓGICO DE SAÚDE PÚBLICA PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	3

50	2017	Data do Documento: 20/09/2017 Processo: 6318/2017 Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03721/2017</u> Ementa: DENOMINA A CRECHE "DALVA REGINA DE ALCÂNTARA PIMENTA", A CRECHE DO BAIRRO CAMPO BELO, 2º DISTRITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS.	3
51	2017	Data do Documento: 20/09/2017 Processo: 6319/2017 Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03731/2018</u> Ementa: DENOMINA A CRECHE "JOVINO RODRIGUES DA SILVA", A CRECHE DO BAIRRO PARQUE BELÉM, 2º DISTRITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS.	3
52	2022	Data do Documento: 22/07/2022 Processo: 3389/2022 Ementa: "DISPÕE SOBRE O SERVIÇO COMUNITÁRIO OBRIGATÓRIO PARA FORMANDOS EM MEDICINA NAS UNIVERSIDADES INSTALADAS NO MUNICÍPIO QUE SE VALEREM DE BENE-FÍCIOS PÚBLICOS PARA CURSAR A UNIVER-SIDADE (ESTES ENTENDIDOS COMO FIES, BOLSA DE ESTUDOS, ETC.)"	3
53	2022	ata do Documento: 20/07/2022 Processo: 3313/2022 Ementa: "DISPÕE SOBRE PROIBIÇÃO DE CONTRATA-ÇÃO DE CARGO COMISSONADO NAS REPARTI-ÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, CONDENADO POR CRIMES DE FAKE NEWS, CRIMES CONTRA A HONRA, E CRIMES CONTRA MULHER (MARIA DA PENHA), EXONERAÇÃO DE CONDENADOS NO CURSO DO EXERCÍCIO DO CARGO E DÁ OUTAS PROVIDÊNCIAS".	16
54	2022	Data do Documento: 22/07/2022 Processo: 3312/2022 Ementa: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA AO PROJETO AMIGOS DA COMUNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".	16
55	2022	Data do Documento: 25/07/2022 Situação: Sancionado Processo: 3246/2022 Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 04116/2022</u> Ementa: "DECLARA PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO POVO ANGRENSE AS QUADRILHAS JUNINAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Observação: Lei nº 4.116/2022.	11

56	2022	Data do Documento: 18/02/2022 Processo: 549/2022 Ementa: DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, O “DIA MUNICIPAL DA SAÚDE DO PESCADOR” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	11
57	2021	Data do Documento: 19/11/2021 Processo: 9457/2021 Ementa: Dispõe sobre a promoção da cultura oceânica nas instituições públicas, e dá outras providências.	15
58	2021	Data do Documento: 08/09/2021 Processo: 7941/2021 Ementa: Dispõe sobre a criação do programa censo de pessoas com TEA – transtorno do espectro autista – e seus familiares, e dá outras providências	3
59	2021	Data do Documento: 13/04/2021 Situação: Sancionado Processo: 1785/2021 Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03967/2021</u> Ementa: “DISPÕE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O LIXO ELETRÔNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. Observação: Sancionada a Lei nº 3.967, de 07/06/2021.	11
60	2021	Data do Documento: 06/04/2021 Processo: 1681/2021 Ementa: “DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS HOSPITAIS E MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS DE PRESTAREM ORIENTAÇÕES PARA PRIMEIROS SOCORROS EM CASO DE ENGASGAMENTO, ASPIRAÇÃO DE CORPO ESTRANHO, ASFIXIA E PREVENÇÃO DE MORTE SÚBITA DE RECÉM-NASCIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.	3
61	2020	Data do Documento: 11/08/2020 Situação: Vetado Processo: 1664/2020 Ementa: Dispõe sobre a Criação do Sistema Ciclovitário do Município de Angra dos Reis, e dá outras providências	11
62	2019	Data do Documento: 02/09/2019 Situação: Promulgado Processo: 3363/2019 Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03926/2020</u> Ementa: DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRAL PARA PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS.	3

		Observação: LEI Nº 3.926, DE 04/06/2020.	
63	2019	Data do Documento: 06/05/2019 Situação: Sancionado Processo: 1770/2019 Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03867/2019</u> Ementa: Dispõe sobre a concessão de Título de Utilidade Pública Municipal para o Instituto Mutaru.	16
64	2019	Data do Documento: 18/02/2019 Situação: Promulgado Processo: 510/2019 Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03953/2021</u> Ementa: ESTABELECE DIRETRIZES PARA A POLÍTICA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	16
65	2018	Data do Documento: 07/12/2018 Situação: Sancionado Processo: 5215/2018 Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03857/2019</u> Ementa: DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, O "DIA MUNICIPAL DO CAPOEIRISTA".	11
66	2018	Data do Documento: 28/09/2018 Processo: 4227/2018 Ementa: Institui o Programa Merenda nas Férias, e fixa outras providências.	11
67	2018	Data do Documento: 25/09/2018 Processo: 4074/2018 Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03836/2019</u> Ementa: Institui a "Semana de Conscientização e Prevenção à Alienação Parental" no Município de Angra dos Reis, e dá outras providências.	3
68	2018	Data do Documento: 25/09/2018 Processo: 4061/2018 Ementa: Dispõe sobre a concessão de Título de Utilidade Pública Municipal para a Liga Independente dos Blocos Carnavalescos de Angra dos Reis- LIBCAR.	11
69	2018	Data do Documento: 19/04/2018 Processo: 1674/2018	15

		<p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03796/2018</u></p> <p>Ementa: Dispõe sobre a inclusão no Calendário Oficial de Eventos do Município de Angra dos Reis, A "SEMANA MUNICIPAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA".</p>	
70	2018	<p>Data do Documento: 18/04/2018 Situação: Sancionado Processo: 1652/2018</p> <p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03783/2018</u></p> <p>Ementa: Institui o "Projeto Vovô Sabe Tudo", que visa a valorização de idosos para fins educacionais, culturais e sociais, nas condições que especifica, e dá outras providências</p>	16
71	2018	<p>Data do Documento: 06/04/2018 Processo: 1331/2018</p> <p>Ementa: INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO À OBESIDADE NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS.</p>	3
72	2018	<p>Data do Documento: 09/04/2018 Processo: 1330/2018</p> <p>Ementa: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CADASTRO MUNICIPAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIROS, RUAS, VILAS E NÚCLEOS HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p>	16
73	2017	<p>Data do Documento: 31/07/2017 Processo: 5570/2017</p> <p>Ementa: INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, O PROGRAMA DOADORES DO FUTURO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS</p>	17
74	2017	<p>Data do Documento: 31/07/2017 Processo: 5356/2017</p> <p>Ementa: DISPÕE SOBRE A CONSTRUÇÃO DE BICICLETÁRIOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS.</p>	11
75	2017	<p>Data do Documento: 24/04/2017 Processo: 1863/2017</p> <p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03698/2017</u></p> <p>Ementa: Dispões sobre a criação do "Dia Municipal do Voo Livre" no Município de Angra dos Reis-RJ.</p>	17
76	2015	<p>Data do Documento: 30/06/2015 Processo: 4316/2015</p>	17

		Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03509/2016</u> Ementa: Institui o DIA MUNICIPAL DO PESCADOR e dá outras providências.”	
77	2015	Data do Documento: 10/08/2015 Processo: 3059/2015 Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03482/2016</u> Ementa: “DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA” a Sociedade Psicanalítica de Angra dos Reis - RJ.	17
78	2014	Data do Documento: 29/07/2014 Processo: 5679/2014 Ementa: “DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE RUAS LAZER, AUTORIZANDO-SE O FECHAMENTO DE VIAS PÚBLICAS PARA SUA UTILIZAÇÃO PELA POPULAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	11
79	2014	Data do Documento: 15/04/2014 Processo: 1961/2014 Ementa: "Dispõe sobre a reserva de vagas em apartamentos térreos nos conjuntos habitacionais populares para idosos e deficientes físicos beneficiados nos programas habitacionais e dá outras providências.”	10
80	2022	Data do Documento: 15/08/2022 Situação: Aprovado Processo: 3479/2022 Ementa: Institui a campanha “Agosto Lilás”, dedicado à prevenção e conscientização pelo fim da violência contra a mulher no município de Angra dos Reis e dá outras providências.	5
81	2022	Data do Documento: 18/02/2022 Processo: 1673/2022 Ementa: Institui a “Semana Municipal do empreendedorismo” e dá outras providências.	17
82	2022	Data do Documento: 15/03/2022 Processo: 1660/2022 Ementa: Dispõe sobre a criação da Carteira de Identificação e Informação do Paciente Diabético na qual constarão detalhes de sua patologia, medicações utilizadas e recomendações para o tratamento de urgência e emergência e dá outras providências.	3
83	2022	Data do Documento: 15/03/2022 Situação: Rejeitado Processo: 968/2022 Ementa: Dispõe sobre a criação do Observatório da Violência contra a Mulher, com a organização de banco de dados municipal em Angra dos Reis e divulgação periódica para nortear políticas de proteção e inclusão social de mulheres.	5

84	2022	Data do Documento: 15/03/2022 Ementa: Institui a Campanha Permanente de Educação e Combate à Violência Contra a Mulher no Município de Angra dos Reis.	Processo: 865/2022	5
85	2022	Data do Documento: 08/03/2022 Ementa: INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA ENDOMETRIOSE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Situação: Aprovado Processo: 736/2022	3
86	2022	Data do Documento: 18/02/2022 Ementa: Institui a campanha Check Up nas Mulheres para alerta e prevenção de todas as doenças e dá outras providências.	Situação: Recebido Veto Total Processo: 634/2022	3
87	2021	Data do Documento: 04/11/2021 Ementa: Dispõe sobre a implantação de dispositivo chamado de “bueiro inteligente” nos logradouros do município e dá outras providências.	Processo: 9217/2021	11
88	2021	Data do Documento: 07/06/2021 Ementa: Institui a Carteira Municipal de Identificação do Autista (CMIA), destinada a conferir identificação à pessoa diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito do município de Angra dos Reis.	Processo: 3489/2021	3
89	2021	Data do Documento: 07/06/2021 Ementa: Cria o Centro de Tratamento do Diabetes (CTD) no município de Angra dos Reis e dá outras providências.	Processo: 3487/2021	3
90	2021	Data do Documento: 17/05/2021 Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 04075/2022</u> Ementa: Dispõe sobre a implantação de ações preventivas à depressão em adolescentes nas escolas. Observação: Promulgada pelo Prefeito, com veto parcial, a Lei nº 4.075, de 08/04/2022.	Situação: Promulgado Processo: 2545/2021	3
91	2021	Data do Documento: 17/05/2021 Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 04005/2021</u>	Situação: Sancionado Processo: 2544/2021	5

		<p>Ementa: Institui a campanha "A Mulher na Política", dispondo sobre medidas de incentivo à participação da mulher na atividade política no município de Angra dos Reis.</p> <p>Observação: Lei nº 4.005, de 25/10/2021.</p>	
92	2021	<p>Data do Documento: 03/05/2021 Situação: Promulgado Processo: 2181/2021</p> <p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03971/2021</u></p> <p>Ementa: Dispõe sobre o fornecimento de absorventes higiênicos nas escolas públicas do Município de Angra dos Reis.</p> <p>Observação: Promulgada a Lei nº 3.971, de 16/07/2021.</p>	5
93	2021	<p>Data do Documento: 28/04/2021 Situação: Promulgado Processo: 2115/2021</p> <p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 04074/2022</u></p> <p>Ementa: Institui a Semana Municipal de Incentivo à Adoção Tardia.</p> <p>Observação: Promulgada pelo Prefeito com Veto Parcial, a Lei nº 4.074, de 08/04/2022.</p>	1
94	2021	<p>Data do Documento: 22/04/2021 Processo: 1982/2021</p> <p>Ementa: Institui a Campanha Municipal de orientação aos idosos contra fraudes e golpes no âmbito do comércio eletrônico e na internet, e dá outras providências.</p>	16
95	2021	<p>Data do Documento: 24/03/2021 Processo: 1498/2021</p> <p>Ementa: Institui o Programa de Incentivo à Contratação de Mulheres em situação de violência doméstica no Município de Angra dos Reis e dá outras providências.</p>	5
96	2020	<p>Data do Documento: 02/12/2020 Processo: 2671/2020</p> <p>Ementa: RECONHECE A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA E DO EXERCÍCIO FÍSICO COMO ESSENCIAIS PARA A POPULAÇÃO ANGRENSE EM TEMPOS DE CRISES OCACIONADAS POR MOLÉSTIAS CONTAGIOSAS OU CATÁSTROFES NATURAIS.</p>	3
97	2020	<p>Data do Documento: 18/09/2020 Situação: Sancionado Processo: 2092/2020</p>	11

		<p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03936/2020</u></p> <p>Ementa: DISPÕE SOBRE O ALINHAMENTO E A RETIRADA DE FIOS DESORDENADOS EM DESUSO EXISTENTES EM POSTES DE ENERGIA ELÉTRICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS</p> <p>Observação: Lei nº 3.936, de 14/10/2020.</p>	
98	2020	<p>Data do Documento: 03/08/2020 Situação: Sancionado Processo: 1575/2020</p> <p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03938/2020</u></p> <p>Ementa: Institui o Programa Municipal de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial ou Intangível do município de Angra dos Reis.</p> <p>Observação: Lei nº 3.938, de 19/11/2020.</p>	11
99	2020	<p>Data do Documento: 12/03/2020 Situação: Sancionado Processo: 942/2020</p> <p>Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03929/2020</u></p> <p>Ementa: ESTABELECE QUE HOSPITAIS E MATERNIDADES DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS OFEREÇAM AOS PAIS DE RECÉM-NASCIDOS, TREINAMENTO DE PRIMEIROS SOCORROS EM CASO DE ENGASGAMENTO, ASPIRAÇÃO E PREVENÇÃO DE MORTE SÚBITA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Observação: LEI Nº 3.929, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.</p>	4
100	2020	<p>Data do Documento: 12/03/2020 Processo: 941/2020</p> <p>Ementa: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO ÔNIBUS “SAÚDE E CIDADANIA MÓVEL” NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p>	3
101	2019	<p>Data do Documento: 29/11/2019 Situação: Vetado Processo: 4780/2019</p> <p>Ementa: Dispõe sobre a colocação de lixeiras nas ruas do Município de Angra dos Reis</p>	11
102	2019	<p>Data do Documento: 27/08/2019 Processo: 3303/2019</p> <p>Ementa: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO “REDUTO CULTURAL DO CHORO” NA PRAÇA ZUMBI DOS PALMARES (MERCADO DO PEIXE) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p>	11

103	2019	Data do Documento: 20/03/2019 Processo: 929/2019 Ementa: DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE QUE OS DEPENDENTES LEGAIS EM COMUM TENHAM PRIORIDADE PARA ESTUDAR NA MESMA ESCOLA PÚBLICA, PRÓXIMA À RESPECTIVA RESIDÊNCIA.	4
104	2018	Data do Documento: 23/10/2018 Processo: 4420/2018 Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03797/2018</u> Ementa: DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS O “DIA DO IMIGRANTE LIBANÊS”.	17
105	2018	Data do Documento: 28/08/2018 Processo: 3501/2018 Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03826/2018</u> Ementa: Dispõe sobre a inclusão da “Festa da Quermesse da Paróquia de Nossa Senhora Aparecida - Balneário” no Calendário Oficial do Município de Angra dos Reis.	11
106	2018	Data do Documento: 28/08/2018 Processo: 2522/2018 Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03825/2018</u> Ementa: Dispõe sobre a inclusão no Calendário Oficial do Município de Angra dos Reis o evento “Angra Moto Fest”.	17
107	2018	Data do Documento: 09/05/2018 Situação: Sancionado Processo: 1995/2018 Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03790/2018</u> Ementa: Institui a “Semana da Seresta”, objetivando a realização de discussões, palestras e eventos relacionados com o tema e dá outras providências.	17
108	2018	Data do Documento: 17/04/2018 Situação: Sancionado Processo: 1659/2018 Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03789/2018</u> Ementa: Dispõe sobre a inclusão no Calendário Oficial de Eventos do Município de Angra dos Reis, o “Dia Municipal do Teatro”.	17

109	2017	Data do Documento: 11/12/2017 Situação: Vetado Processo: 7872/2017 Ementa: INSTITUI A SEMANA DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA O PRIMEIRO EMPREGO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ANGRA DOS REIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA	17
110	2017	Data do Documento: 28/04/2017 Situação: Sancionado Processo: 2053/2017 Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03747/2018</u> Ementa: “Determina a reserva de vagas em apartamentos térreos nos conjuntos habitacionais populares para idosos e deficientes físicos beneficiados nos programas habitacionais e dá outras providências.”	11
111	2017	Data do Documento: 05/04/2017 Processo: 1545/2017 Lei Ordinária: <u>Lei Ordinária Nº 03725/2017</u> Ementa: DISPÕES SOBRE A INSTITUIÇÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, A POLÍTICA DE INCENTIVO E FOMENTO A FEIRAS GASTRONÔMICAS E À COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS EM TRAILERS, VANS, CAMINHÕES E VEÍCULOS SIMILARES CONHECIDOS COMO “FOOD TRUCKS” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	17

APÊNDICE J – PROJETOS DA CIDADE DE TRES RIOS

CIDADE TRES RIOS

FONTE DA PESQUISA: Câmara Municipal de Três Rios. Disponível em <https://cvtr.rj.gov.br/vereadores/>. Acesso em 12/10/2022

ITEM	ANO	PROPOSITURAS	ODS
1	2022	Colocação De Quebra Molas Na Rua José Vaz	11
2	2022	Instalação De Poste De Iluminação Na Rua Capitão Paula Rocha	11
3	2022	Instalação E Melhorias Das Redes De água E Esgoto Na Servidão Sebastião	11
4	2022	Reforma De Quadras De Esportes	11
5	2022	Poda De árvore E Manutenção Da Praça Ary Barroso	11
6	2022	Operação Tapa Buracos Na Rua Iglésias Lopes	11
7	2022	Capina No Terreno Baldio E Recapeamento Na Rua Rosário De Minas	11
8	2022	Finalização Da Obra De Calçamento Da Servidão Sebastião	11
9	2022	Pavimentação Das Ruas Professor Lacerda E Atila Gomes Assunção	11
10	2022	Operação Tapa Buracos Na Rua Iglesias Lopes Cantagalo	11
11	2022	Reforma Da Quadra De Esportes Da Escola Municipal Laura Da Silva Ribas	11
12	2022	Asfaltamento Do Final Da Rua Bahia	11
13	2022	Retirada Do Lixo E Dos Entulhos Da Rua Claudionor Pesavento N°18	11
14	2022	Rua Antônio Fernandes Ribeiro (Ponte Das Garças)	11
15	2022	Reparos Urgentes No Poste Que Se Encontra Sem Energia Na Rua Professor Alfredina Faria Egypt	11
16	2022	Providências Que Se Fizerem Necessárias Em Relação Ao Vazamento De água Na Rua Feliciano Lima N°304	11
17	2022	Lavagem De Latões De Lixo E A Limpeza E O Desentupimento De Bueiros	15
18	2022	Previsão Para O Início Das Atividades Do Castramóvel Na Cidade	10
19	2022	Limpeza E A Retirada De Lixo, Além Da Capina Da Rua Antônio Fernandes Ribeiro (Pontes Das Garças)	11

20	2022	Lavagem De Latões De Lixo E A Limpeza E O Desentupimento De Bueiros	15
21	2022	Capina E Retirada De Entulho Na Rua Claudionor Pesavento	11
22	2022	Capina E Limpeza Na Rua Sebastião Tavares – Banguzinho	11
23	2022	Troca De Lâmpadas Queimadas Em Toda Extensão Da Rua Antônio Fernandes Ribeiro	11
24	2022	A Retirada De Um Pedaco De Tubulação De Metal, Que Encontra Se No Chão, Em Frente O Nº 508, Na Rua Visconde De Entre Rios	11
25	2022	Troca De Lâmpadas Queimadas Na Rua Rio Grande Do Norte Nº 84 – Bairro Boa União	11
26	2022	A Empresa Responsável Pela Fiação Do Poste Situado Entre Os Números 205 E 233, Da Rua Dr. Antônio Carlos Centro, Tome As...	11
27	2022	Operação Tapa Buracos Na Rua João Virgílio, Via Que Dá Acesso Ao Canil Municipal Puryzinho – Bairro Ponte Das Garças.	11
28	2022	Troca Das Lâmpadas Queimadas Na Rua João De Souza Ribeiro, Em Frente Ao Nº 384 – Bairro Ponto Azul (Subida Da Firma Heleno Motor).	11
29	2022	Carol Fiscalização Para Posterior Notificação à Firma Responsável Pelos Fios Que Estão Arreventados E Jogados No Chão Da Av. Prefeito Alberto Lavinás.	11
30	2022	J Seja Enviado Ofício Ao Sr. Prefeito Solicitando Que Determine Ao Setor Competente Que Realize O Recapeamento Asfáltico Na Rua Orozimbo Flores...	11
31	2022	Colocação De Tampa De Concreto No Bueiro Existente Na Rua Orozimbo Flores	11
32	2022	Seja Enviado Ofício Ao Sr. Prefeito Solicitando O Cumprimento Da Lei Nº 4.762 De 19 De Abril De 2021	11
33	2022	Seja Enviado Ofício Ao Sr. Prefeito Solicitando O Cumprimento Da Lei Nº 4.754 De 18 De Março De 2021	11
34	2022	Bloquetes No Beco Alameda Manoel João Carol	11
35	2022	Requerimento Fogos	11
36	2022	Melhorias Na Rua João Virgílio, Logradouro Localizado No Trevo Da Ponte Das Garças. Bill, Jonas, Carol E Hercules	11
37	2022	Operação Tapa Buracos Na Subida Da Rua Benjamin Constant	11
38	2022	Fiscalização Nos Terrenos Baldios	11
39	2022	Viabilidade De Enviar Guarda Municipal Para Fazer Ronda Constante No Canil Municipal	11
40	2022	Fiscalização Dos Terrenos Da Prefeitura Que Estão Sendo Usados Por Terceiros Para Colocar Animais De Grande Porte	11
41	2022	Fiscalização Rígida No Comércio De Gás De Cozinha	11

42	2022	Regularizar A Iluminação Pública Na Rua João Virgílio (Purizinho)	11
43	2022	Possibilidade de transformar parte inutilizável da linha férrea na Rua XV de Novembro e Rua da Maçonaria em via de trânsito de veículos	11
44	2022	Recuperação asfáltica da Rua João Felicidade	11
45	2022	Colocação De Quebra Molas Na Rua Sebastião Barbosa,	11
46	2021	Operação tapa-buracos na Rua Geraldo Mamede	11
47	2021	Realização Operação Tapa Buracos Na Rua Geraldo Mamede	11
48	2021	Operação tapa-buracos na Avenida Prefeito Samir Nasser	11
49	2021	Operação Tapa Buracos Na Avenida Prefeito Samir Nasser	11
50	2021	Instalação de redutores de velocidade	11
51	2021	Instalado 2 (dois) Quebra Molas Na Rua Tenente Enéas Torno	11
52	2021	Eliminado esgoto ao longo da linha férrea	11
53	2021	Eliminado O Esgoto Que é Jogado Ao Longo Da Linha Férrea Na Avenida Rui Barbosa	11
54	2021	Solicita guarda municipais nos dias de feira livre	11
55	2021	Viabilidade De Enviar Guardas Municipais Nos Dias Em Que Se Realiza A Feira Livre	11
56	2021	Operação tapa-buracos na Rua Luiz Bravo	11
57	2021	Operação Tapa Buracos Com Urgência Na Rua Luiz Bravo Nº 22 – Centro	11
58	2021	Manutenção da iluminação no Bairro Ponto Azul	11
59	2021	Realizada Manutenção Da Iluminação No Bairro Ponto Azul,	11
60	2021	Manutenção na Rua Odilon Gomes Assumpção	11
61	2021	Manutenção Na Rua Odilon Gomes Assumpção	11
62	2021	Conclusão da obra da Rodoviária Roberto Silveira	11
63	2021	Término Da Obra Da Rodoviária Roberto Silveira (Rodoviária Velha) – Centro	11
64	2021	Limpeza Geral E Capina Na Travessa João Felicidade	11
65	2021	A Realização De Limpeza Geral Urgente, Retirada De Entulho E Desobstrução De Fossa No Canil Municipal	11

66	2021	Reparos Na Rua Francisco Lopes, Ponto Final Do Bairro Monte Castelo.	11
67	2021	Realize O Serviço De Limpeza Geral Urgente Na Praça JK – Centro.	11
68	2021	Realize O Serviço De Limpeza E Retirada De Terra Na Avenida Ruy Barbosa – Bairro Cantagalo.	11
69	2021	Instalação De 2 (dois) Quebra Molas Na Rua Tenente Eneas Trono	11
70	2021	A Realização De Limpeza Geral Na Rodoviária Roberto Silveira (Rodoviária Velha) Centro.	11
71	2021	A Operação Tapa Buracos Na Rua Tupinambás, Em Frente Ao Nº 236 – Bairro Monte Castelo.	11
72	2021	, Realize O Serviço De Limpeza Geral, Bem Como Colocação De Latões Para Depósito De Lixo Na Localidade De Hermogênio Silva.	11
73	2021	Troca Das Lâmpadas Queimadas Com Urgência, Na Estrada De Acesso Ao Bairro	11
74	2021	Limpeza E Capina Na Via Pública Que Liga A Praça Da Mãe Preta Ao Pátio	11
75	2021	Envio Da Máquina Patrol Para Realizar O Devidos Reparos Na Rua Igrejas Lopes, Próximo Ao CIEP – Bairro Cantagalo	11
76	2021	Criação de Comissão Especial para Fiscalização, Monitoramento e Apoio às Ações Relacionadas à Pandemia do Coronavírus (COVID-19)	3
77	2021	Capina e limpeza na Praça Tupi e Rua Tupiniquins no Monte Castelo	11
78	2021	Troca de lâmpadas queimadas na Rua Benjamin Constante Vereadora J	11
79	2021	Criação De Comissão Especial Para Fiscalização, Monitoramento, Apoio, Bem-estar E Proteção Do Animal Ana Carolina 1 Comissão Especial)	11
80	2021	Regularização Da Iluminação Pública Na Rua Padre Solano	11
81	2021	Operação Tapa Buracos Em Diversos Lugares	11
82	2021	Limpeza E Fiscalização Na Linha Férrea, Atrás Do Camelódromo	11
83	2021	Instalação De Iluminação Pública Na Entrada Da Cidade	11
84	2021	Retirada De Entulho Na Rua Tiradentes	11
85	2021	Pavimentação Asfáltica Em Diversas Localidades	11
86	2021	Na Iluminação Pública Em Diferentes Localidades	11
87	2021	Redutores De Velocidade Na Rua Jacinto Sobrinho	11
88	2021	Capina E Recolhimento Do Lixo Na Rua João Virgílio	11

89	2021	Operação Tapa Buracos Na Rua Tiradentes	11
90	2021	Operação Tapa Buracos Na Rua João Vírgilho	11
91	2021	Instalação De 2 Quebra Molas Na Rua Tenente Eneas Trono	11
92	2022	Limpeza Geral No Barros Franco E Na Quadra De Esportes Do Bairro	11
93	2022	Estudo De Viabilidade Para Recapeamento Na Rua Sebastião Barbosa	11
94	2022	Manutenção No Parquinho Na Praça Cruzeiro Do Sul	11
95	2022	Paralisação Da Obra Na Travessa Santo Cristo – Ponto Azul	11
96	2021	Informações Sobre A Existência De Quaisquer Processos Relacionados Ao Tombamento Do Monumento Da Mãe Preta E A Praça Zumbi Dos Palmares.	17
97	2021	Realização Do Serviço De Capina E Limpeza Geral Nas Vias Públicas Da Localidade Barros Franco – Bairro Vila Isabel.	11
98	2021	Melhorias no asfalto na Rua Sebastião Barbosa – Barros Franco	11
99	2021	Transferir linha de ônibus da Rodoviária Velha para Estação Ferroviária	11
100	2021	Instalação das luzes da quadra de esportes na Rua Maria José – Moura Brasil	11
101	2021	Seja Feito Um Estudo De Viabilidade Para A Colocação De Bloquetes Na Travessa Romário Seabra – Moura Brasil (Próximo A Bomba Do SAAETRI).	11
102	2021	Calçamento Ou Pavimentação Da Rua Sebastião Tavares – Banguzinho.	11
103	2021	Troca de lâmpadas queimadas em toda extensão da Rua Visconde de Entre Rios – Centro.	11
104	2021	Nova Sede Referente à Saúde Da Mulher	3
105	2021	Humanização Da UPA Três Rios	17
106	2021	Inclusão De Adolescentes Na Vacinação	3
107	2021	Viabilidade De Melhorias Como Asfalto Ou A Colocação De Bloquetes Na Rua Wilson Tavares – Vila Isabel	11
108	2021	Reforma Na Praça Carlos Henrique Leal Lamek 11 De agosto De 2021	11
109	2021	Manutenção No Parquinho Da Praça São Sebastião – Centro. 11 De agosto De 2021	11
110	2021	Manutenção Na Quadra De Esportes Do Bairro Barros Franco. 11 De agosto De 2021	11
111	2021	Construção De Uma Quadra Esportiva No Conjunto Habitacional Recanto Do Lago – Barros Franco 11 De Agosto De 2021	11

112	2021	Audiência Pública Rede De Proteção E Defesa As Mulheres Que Sofrem Violência 4 De Agosto De 2021	5
113	2021	Muro De Contenção Na Lateral Do Cemitério Da Vila Isabel 15 De Julho De 2021	11
114	2021	Inserir motoristas e cobradores na lista de vacinação30 De Junho De 2021	11
115	2021	Retomada a divulgação/atualização do Vacinômetro e a inserção dos dados totais de pessoas vacinadas nas duas fases bem como o quantitativo de vacinas recebidas 15 De Junho De 2021	3
116	2021	Informações Sobre A Obra Paralisada Na Rua Santa Barbara – Morro Dos Caetanos	11
117	2021	Recapeamento Asfáltico Nas Ruas Do Bairro Barros Franco 30 De Abril De 2021	11
118	2021	Viabilizar O Retorno Do CAPS I (Centro De Atenção Psicossocial Infante Juvenil) 23 De abril De 2021	11
119	2021	Possibilidade De Inserir Um Atendimento De Serviço Social E Psicologia No Conselho Tutelar Municipal 23 De Abril De 2021	3
120	2021	Compra De Testes Rápidos SWAB Nasal Para Uso No Centro De Triagem 23 De abril De 2021	3
121	2021	Viabilidade De Incluir Ônibus Extras Nos Horários De Picos 7 De abril De 2021	11
122	2021	Secretaria Que Seja Realizado O Plano Municipal Da Primeira Infância 7 De abril De 2021	11
123	2021	Informações Sobre O Andamento Da Comissão De Avaliação E Monitoramento Do Programa Primeira Infância 7 De Abril De 2021	3
124	2021	Criação de Comissão Especial para Fiscalização, Monitoramento e Apoio às Ações Relacionadas à Pandemia do Coronavírus (COVID-19) 17 De Março De 2021	17
125	2021	Solicitação de legalidade das Blitzs do Detran em Três Rios 17 De Março De 2021	11
126	2021	Projeto Sala de Espera Humanizada17 De março De 2021	3
127	2021	Melhorias nas condições de trabalho	11
128	2021	Operação Tapa Buraco Na Estrada União Indústria, Altura Do Km 125	11
129	2021	Requerente Cópia Do Plano De Retorno As Aulas Presenciais Em Nosso Município Informação	11
130	2022	Manutenção No Mata Burro Na Rua Mamede 13 De outubro De 2022	11
131	2022	Poda Nas árvores Da Rua Carlos Ribas 13 De outubro De 2022	11
132	2022	Troca De Lâmpadas Na Rua Amazonas 13 De outubro De 2022	11
133	2021	Bia Realização De Pavimentação Asfáltica Na Luís Roberto De Carvalho, Localizada No Bairro Pilões. 3 De dezembro De 2021	11
134	2021	A Realização De Pavimentação Asfáltica Na Servidão Geraldo Bento, Localizada No Bairro Monte Castelo 3 De Dezembro De 2021	11

135	2021	Realização De Estudo Sobre A Viabilidade De Colocação De Um Bebedouro Público Na Beira Rio 26 De Novembro De 2021	11
136	2021	Realização De Poda Nas árvores Localizadas Na Rua Dona Amélia, Localizada No Bairro Vila Paraíso. 26 De novembro De 2021	11
137	2021	Informações Acerca Do Planejamento Relacionado Aos Horários De Funcionamento Do Comércio No Fim De Ano. 26 De novembro De 2021	11
138	2021	Esclareça As Dúvidas Em Anexo, Referentes à Lei Orçamentária Anual De 2022 Atinente à Pasta. 26 De novembro De 2021	11
139	2021	Colocação De Lâmpadas Para Iluminação Pública Na Quadra Localizada Na Rua Amazonas, Bairro Cariri 17 De Novembro De 2021	11
140	2021	Colocação De Lâmpadas Para Iluminação Pública Em Todos Os Postes Da Estrada Santa Luzia, No Bairro Jaqueira, Vila Isabel 17 De Novembro De 2021	11
141	2021	Atribua O Nome Centro Esportivo Cultural Joel São Tiago 5 De Novembro De 2021	11
142	2021	Recapeamento Asfáltico Na Rua Tupinambás, Localizada No Bairro Monte Castelo 5 De Novembro De 2021	11
143	2021	Recapeamento Asfáltico Em Toda A Extensão Da Avenida Tenente Enéas Torno, Localizada No Bairro Nova Niterói 5 De Novembro De 2021	11
144	2021	Operação Tapa Buracos Na Calçada Da Avenida Alberto Lavinias 5 De Novembro De 2021	11
145	2021	Apurar A Situação Do Trecho Da Estrada União E Indústria, Localizada No Bairro Boa União 5 De Novembro De 2021	11
146	2021	Discussão Acerca Do Orçamento Municipal Nas áreas De Urbanismo, Transporte, Habitação E Saneamento Básico. 5 De novembro De 2021	6
147	2021	Discussão Acerca Do Orçamento Municipal Nas áreas De Gestão Ambiental E Agricultura. 5 De novembro De 2021	11
148	2021	Realização De Pavimentação Asfáltica Ou Colocação De Bloquetes Na Rua Aurora Assunção Silva 8 De Outubro De 2021	11
149	2021	Construção De Um Ponto De ônibus Coberto Na Rua Seara 8 De outubro De 2021	11
150	2021	DIU E Laqueadura 29 De setembro De 2021	11
151	2021	Pavimentação Rua 9 29 De setembro De 2021	11
152	2021	Pavimentação 29 De setembro De 2021	11
153	2021	Troca Das Lâmpadas Dos Postes De Luz Localizados Na Rua Santa Clara 24 De setembro De 2021	11
154	2021	Realização De Limpeza E Desentupimento Dos Bueiros Localizados Na Rua Minerva Saad 24 De setembro De 2021	11
155	2021	Colocação De Uma Calha Hidráulica Na Rua Tupinambás 24 De setembro De 2021	11
156	2021	A Troca Das Lâmpadas Dos Postes De Luz Localizados Na Rua Alif Nasser 24 De Setembro De 2021	11

157	2021	Colocação De Dois Quebra Molas Na Rua Iglesias Lopes, Bairro Cantagalo 17 De Setembro De 2021	11
158	2021	Realização De Recapeamento Asfáltico Na Avenida Prefeito Samir Nasser 15 De Setembro De 2021	11
159	2021	Realização De Limpeza Do Córrego Localizado No Centro De Bemposta 15 De setembro De 2021	11
160	2021	Realização De Limpeza Das Manilhas E Do Córrego Localizados Na Estrada Dos Pilões 15 De Setembro De 2021	11
161	2021	Instalação De Grama E Plantas De Sustentação No Barranco Localizado às Margens Da Rua Ernesto De Medeiros, No Bairro Purys, 15 De Setembro De 2021	11
162	2021	Disponibilização De Um Mapa Atualizado Da Cidade De Três Rios. 15 De Setembro De 2021	11
163	2021	Realização De Recapeamento Asfáltico Na Estrada Da Barrinha 3 De Setembro De 2021	11
164	2021	Realização De Limpeza Das Manilhas E Do Córrego Localizados Na Estrada Santa Rosa . 3 De Setembro De 2021	11
165	2021	Pavimentação Asfáltica Na Rua Antônio Vantine 1 De Setembro De 2021	11
166	2021	Troca Dos Refletores De Luz Da Quadra Do Bairro Moura Brasil. 13 De Agosto De 2021	11
167	2021	Troca Das Lâmpadas De Iluminação Pública Na Avenida Tenente Enéas Torno 13 De Agosto De 2021	11
168	2021	Recapeamento Asfáltico Na Rua Maestro Costa Barros 13 De Agosto De 2021	11
169	2021	Realização De Pavimentação Asfáltica Na Rua Araújo Rangel, 13 De Agosto De 2021	11
170	2021	Limpeza Dos Bueiros Da Rua Teixeira Godoy 13 De Agosto De 2021	11
171	2021	Desentupimento Dos Bueiros E A Realização De Pavimentação Asfáltica Na Rua Circular, 13 De Agosto De 2021	11
172	2021	Realização De Estudo Acerca Da Implantação De Um Sistema De Drenagem E Escoamento De água Na Rua Santos Dumont, 11 De Agosto De 2021	11
173	2021	Mapa Atualizado Na Cidade 6 De Agosto De 2021	11
174	2021	Colocação De Quebra Molas Nas Ruas Que Compõem O Condomínio Recanto Do Lago 6 De Agosto De 2021	11
175	2021	Quebra Molas Na Estrada Dos Pilões 4 De Agosto De 2021	11
176	2021	Realização De Limpeza Do Córrego Localizado Na Rua Barão De Tefé No Bairro Pilões. 9 De Julho De 2021	11
177	2021	Pavimentação Asfáltica No Beco João Conrado 9 De Julho De 2021	11
178	2021	Limpeza Na Estrada Santa Luzia, Localizada Na Jaqueira 9 De Julho De 2021	11
179	2021	Colocação De Quebra Molas No Loteamento Morar Bem, Localizado No Bairro Moura Brasil, Três Rios RJ.	11

180	2021	A Poda Da árvore De Mamona Que Se Encontra Na Avenida Castro Alves, 9 De Julho De 2021	11
181	2021	Veículo Para Transportar Os Pacientes De Bemposta Que Fazem Equoterapia Na APAE Três Rios 9 De Julho De 2021	11
182	2021	Quebra Molas Na Rua Otávio Valadas Quintela 2 De Julho De 2021	11
183	2021	Pavimentação Asfáltica No Bairro Vila Verde 2 De Julho De 2021	11
184	2021	Trator Para Auxiliar No Início Das Obras De Remediação Do Lixão Desativado Do Município. 25 De Junho De 2021	11
185	2021	Asfaltamento na Rua Onofre Ramalho Localizada No Bairro Cantagalo 25 De Junho De 2021	11
186	2021	Desentupimento Da Manilha Que Cerca O Lixão Municipal 25 De Junho De 2021	11
187	2021	Dedetização Da árvore Localizada Na Entrada Da Creche Escola Municipal Santa Terezinha 25 De Junho De 2021	11
188	2021	Ampliação Do Prazo De 12 Meses Para 24 Meses, Destinado às Lactantes Covid 25 De Junho De 2021	11
189	2021	Colocação De Placas De Sinalização 26 De Maio De 2021	11
190	2021	Colocação De Lixeiras Na Avenida Tenente Enéas Torno Vereadroa Beatriz) 26 De Maio De 2021	11
191	2021	Capina Na Praça Arsonval Macedo Vereadora Beatriz) 26 De Maio De 2021	11
192	2021	(Pavimentação Vila Isabel) 26 De Maio De 2021	11
193	2021	De Pavimentação Asfáltica Na Rua Amazonas 19 De Maio De 2021	11
194	2021	Placas De Sinalização Na Boa União 14 De Maio De 2021	11
195	2021	Limpeza Na Quadra Da Escola Municipal Nossa Senhora De Fátima 14 De Maio De 2021	11
196	2021	Fechados Os Buracos De Acesso A Tubulação E Retirado O Mato Que Se Encontra Na Escola Municipal Professora Milcah De Sousa 14 De Maio De 2021	11
197	2021	Pavimentação Asfáltica Na Rua Vila Paraíso 12 De Maio De 2021	11
198	2021	Viabilidade De Implementação De Um Semáforo Na Avenida Zoello Sola 4 De Maio De 2021	11
199	2021	Individualização De Medição Do Consumo Hídrico 30 De Abril De 2021	14
200	2021	Indicação De Local Para Construção Do Conjunto Habitacional 28 De Abril De 2021	11
201	2021	Pavimentação Asfáltica E Operação Tapa Buracos Na Estrada Dos Pilões 9 De Abril De 2021	11
202	2021	Implementação De Uma Equipe De Policiais Para Atuar Junto Ao NUAM – Núcleo De Atendimento à Mulher 19 De Março De 2021	16

203	2021	Iluminação, Capina E Poda Das árvores Localizadas Na Rua Dona Amélia, Rua Direita 19 De Março De 2021	11
204	2021	Disponibilizada Uma Equipe Da Guarda Municipal, Para Prestar Auxílio De Forma Integral à Patrulha Maria Da Penha 19 De Março De 2021	11
205	2021	Apresentação Do Conselho De Meio Ambiente 19 De Março De 2021	15
206	2021	Operação Tapa Buracos Nas Ruas São José E Cassiano Antônio Vereadora M 31 De Outubro De 2022	11
207	2021	Colocação De Bloquetes Na Rua Maria Luiza Nunes Vereadora M 28 De Outubro De 2022	11
208	2021	Estudo Sobre A Possibilidade De Fazer Um Recuo Na Praça Salim Chimelli	11
209	2022	Lavagem Do Piso Na Travessa Jorge Pereira E Operação Tapa Buracos Nas Ruas Do Bairro Vila Isabel Vereadora M 26 De Outubro De 2022	11
210	2022	Lavagem Do Piso Asfáltico Da Rua Perciliano Figueiredo	11
211	2022	Construção De Recuo E A Colocação De Placa De Carga E Descarga Na Rua Da Maçonaria	11
212	2022	Operação Tapa Buracos E Colocação De Quebra Molas Na Estrada Santa Luzia	11
213	2022	Retirada De Terra Na Rua Santos Dumont	11
214	2022	Providências Em Relação As Lojas Desocupadas No Camelódromo	11
215	2022	Providências Com Relação A Uma Valeta Situada Na Rua José Kalil	11
216	2022	Colocação De Quebra Molas Na Rua Cecília Meirelles	11
217	2022	Colocação De Bloquetes Na Rua Francisco Alves	11
218	2022	Operação Tapa Buracos Nas Ruas Wenceslau Brás E Esplanada	11
219	2022	Colocação De Um Quebra Molas Na Rua Theófilo Ferreira Da Rocha	11
220	2022	Operação Tapa Buracos E Troca De Lâmpadas Na Rua Alif Nasser	11
221	2022	Operação Tapa Buracos Na Rua Zainote	11
222	2022	Retirada De árvore Na Rua Minas Gerais	11
223	2022	Alteração No Horário Do "Café Do Trabalhador"	11
224	2022	Operação Tapa Buracos Nas Ruas Nilo Peçanha, Wenceslau Brás E Esplanada	11
225	2022	Capina E Limpeza Na Rua Francisco Alves	11
226	2022	Pavimentação, Capina E Limpeza Na Rua Espírito Santo	11

227	2022	Melhorias Na Rua Dr. Hlvio Oliveira Tinoco	11
228	2022	Asfaltamento Na Rua Dr.Hlvio De Oliveira Tinoco	11
229	2022	Recapeamento, Capina E Limpeza Nas Ruas Francisco Rômulo Salzano E Matheus Salzano	11
230	2022	Pavimentação E Drenagem Na Rua Ruy Barbosa	11
231	2022	Limpeza Da Rua Ataliba Gomes Assumpção	11
232	2022	Troca De Lâmpadas Queimadas Na Rua Maria José	11
233	2022	Instalação De Redutor De Velocidade Na Rua Cecília Meirelles	11
234	2022	Limpeza Da Travessa Jorge Pereira Vila Isabel	11
235	2022	Construção De Abrigo No Ponto De nibus Ponto Azul jaque	11
236	2022	Pavimentação Asfáltica Na Rua Hlvio De Oliveira Tinoco – Bairro Santa Rosa	11
237	2022	Operação Tapa Buracos Na Rua Cassiano Antônio – Bairro Cantagalo	11
238	2022	De Capina E Limpeza	11
239	2022	Operação Tapa Buracos Na Rua Santo Antônio N 56 Bairro Triângulo.	11
240	2022	Conserto Do Refletor No Beco Mariana Ferreira Goulart – Bairro Cantagalo.	11
241	2022	Recapeamento Asfáltico Na Rua Guilherme Bravo	11
242	2022	Realize O Serviço De Limpeza Na Travessa Jorge Pereira Bairro Vila Isabel.	11
243	2022	Colocação De Quebra Molas Na Rua Mamede, Em Frente Ao N 125 – Bairro Moura Brasil	11
244	2022	Instalação De Câmeras De Monitoramento Na Entrada Do Bairro Moura Brasil.	11
245	2022	Viatura Para Patrulhamento Em Defesa A Diversidade Religiosa	10
246	2022	Manilhamento Para O Esgoto Que Está Correndo A “ce Aberto” Na Rua Barão De Santa Marta Bairro Ponto Azul.	14
247	2022	Construção De Bueiro Na Esquina Da Rua 3 Quadra C Bairro Habitat	11
248	2022	Operação Tapa Buraco Na Rua Marechal Rondon Bairro Purys.	11
249	2022	Limpeza Geral Na Rua Teixeira Do Rosário – Bairro Cantagalo.	11
250	2022	Conserto Do Refletor No Beco Mariana Ferreira Goulart – Bairro Cantagalo.	11

251	2022	Recapeamento Asfáltico Na Rua Guilherme Bravo	11
252	2022	Realize O Serviço De Limpeza Na Travessa Jorge Pereira Bairro Vila Isabel.	11
253	2022	Colocação De Quebra Molas Na Rua Mamede, Em Frente Ao Nº 125 – Bairro Moura Brasil	11
254	2022	0 1 Instalação De Câmeras De Monitoramento Na Entrada Do Bairro Moura Brasil.	11
255	2022	Viatura Para Patrulhamento Em Defesa A Diversidade Religiosa	11
256	2022	Manilhamento Para O Esgoto Que Está Correndo A “ceú Aberto” Na Rua Barão De Santa Marta Bairro Ponto Azul.	11
257	2022	Limpeza Geral Na Rua Tupinambás, Em Especial No Trecho Após A Igreja	11
258	2022	Limpeza Geral Na Rua Antônio Balbino – Bairro Vila Isabel.	11
259	2022	Asfaltamento Na Rua São José, Altura Do Nº 2980 – Bairro Triângulo.	11
260	2022	A Operação Tapa Buracos Na Rua Siro Linch – Bairro Ponto Azul.	11
261	2022	Pavimentação Dos Seguintes Logradouros	11
262	2022	Operação Tapa Buraco	11
263	2022	Presença Na Guarda No Palmital	16
264	2021	0 1 Instalação De Câmeras De Monitoramento Na Entrada Do Bairro Moura Brasil. 9 De Dezembro De 2021	16
265	2021	0 1 Realização De Operação Tapa Buracos, Aberto Por Essa Autarquia Para Efetuar Serviço, Na Rua Evandro Horácio De Jesus – Bairro Moura Brasil.	11
266	2021	0 2 Realização Das Seguintes Obras Na Rua Jorge Pereira, Localizada Atrás Do Campo, Bairro Triangulo . Asfaltamento E Drenagem	11
267	2021	0 1 Troca De Lâmpadas Queimadas Da Rua Perciliana Figueiredo Até A Via Onde Se Localiza A Bomba Do SAAETRI – Bairro Vila Isabel.	11
268	2021	0 Troca Das Lâmpadas Queimadas Na Ruas Mamede E Cristiano Braga, Bairro Moura Brasil.	11
269	2021	0 Pavimentação Asfáltica Em Toda A Extensão Da Rua Lutero Dos Santos Bairro Triângulo.	11
270	2021	Policiamento Ostensivo Na Praça Salim Chimelli	16
271	2021	Operação Tapa Buracos Na Rua Santa Clara	11
272	2021	Retirada De Terra Na Rua João Veiga Cariri Bairro Vila Isabel.	11
273	2021	Reparos No Relógio Que Marca A Hora E A Temperatura Na Beira Rio	11

274	2021	Redutor De Velocidade Na Av. Enéas Torno (Margem Direita), Após O “ Bar Do Peixe	11
275	2021	Operação Tapa Buracos Na Rua Cristiano Braga	11
276	2021	Operação Tapa Buracos Na Rua Cristiano Braga	11
277	2021	Providências Na Travessa José Pereira	11
278	2021	Colocação De Quebra Mola Na Avenida Alan Kardec Nº 555, Em Frente A Igreja Universal	11
279	2021	Colocação De Manilhas Na Travessa Jorge Pereira – Bairro Vila Isabel	11
280	2021	Colocação De Mais Bancos No Playground Existente Na Praça São Sebastião	11
281	2021	Recolhido O Lixo E Demais Entulhos Oriundos Dos Bueiros Que Foram Limpos No Centro Da Cidade	11
282	2021	Recapeamento Asfáltico	11
283	2021	Operação Tapa Buracos Na Rua Barão De Santa Marta Bairro Ponto Azul.	11
284	2021	Moção De Aplausos	11
285	2021	Pavimentação Asfáltica Com Urgência Em Toda Extensão Da Rua Mamede – Bairro Moura Brasil	11
286	2021	Equipamentos Dos UBSs	11
287	2021	Pintura De Faixa De Pedestres Na Rua Maestro Costa Barros	11
288	2021	Viabilidade De Disponibilizar Para As Dependências Do Setor Administrativo Do Cemitério Municipal São José, Impressora Que Tira Xeror E Que Permita Scanear...	11
289	2021	Redutor De Velocidade Nas Pontes Situadas Na BR 393	11
290	2021	Poda Da árvore Na Rua Dr. Tier, Em Frente Ao Nº 38 –centro	11
291	2021	Retirada De Terra Na Rua Santos Dumont	11
292	2021	Moção De Aplausos	11
293	2021	Troca Da Lâmpada Queimada Na Rua Maria José, Em Frente Ao Nº 27	11
294	2021	Constante Falta De água No Conjunto Habitacional No Loteamento Barros Franco	11
295	2021	Colocação De Lixeiras Na Rua Do Quincão	11
296	2021	Colocação de bloquetes na Rua Francisco Alves	11
297	2021	Redutores De Velocidade, Bem Como A Realização De Operação Tapa Buracos, Na Estrada Santa Luzia	11

298	2021	Quebra Molas Na Rua Dr. Antônio Carlos	11
299	2021	Colocação De Lâmpadas Na Praça Nossa Senhora Da Piedade	11
300	2021	Troca De Lâmpadas Queimadas No Distrito Industrial	11
301	2021	Revitalizada A Pintura Em Todos Os Redutores De Velocidade Espalhados Pela Cidade	11
302	2021	Retirados Os Galhos Das árvores E Feita A Troca Do Alambrado Na Quadra De Esportes, Situada Na Rua Santo Antônio, Em Frente Ao N° 4003 (Rua Direita)....	11
303	2021	Retirados Os Entulhos Do Córrego E Da Rua No Caixa D'Água	11
304	2021	Reparos No Mata Burro Que Afundou Na Rua Rio Grande Do Norte –bairro Boa União.	11
305	2021	O Asfaltamento Da Rua Dr. Hélvio De Oliveira Tinoco Bairro Santa	11
306	2021	Recapeamento Asfáltico, Capina E Limpeza Nas Ruas Francisco Rômulo Salzano E Matheus Salzano	11
307	2021	Solicitando Policiamento Ostensivo (24hs) Para O Distrito De Bemposta	11
308	2021	Melhorias Na água Que Serve O Distrito De Bemposta	11
309	2021	Ampliar O Horário De Atendimento Do Posto De Saúde Localizado No Distrito De Bemposta	11
310	2021	Instalação De Abrigo De Passageiros Com Cobertura E Assento No Ponto Final Da Rua Romário Seabra	11
311	2021	Falta De água Na Rua Dejair Da Silva – Morada Do Sol	11
312	2021	Envio Do Caminhão Do Lixo (Recicla) Para Que Faça A Reciclagem No Bairro Caixa D'água	11
313	2021	Limpeza Na Rua 8 De Maio	11
314	2021	Reparos na rede de esgoto na Rua Cecília Meirelles no Pilões	11
315	2021	Operação tapa buracos em toda extensão da Rua Cecília Meirelles no Pilões	11
316	2021	Recapeamento asfáltico nas Rua Airton Senna e Djalma Alvim no Pilões	11
317	2021	Colocação de bloquetes, capina e limpeza na Rua Francisco Alves no Mirante Sul	11
318	2021	Colocação de bloquetes, capina e limpeza no Mirante Sul	11
319	2021	Operação tapa buracos no Mirante Sul	11
320	2021	Troca das lâmpadas queimadas na Santa Terezinha	11
321	2021	Capina e limpeza na Santa Terezinha	11

322	2021	Reparos no asfalto na Santa Terezinha	11
323	2021	Pavimentação Asfáltica E Capina Para A Rua Espirito Santo – Bairro Boa União	11
324	2021	Melhorias Urgentes Para A Rua Dr. HÉlvio Oliveira Tinoco – Bairro Santa Rosa	11
325	2021	Troca De Lâmpada Queimada Na Rua A Nº 301	11
326	2021	Colocação De Bancos E Cobertura No Abrigo Para Passageiros No Ponto Final Em Moura Brasil	11
327	2021	Pavimentação Asfáltica Na Rua Sebastião Tavares	11
328	2021	Pavimentação Asfáltica Na Rua Marechal Rondon	11
329	2021	Operação Tapa Buracos Na Rua José Kalil	11
330	2021	Providências Do Saaetri	11
331	2021	Operação Tapa Buracos	11
332	2021	Limpeza Geral No Bueiro Existente Na Rua Circular – Bairro Moura Brasil	11

APÊNDICE K – PROJETOS DA CIDADE DE RESENDE

CIDADE RESENDE

FONTE DA PESQUISA: Câmara Municipal de RESENDE. Disponível em <https://www.cmresende.rj.gov.br/leis/> . Acesso em 12/10/2022

ITEM	ANO	PROPOSITURAS	ODS
1		<p>Data: 12/09/2022 Número: 073</p> <hr/> <p>Autor: VEREADORA N</p> <hr/> <p>Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado o Exm.º Sr. Prefeito Municipal, DIOGO BALIEIRO DINIZ, com cópias ao setor/órgão competente, para que sejam encaminhados a esta informações e documentos a respeito das obras de construção de unidade escolar do pátio da Prefeitura Municipal de Resende.</p>	11
2		<p>Data: 20/06/2022 Número: 051</p> <hr/> <p>Autor: VEREADORA N</p> <hr/> <p>Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, conforme preceitua o art. 182, XVI do Regimento Interno da Câmara Municipal de Resende, seja designada audiência pública com o objetivo de debater assuntos relacionados ao serviço de fornecimento de energia elétrica no Município.</p>	11
3		<p>Data: 19/04/2022 Número: 020</p> <hr/> <p>Autor: VEREADORA N</p> <hr/> <p>Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado o Exm.º Sr. Prefeito Municipal, DIOGO BALIEIRO DINIZ, com cópias ao setor/órgão competente, inclusive, para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, para que sejam encaminhados a esta Casa informações e documentos a respeito das estradas rurais da região da Vila da Fumaça.</p>	11

4		<p>Data: 14/02/2022 Número: 006</p> <hr/> <p>Autor: VEREADOR N</p> <hr/> <p>Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, conforme preceitua o art. 182, XVI do Regimento Interno da Câmara Municipal de Resende, seja designada audiência pública com o objetivo de debater assuntos rurais do Município de Resende/RJ.</p>	11
5		<p>Data: 14/12/2021 Número: 082</p> <hr/> <p>Autor: VEREADORA N</p> <hr/> <p>Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, conforme preceitua o art. 182, XVI do Regimento Interno da Câmara Municipal de Resende, seja designada audiência pública com o objetivo de debater assuntos relacionados ao novo FUNDEB.</p>	16
6		<p>Data: 26/10/2021 Número: 067</p> <hr/> <p>Autor: VEREADOR N</p> <hr/> <p>Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado o Exm.^o Sr. Prefeito Municipal, DR. DIOGO BALIEIRO DINIZ, com cópias ao setor/órgão competente, para que sejam encaminhados a esta Casa, informações e documentos sobre o concurso público municipal para terapeuta ocupacional.</p>	17
7		<p>ata: 09/08/2021 Número: 042</p> <hr/> <p>Autor: VEREADORA N</p> <hr/> <p>Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado o Exm.^o Sr. Prefeito Municipal, DR. DIOGO BALIEIRO DINIZ, com cópias ao setor/órgão competente. para que seja encaminhado a esta Casa. informações e documentos</p>	5

		sobre a dignidade menstrual de crianças e adolescentes em idade escolar.	
8		<p>Data: 01/03/2021 Número: 06</p> <hr/> <p>Autor: VEREADORA N</p> <hr/> <p>Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, conforme preceitua o art. 182, XVI do Regimento Interno da Câmara Municipal de Resende, seja designada audiência pública com o objetivo de debater assuntos relacionados à violência contra a mulher.</p>	5
9		<p>Data: 27/09/2022 Número: 3870</p> <hr/> <p>Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA N</p> <hr/> <p>INSTITUI O JUNHO VIOLETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p>	3
10		<p>Data: 15/09/2022 Número: 3862</p> <hr/> <p>Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA N</p> <hr/> <p>DISPÕE SOBRE A COMUNICAÇÃO DE ATOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E/OU FAMILIAR, VERIFICADAS NAS DEPENDÊNCIAS DE CONDOMÍNIOS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE RESENDE/RJ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p>	16
11		<p>Data: 02/09/2022 Número: 3853</p> <hr/> <p>Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA N</p>	5

		DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CAMPANHA JULHO VERDE MÊS - DA PROTEÇÃO E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RESENDE.	
16		<p>Data: 16/07/2021 Número: 3667</p> <hr/> <p>Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA O VEREADORA N</p> <hr/> <p>Institui o programa Mulher Sua Saúde, Seus Direitos e dá outras providências .</p>	3
17		<p>Data: 19/04/2021 Número: 5374</p> <hr/> <p>Tipo: Resolução Autor: VEREADORA N</p> <hr/> <p>Concede declaração de utilidade pública à OSCIP LIBERTAÇÃO CAPOEIRA BRASIL.</p>	17
18		<p>Data: 07/08/2020 Número: 3597</p> <hr/> <p>Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA N</p> <hr/> <p>Dispõe sobre a criação da Patrulha Maria da Penha no âmbito do Município de Resende e dá outras providências.</p>	16
19		<p>Data: 30/06/2020 Número: 3592</p> <hr/> <p>Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA N</p>	3

		Dispõe sobre o fornecimento de absorventes higiênicos nas Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino.	
		Data: 04/06/2020 Número: 3584	
		Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA N	
		Dispõe sobre a obrigatoriedade de supermercados e hipermercados instalados no município de Resende possuírem carrinhos de compras adaptados para crianças com deficiência.	
20		Data: 17/10/2019 Número: 3524	17
		Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA N	
		Dispõe sobre a criação do Festival Resendense de Capoeira e dá outras providências.	
21		Data: 11/06/2019 Número: 3491	4
		Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA N	
		Denomina de Centro Municipal de Educação Infantil Maria Francisca Diniz Frech o Próprio Municipal localizado no Distrito de Visconde de Mauá.	
22		Data: 22/10/2014 Número: 3142	5
		Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA N	

		Cria no Município de Resende o Programa PRÓ-MENINAS e dá outras providências	
23		<p>Data: 12/12/2013 Número: 3064</p> <hr/> <p>Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA N</p> <hr/> <p>Amplia o benefício da Lei Municipal nº 3.022/2013 aos estudantes da Zona Rural do Município e áreas distantes do Centro, e dá outras providências.</p>	4
24		<p>Data: 12/12/2013 Número: 3064</p> <hr/> <p>Tipo: Não Informado Autor: VEREADORA N</p> <hr/> <p>Amplia o benefício da Lei Municipal nº 3.022/2013 aos estudantes da Zona Rural do Município e áreas distantes do Centro, e dá outras providências.</p>	4
25		<p>Data: 16/10/2008 Número: 4467</p> <hr/> <p>Tipo: Não Informado Autor: Vereadora N</p> <hr/> <p>Proíbe a utilização de quadros-negros à base de Óxido de Cálcio – CaO – em todas as escolas da Rede Municipal, e dá outras providências.</p>	4
26		<p>Data: 01/07/2008 Número: 4430</p> <hr/> <p>Tipo: Não Informado Autor: Vereadora N</p>	4

		Autoriza a criação de Programa Permanente de Incentivo, Educação e Aplicação de Alimentos Alternativos.	
27		<p>Data: 12/06/2008 Número: 4423</p> <hr/> <p>Tipo: Não Informado Autor: Vereador N</p> <hr/> <p>Torna Obrigatória a coleta, pelos revendedores, de baterias, pilhas e lâmpadas fluorescentes usadas e dá outras providências.</p>	15
28		<p>Data: 16/09/2022 Número: 3863</p> <hr/> <p>Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA O</p> <hr/> <p>DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM NEOPLASIA MALIGNA (CÂNCER) E SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE ATENDIMENTO PREFERENCIAL ÀS PESSOAS EM TRATAMENTO.</p>	3
29		<p>Data: 23/06/2022 Número: 3819</p> <hr/> <p>Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA O</p> <hr/> <p>INSTITUI A CAMPANHA MUNICIPAL DE ORIENTAÇÃO AOS IDOSOS CONTRA FRAUDES E GOLPES NO ÂMBITO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO E NA INTERNET.</p>	16
30		<p>Data: 13/06/2022 Número: 3818</p> <hr/> <p>Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA O</p>	17

		INSTITUI O TÍTULO EMPRESA AMIGA DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
31		<p>ipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA O</p> <hr/> <p>DISPÕE SOBRE A DISPONIBILIZAÇÃO DE ALIMENTO E ÁGUA AOS ANIMAIS DE RUA PELOS CIDADÃOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p>	15
32		<p>Data: 25/05/2022 Número: 3802</p> <hr/> <p>Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA O</p> <hr/> <p>INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DO DIAGNÓSTICO E PREVENÇÃO DA CATARATA E GLAUCOMA E DÁ PROVIDÊNCIAS.</p>	3
33		<p>Data: 10/05/2022 Número: 3788</p> <hr/> <p>Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA O</p> <hr/> <p>CONCEDE ISENÇÃO DE IPTU AOS IMÓVEIS ONDE ESTEJAM INSTALADOS CULTOS RELIGIOSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p>	11
34		<p>Data: 13/04/2022 Número: 3772</p> <hr/> <p>Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA O</p> <hr/> <p>DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p>	3
35		Data: 01/04/2022 Número: 3770	5

		<p>Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA O</p> <hr/> <p>DISPÕE SOBRE A RESERVA DE UNIDADES DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS PARA AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p>	
36		<p>Data: 01/04/2022 Número: 3771</p> <hr/> <p>Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA O</p> <hr/> <p>INSTITUI O PROGRAMA SOS IDOSOS DESAPARECIDOS NO MUNICÍPIO DE RESENDE/RJ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p>	11
37		<p>Data: 25/02/2022 Número: 3751</p> <hr/> <p>Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA O</p> <hr/> <p>DISPÕE SOBRE A SEMANA DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA CIGANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p>	11
38		<p>Data: 26/11/2021 Número: 3704</p> <hr/> <p>Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA O</p> <hr/> <p>Dispõe sobre a distribuição domiciliar de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação para idosos previamente cadastrados no Sistema Único de Saúde (sus).</p>	3
39		<p>Data: 16/07/2021 Número: 3667</p>	3

		<p>Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA O VEREADORA N</p> <hr/> <p>Institui o programa Mulher Sua Saúde, Seus Direitos e dá outras providências .</p>	
40		<p>Data: 13/07/2021 Número: 3665</p> <hr/> <p>Tipo: Lei Ordinária Autor: VEREADORA O VEREADOR PAULINHO DO FUTSAL</p> <hr/> <p>Altera a Lei Municipal Nº 3437/2018 e dá outras providências.</p>	11

APÊNDICE L – PROJETOS DA CIDADE DE PINHEIRAL

CIDADE PINHEIRAL

FONTE DA PESQUISA: Câmara Municipal de Pinheiral. Disponível em <http://www.camarapinheiral.rj.gov.br/> . Acesso em 12/10/2022

ITEM	ANO	PROPOSITURAS	ODS
1	2022	Governador do Estado do Rio de Janeiro - Solicitando que seja implantado no Município de Pinheiral o "Programa RJ para Todos".	17
2	2022	Governador do Estado do Rio de Janeiro e Secretário da Polícia Civil - Solicitação de instalação de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) em Pinheiral.	17
3	2022	Presidente da Câmara Municipal - Designar a data do dia 20 de maio de 2022, preferencialmente às 14h., para realização de uma audiência pública para tratar assuntos inerentes a implantação de uma Escola Cívico Militar, modelo do MEC.	17
4	2022	Reitera - MRS Logística S.A - Construção de um viaduto sobre a linha férrea, na altura do bairro Parque Maíra, neste Município, a qual possibilitará o acesso a este.	17
5	2022	UniFOA - Solicitando que seja estudada a viabilidade de disponibilizar um ônibus para transporte Universitário Gratuito para os estudantes da universidade que residem no Município de Pinheiral.	17
6	2022	Solicitando informações acerca de quais medidas vêm sendo adotadas para solucionar os inúmeros problemas ocasionados pela oscilação no fornecimento de água em diversos bairros da cidade.	6
7	2021	Concessão do Plenário para realização de um Ato Solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, a ser realizado no dia 08 de março de 2021, às 15hs.	5
8	2021	Solicitando a instalação de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) em Pinheiral.	16
9	2021	Que seja viabilizada medidas de manutenção na Rodovia RJ 141	11
10	2021	Que seja designada data, com lapso aproximado de 30 dias, para realização de uma audiência pública para tratar assuntos inerentes as deficiências no serviço de energia elétrica prestado ao Município de Pinheiral pela concessionária Light Serviços de Eletricidade S/A.	7

11	2021	Que sejam instaladas as chamadas “cancelas automáticas”, que são acionadas por sensores de aproximação das composições de trens e vagões, sobre as passagens de nível que cortam o Município de Pinheiral.	11
12	2021	Que seja realizada com urgência a construção de uma guarita na passagem de nível do bairro Parque Maíra.	11
13	2021	Solicitando a construção de uma Ciclovía ao lado do muro da linha férrea, na saída do bairro Bela Vista-Varjão até o início do bairro Parque Maíra, neste Município.	11
14	2021	Que sejam viabilizados esforços para a criação de uma subseção da entidade no Município de Pinheiral.	17
15	2021	Que seja reiterada correspondência legislativa para MRS Logística, solicitando a construção de uma passarela sobre a linha férrea na altura do bairro Varjão.	17
16	2021	Que sejam doados o material resíduo asfáltico denominado “FRESA ASFÁLTICA” na quantidade equivalente à 300 metros cúbicos (60 caminhões) desse material, para aplicação nas estradas vicinais de nosso Município.	11
17	2021	Poder Executivo Municipal - Informações sobre Novos Loteamentos do Município de Pinheiral.	11

APÊNDICE M – PROJETOS DA CIDADE DE PARATY

CIDADE DE PARATY

FONTE DA PESQUISA: Câmara Municipal de PARATY. Disponível em

https://paraty.rj.leg.br/site/proposituras/pesquisar/?texto=&ano=&tipo_propositura=&situacao_propositura=&autor=3423# . Acesso em 12/10/2022

ITEM	ANO	PROPOSITURAS	ODS
1		REQUERIMENTO Nº 027/22, de autoria da Comissão de Defesa do Cidadão e do Meio Ambiente, Solicita a empresa Águas de Paraty informações referente a possibilidade de isenção da tarifa de água para as casas atingidas pelas chuvas do dia 31 de março Proposituras2022-04-13 03:11	6
2		REQUERIMENTO Nº 026/22, de autoria da Comissão de Defesa do Cidadão e do Meio Ambiente, Solicita ao DAE informações referente a possibilidade de isenção da tarifa de água para as casas atingidas pelas chuvas do dia 31 de março, no Município de Paraty Proposituras2022-04-13 03:10	6
3		REQUERIMENTO Nº 020/22, Solicita informações sobre a pinacoteca municipal Proposituras2022-04-07 02:03	11
4		REQUERIMENTO Nº 019/22, , Solicita informações sobre a coleta de lixo nas comunidades costeiras Proposituras2022-04-07 02:01	6
5		REQUERIMENTO Nº 002/22, Solicita informações sobre as obras na estrada RJ 165 Paraty Cunha Proposituras2022-02-23 09:29	11
6		REQUERIMENTO Nº 001/22, Solicita informações sobre o passe gratuito de idosos de idade entre 60 e 64 anos Proposituras2022-02-23 09:27	17
7		REQUERIMENTO Nº 188/21, Solicita informações sobre APA Municipal de Paraty Proposituras2022-01-10 09:02	11

8	REQUERIMENTO Nº 179/21, Solicita informações a Prefeitura Municipal referentes à empresa Colitur (multas, notificações, etc.), e andamento do processo licitatório para transporte público <u>Proposituras2021-12-08 04:24</u>	16
9	REQUERIMENTO Nº 178/21, , Solicita à empresa Colitur informações referentes a garagem e veículos <u>Proposituras2021-12-08 04:23</u>	16
10	REQUERIMENTO Nº 169/21, Solicita informação sobre a construção da quadra da Várzea do Corumbê <u>Proposituras2021-11-10 02:43</u>	11
11	REQUERIMENTO Nº 168/21, Solicita informações sobre a manutenção do cemitério do Pouso da Cajaíba <u>Proposituras2021-11-10 02:43</u>	11
12	REQUERIMENTO Nº 155/21, Solicita informações sobre o número de servidores municipais ocupantes de cargo público na condição de PCD (pessoas com deficiências), nos termos da Lei 8.213/91 <u>Proposituras2021-09-29 02:55</u>	11
13	REQUERIMENTO Nº 150/21, Solicita informações sobre extrativismo mineral de barro feito na estrada do Coriscão <u>Proposituras2021-09-23 10:39</u>	15
14	REQUERIMENTO Nº 137/21, Solicita informações referentes ao terreno pertencente ao do Asilo <u>Proposituras2021-09-21 09:57</u>	11
15	REQUERIMENTO Nº 128/21, d Solicita informações referentes a Resolução 004/09, que institui ciranda de leitura nas escolas municipais <u>Proposituras2021-08-25 03:16</u>	4
16	REQUERIMENTO Nº 120/21, Solicita informações sobre o Plano Municipal de Resíduos Sólidos <u>Proposituras2021-08-17 04:06</u>	15

17	REQUERIMENTO Nº 055/21, Solicita informações sobre o uso e a ocupação do prédio do DETRAN <u>Proposituras2021-08-09 09:40</u>	11
18	REQUERIMENTO Nº 050/21, Solicita informações sobre os descontos para paratienses no estacionamento rotativo <u>Proposituras2021-08-09 09:36</u>	11
19	REQUERIMENTO Nº 049/21, Solicita informações sobre o aterro da Cooperativa de Trabalho de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Paraty <u>Proposituras2021-08-09 09:35</u>	15
20	REQUERIMENTO Nº 040/21, de autoria da Vereadora Profª U, Solicita informações sobre o Programa Saúde na Escola (PSE). <u>Proposituras2021-08-02 09:18</u>	3
21	REQUERIMENTO Nº 036/21, Solicita informações sobre o funcionamento do Núcleo de Atendimento à Mulher (NAUM) <u>Proposituras2021-07-29 11:29</u>	5
22	REQUERIMENTO Nº 035/21, Solicita informações sobre a vacância do cargo de assessora jurídica para Coordenadoria Especial da Mulher <u>Proposituras2021-07-29 11:28</u>	16
23	REQUERIMENTO Nº 018/21, Solicita informações sobre a destinação do espaço entre a Praça da Paz, próximo ao Cais Pesqueiro <u>Proposituras2021-07-29 09:45</u>	11
24	REQUERIMENTO Nº 010/21, Solicita informações sobre o prédio da antiga escola do Coriscão : a situação do prédio se pertence ao Município ou ao Estado	11

		Proposituras2021-07-21 02:49	
25		REQUERIMENTO Nº 009/21, Solicita informações sobre o andamento da reforma da Escola da Praia do Sono, de acordo com projeto de revitalização Proposituras2021-07-21 02:48	11
26		REQUERIMENTO Nº 007/21, Solicita informação sobre a fiscalização do vazamento de esgoto, Centro Histórico, Rua do Comércio com a Rua Aurora, Rua Dr Pereira com a Rua Fresca Proposituras2021-07-21 10:01	6
27		REQUERIMENTO Nº 006/21, Solicita informação sobre a falta de sinalização que diferencie a entrada da ala do Covid aos demais atendimento, no Hospital Hugo Miranda, e, Vigilância Epidemiológica, uma sinalização na entrada para especificar onde são feitos os exames da Covid-19 Proposituras2021-07-21 10:00	3
28		REQUERIMENTO 106/21, , Solicita informações sobre o prédio do Trevo que era utilizado pela Secretaria de Saúde Proposituras2021-07-07 09:04	11
29		REQUERIMENTO 105/21, , Solicita informações sobre a reforma e revitalização do prédio onde funcionava o antigo mercado de peixes Proposituras2021-07-07 09:03	11
30		REQUERIMENTO Nº 091/21, Solicita informações sobre vistoria no DETRAN em Paraty Proposituras2021-06-02 02:42	11

APÊNDICE N – PROJETOS DA CIDADE DE VALENÇA

CIDADE DE VALENÇA

FONTE DA PESQUISA: Câmara Municipal de VALENÇA. Disponível em <https://www.valenca.rj.leg.br/processo-legislativo/parlamentares-2/xix-legislatura-2021-2024/V-vasconcellos> . Acesso em 12/10/2022

ITEM	ANO	PROPOSITURAS	ODS
1		<p>Ementa: "DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE MEDIDAS DE INFORMAÇÃO A GESTANTE E PARTURIENTE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENÇÃO OBSTÉTRICA E NEONATAL, VISANDO, PRINCIPALMENTE, A PROTEÇÃO DESTAS CONTRA A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO MUNICÍPIO DE VALENÇA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".</p> <p>Apresentação: 22 de março de 2022</p>	5

APÊNDICE O – PROJETOS DA CIDADE DE BARRA MANSA

CIDADE BARRA MANSA

FONTE DA PESQUISA: Câmara Municipal de Barra Mansa, Sistema online de consulta de Leis e Proposituras. Disponível em <https://www.barramansa.rj.leg.br/> . Acesso em 12/10/2022

ITEM	ANO	PROPOSITURAS	ODS
1	2022	Matéria: Indicação 439/2022. Ementa: praça com local para lazer no espaço onde fica localizado a caixa de água que abastece o bairro Jardim central.	11
2	2022	Matéria: Indicação 419/2022. Ementa: revitalização dos bancos, luminárias e calçamento de toda a extensão do calçadão de Vila Nova.	11
3	2022	Matéria: Indicação 397/2022. Ementa: providencie para que todo mês de outubro a ponte dos arcos seja iluminada de rosa em alusão a campanha “Outubro Rosa”, em prevenção ao câncer de mama e de colo de útero.	11
4	2022	Matéria: Indicação 396/2022. Ementa: providencie para o mês de outubro mutirão de exames de Papa Nicolau, Mamografia e ultrassonografia (transvaginal e mama).	3
5	2022	Matéria: Indicação 380/2022. Ementa: substituição dos refletores por led da quadra do Colégio Municipal Paulo Basílio de Oliveira.	11
6	2022	Matéria: Indicação 328/2022. Ementa: manutenção e reforma de toda Escola Municipal Professor Henrique Zamith, situado na rua Arthur Oscar, nº500 no bairro Vila Nova.	11
7	2022	Matéria: Indicação 327/2022. Ementa: manutenção do guarda corpo da rua Anísio Gomes próximo ao Colégio. Nossa Senhora do Amparo.	11
8	2022	Matéria: Indicação 322/2022. Ementa: revisão para reduzir ou zerar a taxa administrativa cobrada sobre o vale alimentação dos funcionários públicos que recebem até R\$2000,00(dois mil) reais.	11
9	2022	Matéria: Indicação 277/2022. Ementa: mutirão de cirurgia de vesícula.	3
10	2022	Matéria: Indicação 276/2022. Ementa: mutirão de cirurgia de hérnia.	3
11	2022	Matéria: Indicação 263/2022. Ementa: Praça de Lazer no Distrito de Santa Rita de Cássia.	11
12	2022	Matéria: Indicação 252/2022. Ementa: Solicita a manutenção e reforma de um bueiro que está localizado na rua Sebastião Brito Sobrinho próximo ao número 47 – Vila Nova. . .	11
13	2022	Matéria: Indicação 217/2022. Ementa: estudo de escoamento das águas das nascentes existentes no final da Rua. Santa Luzia em Vila Nova	6
14	2022	Matéria: Indicação 216/2022. Ementa: providencie o EVENTO DOMINGÃO DE COMPRAS no bairro Vila Nova.	11
15	2022	Matéria: Indicação 187/2022. Ementa: revitalize a quadra do Colégio Paulo Basílio de Oliveira	4
16	2022	Matéria: Indicação 173/2022. Ementa:reforma e nivelamento do pátio da Escola Eny Teodoro Nader.	4
17	2022	Matéria: Indicação 164/2022. Ementa: campanha de saúde bucal nas escolas do bairro Vila Nova e Água Comprida.	3
18	2022	Matéria: Indicação 160/2022. Ementa: mutirão de consultas oftalmológicas.	3

19	2022	Matéria: Indicação 145/2022. Ementa: instalação de câmeras de segurança na escola Municipal Professor Júlio Varella, no Bairro Vila Nova.	11
20	2022	Matéria: Indicação 144/2022. Ementa: instalação de aparelhos de Ar Condicionados nas salas de aula da escola Municipal Professor Júlio Varella, no Bairro Vila Nova.	4
21	2022	Matéria: Indicação 136/2022. Ementa: desobstrução de todos os bueiros ao longo da rua Claudionor Cabral Franco, no Bairro Vila Nova.	11
22	2022	Matéria: Indicação 89/2022. Ementa: implantado um PSF Posto de Saúde da Família em Vila Nova. Aproveitando melhor o espaço sem utilização da Sirene II.	3
23	2022	Matéria: Indicação 88/2022. Ementa: implantado dentro da Sirene de Vila Nova um Centro de Especialidades Odontológicas o GEO.	3
24	2022	Matéria: Indicação 87/2022. Ementa: implantado um PSF, Programa de Saúde da Família, no Bairro Jardim Central.	3
25	2022	Matéria: Indicação 80/2022. Ementa: guarda municipal se faça presente em frente as escolas em horário de entrada e saída dos alunos, orientando o trânsito.	4
26	2022	Matéria: Indicação 79/2022. Ementa: recuperação e instalação de corrimão da servidão que liga a rua Joaquim Francisco de Carvalho a Rua A no bairro Jardim Central.	11
27	2022	Matéria: Indicação 68/2022. Ementa: campanha de vacinação infantil contra Covid-19 na Escola Municipal Henrique Zamith em Vila Nova aos sábados.	3
28	2022	Matéria: Indicação 67/2022. Ementa: campanha de vacinação infantil contra Covid-19 municipal, aos sábados.	3
29	2022	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 38/2022. Ementa: DISPÕE SOBRE A RESERVA DE VAGAS EM CRECHES PARA CRIANÇAS EM IDADE COMPATÍVEL, FILHAS (OS) DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, DE NATUREZA FÍSICA E/OU SEXUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	5
30	2022	Matéria: Indicação 25/2022. Ementa: contenção do asfalto da rua Joaquim Francisco de Carvalho no Bairro - Jardim Central (Vila Nova)	11
31	2022	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 9/2022. Ementa: Cria o Selo Empresa Amiga da Mulher, no âmbito do Município de Barra Mansa	17
32	2022	Matéria: Indicação 3902/2022. Ementa: Solicita que inclua os níveis 05 e 06 ao benefício da LEI DE NÚMERO 2599 de 1993	11
33	2022	Matéria: Indicação 3829/2022. Ementa: colocação de refletores azul na ponte Atalfo Pinto dos Reis a "Ponte dos Arcos" do município de Barra Mansa em todo o mês de novembro.	11
34	2022	Matéria: Indicação 3799/2022. Ementa: promova campanhas de divulgação conscientizando a população sobre a crise hídrica no país e no município, incentivando o consumo consciente de água.	6
35	2022	Matéria: Indicação 3785/2022. Ementa: campanha de mutirão de mamografia e ultrassonografia mamária nos postos de saúde no mês de outubro.	3
36	2021	Matéria: Indicação 3761/2021. Ementa: aplicação da dose de reforço (terceira dose) da vacina contra a covid-19 aos profissionais da saúde.	3
37	2021	Matéria: Indicação 3752/2021. Ementa: providencie o EVENTO DOMINGÃO DE COMPRAS no bairro Vila Nova	11
38	2021	Matéria: Indicação 3734/2021. Ementa: colocação de refletores na cor rosa em todos os prédios do setor público do município de Barra Mansa em todo o mês de outubro.	11

39	2021	Matéria: Indicação 3710/2021. Ementa: ampliação da vacinação contra o covid-19 também para a Sirene II no Bairro Vila Nova.	3
40	2021	Matéria: Indicação 3699/2021. Ementa: criação do “PROJETO BARRAMANSENSES EMPODERADAS”.	5
41	2021	Matéria: Indicação 3546/2021. Ementa: instalação de quebra-mola na rua A próximo ao nº86 – Jardim Central	11
42	2021	Matéria: Indicação 3545/2021. Ementa: limpeza do “mata burro” na rua Joaquim Francisco de Carvalho Jardim Central.	11
43	2021	Matéria: Indicação 3544/2021. Ementa: tapa buraco na rua Joaquim Francisco de Carvalho – Jardim Central.	11
44	2021	Matéria: Indicação 3543/2021. Ementa: contenção do asfalto da rua Joaquim Francisco de Carvalho no Bairro - Jardim Central (Vila Nova)	11
45	2021	Matéria: Indicação 3523/2021. Ementa: operação tapa buraco na Rua Maria Nogueira Paraviso próximo ao número 48 Jardim Central – Vila Nova	11
46	2021	Matéria: Indicação 3511/2021. Ementa: mudança da vaga de carga e descarga que esta em frente a secretaria de saúde na rua Pinto Ribeiro e passar para a direção do num 15 da mesma rua.	11
47	2021	Matéria: Indicação 3501/2021. Ementa: troca de lâmpada da rua São José, num 188 bairro Vila Coringa.	11
48	2021	Matéria: Indicação 3499/2021. Ementa: criação de uma escola de período integral no bairro Paraíso.	4
49	2021	Matéria: Indicação 3490/2021. Ementa: substituição de todas as lâmpadas antigas da rua Arthur Oscar em Vila Nova.	11
50	2021	Matéria: Indicação 3489/2021. Ementa: instalação de refletores na entrada da quadra Poliesportiva do Colégio Paulo Basílio de Oliveira, situada na Rua José Melchiades, e a instalação de mais 2 refletores atrás da D.P.O também situada na Rua José Melchiades em Vila Nova.	11
51	2021	Matéria: Indicação 3482/2021. Ementa: ampliação dos meios de divulgação do público alvo da campanha de vacinação contra a covid-19 e a importância de tomar a segunda dose. Que não seja apenas pelas mídias digitais.	3
52	2021	Matéria: Indicação 3466/2021. Ementa: alargamento da entrada da Travessa Joaquim Venâncio de Miranda Bairro Vila Nova.	11
53	2021	Matéria: Indicação 3451/2021. Ementa: elaboração de um plano especial de vacinação do COVID 19, para os motoboys que trabalham com entregas.	3
54	2021	Matéria: Indicação 3436/2021. Ementa: providencie informatização da policlínica Sirene II no bairro de Vila Nova.	3
55	2021	Matéria: Indicação 3430/202. Ementa: informatização da policlínica Sirene II no bairro de Vila Nova.	3
56	2021	Matéria: Indicação 3422/2021. Ementa: avalie a alteração no horário de funcionamento dos salões de Beleza aos sábados, que hoje devido a pandemia está funcionando de 9h as 13h e neste momento com a volta de praticamente tudo esse horário não atende a demanda de clientes, visto que pelas regras sanitárias o número de clientes dentro do estabelecimento também está reduzido, sugiro que o horário seja estendido de 9h as 20hs	11
57	2021	Matéria: Indicação 3410/2021. Ementa: providencie a instalação de uma placa de sinalização vertical de localização, indicando a direção para os bairros, Santa Rita, Vila Nova, Agua Comprida, Vista Alegre, Vila Maria, sendo colocada no início da ponte Saudade Vila Nova, na rotatória situada na Avenida Homero leite.	11
58	2021	Matéria: Indicação 3409/202. Ementa: providencie o reparo da parte elétrica do Cemitério do distrito de Rialto.	11
59	2021	Matéria: Indicação 3408/2021. Ementa: providencie o tapa buraco da Rua Jovenal Alves Correa. Distrito de	11

		Rialto.	
60	2021	Matéria: Indicação 3407/2021. Ementa: providencie a poda arvore da praça principal do distrito de Rialto	15
61	2021	Matéria: Indicação 3406/2021. Ementa: providencie a colocação de placas de sinalização de proibido jogar lixo nas localidades da igreja do distrito de Rialto.	11
62	2021	Matéria: Indicação 3405/2021. Ementa: providencie uma ronda da guarda municipal aos finais de semana (sábado e domingo) para o distrito de Rialto.	11
63	2021	Matéria: Indicação 3390/2021. Ementa: a utilização do Azteca Clube situado no bairro de Vila Nova – BM para fins culturais esportivos e educacionais da comunidade.	11
64	2021	Matéria: Indicação 3352/2021. Ementa: construção de um campo de grama sintética no bairro Santa Rita de Cássia	11
65	2021	Matéria: Indicação 3297/2021. Ementa: providencie a vacinação dos motoristas e cobradores de ônibus de toda cidade	3
66	2021	Matéria: Indicação 3218/2021. Ementa: realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Vila Nova	15
67	2021	Matéria: Indicação 3132/2021. Ementa: solicite providencias urgente junto a situação dos moradores de rua, localizados no calçadão do Bairro Vila Nova.	11
68	2021	Matéria: Indicação 473/2021. Ementa: Requeiro a contratação imediata de um médico Otorrinolaringologista para atendimento no Centro de Especialidades Médicas de Barra Mansa.	3
69	2021	Matéria: Indicação 472/2021. Ementa:Requeiro a contratação imediata de um médico neurologista pediátrica para atendimento no Centro de Especialidades Médicas de Barra Mansa.	3
70	2021	Matéria: Indicação 471/2021. Ementa: Requeiro a contratação imediata de um médico cardiologista pediátrica para atendimento no Centro de Especialidades Médicas de Barra Mansa.	3
71	2021	Matéria: Indicação 470/2021. Ementa: Requeiro a contratação imediata de um médico neurologista para atendimento no Centro de Especialidades Médicas de Barra Mansa.	3
72	2021	Matéria: Indicação 469/2021. Ementa: Requeiro a contratação imediata de um médico endocrinologista para atendimento no Centro de Especialidades Médicas de Barra Mansa.	3
73	2021	Matéria: Indicação 468/2021. Ementa: Requeiro a contratação imediata de um médico reumatologista para atendimento no Centro de Especialidades Médicas de Barra Mansa.	3
74	2021	Matéria: Indicação 467/2021. Ementa: Requeiro a contratação imediata de um médico pneumologista para atendimento no Centro de Especialidades Médicas de Barra Mansa.	3
75	2021	Matéria: Indicação 466/2021. Ementa: Indica a construção da quadra poliesportiva e uma Academia da Terceira Idade, no Distrito de Antônio Rocha.	11
76	2021	Matéria: Indicação 465/2021. Ementa: Indica a Construção e Implantação de Centro Oncológico Infanto-juvenil.	3
77	2021	Matéria: Indicação 464/2021. Ementa: Indica a Construção e Implantação de Centro de Especialidades médicas Pediátricas.	3
78	2021	Matéria: Indicação 463/2021. Ementa: Indica a Manutenção e Recuperação das Estradas Rurais do Distrito de Nossa Senhora do Amparo.	11
79	2021	Matéria: Indicação 462/2021. Ementa: Indica a Manutenção e Recuperação das Estradas Rurais do Distrito de Santa Rita de Cássia.	11

80	2021	Matéria: Indicação 461/2021. Ementa: Indica a Manutenção e Recuperação das Estradas Rurais do Distrito de Rialto.	11
81	2021	Matéria: Indicação 460/2021. Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Avenida Perimetral, no Bairro Colônia Santo Antônio.	11
82	2021	Matéria: Indicação 459/2021. Ementa: indica a Construção de uma Academia da Terceira Idade no Bairro Nossa Senhora de Lourdes.	11
83	2021	Matéria: Indicação 458/2021. Ementa: Indica a Construção de uma Academia da Terceira Idade no Distrito de Antônio Rocha.	11
84	2021	Matéria: Indicação 457/2021. Ementa: Indica a Construção de uma Academia da Terceira Idade no Distrito de Floriano.	11
85	2021	Matéria: Indicação 456/2021. Ementa: Indica a Construção de uma Academia da Terceira Idade no Bairro Jardim Central.	11
86	2021	Matéria: Indicação 455/2021. Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento, recomposição asfáltica e iluminação da Rua Antônio Saúde, no bairro Morro do Cruzeiro.	6
87	2021	Matéria: Indicação 454/2021. Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento, recomposição asfáltica e iluminação da Alameda João Miranda Torres, no bairro Morro do Cruzeiro.	6
88	2021	Matéria: Indicação 453/2021. Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento, recomposição asfáltica e iluminação da Rua Levi Miranda Torres, no bairro Morro do Cruzeiro.	6
89	2021	Matéria: Indicação 452/2021. Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento, asfaltamento e iluminação da Rua Manoel Barbosa, no bairro Jardim Boa Vista.	6
90	2021	Matéria: Indicação 451/2021. Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento, asfaltamento e iluminação da Rua Prefeito Bulcão Viana, no bairro Jardim Boa Vista.	6
91	2021	Matéria: Indicação 450/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, na Avenida Ministro Amaral Peixoto, em toda a sua extensão.	11
92	2021	Matéria: Indicação 449/2021. Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento e asfalto da Rua Joaquim Francisco de Carvalho, no Bairro Vila Nova.	6
93	2021	Matéria: Indicação 448/2021. Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento, asfaltamento e iluminação da Rua Cândido Silva, no bairro Vila Nova.	6
94	2021	Matéria: Indicação 447/2021. Ementa: Indica e a infraestrutura, saneamento, asfaltamento e iluminação da Rua Josias de Souza, no bairro Vila Nova.	6
95	2021	Matéria: Indicação 446/2021. Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento, urbanização, e iluminação do Loteamento Campestre, no Bairro Colônia Santo Antônio.	6
96	2021	Matéria: Indicação 445/2021. Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento, asfaltamento, iluminação e contenção de encosta da Rua Soldado Charles Fabiano da Silva, no Bairro Vila Nova.	6
97	2021	Matéria: Indicação 444/2021. Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento, asfaltamento e iluminação da Rua B, no Bairro Jardim Central.	6
98	2021	Matéria: Indicação 443/2021. Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento, asfaltamento e iluminação da Rua da Figueira, no Distrito de Santa Rita de Cássia.	6
99	2021	Matéria: Indicação 442/2021. Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento, asfaltamento e iluminação da	6

		Travessa Lauro Savite, no bairro Vila Nova	
100	2021	Matéria: Indicação 441/2021. Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento, recuperação do asfaltamento e iluminação da Travessa Josephina Reis, no bairro Vila Nova	6
101	2021	Matéria: Indicação 440/2021. Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento, recuperação do asfaltamento e iluminação da Rua: Alexandre Polastri, no bairro Água Comprida – Vila Nova	6
102	2021	Matéria: Indicação 439/2021. Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua: José Fagundes Pinto, no bairro Getúlio Vargas.	6
103	2021	Matéria: Indicação 438/2021. Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua: Santa Bárbara, no bairro Vila Principal.	6
104	2021	Matéria: Indicação 437/2021. Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Saudade.	11
105	2021	Matéria: Indicação 436/2021. Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua: Cecilia Monteiro de Barros, no bairro São Silvestre.	6
106	2021	Matéria: Indicação 435/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, preferencialmente nos corredores de transporte público da Região Central do Distrito Sede do Município de Barra Mansa.	11
107	2021	Matéria: Indicação 434/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais, existentes, preferencialmente nos corredores de transporte público do distrito de Santa Rita de Cássia	11
108	2021	Matéria: Indicação 433/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, preferencialmente nos corredores de transporte público do distrito de Floriano.	11
109	2021	Matéria: Indicação 432/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, preferencialmente nos corredores de transporte público do distrito de Rialto.	11
110	2021	Matéria: Indicação 431/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, preferencialmente nos corredores de transporte público do distrito de Nossa Senhora do Amparo.	11
111	2021	Matéria: Indicação 430/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, preferencialmente nos corredores de transporte público do bairro Vale do Paraíba.	11
112	2021	Matéria: Indicação 429/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, preferencialmente nos corredores de transporte público do bairro Parque Independência.	11
113	2021	Matéria: Indicação 428/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, preferencialmente nos corredores de transporte público do bairro Parque Independência.	11
114	2021	Matéria: Indicação 427/2021. Ementa: Indica e o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, preferencialmente nos corredores de transporte público do bairro São Francisco de Assis.	11

115	2021	Matéria: Indicação 426/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, preferencialmente nos corredores de transporte público do bairro Barbará.	11
116	2021	Matéria: Indicação 425/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, preferencialmente nos corredores de transporte público do bairro Siderlândia	11
117	2021	Matéria: Indicação 424/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, preferencialmente nos corredores de transporte público do bairro Santa Izabel.	11
118	2021	Matéria: Indicação 423/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, preferencialmente nos corredores de transporte público do bairro Santa Izabel.	11
119	2021	Matéria: Indicação 422/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, preferencialmente nos corredores de transporte público do bairro São Luiz.	11
120	2021	Matéria: Indicação 421/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, preferencialmente nos corredores de transporte público do bairro Apóstolo Paulo.	11
121	2021	Matéria: Indicação 420/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, preferencialmente nos corredores de transporte público do bairro São Domingos.	11
122	2021	Matéria: Indicação 419/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, preferencialmente nos corredores de transporte público do bairro Vila Orlandélia.	11
123	2021	Matéria: Indicação 418/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, preferencialmente nos corredores de transporte público do bairro Vista Alegre.	11
124	2021	Matéria: Indicação 417/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, preferencialmente nos corredores de transporte público do bairro Bocaininha.	11
125	2021	Matéria: Indicação 416/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, preferencialmente nos corredores de transporte público do bairro Saudade.	11
126	2021	Matéria: Indicação 415/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, preferencialmente nos corredores de transporte público do bairro Santa Clara.	11
127	2021	Matéria: Indicação 414/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, preferencialmente nos corredores de transporte público do bairro São Judas Tadeu.	11
128	2021	Matéria: Indicação 413/2021. Ementa: Indica o serviço de manutenção da pintura das faixas de pedestres, redutores de velocidade e demais sinalizações horizontais e verticais existentes, preferencialmente nos	11

		corredores de transporte público do bairro Colônia Santo Antônio.	
129	2021	Matéria: Indicação 412/2021. Ementa: Indica a construção de creche no Bairro Cotiara.	11
130	2021	Matéria: Indicação 411/2021. Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no Distrito de Santa Rita de Cássia.	11
131	2021	Matéria: Indicação 410/2021. Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no Distrito de Rialto.	11
132	2021	Matéria: Indicação 409/2021. Ementa: Indica e a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no Distrito de Nossa Senhora do Amparo.	11
133	2021	Matéria: Indicação 408/2021. Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no Distrito de Floriano.	11
134	2021	Matéria: Indicação 407/2021. Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no Distrito de Antônio Rocha.	11
135	2021	Matéria: Indicação 406/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Vale do Paraíba.	11
136	2021	Matéria: Indicação 405/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Nossa Senhora Aparecida.	11
137	2021	Matéria: Indicação 404/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Moinho de Vento.	11
138	2021	Matéria: Indicação 403/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Vila Principal	11
139	2021	Matéria: Indicação 402/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Getúlio Vargas.	11
140	2021	Matéria: Indicação 401/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Vila Orlandélia.	11
141	2021	Matéria: Indicação 400/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Parque Independência.	11
142	2021	Matéria: Indicação 399/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Residencial Cristo Redentor.	11
143	2021	Matéria: Indicação 398/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro KM4.	11
144	2021	Matéria: Indicação 397/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Cotiara.	11
145	2021	Matéria: Indicação 396/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Ano Bom.	11
146	2021	Matéria: Indicação 395/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro São Francisco de Assis	11
147	2021	Matéria: Indicação 394/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Santa Izabel	11
148	2021	Matéria: Indicação 393/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de	11
149	2021	Matéria: Indicação 392/2021 Ementa: a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio	11

		e pintura de poste no bairro Vila Brigida	
150	2021	Matéria: Indicação 391/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Água Comprida.	11
151	2021	Matéria: Indicação 390/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Barbará.	11
152	2021	Matéria: Indicação 389/2021 Ementa: a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Estamparia.	11
153	2021	Matéria: Indicação 388/2021 Ementa: a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Morro do Cruzeiro.	11
154	2021	Matéria: Indicação 387/2021 Ementa: a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Abelhas II..	11
155	2021	Matéria: Indicação 386/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Abelhas I.	11
156	2021	Matéria: Indicação 385/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Loteamento Chácara.	11
157	2021	Matéria: Indicação 384/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Jardim Boa Vista.	11
158	2021	Matéria: Indicação 383/2021 Ementa: a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Jardim Boa Vista	11
159	2021	Matéria: Indicação 382/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Bom Pastor.	11
160	2021	Matéria: Indicação 381/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro São Domingos.	11
161	2021	Matéria: Indicação 380/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Siderlândia.	11
162	2021	Matéria: Indicação 379/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Cantagalo.	11
163	2021	Matéria: Indicação 378/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no bairro Morada Verde.	11
164	2021	Matéria: Indicação 377/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no Loteamento Nossa Senhora de Fátima, no bairro Colônia Santo Antônio.	11
165	2021	Matéria: Indicação 376/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no Loteamento Harmonia, no bairro Colônia Santo Antônio.	11
166	2021	Matéria: Indicação 375/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Morada da Colônia I, no bairro Colônia Santo Antônio.	11
167	2021	Matéria: Indicação 374/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua Edvaldo Duarte Carvalho, no bairro Colônia Santo Antônio.	11
168	2021	Matéria: Indicação 373/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no Loteamento Aymoré, no bairro Colônia Santo Antônio.	11
169	2021	Matéria: Indicação 372/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de	11

		meio-fio e pintura de poste no Loteamento Village Primavera, no bairro Colônia Santo Antônio.	
170	2021	Matéria: Indicação 371/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no Loteamento Morada da Colônia II, no bairro Colônia Santo Antônio.	11
171	2021	Matéria: Indicação 370/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no Residencial Canaã, no bairro Colônia Santo Antônio.	11
172	2021	Matéria: Indicação 369/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no Loteamento São Lucas, no bairro Colônia Santo Antônio.	11
173	2021	Matéria: Indicação 368/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no Residencial Novo Horizonte, no bairro Colônia Santo Antônio.	11
174	2021	Matéria: Indicação 367/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no Loteamento Novo Horizonte, no bairro Colônia Santo Antônio.	11
175	2021	Matéria: Indicação 366/2021 Ementa: a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no Jardim Santo Antônio, no bairro Colônia Santo Antônio.	11
176	2021	Matéria: Indicação 365/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no Bairro São Silvestre.	11
177	2021	Matéria: Indicação 364/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste no Bairro São Vicente.	11
178	2021	Matéria: Indicação 363/2021 Ementa: Indica a Reforma, cobertura e iluminação da passarela que liga os bairros Colônia Santo Antônio e Santa Maria II, ao lado do CIEP.	11
179	2021	Matéria: Indicação 362/2021 Ementa: Indica a instalação de Ponto Público de Coleta de Material Reciclável nas dependências das Escolas Municipais de Barra Mansa.	11
180	2021	Matéria: Indicação 361/2021 Ementa: a instalação de ponto público de coleta de óleo vegetal nas dependências das Escolas Municipais de Barra Mansa.	11
181	2021	Matéria: Indicação 360/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua Santa Teresa, bairro Vila Nova.	11
182	2021	Matéria: Indicação 359/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua Zico Horta, bairro Vila Nova.	11
183	2021	Matéria: Indicação 358/2021 Ementa: a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua Mário Novaes, bairro Vila Nova.	11
184	2021	Matéria: Indicação 357/2021 Ementa: e a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua Santa Luzia, bairro Vila Nova.	11
185	2021	Matéria: Indicação 356/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua Santo Onofre, bairro Vila Nova.	11
186	2021	Matéria: Indicação 355/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Travessa Jacy Gil da Silva, bairro Vila Nova.	11
187	2021	Matéria: Indicação 354/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua Francisco Melo, bairro Vila Nova.	11
188	2021	Matéria: Indicação 353/2021 Ementa: a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua Antônio Sabino de Paiva, bairro Vila Nova.	11
189	2021	Matéria: Indicação 352/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de	11

		meio-fio e pintura de poste na Rua Sebastião Gomes de Brito Sobrinho, bairro Vila Nova	
190	2021	Matéria: Indicação 351/2021 Ementa: a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua Sebastião Colimério, bairro Vila Nova.	11
191	2021	Matéria: Indicação 350/2021 Ementa: a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua Sebastião Maximiliano Alves, bairro Vila Nova.	11
192	2021	Matéria: Indicação 349/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua José Loesch, bairro Vila Nova.	11
193	2021	Matéria: Indicação 348/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua Joaquim Venâncio de Miranda, bairro Vila Nova.	11
194	2021	Matéria: Indicação 347/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua Tancredo de Paula Rodrigues, bairro Vila Nova.	11
195	2021	Matéria: Indicação 346/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Trv João Quintiliano, bairro Vila Nova.	11
196	2021	Matéria: Indicação 345/2021 Ementa: Indica a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua Manoel Sebastião, bairro Vila Nova.	11
197	2021	Matéria: Indicação 344/2021 Ementa: Indica que providencie a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Servidão Alexandre Polastri Filho, bairro Vila Nova.	11
198	2021	Matéria: Indicação 343/2021 Ementa: Indica que providencie a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua Alexandre Polastri, bairro Vila Nova.	11
199	2021	Matéria: Indicação 342/2021 Ementa: Indica que providencie a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua Francisco Quintino de Oliveira Lopes, bairro Vila Nova.	11
200	2021	Matéria: Indicação 341/2021 Ementa: Indica que providencie a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua Josephina Reis, bairro Vila Nova.	11
201	2021	Matéria: Indicação 340/2021 Ementa: Indica providencie a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua Josephina Reis, bairro Vila Nova.	11
202	2021	Matéria: Indicação 339/2021 Ementa: Indica que providencie a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua Soldado Charles Fabiano da Silva, bairro Vila Nova.	11
203	2021	Matéria: Indicação 338/2021 Ementa: Indica providencie a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua José Dias, bairro Vila Nova.	11
204	2021	Matéria: Indicação 337/2021 Ementa: Indica que providencie a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua Ozório Gomes de Brito, bairro Vila Nova.	11
205	2021	Matéria: Indicação 336/2021 Ementa: Indica providencie a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua José Loesch, bairro Vila Nova.	11
206	2021	Matéria: Indicação 335/2021 Ementa: Indica providencie a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua Arthur Oscar, bairro Vila Nova.	11
207	2021	Matéria: Indicação 334/2021 Ementa: Indica providencie a realização de mutirão para limpeza, capina, roçada, pintura de meio-fio e pintura de poste na Rua José Melchiades, bairro Vila Nova.	11
208	2021	Matéria: Indicação 333/2021 Ementa: Indica providencie a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua Projetada, bairro São Domingos.	6
209	2021	Matéria: Indicação 332/2021 Ementa: Indica providencie a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua	6

		Seis, bairro São Domingos.	
210	2021	Matéria: Indicação 331/2021 Ementa: Indica providencie a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua Elias Benedito, bairro São Domingos.	6
211	2021	Matéria: Indicação 330/2021 Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua Dois, bairro São Domingos.	6
212	2021	Matéria: Indicação 329/2021 Ementa: Indica que providencie a Infraestrutura, saneamento e recuperação do asfalto da Rua Duque Antônio de Paiva, em toda a sua extensão, no bairro São Domingos.	6
213	2021	Matéria: Indicação 328/2021 Ementa: Indica a Infraestrutura, saneamento e recuperação do asfalto da Rua Claudionor Cabral Franco, no bairro Vila Nova.	6
214	2021	Matéria: Indicação 327/2021 Ementa: Indica providencie a Infraestrutura, saneamento e recuperação do asfalto da Rua Major José Bento, em toda a sua extensão.	6
215	2021	Matéria: Indicação 326/2021 Ementa: Indica providencie a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua: Sargento Plauska, no bairro Ano Bom.	6
216	2021	Matéria: Indicação 325/2021 Ementa: Indica providencie a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua: Julieta Espindola Mattos, no bairro Ano Bom.	6
217	2021	Matéria: Indicação 324/2021 Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua: Diocelio Cambraia, no bairro Ano Bom.	6
218	2021	Matéria: Indicação 323/2021 Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua Braúlio Cunha, no bairro Ano Bom.	6
219	2021	Matéria: Indicação 322/2021 Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua: Francisco Calderaro Filho, no bairro Ano Bom.	6
220	2021	Matéria: Indicação 321/2021 Ementa: Indica a reforma e manutenção de unidade de saúde do Bairro KM4.	11
221	2021	Matéria: Indicação 320/2021 Ementa: Indica a elaboração de um plano especial de vacinação do COVID 19, no distrito sede e demais distritos da municipalidade.	3
222	2021	Matéria: Indicação 319/2021 Ementa: Indica a construção de unidade de saúde e implantação de um PSF (Programa Saúde da Família), no Bairro Santa Isabel.	3
223	2021	Matéria: Indicação 318/2021 Ementa: Indica a reforma e manutenção da PSF Júlio Caruso, no Bairro Boa Vista III.	3
224	2021	Matéria: Indicação 317/2021 Ementa: Indica a reforma e ampliação da PSF do Bairro Santa Rita de Fátima.	3
225	2021	Matéria: Indicação 316/2021 Ementa: Indica reforma e manutenção da Unidade Básica de Saúde e implantação do Programa Saúde da Família, no Bairro São Luiz.	3
226	2021	Matéria: Indicação 315/2021 Ementa: Indica a construção da Unidade Básica de Saúde, no Bairro São Genaro.	3
227	2021	Matéria: Indicação 314/2021 Ementa: Indica informatização e a utilização do Sistema Horus, em todas as unidades de saúde da municipalidade.	3
228	2021	Matéria: Indicação 313/2021 Ementa: Indica abertura e atendimento, inclusive médico, a população das unidades de saúde da municipalidade, no horário de 8 às 17 horas, um sábado por mês.	3
229	2021	Matéria: Indicação 312/2021 Ementa: Indica a construção da Unidade Básica de Saúde e implantação do Programa Saúde da Família, na Rua Pedro Flores, Bairro Apóstolo Paulo.	3
230	2021	Matéria: Indicação 311/2021 Ementa: Indica a reforma e melhoria da Unidade Básica de Saúde e implantação do Programa Saúde da Família, no Bairro Cotiara.	3

231	2021	Matéria: Indicação 310/2021 Ementa: Indica a construção de unidade de saúde e implantação de um PSF (Programa Saúde da Família), no Bairro São Domingos.	3
232	2021	Matéria: Indicação 309/2021 Ementa: Indicação a construção de unidade de saúde e implantação de um PSF (Programa Saúde da Família), no Bairro Estamparia.	3
233	2021	Matéria: Indicação 308/2021 Ementa: Indica a construção de creche no Bairro São Judas Tadeu ao lado da Unidade de Saúde.	3
234	2021	Matéria: Indicação 307/2021 Ementa: Indica a construção de unidade de saúde e implantação de um PSF (Programa Saúde da Família), no Bairro Moinho de Vento.	3
235	2021	Matéria: Indicação 306/2021 Ementa: Indica Reforma e Ampliação da Unidade de Saúde e Programa de Saúde da Família, no distrito de Santa Rita de Cássia.	3
236	2021	Matéria: Indicação 305/2021 Ementa: Reforma e Ampliação do Posto de Saúde, no Bairro São Vicente.	3
237	2021	Matéria: Indicação 304/2021 Ementa: Indica Reforma e Ampliação do Posto de Saúde do Conjunto São Lucas, no Bairro Colônia Santo Antônio.	3
238	2021	Matéria: Indicação 303/2021 Ementa: Indica Reforma e Ampliação do Posto de Saúde Santa Terezinha, no Bairro Paraíso de Baixo.	3
239	2021	Matéria: Indicação 302/2021 Ementa: Indica implantação de um PSF (Programa de Saúde da Família) na UBS da Rua Pinto Ribeiro, no Centro.	3
240	2021	Matéria: Indicação 301/2021 Ementa: infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua Oito, bairro São Domingos.	6
241	2021	Matéria: Indicação 300/2021 Ementa: Indica Infraestrutura, saneamento e recuperação do calçamento da Rua Tenente Luis Fernando, no bairro Vila Orlandélia.	6
242	2021	Matéria: Indicação 299/2021 Ementa: Indica Infraestrutura, saneamento e recuperação do asfalto da Rua Antônio Baião, no bairro Vila Orlandélia.	6
243	2021	Matéria: Indicação 298/2021 Ementa: Indica Infraestrutura, saneamento e recuperação do asfalto da Rua Melvin Jones, no bairro Vila Orlandélia.	6
244	2021	Matéria: Indicação 297/2021 Ementa: Indica infraestrutura, saneamento e recuperação do asfalto da Rua Rubens Barcellos, no bairro Vila Orlandélia.	6
245	2021	Matéria: Indicação 296/2021 Ementa: Indica construção de uma unidade do CRAS, no bairro Vista Alegre.	3
246	2021	Matéria: Indicação 295/2021 Ementa: Indica canalização e rede de coleta de esgoto do córrego Laranjeiras, no bairro Vista Alegre.	6
247	2021	Matéria: Indicação 294/2021 Ementa: Indica Infraestrutura, saneamento e recuperação do asfalto da Avenida Homero Leite, no bairro Saudade.	6
248	2021	Matéria: Indicação 293/2021 Ementa: Indica construção de creche no Bairro Santa Clara.	11
249	2021	Matéria: Indicação 292/2021 Ementa: Indica construção de creche no Bairro São Judas Tadeu ao lado da Unidade de Saúde.	11
250	2021	Matéria: Indicação 291/2021 Ementa: Indica construção de creche no Bairro Colônia Santo Antônio.	11
251	2021	Matéria: Indicação 290/2021 Ementa: Indica cobertura, iluminação e adequação do guarda corpo da passarela do viaduto Dr. Didácio Pena, no bairro Centro.	11
252	2021	Matéria: Indicação 289/2021 Ementa: Indica reforma e manutenção do campo society e manutenção da praça no conjunto Novo Horizonte, no bairro colônia Santo Antônio.	11

253	2021	Matéria: Indicação 288/2021Ementa: Indica manutenção da galeria de águas pluviais da Rua Sebastião Alves de Brito Sobrinho, no bairro Vila Nova.	6
254	2021	Matéria: Indicação 287/2021Ementa: Indica manutenção da galeria de águas pluviais da Travessa Jaci Gil, no bairro Vila Nova.	6
255	2021	Matéria: Indicação 286/2021Ementa: Indica manutenção da galeria de águas pluviais da Rua Francisco de Melo, no bairro Vila Nova.	6
256	2021	Matéria: Indicação 285/2021Ementa: Indica manutenção da galeria de águas pluviais da Rua Zico Horta, no bairro Vila Nova.	6
257	2021	Matéria: Indicação 284/2021Ementa: Indica manutenção da galeria de águas pluviais da Rua Mário Novaes, no bairro Vila Nova.	6
258	2021	Matéria: Indicação 283/2021Ementa: Indica manutenção da galeria de águas pluviais da Rua Santa Luzia, no bairro Vila Nova.	6
259	2021	Matéria: Indicação 282/2021Ementa: Indica infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua Maria Nogueira Paraviso, no bairro Vila Brigida.	6
260	2021	Matéria: Indicação 281/2021Ementa: Indica infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua Reduzino Neto, no bairro Vila Coringa.	6
261	2021	Matéria: Indicação 280/2021Ementa:Indica infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua Erondina de Souza, no bairro Cotiara.	6
262	2021	Matéria: Indicação 279/2021Ementa: Indica infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua João Medeiros, no bairro Cotiara.	6
263	2021	Matéria: Indicação 278/2021Ementa: Indica infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua Carlinda Borges Rodrigues, no bairro Cotiara.	6
264	2021	Matéria: Indicação 277/2021Ementa: Indica infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua Benvindo José de Paiva, no bairro Cotiara.	6
265	2021	Matéria: Indicação 276/2021Ementa: Indica a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Travessa Thomaz Batista Ramos, no bairro São Silvestre.	6
266	2021	Matéria: Indicação 275/2021Ementa: Indica infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua: Jayme Camargo, no bairro São Silvestre.	6
267	2021	Matéria: Indicação 274/2021Ementa: Indica infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua: Dom Vicente Priante, no bairro São Silvestre.	6
268	2021	Matéria: Indicação 273/2021Ementa: Indica infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua: Claudionor Periard, no bairro São Silvestre.	6
269	2021	Matéria: Indicação 272/2021Ementa: providencie a reforma e construção da cobertura da quadra localizada no distrito de Rialto.	6
270	2021	Matéria: Indicação 271/2021Ementa: Providencie a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua: Barão de Aiuruoca, no bairro Jardim Boa Vista.	6
271	2021	Matéria: Indicação 270/2021Ementa: Providencie a Implantação de um polo da FAETEC, no Bairro Roberto Silveira.	4
272	2021	Matéria: Indicação 269/2021Ementa: Providencie a Implantação de um polo da FAETEC, no Bairro Paraíso.	4
273	2021	Matéria: Indicação 268/2021Ementa: Providencie a Implantação de um polo da FAETEC, no Bairro Vista	4

		Alegre.	
274	2021	Matéria: Indicação 267/2021 Ementa: por meio do setor competente, providencie a Implantação de um polo da FAETEC, no Bairro Vila Nova	4
275	2021	Matéria: Indicação 266/2021 Ementa: providencie a Implantação de um polo da FAETEC, no Bairro Colônia Santo Antônio	4
276	2021	Matéria: Indicação 265/2021 Ementa: Providencie a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua: Natanael Alves de Medeiros, no bairro Centro.	6
277	2021	Matéria: Indicação 264/2021 Ementa: providencie a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua: Pedro Paulino, no bairro Centro.	6
278	2021	Matéria: Indicação 263/2021 Ementa: Providencie a construção de creche no Bairro Santa Isabel.	6
279	2021	Matéria: Indicação 262/2021 Ementa: Providencie a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Praça Souza Menezes, no distrito de Rialto.	6
280	2021	Matéria: Indicação 261/2021 Ementa: providencie a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua: Mário de Paula Domingues, no bairro São Silvestre.	6
281	2021	Matéria: Indicação 260/2021 Ementa: Providencie a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua: Padre Magno de Lara, no bairro Ano Bom.	6
282	2021	Matéria: Indicação 259/2021 Ementa: Providencie a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua: Antônio Alves de Amorim, no bairro Saudade.	6
283	2021	Matéria: Indicação 258/2021 Ementa: Providencie a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua: Francisco do Prado, no bairro Vila Nova.	6
284	2021	Matéria: Indicação 257/2021 Ementa: providencie a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua Carlos Ovidio Nogueira Machado, bairro São Genaro.	6
285	2021	Matéria: Indicação 256/2021 Ementa: providencie a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua Principal, bairro São Genaro.	6
286	2021	Matéria: Indicação 255/2021 Ementa: providencie a reforma e ampliação do PSF (Posto de Saúde da Família), do Distrito de Rialto.	3
287	2021	Matéria: Indicação 254/2021 Ementa: providencie a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Estrada João Paulo II, acesso aos bairros KM4 e São Genaro.	6
288	2021	Matéria: Indicação 253/2021 Ementa: Providencie a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua: Senhor do Bonfim, no bairro Saudade.	6
289	2021	Matéria: Indicação 252/2021 Ementa: providencie a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua: Santa Terezinha, no bairro Saudade.	6
290	2021	Matéria: Indicação 251/2021 Ementa: providencie a reconstrução da rede pluvial na Rua Gabriel Gonçalves de Brito, no bairro Siderlândia.	15
291	2021	Matéria: Indicação 250/2021 Ementa: Providencie a manutenção de lâmpada próxima ao número 25 na rua D, Morada Verde – bairro Siderlândia.	11
292	2021	Matéria: Indicação 249/2021 Ementa: Providencie a reforma do CRAS da Rua Sargento Jomir Nascimento dos Santos, na Morada Verde, bairro Siderlândia.	3
293	2021	Matéria: Indicação 248/2021 Ementa: providencie o desvio e manutenção de manilhas para escoamento da água de pluvial na Rua das cácias, bairro Colônia Santo Antônio.	11

294	2021	Matéria: Indicação 247/2021 Ementa: providencie a cobertura da quadra poliesportiva e uma Academia da Terceira Idade, na Rua Beira Rio, condomínio Village Primavera –Bairro	11
295	2021	Colônia.	11
296	2021	Matéria: Indicação 246/2021 Ementa: Providencie a Manutenção da via e Construção de uma Academia da Terceira Idade na rua A, condomínio Aymoré – bairro Colônia.	11
297	2021	Matéria: Indicação 245/2021 Ementa: providencie a construção de uma rede de águas pluviais na Rua Manoel Rosa Vilas, no bairro Colônia Santo Antônio.	15
298	2021	Matéria: Indicação 244/2021 Ementa: providencie a capina e a manutenção da Rua A, no condomínio Canaã, bairro Colônia.	11
299	2021	Matéria: Indicação 243/2021 Ementa: providencie manutenção da área de lazer e construção de uma Academia da Terceira Idade na Avenida Central, Condomínio Novo Horizonte, no bairro Colônia.	11
300	2021	Matéria: Indicação 242/2021 Ementa: Providencie a reforma, manutenção e iluminação da escada de acesso as Ruas José Loesch e Santa Luzia, no bairro de Vila Nova.	11
301	2021	Matéria: Indicação 241/2021 Ementa: Providencie a construção de bueiros para escoamento da água pluvial na rua A, no distrito de Santa Rita de Cássia.	6
302	2021	Matéria: Indicação 240/2021 Ementa: Providencie a reforma e manutenção da ponte de acesso ao Fórum na Rua Argemiro de Paula Coutinho, no bairro Centro.	6
303	2021	Matéria: Indicação 239/2021 Ementa: Providencie a Infraestrutura, saneamento e recuperação do asfalto da Rua Alexandre Polastri Filho, no bairro Vila Nova.	6
304	2021	Matéria: Indicação 238/2021 Ementa: Providencie a reabertura para projetos e atividades desportivas da quadra do bairro Vila Nova.	11
305	2021	Matéria: Indicação 237/2021 Ementa: Providencie a abertura de um canal gratuito para ouvidoria da saúde.	3
306	2021	Matéria: Indicação 236/2021 Ementa: Providencie Reforma e Manutenção do guarda corpo da ponte Flavio Miranda de Gonçalves.	11
307	2021	Matéria: Indicação 235/2021 Ementa: Providencie a construção de uma praça na Rua da feira, no bairro Vila Nova.	11
308	2021	Matéria: Indicação 234/2021 Ementa: Providencie reforma e manutenção da Base do SAMU do município.	11
309	2021	Matéria: Indicação 233/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a manutenção da galeria de águas pluviais da Rua Santa Luzia, no bairro Vila Nova	11
310	2021	Matéria: Indicação 232/2021 Ementa: Providencie a infraestrutura, saneamento e recuperação do asfaltamento da Rua Arthur Oscar, no bairro Vila Nova.	6
311	2021	Matéria: Indicação 231/2021 Ementa: Providencie a Infraestrutura, saneamento e o asfaltamento da Rua Santo Onofre, no bairro Vila Nova.	6
312	2021	Matéria: Indicação 230/2021 Ementa: Providencie a Infraestrutura, saneamento e o asfaltamento da Rua Sebastião Colimério, no bairro Vila Nova	6
313	2021	Matéria: Indicação 229/2021 Ementa: Providencie a Infraestrutura, saneamento e o asfaltamento da Rua Francisco Melo, no bairro Vila Nova.	6
314	2021	Matéria: Indicação 228/2021 Ementa: Providencie a construção de creche no Bairro Vista Alegre.	6
315	2021	Matéria: Indicação 227/2021 Ementa: Providencie a contratação de psicólogos para a rede municipal de ensino.	3

316	2021	Matéria: Indicação 226/2021Ementa: Providencie a aquisição de um veículo exclusivo para transporte de pacientes da oncologia infantil.	3
317	2021	Matéria: Indicação 225/2021Ementa: Providencie a aquisição de um Castra móvel.	3
318	2021	Matéria: Indicação 224/2021Ementa: Providencie o retorno da linha municipal de transporte urbano Vila Nova X Campo.	11
319	2021	Matéria: Indicação 223/2021Ementa: Providencie construção de um Posto de Saúde do Homem.	3
320	2021	Matéria: Indicação 222/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua: Cecília Monteiro de Barros, no bairro São Silvestre.	11
321	2021	Matéria: Indicação 221/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a construção em local próprio do PSF (Posto de Saúde da Família), no ponto final do bairro Colônia Santo Antônio.	3
322	2021	Matéria: Indicação 220/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Avenida Perimetral, acesso ao distrito e Rialto no bairro Colônia Santo Antônio.	11
323	2021	Matéria: Indicação 219/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a recuperação do asfalto na Rua Doutor João Wayda, no bairro Colônia Santo Antônio.	11
324	2021	Matéria: Indicação 218/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a recuperação do asfalto na Rua X, no bairro Colônia Santo Antônio.	11
325	2021	Matéria: Indicação 217/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a recuperação do asfalto na Rua G, no bairro Colônia Santo Antônio.	11
326	2021	Matéria: Indicação 216/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a realocação da Academia da Terceira Idade, defronte a DPO, no bairro Vila Nova.	11
327	2021	Matéria: Indicação 215/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a recomposição asfáltica na rua L, no bairro Colônia Santo Antônio.	11
328	2021	Matéria: Indicação 214/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a recuperação asfáltica da rua J, no bairro Colônia Santo Antônio.	11
329	2021	Matéria: Indicação 213/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Estrada Barra Mansa – Nossa Senhora do Amparo (BMA – 007), acesso aos distritos de Santa Rita de Cássia e Nossa Senhora do Amparo.	11
330	2021	Matéria: Indicação 212/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente a providenciar zona eleitoral de votação para a população do distrito de Santa Rita de Cassia.	11
331	2021	Matéria: Indicação 211/2021Ementa:Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providenciar a canalização e rede de coleta de esgoto do córrego Água Comprida, no bairro Vila Nova.	6
332	2021	Matéria: Indicação 210/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente a providenciar a construção do muro de contenção e recomposição da calçada em frente ao número 982, da Rua Major José Bento, no bairro Vila Nova.	11
333	2021	Matéria: Indicação 209/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente a providenciar apresentação da Orquestra Sinfônica de Barra Mansa , na periodicidade de domingo por mês, no bairro Vila Nova .	17

334	2021	Matéria: Indicação 208/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a Infraestrutura, saneamento e o asfaltamento da Rua A, na Vila dos Remédios, no distrito de Floriano.	6
335	2021	Matéria: Indicação 207/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie o alargamento da Rua Manoel Sebastião, próximo ao número 120, no bairro Vila Nova (Água Comprida) .	11
336	2021	Matéria: Indicação 206/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a Infraestrutura, saneamento e o asfaltamento da Rua Santo Onofre no bairro Vila Nova.	6
337	2021	Matéria: Indicação 205/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie Infraestrutura, saneamento e asfaltamento da Rua São Cristóvão, no bairro Vista Alegre.	11
338	2021	Matéria: Indicação 204/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a implantação de projetos esportivos e culturais na quadra do distrito de Santa Rita de Cássia.	11
339	2021	Matéria: Indicação 203/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie redutor de velocidade na Rua Mário Novaes, no bairro Vila Nova.	15
340	2021	Matéria: Indicação 202/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie reforma, limpeza e manutenção da galeria pluvial e recuperação do asfalto das Ruas Santa Luzia, Mário Novaes, Zico Horta e Francisco de Mello, no Bairro Vila Nova	15
341	2021	Matéria: Indicação 201/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie reforma e ampliação da SIRENE II, no bairro Vila Nova.	11
342	2021	Matéria: Indicação 200/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie construção de banheiro público com acessibilidade, no Centro.	11
343	2021	Matéria: Indicação 199/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a construção de pontos de ônibus com abrigo e segurança na Rua Pinto Ribeiro, no Centro.	11
344	2021	Matéria: Indicação 198/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie colocação de banheiros químicos na feira livre todos os domingos, no bairro Vila Nova.	4
345	2021	Matéria: Indicação 197/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie reabertura da quadra do Colégio Paulo Basílio de Oliveira com projetos para toda a comunidade, do bairro Vila Nova.	4
346	2021	Matéria: Indicação 196/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a construção de parquinho no calçadão, do bairro Vila Nova.	11
347	2021	Matéria: Indicação 195/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a reabertura da creche da Rua Francisco de Mello, no Bairro Vila Nova.	11
348	2021	Matéria: Indicação 194/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie implementação de Clínica Médica itinerante com especialidades médicas e odontológicas para atender localidades mais distantes e carentes em forma de mutirão da saúde.	3
349	2021	Matéria: Indicação 193/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie Projeto com Aulão de Zumba em local aberto, com a periodicidade de 1 vez na semana, no bairro Vila Nova.	11
350	2021	Matéria: Indicação 192/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente,	11

		providencie Projeto de implantação de quiosques no calçadão do Bairro Vila Nova.	
351	2021	Matéria: Indicação 191/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a manutenção, revitalização e pintura da Escola Municipal Henrique Zamith, no bairro Vila Nova.	11
352	2021	Matéria: Indicação 190/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a manutenção das redes pluviais, manilhamento do córrego abaixo e infraestrutura, saneamento e calçamento ou asfalto da Rua J, no bairro Colônia Santo Antônio.	6
353	2021	Matéria: Indicação 189/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a limpeza e manutenção de 2 bueiros na rua K, em frente ao número 52, no Bairro Água Comprida (Vila Nova)	6
354	2021	Matéria: Indicação 188/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a alocação de um bueiro em frente ao número 31 da Rua Quintino de Oliveira Lopes, no distrito de Santa Rita de Cássia	6
355	2021	Matéria: Indicação 187/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie calçamento e infraestrutura da Rua Josefina Reis, no bairro Vila Nova.	11
356	2021	Matéria: Indicação 186/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie redutor de velocidade próximo ao número 781 da Rua A, no distrito de Santa Rita de Cássia.	11
357	2021	Matéria: Indicação 185/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a infraestrutura, calçamento ou asfalto para a Rua D, no distrito de Santa Rita de Cássia.	11
358	2021	Matéria: Indicação 184/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a operação tapa buraco na Rua A, no distrito de Santa Rita de Cassia.	11
359	2021	Matéria: Indicação 183/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a reforma e ampliação Posto de Saúde, do distrito de Santa Rita de Cássia.	11
360	2021	Matéria: Indicação 182/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a revitalização do asfalto da Rua Antenor Miguel, no Bairro Vista Alegre.	11
361	2021	Matéria: Indicação 181/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a implementação de um PSF (Programa Saúde da Família), no bairro Vila Nova (Água Comprida).	3
362	2021	Matéria: Indicação 180/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a recomposição asfáltica na Rua 1, no distrito de Santa Rita de Cássia.	11
363	2021	Matéria: Indicação 179/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a promoção de atividades desportivas mensalmente no Parque da Cidade.	11
364	2021	Matéria: Indicação 178/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie recuperação e melhorias na pista BMX no Parque da Cidade.	11
365	2021	Matéria: Indicação 177/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie recuperação e melhorias na pista de skate no parque da cidade.	11
366	2021	Matéria: Indicação 176/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie o estudo para a criação de uma passagem de nível direto da Rua Major José Bento para a Rua José Alves de Souza, desviando o fluxo viário para a Água Comprida, aumentando a mobilidade da Rua Ozório Gomes de Brito, no bairro Vila Nova.	11
367	2021	Matéria: Indicação 175/2021Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a criação do portal da transparência do Sindipass.	11

368	2021	Matéria: Indicação 174/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a reabertura de projetos e atividades desportivas na quadra do Colégio Municipal Leonísio Sócrates Batista no bairro Roberto Silveira.	11
369	2021	Matéria: Indicação 173/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie o calçamento e a construção de uma galeria para escoamento da água pluvial na parte de cima da rua B, Jardim Alvorada -Vila Nova.	6
370	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 125/2021 Ementa: INSTITUI A CAMPANHA PERMANENTE DE ORIENTAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL.	3
371	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 112/2021 Ementa: CRIA O PROGRAMA PERMANENTE DE REFORÇO ESCOLAR AOS ALUNOS MATRICULADOS NAS UNIDADES MUNICIPAIS DE ENSINO.	4
372	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 92/2021 Ementa: INSTITUI A POLÍTICA DE PREVENÇÃO A VIOLENCIA CONTRA OS EDUCADORES DO MUNICIPIO DE BARRA MANSA.	16
373	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 84/2021 Ementa: DISPÕE SOBRE A AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS SOBRE A ADOÇÃO DE NASCITURO NAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE PUBLICA E PRIVADA	3
374	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 73/2021 Ementa: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DIA MUNICIPAL EM HOMENAGEM ÀS VÍTIMAS DO COVID-19 NO MUNICIPIO DE BARRA MANSA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.	3
375	2021	Matéria: Projeto de Resolução 66/2021 Ementa: Concede Título de Cidadania Barramansense ao Messias do Couto Viveiros.	
376	2021	Matéria: Projeto de Resolução 49/2021 Ementa: Concede Título de Cidadania Barramansense ao Deputado Federal Luis Antonio de Souza Teixeira Júnior.	
377	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 34/2021 Ementa: Reconhece como essencial a pratica esportiva orientada por profissionais da educação física, bem como academias, studios fitness e dá outras providências.	3
378	2021	Matéria: Projeto de Resolução 30/2021 Ementa: Dispõe sobre a criação da procuradoria da Mulher no âmbito da Câmara Municipal de Barra Mansa e dá outras providencias.	11
379	2021	Matéria: Requerimento 9/2021 Ementa: Requeiro, na forma regimental e após ouvido o duto plenário, que seja encaminhado Ofício ao Senhor Prefeito, Rodrigo Drable Costa, solicitando a contratação imediata de um médico Otorrinolaringologista para atendimento no Centro de Especialidades Médicas de Barra Mansa.	3
380	2021	Matéria: Requerimento 8/2021 Ementa: Requeiro, na forma regimental e após ouvido o duto plenário, que seja encaminhado Ofício ao Senhor Prefeito, Rodrigo Drable Costa, solicitando a contratação imediata de um médico neurologista pediátrica para atendimento no Centro de Especialidades Médicas de Barra Mansa.	3
381	2021	Matéria: Requerimento 7/2021 Ementa: Requeiro, na forma regimental e após ouvido o duto plenário, que seja encaminhado Ofício ao Senhor Prefeito, Rodrigo Drable Costa, solicitando a contratação imediata de um médico cardiologista pediátrica para atendimento no Centro de Especialidades Médicas de Barra Mansa.	3
382	2021	Matéria: Requerimento 6/2021 Ementa: Requeiro, na forma regimental e após ouvido o duto plenário, que seja encaminhado Ofício ao Senhor Prefeito, Rodrigo Drable Costa, solicitando a contratação imediata de um médico neurologista para atendimento no Centro de Especialidades Médicas de Barra Mansa.	3
383	2021	Matéria: Requerimento 5/2021 Ementa: Requeiro, na forma regimental e após ouvido o duto plenário, que seja encaminhado Ofício ao Senhor Prefeito, Rodrigo Drable Costa, solicitando a contratação imediata de um	3

		médico endocrinologista para atendimento no Centro de Especialidades Médicas de Barra Mansa.	
384	2021	Matéria: Requerimento 4/2021 Ementa: Requeiro, na forma regimental e após ouvido o douto plenário, que seja encaminhado Ofício ao Senhor Prefeito, Rodrigo Drable Costa, solicitando a contratação imediata de um médico reumatologista para atendimento no Centro de Especialidades Médicas de Barra Mansa.	3
385	2021	Matéria: Requerimento 3/2021 Ementa: Requeiro, na forma regimental e após ouvido o douto plenário, que seja encaminhado Ofício ao Senhor Prefeito, Rodrigo Drable Costa, solicitando a contratação imediata de um médico pneumologista para atendimento no Centro de Especialidades Médicas de Barra Mansa.	3
386	2022	Matéria: Indicação 405/2022 Ementa: INSTALAÇÃO DE UM PLAYGROUND COM DIVERSOS BRINQUEDOS INCLUSIVE PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA, NO JARDIM DAS PREGUIÇAS, no Centro	11
387	2022	Matéria: Indicação 343/2022 Ementa: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS ADAPTADAS para alunos com deficiência nas escolas da rede municipal	4
388	2022	Matéria: Indicação 342/2022 Ementa: IMPLEMENTAÇÃO DE PLACAS DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS E HOSPITAIS DE PRONTO ATENDIMENTO	3
389	2022	Matéria: Indicação 341/2022 Ementa: IMPLEMENTAÇÃO DE PLACAS COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA, nas Escolas da rede Municipal de ensino	11
390	2022	Matéria: Indicação 339/2022 Ementa: IMPLEMENTAÇÃO ESCOLA VOCACIONADA RURAL, na Escola Municipal Antônio Rocha, no bairro de Antônio Rocha	4
391	2022	Matéria: Indicação 336/2022 Ementa: implante o óculos de Tecnologia vestível, para permitir que crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência visual ou dificuldade de leitura, lerem textos impressos, ou digitais de perto ou longe e possibilitar o reconhecimento de postos, produtos, cores, cédulas de dinheiro entre outros em tempo real.	3
392	2022	Matéria: Indicação 335/2022 Ementa: IMPLEMENTAÇÃO DE UMA BIBLIOTECA PARA DEFICIENTE VISUAL	4
393	2022	Matéria: Indicação 325/2022 Ementa: ASFALTAMENTO da RUA E LOTEAMENTO DA CHACARA (MORRO DO JORNAL), no Centro	11
394	2022	Matéria: Indicação 324/2022 Ementa: ASFALTAMENTO da RUA MARIA JOSE DA COSTA CALDAS LOTEAMENTO CHÁCARA (MORRO DO JORNAL), no Centro	11
395	2022	Matéria: Indicação 323/2022 Ementa: REVITALIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CORRIMÃO NO ESCADÃO que interliga a Rua Dr. José Alves a Rua Michel Wardini	11
396	2022	Matéria: Indicação 321/2022 Ementa: REVITALIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE GUARDA CORPO NO ESCADÃO que interliga a Rua Dr. José Alves a Rua Michel Wardini, no Centro	11
397	2022	Matéria: Indicação 299/2022 Ementa: ASFALTAMENTO da Rua B, no bairro Vila dos Remédios	11
398	2022	Matéria: Indicação 298/2022 Ementa: ASFALTAMENTO da Rua C, no bairro Vila dos Remédios	11
399	2022	Matéria: Indicação 297/2022 Ementa: ASFALTAMENTO da Rua D, no bairro Vila dos Remédios	11
400	2022	Matéria: Indicação 296/2022 Ementa: ASFALTAMENTO da Rua DOIS, no bairro Vila dos Remédios	11
401	2022	Matéria: Indicação 295/2022 Ementa: ASFALTAMENTO da Rua H, no bairro Vila dos Remédios	11
402	2022	Matéria: Indicação 294/2022 Ementa: ASFALTAMENTO da Rua I, no bairro Vila dos Remédios	11
403	2022	Matéria: Indicação 293/2022 Ementa: ASFALTAMENTO da Rua J, no bairro Vila dos Remédios	11
404	2022	Matéria: Indicação 292/2022 Ementa: ASFALTAMENTO da Rua K, no bairro Vila dos Remédios	11
405	2022	Matéria: Indicação 291/2022 Ementa: ASFALTAMENTO da Rua L, no bairro Vila dos Remédios	11

406	2022	Matéria: Indicação 289/2022 Ementa: ASFALTAMENTO da Rua M, no bairro Vila dos Remédios	11
407	2022	Matéria: Indicação 288/2022 Ementa: ASFALTAMENTO da PRAÇA NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS, no bairro Vila dos Remédios	11
408	2022	Matéria: Indicação 287/2022 Ementa: ASFALTAMENTO da Rua Um, no bairro Vila dos Remédios	11
409	2022	Matéria: Indicação 286/2022 Ementa: ASFALTAMENTO da Rua O, no bairro Vila dos Remédios	11
410	2022	Matéria: Indicação 285/2022 Ementa: ASFALTAMENTO da Rua TRÊS, no bairro Vila dos Remédios	11
411	2022	Matéria: Indicação 284/2022 Ementa: ASFALTAMENTO da Rua SETE, no bairro Vila dos Remédios	11
412	2022	Matéria: Indicação 234/2022 Ementa: Solicita colocação de Mata Burro na Rua Loteamento São Vicente, no bairro São Vicente.	11
413	2022	Matéria: Indicação 233/2022 Ementa: Solicita asfaltamento da Rua Loteamento São Vicente, no bairro São Vicente.	11
414	2022	Matéria: Indicação 131/2022 Ementa: TRANSPORTE DE VEÍCULO ADAPTADO PARA ALUNOS CADEIRANTES da Rede Pública.	11
415	2022	Matéria: Indicação 122/2022 Ementa: ASFALTAMENTO da Rua Loteamento São Vicente, no bairro São Vicente.	11
416	2022	Matéria: Indicação 121/2022 Ementa: determine que o PROCON fiscalize os postos de combustíveis da cidade para verificar abusos e aumentos injustificáveis dos combustíveis bem como identificar possíveis cartéis.	11
417	2022	Matéria: Indicação 117/2022 Ementa: MATERIAL ESPECÍFICO ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE PÚBLICA COM DEFICIÊNCIA MOTORA E MOBILIDADE REDUZIDA.	4
418	2022	Matéria: Indicação 92/2022 Ementa: contratação de um OFTALMOLOGISTA PEDIATRA PARA ATENDIMENTO na Rede Municipal de Saúde.	3
419	2022	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 79/2022 Ementa: Dispõe sobre a realização de sessão de cinema adaptada a crianças e adolescentes com transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias no Município de Barra Mansa.	11
420	2022	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 74/2022 Ementa: Proíbe a instalação de banheiros e vestiários unissex nos estabelecimentos de ensino públicos e privados e congêneres no Município de Barra Mansa.	6
421	2022	Matéria: Indicação 71/2022 Ementa: contratação de um novo NEURO PEDIATRA PARA ATENDIMENTO na Rede Municipal de Saúde.	3
422	2022	Matéria: Indicação 61/2022 Ementa: PROGRAMA QUE ASSEGURE A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE ABSORVENTES ÍNTIMOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS, UNIDADES DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.	3
423	2022	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 57/2022 Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de haver mecanismo sonoro de orientação para deficientes visuais nos semáforos para pedestres.	11
424	2022	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 56/2022 Ementa: Cria o Serviço Voluntário de Capelania Escolar nas unidades da rede pública municipal de ensino.	4
425	2022	Matéria: Indicação 49/2022 Ementa: construção de uma Unidade de Saúde, no terreno anexo à quadra no bairro SÃO VICENTE NESTA CIDADE, haja vista que o local já é de posse da Prefeitura.	3
426	2022	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 41/2022 Ementa: Dispõe sobre a instituição da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - CIPTEA, no âmbito do Município de Barra Mansa, e dá outras providências.	3

427	2022	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 40/2022 Ementa: Dispõe sobre a denominação da Casa Azul, de Casa Azul Lea Aparecida Barbosa de Almeida.	3
428	2022	Matéria: Projeto de Resolução 37/2022 Ementa: Concede Título de Cidadania Barra-mansense ao Senhor Jefferson Ribeiro Vieira.	3
429	2022	Matéria: Projeto de Resolução 36/2022 Ementa: Concede Título de Cidadania Barra-mansense ao Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro – Fecomércio RJ Senhor Antônio Florêncio de Queiroz Junior.	17
430	2022	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 23/2022 Ementa: Dispõe sobre o desembarque de mulheres, autistas, pessoas com deficiências e idosos, usuários do Sistema de Transporte Coletivo, e dá outras providências.	10
431	2022	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 22/2022 Ementa: Dispõe sobre criação de atendimento prioritário em emergências, unidade de tratamento intensivo (UTI), semi-intensivo, CTI (Centro de Tratamento e Terapia Intensiva) e em Postos de Saúde para pessoas com autismo, síndrome de down, deficiência ou transtorno do desenvolvimento global (TGD), bem como, libera a presença dos acompanhantes nos referidos atendimentos.	3
432	2022	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 21/2022 Ementa: Dispõe sobre a possibilidade do agendamento telefônico de consultas para pacientes autistas nas unidades básicas de saúde do município de Barra Mansa - RJ , e dá outras providências.	3
433	2022	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 20/2022 Ementa:Dispõe sobre a proibição de cobrança de qualquer taxa extra ou valor adicional para a matrícula e/ou estadia de alunos com TEA - Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Down ou qualquer condição de deficiência física ou mental, em escolas, cursos e demais instituições de ensino no âmbito do município de Barra Mansa - RJ, e dá outras providências	3
434	2022	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 19/2022 Ementa: Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU incidente sobre imóveis edificados atingidos por enchentes e alagamentos causados pelas chuvas no âmbito do Município de Barra Mansa-RJ e dá outras providências.	3
435	2022	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 16/2022 Ementa: INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DO AUTISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	3
436	2022	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 15/2022 Ementa: ESTA LEI INSTITUI NO MUNICÍPIO PROGRAMAS E DIRTETRIZES QUE PROMOVAM A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.	3
437	2022	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 14/2022 Ementa: Dispõe sobre o caráter permanente do laudo que diagnostique o Transtorno do Espectro Autista TEA e da Síndrome de Down e dá outras providências.	3
438	2021	Matéria: Indicação 3912/2021Ementa: Solicita que seja incluído na grade de atendimento da ÓTICA POPULAR MUNICIPAL as pessoas com deficiência.	3
439	2021	Matéria: Indicação 3905/2021 Ementa: Solicita criação de farmácia publica veterinária.	15
440	2021	Matéria: Indicação 3904/2021Ementa: Solicita capacitação dos profissionais de educação que atuam em sala de aula na atenção aos alunos da educação especializada.	4
441	2021	Matéria: Indicação 3903/2021Ementa: SOLICITA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELA PRIMEIRA INFÂNCIA.	11
442	2021	Matéria: Indicação 3896/2021Ementa: Solicita curso de elétrica residencial para adolescentes de baixa renda.	11
443	2021	Matéria: Indicação 3895/2021Ementa: Solicita a realização de força tarefa para auxiliar na elaboração de currículos profissionais para desempregados e primeiro emprego aos moradores com dificuldade de acesso	8

		aos meios tecnológicos. Promovendo a possibilidade de inclusão no mercado de trabalho.	
444	2021	Matéria: Indicação 3894/2021 Ementa: Solicita capacitação aos profissionais da área de saúde e educação sobre inclusão e autismo.	8
445	2021	Matéria: Indicação 3893/2021 Ementa: Solicita a criação de programas de inclusão aos jovens do município na cultura.	8
446	2021	Matéria: Indicação 3883/2021 Ementa: Solicita a implantação do tratamento pré-diabético no PSF Ano Bom.	3
447	2021	Matéria: Indicação 3881/2021 Ementa: SOLICITA que iniciem REPAROS E REFORMA NO CRAS, no bairro Morada Verde.	3
448	2021	Matéria: Indicação 3880/2021 Ementa: Solicita que iniciem REPAROS E REFORMA NO POSTO DE SAÚDE-USF, no bairro Getúlio Vargas.	3
449	2021	Matéria: Indicação 3863/2021 Ementa: Solicita que iniciem REPAROS E REFORMA NO POSTO DE SAÚDE-USF, no bairro Getúlio Vargas.	3
450	2021	Matéria: Indicação 3859/2021 Ementa: Solicita a implantação do FOLLOWUP PSICOMOTOR PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.	3
451	2021	Matéria: Indicação 3858/2021 Ementa: Solicita a implantação do ATENDIMENTO PSICOLÓGICO PÓS COVID.	3
452	2021	Matéria: Indicação 3856/2021 Ementa: Solicita a implantação do SINE ITINERANTE.	11
453	2021	Matéria: Indicação 3821/2021 Ementa: confecção de faixa de pedestre em frente à rampa de acesso para cadeirantes, situada na Rua José Marcelino de Camargo, próximo ao ponto de ônibus, no Bairro Centro.	11
454	2021	Matéria: Indicação 3751/2021 Ementa: REVITALIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE GUARDA CORPO NA SERVIDÃO NOSSA SENHORA APARECIDA a Rua São Vicente, depois do Abrigo Mario Antônio Pinguilim, no Bairro Siderlândia.	11
455	2021	Matéria: Indicação 3750/2021 Ementa: cadastro para solicitação do medicamento Enoxoparina Sódica 40mg/0,4ml para o tratamento de gestantes diagnosticadas com trombofilia no âmbito do SUS.	3
456	2021	Matéria: Indicação 3748/2021 Ementa: Tratamento para crianças com Cardiopatia Congênita em todos os estabelecimentos públicos ou privados credenciados ao SUS.	3
457	2021	Matéria: Indicação 3747/2021 Ementa: criação da Secretaria Municipal de Assistência da Pessoa Com Deficiência.	3
458	2021	Matéria: Indicação 3709/2021 Ementa: Solicita REPAROS E REFORMA NO POSTO DE SAÚDE – USB Sebastião de Paula Coutinho, no bairro São Vicente.	3
459	2021	Matéria: Indicação 3708/2021 Ementa: Solicita REPAROS E REFORMA NO POSTO DE SAÚDE- USF Maria Verônica da Silva, no bairro Santa Izabel	3
460	2021	Matéria: Indicação 3691/2021 Ementa: ESTUDO PARA COLOCAÇÃO DE REDUTOR DE VELOCIDADE, ao longo da Rua Michel Wardini, no bairro Centro.	11
461	2021	Matéria: Indicação 3687/2021 Ementa: CAMINHADA ORIENTADA, na quadra poliesportiva, no bairro Santa Izabel.	11
462	2021	Matéria: Indicação 3484/2021 Ementa: REVITALIZAÇÃO da praça e academia da Rua K próximo ao nº390, no Bairro Vila dos Remédios.	11
463	2021	Matéria: Indicação 3483/2021 Ementa: TROCA da lâmpada do poste de iluminação pública localizado na Rua Getúlio Borges Rodrigues, próximo ao nº 90 em frente à Igreja Batista em Boa Sorte no bairro São Luiz.	11
464	2021	Matéria: Indicação 3472/2021 Ementa: limpeza e capina na Quadra poliesportiva incluindo a praça e academia	11

		anexa, localizada na Rua Horácio Silva, próximo ao nº 276 no bairro São Francisco de Assis.	
465	2021	Matéria: Indicação 3471/2021 Ementa: REVITALIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE GUARDA CORPO a Rua Antônio Rodrigues de Almeida próximo ao nº198, no Bairro São Francisco de Assis que dá acesso ao Bairro Santa Izabel	11
466	2021	Matéria: Indicação 3470/2021 Ementa: PODA da árvore localizada na Servidão, a Rua Antônio Rodrigues de Almeida próximo ao nº198 no Bairro São Francisco de Assis que dá acesso ao Bairro Santa Izabel.	11
467	2021	Matéria: Indicação 3469/2021 Ementa: limpeza e capina na Escola Francisco Villela de Andrade localizada na Rua Horácio Silva, nº 395 no bairro São Francisco de Assis.	11
468	2021	Matéria: Indicação 3468/2021 Ementa: TROCA da lâmpada do poste de iluminação pública localizado na Rua Antônio Rodrigues de Almeida, próximo aos números 427 e 170.	11
469	2021	Matéria: Indicação 3467/2021 Ementa: TROCA da lâmpada do poste de iluminação pública localizado na Avenida Ministro Amaral Peixoto, próximo ao nº 3193 Siderlândia.	11
470	2021	Matéria: Indicação 3465/2021 Ementa: instalação de refletor para iluminação da Servidão situada na Rua Antônio Rodrigues de Almeida, próximo ao nº198, no Bairro São Francisco de Assis que dá acesso ao Bairro Santa Izabel	11
471	2021	Matéria: Indicação 3427/2021 Ementa: limpeza e roçagem do mato da calçada ao redor da área pública localizada na Rua A, próximo ao número 785 no bairro Jardim Central, Vila Nova.	11
472	2021	Matéria: Indicação 3424/2021 Ementa: troca da lâmpada do poste de iluminação pública localizado na Rua Belo Horizonte, 446 Getúlio Vargas.	11
473	2021	Matéria: Indicação 3423/2021 Ementa: DESOBSTRUÇÃO de bueiros ao longo da Rua São José no bairro Santa Izabel.	6
474	2021	Matéria: Indicação 3342/2021 Ementa: PLACAS com os nomes das Ruas Prefeito Bulcão Viana e Rua Manoel Barbosa, ambas no bairro Jardim Boa Vista.	11
475	2021	Matéria: Indicação 3341/2021 Ementa: colocação de sinalização "DEVAGAR, TRANSITO DE PEDESTRE E CRIANÇAS, no início da Rua Prefeito Bulcão Viana, no bairro Jardim Boa Vista	11
476	2021	Matéria: Indicação 3227/2021 Ementa: construção de unidade escolar no bairro Santa Izabel.	11
477	2021	Matéria: Indicação 3208/2021 Ementa: reforma da Escola Municipal Adelaide Eduardo Flores, no bairro Siderlândia	11
478	2021	Matéria: Indicação 3207/2021 Ementa: operação tapa buraco ao longo da rua Gabriel Gonçalves de Brito	11
479	2021	Matéria: Indicação 3005/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, execute em caráter de urgência, o reparo e infraestrutura causados pelo sedimento do solo bem como a readequação das redes pluvial e serviços necessários na rua Gabriel Gonçalves de Brito, para acabar com alagamento em parte do bairro Siderlândia causados por qualquer chuva.	6
480	2021	Matéria: Indicação 3004/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a obrigatoriedade do exame de Ultrassom Morfológico em Hospitais e Maternidades públicos do Município de Barra Mansa sem nenhum ônus para a paciente.	3
481	2021	Matéria: Indicação 2685/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, faça a construção de um Parquinho e Academia da Terceira Idade na quadra anexa a Escola Municipal Alderando Casalli Marques no bairro Santa Isabel.	11
482	2021	Matéria: Indicação 2684/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente,	11

		execute reforma e revitalização da praça Nossa Senhora de Fátima na rua Prefeito Bulcão Viana no bairro Jd. Boa Vista.	
483	2021	Matéria: Indicação 2683/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, execute a infraestrutura e asfaltamento da rua Maria Nogueira Paraviso no bairro Jardim Central.	11
484	2021	Matéria: Indicação 2682/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, execute a capina e melhora substancial na qualidade da iluminação na Rua Maria José da Costa Caldas.	11
485	2021	Matéria: Indicação 2681/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, execute o reparo da via, infraestrutura e readequação das redes pluvial e serviços necessários na Rua Maria José da Costa Caldas.	6
486	2021	Matéria: Indicação 2680/2021 Ementa: reparo da via, infraestrutura e readequação das redes pluvial e serviços necessários na Rua Michel Wardini.	6
487	2021	Matéria: Indicação 2679/2021 Ementa: reparo e infraestrutura causados pelo deslizamento de terra, readequação das redes pluvial e serviços necessários, bem como construção de muro de contenção na Rua D (Rua da igreja) no bairro Getúlio Vargas.	6
488	2021	Matéria: Indicação 2678/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, faça a construção de um Parquinho e Academia da Terceira Idade na quadra anexa a Escola Municipal Alderando Casalli Marques no bairro Santa Isabel.	11
489	2021	Matéria: Indicação 2677/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, faça a construção de uma Creche no bairro Santa Isabel.	11
490	2021	Matéria: Indicação 2676/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, efetue a retirada da árvore na Rua São Lucas, 92A.	11
491	2021	Matéria: Indicação 2675/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, faça a colocação de Redutores de Velocidade (Lombada) na rua São Lucas, próximo ao numero 45 no bairro Santa Isabel.	11
492	2021	Matéria: Indicação 2674/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, faça a colocação de Redutores de Velocidade (Lombada) na rua São José, próximo ao numero 135 no bairro Santa Isabel.	11
493	2021	Matéria: Indicação 2673/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, a colocação de Faixa de Pedestre em frente a Escola Municipal Vereador Alderando Casalli Marques no bairro São Francisco.	11
494	2021	Matéria: Indicação 2672/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, extensão do horário de atendimento do Posto de Saúde do bairro São Francisco.	11
495	2021	Matéria: Indicação 2671/2021 Ementa: Indica ao Senhor Prefeito Municipal que, por meio do setor competente, providencie a reparação nos pontos de ônibus da rua São José, próximo ao numero 85 e próximo ao numero 231 ambos no bairro Santa Isabel.	11
496	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 140/2021 Ementa: Institui, no âmbito do Município de Barra Mansa, o Programa "IPTU VERDE", com o objetivo de fomentar medidas que preservem, protejam e recuperem o meio ambiente e da outras providencias.	11
497	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 136/2021 Ementa: Prioriza a mulher com deficiência o atendimento em caráter Permanente aos atendimentos de Prevenção do Câncer Ginecológico e Mamário, e dá outras	3

		providências.	
498	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 130/2021 Ementa: Dispõe sobre a proibição da eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, e dá outras providências.	3
499	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 118/2021 Ementa: Veda qualquer discriminação à criança e ao adolescente com deficiência ou doença crônica nos estabelecimentos de ensino, creches ou similares, em instituições públicas ou privadas no município de Barra Mansa e dá outras providências.	3
500	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 116/2021 Ementa: Institui a Campanha Permanente de Orientação, Conscientização, Prevenção e Combate ao CORONAVIRUS na Rede Municipal do município de Barra Mansa.	3
501	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 115/2021 Ementa: INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL “MEU PRIMEIRO EMPREGO” PARA JOVENS EM SITUAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA, JOVENS QUE VIVEM EM ABRIGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	8
502	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 105/2021 Ementa: Assegura ao aluno diabético cardápio de alimentação escolar especial, adaptado à respectiva condição de saúde.	2
503	2021	Matéria: Projeto de Resolução 94/2021 Ementa: Altera a denominação da comissão de direitos humanos e portadores de necessidades especiais.	10
504	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 83/2021 Ementa: INCLUI OS PAIS, MÃES E TUTORES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS INTELECTUAIS ENTRE AS PRIORIDADES DE VACINAÇÃO CONTRA COVID-19 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	3
505	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 82/2021 Ementa: DETERMINA A INCLUSÃO DE LACTANTES, COM OU SEM COMORBIDADES, INDEPENDENTE DA IDADE DOS LACTANTES, COMO GRUPO PRIORITÁRIO PARA A VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19.	3
506	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 80/2021 Ementa: ESTABELECE PRIORIDADE DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 PARA LACTANTES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO.	3
507	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 70/2021 Ementa: INSTITUI A “SEMANA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO CONTRA O DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	3
508	2021	Matéria: Projeto de Resolução 67/2021 Ementa: Concede Título de Cidadania Barra-mansense a Pastora Presbítera da Igreja Metodista Sônia Aparecida Matos Resende.	3
509	2021	Matéria: Projeto de Resolução 53/2021 Ementa: Concede Título de Cidadania Barra-mansense ao Vice Presidente da Convenção Batista Pentecostal do Estado do Rio de Janeiro William Felipe da Silva Cotrim	3
510	2021	Matéria: Projeto de Resolução 52/2021 Ementa: Concede Título de Cidadania Barra-mansense ao Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos José Chagas dos Santos.	3
511	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 42/2021 Ementa: ESTABELECE MEDIDAS EMERGENCIAIS DE PROTEÇÃO À MULHER VITIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DURANTE A EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS.	3
512	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 34/2021 Ementa: Reconhece como essencial a prática esportiva orientada por profissionais da educação física, bem como academias, studios fitness e dá outras providências.	3
513	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 32/2021 Ementa: Reconhece os serviços e atividades educacionais, ofertados por escolas públicas e privadas nas modalidades presencial ou híbrido, como ATIVIDADES ESSENCIAIS para a população de Barra Mansa.	3

514	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 28/2021 Ementa: ESTABELECE COMO GRUPO PRIORITÁRIO DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 PESSOAS COM SINDROME DE DOWN, AUTISMO E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.	3
515	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 19/2021 Ementa: Dispõe sobre prioridade no atendimento fonoaudiólogo para pessoas com deficiência da fluência da fala, popularmente conhecida como “Gagueira”, e determinadas áreas competentes, e dá outras providências.	3
516	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 17/2021 Ementa: TORNA OBRIGATÓRIO O EXAME DE ULTRASSOM MORFOLÓGICO EM HOSPITAIS E MATERNIDADES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BARRA MANSA.	3
517	2021	Matéria: Projeto de Resolução 17/2021 Ementa: INSTITUI A CÂMARA DE BARRA MANSA DISPONIBILIZAR INTÉRPRETES DE LIBRAS NAS SESSÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	3
518	2021	Matéria: Projeto de Resolução 14/2021 Ementa: INSTITUI A CÂMARA DE BARRA MANSA DISPONIBILIZAR INTÉRPRETES DE LIBRAS NAS SESSÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	16
519	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 11/2021 Ementa: CRIA O PROJETO "TEMPLO LEGAL" QUE ESTABELECE REQUISITOS PARA A REGULARIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE TEMPLOS RELIGIOSOS DE QUALQUER CULTO.	17
520	2021	Matéria: Projeto de Resolução 8/2021 Ementa: Institui no primeiro ano legislativo dos novos vereadores curso de noções básicas de Direito Constitucional e Administrativo, LOM ao Regimento Interno da Câmara Município de Barra Mansa e dá outras providências.	16
521	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 5/2021 Ementa: Institui a Semana Municipal de Prevenção e Combate ao Femicídio no Município de Barra Mansa, e dá outras providências	5
522	2021	Matéria: Projeto de Resolução 5/2021 Ementa: INSTITUI A CÂMARA DE BARRA MANSA A ENTREGA DA MOÇÃO “EMPRESA AMIGA DA INCLUSÃO”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	17
523	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 4/2021 Ementa: ESTABELECE ALIMENTAÇÃO ESPECIAL PARA ALUNOS COM RESTRIÇÃO ALIMENTAR	2
524	2022	Matéria: Indicação 415/2022 Ementa: Pintura da faixa de pedestre na Avenida Major José Bento em frente ao nº 2.027, próximo a Igreja Metodista, do bairro Vila Nova.	11
525	2022	Matéria: Indicação 414/2022 Ementa: Pintura da faixa de pedestre na Avenida Major José Bento em frente ao nº 1.915, próximo a SIRENE do bairro Vila Nova.	11
526	2022	Matéria: Indicação 413/2022 Ementa: Pintura da faixa de pedestre na Avenida Major José Bento em frente ao nº 2.093, próximo a Igreja Católica “Capela Nossa Senhora Aparecida”, no bairro Vila Nova.	11
527	2022	Matéria: Emenda 12/2022 Ementa: Inserir ao Anexo I - Metas e Prioridades, página 12, no PROGRAMA: Média e Alta Complexidade, OBJETIVO: Garantir a integralidade do atendimento de média e alta complexidade à população, a previsão de recursos para construção de Hospital Público Municipal.	3
528	2022	Matéria: Emenda 11/2022 Ementa: Inserir ao Anexo I - Metas e Prioridades, página 25, no PROGRAMA: Manutenção da Unidade, Manutenção do FME, a previsão para implantação do Plano de Carreira da Educação, conforme determinado nas Leis 4467/15, 4468/15 (Lei que institui o Plano de Carreira e remuneração dos Profissionais do Ensino Público Municipal) e 4548/16.	8
529	2022	Matéria: Emenda 10/2022 Ementa: Inserir ao Anexo I - Metas e Prioridades, página 20, no PROGRAMA: Desapropriação, Construção, Ampliação e Reforma das Escolas e Creches Municipais, Desapropriação, construção, ampliação e/ou reforma das unidades escolares da educação infantil, a previsão para garantir a	4

		ampliação de vagas em creches e escolas de educação infantil.	
530	2022	Matéria: Emenda 9/2022 Ementa: Inserir ao Anexo I - Metas e Prioridades, página 25, no PROGRAMA: Manutenção da Unidade, Manutenção da Secretaria Municipal de Administração – Folha de Pagamento e Encargos, a previsão para garantir o Reajustes Salarial dos servidores públicos municipais.	8
531	2022	Matéria: Emenda 8/2022 Ementa: Dá nova redação ao Artigo 16 caput e Parágrafo único, e Artigos 20 e 25 caput, do Projeto de Lei Ordinária nº 132/2021, que institui no Município de Barra Mansa a Política Municipal de Instalação de Placas Fotovoltaicas para captação e geração de Energia Elétrica Solar e Sistemas Térmicos nas edificações do Município e dá outras providências.	11
532	2022	Matéria: Requerimento 6/2022 Ementa: informações pertinentes a Creche Divino Espírito Santo, localizada no bairro Vila Nova, em virtude da sua interdição desde 2021, pois até a presente data as obras no local não foram iniciadas.	11
533	2022	Matéria: Requerimento 5/2022 Ementa: Realização de Audiência Pública sobre enfrentamento da violência contra as mulheres, na data de 11 de julho de 2022, às 17h30min, assegurando todos os protocolos sanitários aos convidados.	5
534	2022	Matéria: Requerimento 3/2022 Ementa: realização de uma Audiência Pública sobre a Campanha da Fraternidade 2022, nas possíveis datas de 30 de maio ou 1º de junho de 2022, às 18h, assegurando todos os protocolos sanitários aos convidados.	6
535	2021	Matéria: Indicação 3926/2021 Ementa: disponibilize as sobras de repasse dos recursos do FUNDEB ano 2021, para pagamento de ABONO SALARIAL, rateio de igual valor a todos profissionais da educação e professores no corrente ano de 2021.	8
536	2021	Matéria: Indicação 3726/2021 Ementa: retorno do uso do espaço do Azteca Clube para atividades físicas comunitárias que beneficiavam Vila Nova e bairros vizinhos.	11
537	2021	Matéria: Indicação 3136/2021 Ementa: providencie a aquisição de unidade de UTI Móvel altamente equipada para transporte de pacientes entres as unidades de Pronto Atendimento da cidade.	3
538	2021	Matéria: Indicação 3135/2021 Ementa: providencie a poda das árvores e a Iluminação Pública da rua Rio Grande do Sul, no bairro Vila Coringa.	11
539	2021	Matéria: Indicação 3134/2021 Ementa: providencie um estudo de viabilidade técnica para a melhoria e ampliação do sistema de captação de água pluvial na rua Josefina Reis e Travessa Josefina Reis, no bairro Vila Nova.	11
540	2021	Matéria: Indicação 3133/2021 Ementa: providencie a devida manutenção e limpeza dos bueiros e mata-burros na rua Josefina Reis e Travessa Josefina Reis, no bairro Vila Nova.	11
541	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 132/2021 Ementa: Institui no Município de Barra Mansa a Política Municipal de instalação e utilização de placas fotovoltaicas para captação e geração de Energia Elétrica Solar e Sistemas Térmicos nas Edificações do município e dá outras providências.	11
542	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 44/2021 Ementa: Dispõe sobre a criação do Programa de Assistência aos Artistas Populares no âmbito do Município de Barra Mansa.	11
543	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 43/2021 Ementa: Dispõe sobre a DISTRIBUIÇÃO DE KITS ALIMENTOS, que compõem a merenda escolar dos alunos matriculados na rede municipal de ensino do Município de Barra Mansa que não optarem pelo ensino presencial, durante o período de pandemia do COVID-19, e dá outras providências.	2

544	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 38/2021 Ementa: DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO PARA ENSINO REMOTO DOS ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL A INTERNET E FORNECIMENTO DE TABLETS, COM FINS EDUCACIONAIS DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19, PARA ALUNOS E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO.	16
545	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 37/2021 Ementa: Dispõe sobre a realização de testes em massa para COVID-19 no âmbito do Município de Barra Mansa.	3
546	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 27/2021 Ementa: INSTITUI O OBSERVATÓRIO DO FEMINICÍDIO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BARRA MANSA/RJ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	5
547	2021	Matéria: Requerimento 24/2021 Ementa: Requer a realização de Audiência Pública sobre o PPA (Planoplurianual) – Exercício 2022 à 2025, apresentada a esta Casa Legislativa através da Mensagem nº 024 do Executivo Municipal, protocolada em 30/08/2021, sob nº 0973, nas possíveis datas de 03,06,07 ou 08 de Dezembro de 2021, às 18h, assegurando todos os protocolos sanitários aos convidados.	16
548	2021	Matéria: Requerimento 21/2021 Ementa: realização de uma Audiência Pública sobre o Parque da Cidade, nas possíveis datas de 09 ou 10 de setembro de 2021, às 18h30min, assegurando todos os protocolos sanitários aos convidados.	16
549	2021	Matéria: Emenda 18/2021 Ementa: Inserir ao PPA 2022 a 2025, na atividade orçamentária nº 1041 – Projeto Restaurante Popular, da Unidade Responsável do Fundo Municipal de Assistência Social, a antecipação orçamentária para ano de 2022, para implantação/reactivação do Restaurante Popular do nosso Município.	16
550	2021	Matéria: Emenda 17/2021 Ementa: Inserir ao PPA 2022 a 2025, nas atividades orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, a prioridade para aquisição do equipamento de atendimento especializado a mulher, de acordo com LEI MUNICIPAL nº4787/2019 – LEI DO CENTRO ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO À MULHER (CEAM).	16
551	2021	Matéria: Emenda 16/2021 Ementa: Inserir ao PPA 2022 a 2025, nas atividades orçamentárias nºs 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, a previsão para implantação do Plano de Carreira da Educação, conforme determinado nas Leis 4467/15, 4468/15 (Lei que institui o Plano de Carreira e remunerações dos Profissionais do Ensino Público Municipal) e 4548/16.	16
552	2021	Matéria: Emenda 15/2021 Ementa: Modifica o PPA 2022 a 2025, para retirar das Unidades Responsáveis nº 2115 e 2116 Fundo Municipal de Educação, o fornecimento de uniformes escolares aos alunos das escolas municipais e acrescentar ao PPA 2022 a 2025 a inclusão dos referidos valores referentes aos uniformes escolares a Unidade Responsável Fundo Municipal de Assistência Social Programa no 49 com recursos do Tesouro Municipal e Outras Fontes.	16
553	2021	Matéria: Emenda 14/2021 Ementa: Inclui ao PPA 2022 a 2025, a previsão como metas e prioridades a disponibilização de recursos para tratamento de pessoas com sequelas do COVID-19, e recursos para construção de Hospital Público Municipal.	16
554	2021	Matéria: Emenda 13/2021 Ementa: Inserir ao PPA 2022 a 2025, a previsão para Reajuste Salarial, na data base da categoria, nas Unidades Responsáveis nº 2160 Secretaria Municipal de Administração, 2109, 2110 Fundo Municipal de Previdência Social de Barra Mansa e nas demais Unidades Responsáveis pela folha de pagamento dos servidores da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundações.	8
555	2021	Matéria: Emenda 12/2021 Ementa: Acrescenta o Parágrafo 1º ao Artigo 3º ao Projeto de Lei do Executivo Municipal referente a Mensagem nº 26/2021.	16
556	2021	Matéria: Emenda 11/2021 Ementa: Altera o Artigo 92, do Projeto de Lei Complementar do Executivo Municipal	16

		que trata da regulamentação e dispõe dentre outros assuntos, a administração, a aquisição, a utilização, a cessão e a alienação dos bens imóveis pertencentes ao Patrimônio Público Imobiliário – PPI do Município, referente ao prazo de entrada em vigor do Projeto de Lei Complementar.	
557	2021	Matéria: Emenda 9/2021 Ementa: Manter o texto original do § 3º do Artigo 4º e Artigo 6º da Lei 1068/71, no Projeto de Lei que altera a referida Lei referente a mensagem nº 16 do Executivo Municipal Protocolada em 18/05/2021.	16
558	2021	Matéria: Emenda 4/2021 Ementa: Alteração na redação do Artigo 1º, do Projeto de Lei do Executivo Municipal referente a Mensagem nº 06/2021 protocolada 12/04/2021, que altera o caput do artigo 15 da Lei Municipal nº 3.965/2011, para adequação às determinações da Emenda Constitucional 103/2019, artigos 9º e 11º, § 1º, inciso IV, e de acordo com o artigo 40, § 22, inciso X da Constituição Federal e artigos 2º e 3º da Lei 9.717/98	16
559	2021	Matéria: Emenda 1/2021 Ementa: Alteração na redação do Artigo 7º, do projeto de Lei do Executivo Municipal ao processo 239/21 de 11/02/2021, que altera a Lei nº 3592 de 15 de maio de 2006	16
560	2022	Matéria: Indicação 410/2022 Ementa: Asfaltamento da rua Agenor Marques da Silva no bairro Monte Cristo.	11
561	2022	Matéria: Indicação 395/2022 Ementa: Reforma da quadra do Colégio Municipal Clécio Penedo.	11
562	2022	Matéria: Indicação 366/2022 Ementa: Asfaltamento da rua José Medeiros no bairro Jardim América.	11
563	2022	Matéria: Indicação 365/2022 Ementa: Asfaltamento da rua Joaquim Gomes da Silva no bairro Jardim América.	11
564	2022	Matéria: Indicação 364/2022 Ementa: Asfaltamento da rua Alípio dos Santos Gomes no bairro Jardim América.	11
565	2022	Matéria: Indicação 363/2022 Ementa: Asfaltamento da rua José Genovain no bairro Jardim América.	11
566	2022	Matéria: Indicação 362/2022 Ementa: Asfaltamento da rua Joaquim Maria da Silva no bairro Jardim América.	11
567	2022	Matéria: Indicação 361/2022 Ementa: Asfaltamento da rua Francisco de Castro no bairro Jardim América.	11
568	2022	Matéria: Indicação 360/2022 Ementa: Asfaltamento da rua José Sabino no bairro Jardim América.	11
569	2022	Matéria: Indicação 359/2022 Ementa: Asfaltamento da rua Cantionillo da Silva Branco no bairro Jardim América.	11
570	2022	Matéria: Indicação 358/2022 Ementa: Asfaltamento da rua Pedro Veríssimo de Souza no bairro Monte Cristo.	11
571	2022	Matéria: Indicação 357/2022 Ementa: Asfaltamento da rua Pedro Flores no bairro Apóstolo Paulo.	11
572	2022	Matéria: Indicação 356/2022 Ementa: Asfaltamento da rua Martins Fabiano Moreira no bairro São Luiz.	11
573	2022	Matéria: Indicação 355/2022 Ementa: Asfaltamento da rua Evaristo Neri Pereira no bairro São Luiz.	11
574	2022	Matéria: Indicação 354/2022 Ementa: Asfaltamento da rua Geraldo Onofrio Rezende no bairro São Luiz.	11
575	2022	Matéria: Indicação 353/2022 Ementa: Asfaltamento da rua Sebastião José Alves da Silva no bairro Jardim Marajoara.	11
576	2022	Matéria: Indicação 352/2022 Ementa: Asfaltamento da rua Franklin Martins no bairro Jardim Marajoara.	11
577	2022	Matéria: Indicação 351/2022 Ementa: Asfaltamento da rua Maria Inês Melchior no bairro Goiabal.	11
578	2022	Matéria: Indicação 350/2022 Ementa: Asfaltamento da rua Professor José de Alencar no bairro Goiabal.	11
579	2022	Matéria: Indicação 349/2022 Ementa: Asfaltamento da rua Joaquim Gomes Ferreira no bairro Goiabal.	11
580	2022	Matéria: Indicação 348/2022 Ementa: Asfaltamento da rua Délio Pereira Sampaio no bairro Jardim Marilú.	11
581	2022	Matéria: Indicação 347/2022 Ementa: Aquisição de aparelhos celulares 'smartphones' para a equipe de atendimento da Secretaria de Assistência Social.	11
582	2022	Matéria: Indicação 300/2022 Ementa: Solicita a Reforma da quadra do bairro Roselândia.	11
583	2022	Matéria: Indicação 278/2022 Ementa: Reforma e ampliação da ponte no bairro São Pedro.	11
584	2022	Matéria: Indicação 275/2022 Ementa: Asfaltamento da rua Santa Bárbara no bairro Vila Principal.	11

585	2022	Matéria: Indicação 274/2022 Ementa: Asfaltamento da rua 09 no bairro Vila Principal.	11
586	2022	Matéria: Indicação 273/2022 Ementa: Asfaltamento da rua 05 no bairro Vila Principal.	11
587	2022	Matéria: Indicação 272/2022 Ementa: Asfaltamento da rua 07 no bairro Vila Principal.	11
588	2022	Matéria: Indicação 271/2022 Ementa: Asfaltamento da rua 04 no bairro Vila Principal.	11
589	2022	Matéria: Indicação 270/2022 Ementa: Asfaltamento da rua 03 no bairro Vila Principal.	11
590	2022	Matéria: Indicação 269/2022 Ementa: Asfaltamento da rua 01 no bairro Vila Principal.	11
591	2022	Matéria: Indicação 207/2022 Ementa: Manilhamento do Córrego localizado na rua José Gomes, bairro Apóstolo Paulo.	11
592	2022	Matéria: Indicação 206/2022 Ementa: Retorno do JEBAM (Jogos Escolares de Barra Mansa).	11
593	2022	Matéria: Indicação 197/2022 Ementa: Construção de uma Praça de Lazer no bairro Vila Principal.	11
594	2022	Matéria: Indicação 196/2022 Ementa: Construção de uma Quadra Poliesportiva no bairro Vila Principal.	11
595	2022	Matéria: Indicação 195/2022 Ementa: Reforma do Posto de Saúde no bairro Vila Principal.	11
596	2022	Matéria: Indicação 130/2022 Ementa: Asfaltamento da rua José Tomaz Cordeiro, localizada no bairro São Pedro	11
597	2022	Matéria: Indicação 129/2022 Ementa: Asfaltamento da rua Dailton Fernandes de Carvalho, localizada no bairro São Pedro	11
598	2022	Matéria: Indicação 128/2022 Ementa: Asfaltamento da rua Benedito Antônio Dias, localizada no bairro São Pedro	11
599	2022	Matéria: Indicação 127/2022 Ementa: Asfaltamento da rua Rodolfo Marques, localizada no bairro São Pedro	11
600	2021	Matéria: Indicação 3886/2021 Ementa: Solicita os serviços de instalação de caixa coletora de águas pluviais (mataburro) na rua Nestor de Carvalho, no bairro Santa Clara, nesta Cidade.	11
601	2021	Matéria: Indicação 3810/2021 Ementa: Reforma da ponte localizada na rua São Jorge no bairro São Pedro	11
602	2021	Matéria: Indicação 3797/2021 Ementa: Reforma da quadra poliesportiva no bairro São Luís	11
603	2021	Matéria: Indicação 3784/2021 Ementa: Manilhamento de córrego na localidade mais conhecida como Vala Negra, na rua Olavo Bilac, no bairro Nova Esperança.	11
604	2021	Matéria: Indicação 3783/2021 Ementa: Reforma da quadra poliesportiva no bairro Jardim Primavera	11
605	2021	Matéria: Indicação 3782/2021 Ementa: Construção de uma Academia da Terceira Idade em área pública localizada próxima ao Posto de Saúde do bairro São Pedro.	11
606	2021	Matéria: Indicação 3781/2021 Ementa: Construção de uma praça de lazer em área pública, localizada na rua L, bairro Roselândia II.	11
607	2021	Matéria: Indicação 3780/2021 Ementa: Construção de cobertura na quadra poliesportiva no bairro Jardim Marilu	11
608	2021	Matéria: Indicação 3779/2021 Ementa: Asfaltamento da rua Dona Brasília Perfeita de Souza, localizada no bairro São Pedro	11
609	2021	Matéria: Indicação 3778/2021 Ementa: Asfaltamento da rua Délio Pereira Sampaio, localizada no bairro Jardim Marilu	11
610	2021	Matéria: Indicação 3777/2021 Ementa: Asfaltamento da rua Pedro Flores, localizada no bairro Apóstolo Paulo	11
611	2021	Matéria: Indicação 3698/2021 Ementa: Asfaltamento da Rua M, localizada no bairro Roselândia II	11
612	2021	Matéria: Indicação 3697/2021 Ementa: Asfaltamento da Rua L, localizada no bairro Roselândia II	11
613	2021	Matéria: Indicação 3696/2021 Ementa: Asfaltamento da Rua K, localizada no bairro Roselândia II	11

614	2021	Matéria: Indicação 3695/2021 Ementa: Asfaltamento da Rua J, localizada no bairro Roselândia II	11
615	2021	Matéria: Indicação 3694/2021 Ementa: Asfaltamento da Rua I, localizada no bairro Roselândia II	11
616	2021	Matéria: Indicação 3542/2021 Ementa: Construção de muro de contenção na rua Levi Miranda Torres, localizada no bairro Morro do Cruzeiro.	11
617	2021	Matéria: Indicação 3541/2021 Ementa: Instalação de guarda-corpo ao longo da rua Michel Wardini, localizada no bairro Morro do Cruzeiro.	11
618	2021	Matéria: Indicação 3540/2021 Ementa: Asfaltamento da rua Levi Miranda Torres, localizada no bairro Morro do Cruzeiro.	11
619	2021	Matéria: Indicação 3539/2021 Ementa: Reforma do ponto de iluminação do Cruzeiro, localizado na rua Alameda João Miranda Torres, no bairro Morro do Cruzeiro.	11
620	2021	Matéria: Indicação 3538/2021 Ementa: Instalação de uma Rede coletora de dejetos orgânicos, na localidade conhecida como "Rua da Chácara", no bairro Roselândia – Bela Vista	11
621	2021	Matéria: Indicação 3525/2021 Ementa: Reforma da ponte que interliga os bairros Nova Esperança e São Luiz, localizada na Rua Florianópolis, próximo ao n.º 260	11
622	2021	Matéria: Indicação 3524/2021 Ementa: Construção de cobertura na quadra poliesportiva no bairro Nova Esperança	11
623	2021	Matéria: Indicação 3389/2021 Ementa: Instalação vertical de sinalização indicando escola na Rua Léo M. Dias (antiga rua Avelino Alves Pereira) nas imediações da Escola Municipal Argemiro de Paula Coutinho no Bairro São Luís	11
624	2021	Matéria: Indicação 3388/2021 Ementa: instale iluminação adequada sob o viaduto do Rio Barra Mansa	11
625	2021	Matéria: Indicação 3387/2021 Ementa: Ordene à empresa de ônibus Sul Fluminense que CUMPRA com o itinerário original da linha Sta Clara x VR	11
626	2021	Matéria: Indicação 3386/2021 Ementa: instale placas de orientação aos motoristas indicando o sentido de acesso à Rodovia Presidente Dutra para o Rio de Janeiro-RJ e também para São Paulo-SP no entorno do viaduto sobre o Rio Barra Mansa	11
627	2021	Matéria: Indicação 3323/2021 Ementa: Solicito serviços de instalação de caixa coletora de águas pluviais (mataburro), na Rua Luís Isaque Mercedes, próximo ao número 31- na localidade conhecida como "Grotta", Bairro Nova Esperança nesta Cidade.	11
628	2021	Matéria: Indicação 3262/2021 Ementa: Providências Urgentes quanto a retirada dos pombos que infestam a Quadra poliesportiva do Bairro Nova Esperança, localizada nas dependências do colégio Municipal Clécio Penedo	11
629	2021	Matéria: Indicação 3261/2021 Ementa: a Instalação de Luminária em poste público localizado na Rua do Cruzeiro, em frente ao N° 54 no Bairro Cotiara	11
630	2021	Matéria: Indicação 3260/2021 Ementa: substituição de um poste de madeira localizado na Rua Pedro Flores, 1560, no Bairro Apóstolo Paulo	11
631	2021	Matéria: Indicação 3241/2021 Ementa: Solicita LIGHT S/A, para que o mesmo providencie a substituição de um poste de madeira localizado na Rua Benedito Antônio Dias, em frente ao N° 10 no Bairro São Pedro, localizada nesta Cidade.	11
632	2021	Matéria: Indicação 3240/2021 Ementa: Solicita a Pintura da Faixa de Pedestre e do Quebra-Molas localizados na Rua Vereador Ruy Barbosa, N° 120, em frente ao Colégio Estadual Roselândia no Bairro Roselândia,	11

		localizado nesta Cidade.	
633	2021	Matéria: Indicação 3239/2021 Ementa: Solicita a Pintura da Faixa de Pedestre e do Quebra-Molas localizados na Rua Castro Alves, ao lado do Colégio Municipalizado Clécio Penedo no Bairro Nova Esperança, localizado nesta Cidade.	11
634	2021	Matéria: Indicação 3238/2021 Ementa: Solicita a Pintura da Faixa de Pedestre e do Quebra-Molas localizados na Rua Natanael Geremias Nº 268, (antiga Rua Florianópolis) em frente a Theiler do Pedrinho no Bairro Nova Esperança, localizado nesta Cidade.	11
635	2021	Matéria: Indicação 3237/2021 Ementa: Solicita a Pintura da Faixa de Pedestre e do Quebra-Molas localizados na Rua Léo M. Dias, (antiga Rua Avelino Alves Pereira) em frente a Escola Municipal Argemiro de Paula Coutinho no Bairro São Luís, localizado nesta Cidade.	11
636	2021	Matéria: Indicação 3236/2021 Ementa: Solicita a Pintura da Faixa de Pedestre e do Quebra-Molas localizados na Rua Francisca de Jesus, em frente a Escola Municipal Venerável Humberto Amaral no Jardim Primavera, localizado nesta Cidade.	11
637	2021	Matéria: Indicação 3235/2021 Ementa: Substituição de Luminária em poste público localizado na Rua Rodolfo Marques, em frente ao Nº 85 no Bairro São Pedro.	11
638	2021	Matéria: Indicação 3234/2021 Ementa: Solicita a Manutenção na fiação elétrica da Luminária instalada em poste público localizado na Servidão Dona Brasilina Perfeita de Souza (Antiga rua X), no Bairro São Pedro, localizada nesta Cidade.	11
639	2021	Matéria: Indicação 3233/2021 Ementa: Solicita a Instalação de Luminária em poste público localizado na Rua Benedito Antônio Dias, em frente ao Nº 10 no Bairro São Pedro, localizada nesta Cidade.	11
640	2021	Matéria: Indicação 3232/2021 Ementa: Solicita serviços manutensivos para desentupir caixa coletora de águas pluviais, localizada na Rodovia presidente Vargas, (BR-155) em frente ao nº 2000 no bairro Santa Clara, nesta Cidade.	11
641	2021	Matéria: Indicação 3231/2021 Ementa: Solicita a Secretaria Municipal de Educação a Reforma Geral e a Pintura da Quadra poliesportiva do bairro São Luís, localizada nesta Cidade.	11
642	2021	Matéria: Indicação 3230/2021 Ementa: Solicita Serviços de limpeza, roçagem, e manutenção de iluminação pública da passarela que liga os bairros Jardim Primavera com o bairro Santa Clara pela Rodovia Presidente Vargas (BT-155) sobre o rio Barra Mansa.	11
643	2021	Matéria: Indicação 3229/2021 Ementa: Solicita ao Sr. Secretário Municipal de Saúde a instalação urgente de Ventiladores e também de Bebedouro na Unidade de Saúde da Família (USF) no Bairro São Luís, nesta Cidade.	11
644	2021	Matéria: Indicação 3228/2021 Ementa: Solicita a Construção de uma Creche no Bairro São Pedro, nesta Cidade.	11
645	2021	Matéria: Indicação 3227/2021 Ementa: construção de unidade escolar no bairro Santa Izabel.	11
646	2021	Matéria: Indicação 2730/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine ao Setor Competente da Municipalidade a realização de obras de Infraestrutura e Pavimentação da Rua Geraldo Honório de Resende, também conhecida como Rua Expedicionário José Leite Serrão em toda a sua extensão, localizada no Bairro São Luís, nesta Cidade.	11
647	2021	Matéria: Indicação 2729/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao	11

		Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine ao Setor Competente da Municipalidade a realização de obras de Infraestrutura e Pavimentação da Rua Geraldo Honório de Resende, também conhecida como Rua Expedicionário José Leite Serrão em toda a sua extensão, localizada no Bairro São Luís, nesta Cidade.	
648	2021	Matéria: Indicação 2728/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine à Secretaria Municipal de Educação a Cobertura da Quadra poliesportiva do Bairro Nova Esperança localizada no final da Rua Antônio da Silva Reis, nesta Cidade.	11
649	2021	Matéria: Indicação 2727/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine ao Setor Competente da Municipalidade a Construção de Muro de Contenção na Rua Vicente de Paula localizada na Bairro Santa Clara, nesta Cidade.	11
650	2021	Matéria: Indicação 2726/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine ao Setor Competente da Municipalidade a Construção de uma Praça em área pública localizada próxima ao Colégio São Pedro, no Bairro de mesma denominação, nesta Cidade.	11
651	2021	Matéria: Indicação 2725/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine ao Setor Competente da Municipalidade a realização de obras de Pavimentação da Rua Antônio da Silva Reis em toda a sua extensão, localizada no Bairro Nova Esperança, nesta Cidade.	11
652	2021	Matéria: Indicação 2724/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine ao Setor Competente da Municipalidade a Reforma da Praça situada na Rua Willis Castro Rollim, localizada no Jardim Marajoara, nesta Cidade.	11
653	2021	Matéria: Indicação 2723/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine ao Setor Competente da Municipalidade os serviços de Instalações de Coberturas nos pontos de ônibus (quatro) em toda extensão da Rua Geraldo Honório de Resende, também conhecida como Rua Expedicionário José Leite Serrão no Bairro São Luís, nesta Cidade.	11
654	2021	Matéria: Indicação 2722/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine ao Setor Competente da Municipalidade os serviços de Recapeamento Asfáltico na Travessa Dona Isabel, via que interliga os bairros Santa Clara pela RJ-155 e o Bairro São Luís, nesta Cidade.	11
655	2021	Matéria: Indicação 2721/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine ao Setor Competente da Municipalidade a Complementação do Recapeamento Asfáltico da Rua Olavo Bilac, localizada no Bairro São Luís, nesta Cidade.	11
656	2021	Matéria: Indicação 2720/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine ao Setor Competente da Municipalidade a realização de obras de Infraestrutura e Pavimentação da Rua Izael Souza Braga em toda a sua extensão, localizada no Bairro Roselândia, nesta Cidade.	11

657	2021	Matéria: Indicação 2719/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine ao Sr. Secretário Municipal de Saúde a Implantação de uma Equipe de Saúde da Família (ESF) no Bairro Morro do cruzeiro, nesta Cidade.	11
658	2021	Matéria: Indicação 2718/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine ao Sr. Secretário Municipal de Saúde a Readequação e Reforma da Unidade Básica de Saúde (UBS) no Bairro São Luís, nesta Cidade.	11
659	2021	Matéria: Indicação 2717/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine ao Sr. Secretário Municipal de Saúde a Reforma e Manutenção da Unidade Básica de Saúde (UBS) no Bairro Roselândia, nesta Cidade.	11
660	2021	Matéria: Indicação 2716/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine à Secretaria Municipal de Educação a Cobertura da Quadra poliesportiva do Bairro Nova Esperança, localizada no final da Rua Luís Isaque Mercedes (Grotta), nesta Cidade.	11
661	2021	Matéria: Indicação 2715/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine ao Sr. Secretário Municipal de Saúde a Construção e Implantação de uma Equipe de Saúde da Família (ESF) no Bairro Nova Esperança, nesta Cidade.	11
662	2021	Matéria: Indicação 2714/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine ao Setor Competente da Municipalidade a Construção de uma de Creche no Bairro Nova Esperança, nesta Cidade.	11
663	2021	Matéria: Indicação 2713/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine ao Setor Competente da Municipalidade a realização de obras de Infraestrutura e Asfaltamento das Ruas José Thomáz Cordeiro e Rua João Cláudio da Silva, em toda a sua extensão, localizada no Bairro São Pedro, nesta Cidade.	11
664	2021	Matéria: Indicação 2712/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine ao Setor Competente da Municipalidade a realização de obras de Infraestrutura e Asfaltamento da Rua Rodolfo Marques, em toda a sua extensão, localizada no Bairro São Pedro, nesta Cidade.	11
665	2021	Matéria: Indicação 2711/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine ao Setor Competente da Municipalidade a realização de obras de Infraestrutura e Asfaltamento da Rua Benedito Antônio Dias em toda a sua extensão, localizada no Bairro São Pedro, nesta Cidade.	11
666	2021	Matéria: Indicação 2710/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine ao Setor Competente da Municipalidade a realização de obras de Infraestrutura e Asfaltamento da Rua Dailton Fernandes de Carvalho em toda a sua extensão, localizada no Bairro São Pedro, nesta Cidade.	11
667	2021	Matéria: Indicação 2709/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine ao Setor Competente	11

		da Municipalidade a realização de obras de Recapeamento Asfáltico das Ruas Sebastião José Alves da Silva e Rua Willis Castro Rollim localizadas no Loteamento Jardim Marajoara, nesta Cidade.	
668	2021	Matéria: Indicação 2708/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine ao Setor Competente da Municipalidade a realização de obras de Infraestrutura e Asfaltamento da Rua Franklin Martins em toda a sua extensão, localizada no Loteamento Jardim Marajoara, nesta Cidade.	11
669	2021	Matéria: Indicação 2707/2021 Ementa: Indico, após ouvir o Douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rodrigo Drable, para que o mesmo determine à Secretaria Municipal de Educação a Reforma Geral e a Cobertura da Quadra poliesportiva do bairro São Pedro, localizada nesta Cidade.	11
670	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 143/2021 Ementa: Institui o Programa de Incentivo à Prática de Futebol Feminino e dá outras providências.	3
671	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 67/2021 Ementa: Dispõe sobre a denominação da Quadra Poliesportiva no Bairro Nova Esperança, e dá outras providências.	11
672	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 66/2021 Ementa: Dispõe sobre a denominação da Quadra Poliesportiva da "Grotá", no Bairro Nova Esperança, e dá outras providências.	3
673	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 62/2021 Ementa: Dispõe sobre a denominação do PSF – Programa de Saúde da Família do Bairro Nova Esperança, e dá outras providências.	3
674	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 34/2021 Ementa: Reconhece como essencial a pratica esportiva orientada por profissionais da educação física, bem como academias, studios fitness e dá outras providências.	3
675	2021	Matéria: Projeto de Lei Ordinária 32/2021 Ementa: Reconhece os serviços e atividades educacionais, ofertados por escolas públicas e privadas nas modalidades presencial ou hibrido, como ATIVIDADES ESSENCIAIS para a população de Barra Mansa.	3